



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

KELLY YSHIDA

**DESCREVENDO O JAPÃO, ESCRIVENDO O BRASIL:
RAÇA, TRABALHO E NAÇÃO EM TRÊS ATOS (1874; 1889; 1897)**

FLORIANÓPOLIS, SC
2020

KELLY YSHIDA

**DESCREVENDO O JAPÃO, ESCRIVENDO O BRASIL:
RAÇA, TRABALHO E NAÇÃO EM TRÊS ATOS (1874; 1889; 1897)**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal de Santa Catarina
para a obtenção do título de Doutora em História.
Orientador: Prof. Dr. Adriano Luiz Duarte

FLORIANÓPOLIS, SC
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Yshida, Kelly
Descrevendo o Japão, escrevendo o Brasil : Raça,
trabalho e nação em três atos (1874; 1889; 1897) / Kelly
Yshida ; orientador, Adriano Luiz Duarte, 2020.
301 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. História. 2. Relação Brasil - Japão. 3. Relatos de
viagem. 4. Trabalho. 5. Século XIX. I. Duarte, Adriano
Luiz. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa
de Pós-Graduação em História. III. Título.

Kelly Yshida

Descrevendo o Japão, escrevendo o Brasil:
Raça, trabalho e nação em três atos (1874; 1889; 1897)

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Denilson Botelho de Deus
Universidade Federal de São Paulo

Prof. Dr. Henrique Espada Lima
Universidade Federal de Santa Catarina

Profª. Dra. Monica Setuyo Okamoto
Universidade Federal do Paraná

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutora em História.

Prof. Dr. Lucas de Melo Reis Bueno
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História

Prof. Dr. Adriano Luiz Duarte
Orientador

Florianópolis, 2020.

Aos meus pais, Helena e Yshida, que sempre foram e continuam sendo minha prioridade.

AGRADECIMENTOS

Ao prof. Adriano Luiz Duarte, pela orientação, confiança, interesse no tema, conversas, indicações e incentivo. Obrigada por me acompanhar ao longo deste processo.

À Marília Mezzomo Rodrigues, pelas leituras e indicações, que muito contribuíram para a tese. Mais do que isso, obrigada por ter tornado a vida na universidade (e fora dela) mais interessante, divertida e humana.

Ao Núcleo de Estudos História, Literatura e Sociedade (NEHLIS-UFSC) – especialmente ao prof. Adriano, à Marília, ao Luiz A. de Souza e ao Guilherme de Castro – por me receberem na pós-graduação. Vocês foram fundamentais para que eu chegasse aqui.

Aos meus pais, Helena e Yshida, por tudo o que fizeram e fazem por mim e pelos meus irmãos; por irem contra os estereótipos, por questionarem, por serem tão fortes e inteligentes. E também ao Mauro Cezar, exemplo de calma, caráter e altruísmo, obrigada por estar comigo nesta e em outras jornadas, seguimos!

Às pesquisadoras que foram muito presentes nesses últimos anos: Elisa Schemes, que foi um feliz encontro interdisciplinar e interinstitucional, mas também além dessas limitações; Patrícia V. Schatz, companheira incansável desde a graduação; e Taís Brito, que se tornou minha parceria nas aulas do doutorado e nos dias sem aula também.

Aos demais amigos que, com boa conversa e boa comida, tornaram os dias melhores mesmo diante dos tempos difíceis. Especialmente ao Bruno e ao Djeison, que uma hora antes da apresentação desta tese (por videoconferência, por conta da pandemia de Covid-19), ao faltar luz, ofereceram sua casa e deram todo apoio (moral e técnico, com EPI e álcool 70%).

Agradeço aos professores que estiveram nas bancas de qualificação e final, e cujos trabalhos, palestras, aulas, leituras, contribuíram para a elaboração desta tese: prof. Denilson Botelho de Deus, prof. Henrique Espada Lima, profa. Marília Mezzomo Rodrigues e profa. Monica Setuyo Okamoto.

Este trabalho não seria possível sem o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH-UFSC) e o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

A propósito, nossas experiências e escolhas são possibilitadas por uma série de fatores. Em um país com grande desigualdade social e onde a educação pública tem

encontrado cada vez mais barreiras, o acesso à pós-graduação ainda é um privilégio. O investimento que vinha sendo feito em educação pública desde o início dos anos 2000 contribuiu para que durante os anos em que cursei graduação participasse de projetos de pesquisa e extensão e que a pós-graduação fosse uma realidade possível e facilitada pelo recebimento de bolsa de estudos (Capes e Cnpq). Além disso, acessei bibliotecas e acervos públicos de grande qualidade, que são fundamentais para a pesquisa em História. Estes são apenas alguns dos fatores externos que me possibilitaram chegar aqui, considero importante destacá-los para demonstrar que há muito mais do que meu esforço neste caminho.

As massas são sempre os outros, que nós não conhecemos e não podemos conhecer. No entanto hoje, em nosso tipo de sociedade, nós vemos esses outros regularmente em sua infinidade de variações; fisicamente, estamos parados ao lado deles. Eles estão aqui, e estamos aqui com eles. E o fato de estarmos com eles é, é claro, toda a questão. Para outras pessoas nós também somos massa. Massas são as outras pessoas.

Na verdade, não existem massas; há apenas maneiras de ver as pessoas como massas. Em uma sociedade industrial urbana há muitas oportunidades para tais maneiras de ver. A questão não é reiterar as condições objetivas e sim considerar, pessoal e coletivamente, o que essas maneiras de ver fizeram com nosso pensamento. Por certo, o fato é que uma maneira de ver outras pessoas que passou a ser característica de nosso tipo de sociedade foi capitalizada com objetivos de exploração política ou cultural. O que nós vemos, neutramente, são outras pessoas, muitas outras pessoas, que nos são desconhecidas. Na prática, nós as massificamos e as interpretamos de acordo com alguma fórmula conveniente. Dentro de seus termos, a fórmula é válida. No entanto, nossa tarefa verdadeira é examinar a fórmula, e não a massa. Para fazer isso, pode ser uma ajuda lembrar-nos de que nós próprios estamos sendo massificados o tempo todo pelos outros. Até o ponto em que achamos que a fórmula é inadequada para nós mesmos, podemos desejar estender aos outros a cortesia de reconhecer o desconhecido. (WILLIAMS, Raymond. 2011)

Ao preparar minha viagem ou ao chegar a um país estrangeiro, compro, além de um guia prático, um relato de viagem um pouco antigo. Por quê? Porque me oferece o prisma do qual necessito exatamente para aproveitar bem minha viagem: uma imagem dos outros um pouco caricatural que me permite constatar com satisfação todo o caminho percorrido, separando-me do narrador, mas suficientemente exata, claro, sob muitos pontos, para me assegurar de minha própria superioridade; uma imagem do viajante, com a qual me identifico e me distancio e que me tira então todo e qualquer sentimento de culpa.

Mas enfim, dirá meu leitor exasperado, é tão grave que a imagem dos índios nesses relatos não esteja de acordo com a realidade? Não vamos também passar toda a vida chorando a sorte dos indígenas de todos os países! Basta e mudemos de assunto. Que tal irmos assistir a um *bang-bang* esta noite? (TODOROV, Tzvetan. 2006)

RESUMO

Neste trabalho acompanhamos três viajantes brasileiros que estiveram no Japão na segunda metade do século XIX e, a partir de seus relatos, refletimos sobre os primeiros contatos entre estes países, antes da imigração oficial japonesa ao Brasil. São eles um cientista, Francisco Antônio de Almeida; um militar, Custódio de Mello; e um diplomata, Aluísio Azevedo. De 1874 a 1899, os três registraram momentos das mudanças políticas e sociais no Brasil, como a passagem do império para a república, o processo de abolição do trabalho escravo e o decorrente interesse nos trabalhadores asiáticos; e as mudanças no Japão, com sua reabertura para o exterior e sua consolidação como nação moderna. Ao longo do trabalho tentamos compreender as experiências dos viajantes tanto em relação às realidades nacionais quanto a um contexto mais amplo, em diálogo com o imperialismo do fim do século XIX, no mundo dinâmico, em expansão e interconectado da chamada Segunda Revolução Industrial. Buscamos com isso desvelar as relações entre raça, trabalho e nação, a fim de compreender o interesse brasileiro pelo Japão e pelos japoneses, as relações que antecederam esta imigração e a construção do destaque dado ao Japão em relação aos demais países asiáticos.

Palavras-chave: Relação Brasil - Japão. Relatos de viagem. Trabalho. Imigração. Século XIX.

ABSTRACT

The present work follows three Brazilian travelers who were in Japan in the second half of the 19th century. Thus, from their travel writings, it was possible to study the first contacts between those countries and what happened before the Japanese immigration to Brazil. They are Francisco Antônio de Almeida, a scientist; Custódio de Mello, a military man; and Aluísio Azevedo, a diplomat. From 1874 to 1899 they recorded moments of political and social changes in Brazil, such as the passage from the empire to the republic, the process of abolishing slave labor, and the interest in Asian workers. Also, they reported the changes in Japan, with its opening and the consolidation as a modern nation. Throughout this work, we tried to understand these experiences in a broader context, in the face of imperialism at the end of the 19th century, in the dynamic, expanding, and interconnected world of the Second Industrial Revolution. The goal is to unveil the relations between race, labour and nation to understand the Brazilian interest in Japan and in the Japanese people, the relations preceding immigration, and the prominence construction given to Japan regarding other Asian countries.

Keywords: Relations between Brazil and Japan. Travel writing. Labour. Immigration. 19th century.

概要

本論文では、十九世紀後半に日本を訪れた三名のブラジル人旅行者が残した記録を基に日本からブラジルへの公式移民のきっかけとなった背景を振り返る。その三人とは、科学者のフランシスコ・アントニオ・デ・アルメイダ、軍人のクストジオ・デ・メロ、そして外交官のアルイージオ・アゼヴェードであった。1874年から1899年にかけて彼らは、ブラジル帝国からブラジル共和国への移行、奴隷労働を廃止するプロセス、そしてその結果としてのアジア人労働者への関心など、ブラジルにおける政治的および社会的変化の3つの節目を記すと共に、日本の外国との条約改正交渉の時代と近代国家の形成にまつわる日本の変化を記録した。筆者は本研究を通して、このような経験に関する各国の実情と、19世紀末期の帝国主義論と対比しつつ、いわゆる第二次産業革命のダイナミックで、様々な分野に相互関連があり、全てが拡大されていく世の中であったことも含め、より広い文脈を視野に解釈することを試みる。そうして、ブラジル側による日本という国や日本人への関心、移民に先立つ関係性、そして他のアジア諸国に比べ日本に重点が置かれている理由を理解するために、各人種、仕事、国家の関係性を明らかにしようとする。

キーワード：ブラジルと日本の関係、旅行記録、仕事、移民、19世紀。

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – DIPLOMA DE FRANCISCO ANTÔNIO DE ALMEIDA	34
FIGURA 2 – DISSERTAÇÃO DE FRANCISCO ANTÔNIO DE ALMEIDA	35
FIGURA 3 – ANÚNCIO DO LANÇAMENTO DE DA FRANÇA AO JAPÃO	39
FIGURA 4 – JOVEN CRIADO DE ADEN	56
FIGURA 5 – MUSICOS DE ADEN	57
FIGURA 6 – MULHER CINGULEZA	60
FIGURA 7 – PELLOTIQUEIRO INDIANO	62
FIGURA 8 – LETTRADO INDIANO	63
FIGURA 9 - NEGOCIANTE DE CEYLÃO	65
FIGURA 10 – MANIFESTO CONTRA OS ESTRANGEIROS	75
FIGURA 11 – MANIFESTO CONTRA OS ESTRANGEIROS (1875)	76
FIGURA 12 – TRADUÇÃO FRANCESA DO MANIFESTO CONTRA OS ESTRANGEIROS (1875)	77
FIGURA 13 – MANDARIM CIVIL	80
FIGURA 14 – CIVIL-MANDARIN (DIE GARTENLAUBE)	81
FIGURA 15 – TWO CHINESE MANDARINS (LAI AFONG)	81
FIGURA 16 – MULHER CHINA	83
FIGURA 17 – A CHINESE MOTHER, WITH NURSE AND CHILDREN (LAI AFONG)	84
FIGURA 18 – DAMA CHINEZA E SUA CRIADA	85
FIGURA 19 – DAMAGE CAUSED BY THE 1874 TYPHOON, HONG KONG (LAI AFONG)	87
FIGURA 20 – MAPA DO JAPÃO (PHILLIP FRANZ VON SIEBOLD)	95
FIGURA 21 – CARTA DO IMPERIO DO JAPÃO	96
FIGURA 22 – MAPA DO JAPÃO (VICTOR MALTE-BRUN)	96
FIGURA 23 – BARBEIRO JAPONEZ	105
FIGURA 24 – JAPANESE BARBERS (AIMA HUMBERT)	106
FIGURA 25 – CHINESE BARBER (ROBERT TOMES E MATTHEW PERRY)	107
FIGURA 26 – DAMA JAPONEZA DORMINDO A SESTA	113
FIGURA 27 – ARTE DE TOYOHARA KUNICHIKA	114
FIGURA 28 – JEUNE FEMME ALLONGÉE (FELICE BEATO)	115
FIGURA 29 – BARCA DE PASSEIO TRIPULADA POR MULHERES JAPONEZAS	117
FIGURA 30 – ARTE DE TORII KIYONAGA	117
FIGURA 31 – JOVENS JAPONEZAS TOCANDO BANDOLIM	118
FIGURA 32 – ARTE DE KOMAI YOSHINOBU	119
FIGURA 33 – JOVEM DAMA JAPONEZA E SUA CRIADA	120
FIGURA 34 – JAPANESE LADIES (HARPER’S WEEKLY)	121
FIGURA 35 – IMPERADOR MEIJI (FOTOGRAFIA DE UCHIDA KUICHI)	122
FIGURA 36 – OS IMPERANTES DO JAPÃO	123
FIGURA 37 – PRINCIPE JAPONEZ	124
FIGURA 38 – ARTE DE UTAGAWA SADAHIDE	128
FIGURA 39 – CONTRACTO DE ENGAJAMENTO DE TRABALHADORES ASIATICOS PARA O IMPERIO DO BRASIL	144

FIGURA 40 – REVISTA ILLUSTRADA (N. 120)	154
FIGURA 41 – REVISTA ILLUSTRADA (N. 120B)	155
FIGURA 42 – REVISTA ILLUSTRADA (N. 175)	156
FIGURA 43 – REVISTA ILLUSTRADA (N. 258)	157
FIGURA 44 – ARTE DE ADACHI GINKŌ	198
FIGURA 45 - ÉMILE ZOLA (ÉDOUARD MANET, 1868)	247

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	16
2. A VIAGEM DE FRANCISCO ANTÔNIO DE ALMEIDA	27
2.1 UM NOME COMUM EM UMA TRAJETÓRIA INCOMUM	28
2.1.2 FRANCISCO ANTÔNIO DE ALMEIDA, O ASTRÔNOMO	31
2.2 A PUBLICAÇÃO DE <i>DA FRANÇA AO JAPÃO</i>	36
2.3 A EUROPA COMO MEDIDA E OS “PAIZES CURIOSOS”	41
2.4 A ÁFRICA VISTA POR ALMEIDA	48
2.5 A CHEGADA NA ÁSIA	54
2.5.1 O ESTREITO DE MALACA	67
2.6 A PASSAGEM PELA CHINA	70
2.6.1 IMAGENS SOBRE A CHINA	79
3. O JAPÃO DA SEGUNDA METADE DO OITOCENTOS.....	90
3.1 DA “DESCOBERTA” AO “ISOLAMENTO”	92
3.2 CENAS DE TRANSIÇÃO: ONDE DESEMBARCARAM OS VIAJANTES..	100
3.2.1 “O MAIS CURIOSO E O MAIS DELICIOSO PAIZ DO MUNDO”	103
3.2.2 AS MULHERES DO JAPÃO	109
3.2.3 UM PAÍS “DECORADO Á EUROPÊA”	122
3.3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	132
4. “JÁ NÃO BASTAVA O PRETO, VAES TER O AMARELLO!”	134
4.1 A ÁSIA NO BRASIL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX	135
4.2 A SOCIEDADE IMPORTADORA DE TRABALHADORES ASIÁTICOS...	142
4.3 TRABALHADORES ASIÁTICOS NAS PAUTAS DO <i>CONGRESSO</i> <i>AGRÍCOLA DE 1878</i>	146
4.4 TRATADO DE AMIZADE, COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO ENTRE BRASIL E CHINA.....	158
4.4.1 A VIAGEM DA <i>VITAL DE OLIVEIRA</i>	159
4.4.2 A MISSÃO ESPECIAL BRASILEIRA À CHINA.....	162
4.4.3 “A CHINA E OS CHINS”: A QUESTÃO SOB A ÓTICA DO DIPLOMATA HENRIQUE CARLOS LISBOA	169
4.5 OS ASIÁTICOS NA <i>SOCIEDADE CENTRAL DE IMMIGRAÇÃO</i>	171
4.6 ATUAÇÃO DE FRANCISCO ANTÔNIO DE ALMEIDA	176
4.7 UM PROJETO SEM SUCESSO.....	179
5. A REPÚBLICA E A VIAGEM DE CUSTÓDIO DE MELLO.....	182
5.1 CUSTÓDIO DE MELLO EM “VINTE E UM MEZES AO REDOR DO PLANETA”	183
5.2 O JAPÃO	189
5.2.1 A MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES JAPONESAS.....	197
5.3 A VINDA DE WASABURO OTAKE.....	200
5.4 A CHINA	204

5.5 A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA	208
5.6 10 DE ABRIL DE 1892: OS VIAJANTES E A REPÚBLICA	211
5.7 A LEGAÇÃO BRASILEIRA NA CHINA E A CHEGADA DO <i>TETARTOS</i>..	215
5.7.1 CHINESES E JAPONESES EM <i>CHINS DO TETARTOS</i>	222
<u>6. ALUÍSIO AZEVEDO E A LEGAÇÃO BRASILEIRA AO JAPÃO</u>	<u>227</u>
6.1 O MOMENTO É JAPONÊS	227
6.2 O TRATADO DE AMIZADE, COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO ENTRE BRASIL E JAPÃO	233
6.3 ALUÍSIO AZEVEDO E A CARREIRA DIPLOMÁTICA	237
6.4 UMA OBRA SOBRE O JAPÃO DAS LETRAS DE ALUÍSIO AZEVEDO....	245
6.4.1 <i>O JAPÃO OU AGONIA DE UMA RAÇA</i> , DE ALUÍSIO AZEVEDO.....	251
6.4.2 O JAPÃO COMO MODELO.....	262
6.4.3 AS JAPONESAS	264
6.5 A PRIMEIRA LEGAÇÃO BRASILEIRA NO JAPÃO	267
6.6 OS JAPONESES NO BRASIL.....	274
<u>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</u>	<u>278</u>
<u>FONTES</u>	<u>285</u>
<u>PERIÓDICOS.....</u>	<u>290</u>
<u>REFERÊNCIAS</u>	<u>291</u>

1. APRESENTAÇÃO

Em 1895 foi assinado o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre Brasil e Japão, e em 1908 o navio *Kasato Maru* chegou ao porto de Santos, marcando oficialmente o início da imigração japonesa no Brasil. Entretanto, na segunda metade do século XIX ocorreram contatos e se estabeleceram interesses entre os dois países. Este trabalho se situa neste período. Para tanto, foram utilizados os relatos de três viajantes brasileiros que estiveram no Japão entre 1874 e 1899, buscando perceber as relações entre raça, trabalho e nação, a fim de compreender o interesse brasileiro pelo Japão e pelos japoneses, os antecedentes do processo de imigração e a construção do destaque dado ao Japão em relação aos demais países asiáticos.

Durante o mestrado pesquisei crônicas jornalísticas e foi a partir do debate sobre literatura que fui apresentada ao livro *O Japão*, de Aluísio Azevedo, escrito diante da experiência do autor no final da década de 1890. Interessou-me o que foi produzido sobre o Japão no Brasil antes da imigração, mais especificamente no século XIX. Foi assim que soube do livro reconhecido como o “primeiro” relato de um brasileiro sobre aquele país, *Da França ao Japão*, que trata da viagem de Francisco Antônio de Almeida em 1874. Por sorte, naquele fim de mestrado, uma de suas raras edições estava sendo vendida. Uma obra era do período imperial do Brasil, outra da república, e faltava algo que fosse capaz de detalhar o que havia entre elas, na tentativa de compreender um processo e não dois momentos estanques. Nessa busca, conheci a narrativa de Custódio de Mello, *Vinte e um mezes ao redor do planeta*, sobre a circum-navegação que passou pelo Japão em 1889.

Os protagonistas desses relatos são um cientista, um militar e um diplomata. Francisco Antônio de Almeida é reconhecido como o primeiro brasileiro a escrever um relato de viagem sobre o Japão.¹ Era estudante de astronomia na França, quando foi indicado pelo império brasileiro para integrar a missão francesa de observação e registro da passagem de Vênus diante do Sol, em 1874. Nos últimos momentos do império no Brasil, coube a Custódio de Mello comandar uma circum-navegação oficial, tendo chegado ao Japão em 1889, acompanhado pelo neto de D. Pedro II, D. Augusto – a república foi proclamada durante esta viagem. Na volta, o navio que Mello comandava

¹Em relação à sequência dos viajantes, seguimos a cronologia apresentada em: KUNIYOSHI, Celina. **Imagens do Japão: Uma utopia de viajantes**. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP, 1998, p. 116. A primazia de Francisco Antônio de Almeida também foi destacada por outros pesquisadores, como Mônica Okamoto (2010), Rogério Dezem (2005) e Jacques Ferreira Pinto (2018).

trouxe Wasaburo Otake, importante figura na relação entre os dois países. Por fim, o escritor Aluísio Azevedo, diplomata de carreira, fez parte da primeira representação diplomática da república a se estabelecer no Japão, em 1897, com a intenção de trazer imigrantes japoneses ao Brasil, fascinado com a narrativa nacionalista que mobilizava aquele país.

Delimitamos características gerais que auxiliaram a compreender as especificidades da literatura de viagem² – por vezes considerada “gênero menor” (RIBEIRO, 2007) ou “gênero híbrido” (BORM, 2004) – e como nela se insere o *relato*, especialmente como fonte documental.³ Dentro da abrangência do tipo de literatura, os livros de viagens que nos dedicamos seguem a definição de serem compostos por uma narrativa onde há um dominante não ficcional, relatados na primeira pessoa e que apresentam uma jornada em que se pressupõe que autor, narrador e personagem principal são apenas um ou idênticos (BORM, 2004, p.17) e, sobretudo, que tratam de uma experiência real de trânsito. Aqui utilizamos o termo *relato de viagem* como um tipo de literatura de viagem, baseada na experiência *in loco* do autor-viajante. Estes se diferem dos relatórios (também presentes neste trabalho), previamente encomendados sobre um tema específico, com caráter técnico.

Como é essencial a compreensão do texto literário como documento histórico⁴, buscamos entender a relação do escrito e do viajante com a sociedade, antes e depois da publicação. Compreendemos a integridade de uma elaboração literária pela interpretação dialética entre texto e contexto, na qual o social é percebido como elemento interno da

²São diversos os termos utilizados em relação à produção literária relacionada à viagem: literatura de viagem, escritos de viagem, memórias de viajantes, narrativa de viagens, histórias de viagem. Além disso, são recorrentes as referências às mais diversas temporalidades e conteúdos.

³Optamos por não apresentar o longo debate sobre as obras de viajantes, especialmente estrangeiros no Brasil, pois pode ser acessado de forma mais aprofundada em estudos como: LEITE, Ilka Boaventura. **Antropologia de viagem: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX**. Editora UFMG, 1996; ROSSATO, Luciana. **A lupa e o diário: história natural, viagens científicas e relatos sobre a Capitania de Santa Catarina (1763-1822)**. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2007; SUSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. O debate sobre um brasileiro como viajante também pode ser visto em: SCHEMES, Elisa Freitas. **Oswaldo Cabral na “Terra da liberdade”**: relato de uma viagem na vigência da política de boa vizinhança. 2013, 134f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

⁴Mary Louise Pratt (1999, p.38) afirmou: “procurei não circunscrever o relato de viagem a um gênero, mas evidenciar sua heterogeneidade e suas interações com outras formas de expressão”. A historiadora Mary Anne Junqueira (2011, p.55), considerou que a definição de gênero literário “não interessa especialmente ao historiador, uma vez que estamos preocupados com o que essa fonte pode nos informar e revelar sobre determinado período. No entanto, o caminho trilhado pelo especialista [Jam Borm] e as aproximações que faz do relato de viagem com outros tipos de discurso nos permitem compreender melhor a heterogeneidade que atravessa esse *corpus* de textos”.

obra (CANDIDO, 2010). Afinal, ela é produto de seu tempo, decorrente das possibilidades vivenciadas por aqueles viajantes diante de sua realidade pessoal, nacional e global. Partimos do pressuposto de que a liberdade de criação que o autor tem diante de seus personagens, cenários, diálogos e de toda a estrutura que compreende a narrativa – forma e conteúdo – não é ilimitada. Neste sentido, o relato de viagem é duplamente limitado, pois comporta a tensão entre a experiência em pelo menos dois lugares, o de partida e o de chegada.

Por se tratarem de viajantes brasileiros indo ao Japão, cabia compreender como era aquele país e que imagens os narradores formulavam sobre ele. Como não se tratam de relatos amplamente conhecidos, dificilmente conseguiríamos material capaz de responder satisfatoriamente sobre sua recepção e circulação que permitisse delimitar sua influência social e política. Mas percebemos que tais relatos permitiam o acesso a um cenário muito mais dinâmico do que pressupunhamos no início. Por isso, a partir de referências comuns nos textos, passamos a questionar a que demandas respondiam; além disso, se faziam parte de um movimento mais amplo que a experiência pessoal, que movimento era e como se vinculava àquele país asiático.

Falamos em um cenário dinâmico por ser este globalmente interconectado e por fazer emergir elementos como as vinculações entre a história de chineses e japoneses no Brasil, os contatos com lugares e populações do Sudeste Asiático comumente pouco comentadas, as demandas brasileiras relacionadas a fatores exteriores, os interesses no *outro* ancorados por demandas materiais (neste caso, trabalhadores) e as possibilidades diante da conjuntura internacional. Estes fatores não eram evidentes, mas uma vez analisados, responderam às nossas inquietações sobre o mundo visto, vivido e relatado pelos viajantes.

Mesmo focado no período anterior, este trabalho também debate com estudos sobre a imigração japonesa no século XX, tema já consolidado como campo de pesquisa. Destacamos publicações de Hiroshi Saito e Célia Sakurai, particularmente importantes para nós. *O Japonês no Brasil: estudo de mobilidade e fixação* (1961), de Saito, traz seu esforço para construir uma noção abrangente acerca do imigrante japonês, com ampla documentação a respeito das condições da vinda até detalhes do estabelecimento no Brasil, material que consideramos de grande importância. Já *Imigração Tutelada: os japoneses no Brasil* (2000), tese de Sakurai, analisa, em uma perspectiva crítica, o estabelecimento e relações destes imigrantes diante de determinadas condições sociais e

históricas dos dois países. Mais do que focados em casos locais, estes trabalhos se voltam para processos amplos da imigração e são centrais tanto para os estudos sobre os japoneses no Brasil quanto para a formulação de novos questionamentos.

Destacamos também trabalhos de pesquisadoras que se propuseram a pensar sobre a relação entre os dois países, com destaque para o século XIX: Celina Kuniyoshi, em *Imagens do Japão: Uma utopia dos viajantes* (1998), acerca das artes e relatos sobre o Japão publicados no século XIX e início do XX, com ênfase no *japonismo* como movimento artístico e literário ativo na constituição de imagens sobre aquele país; a tese de Monica Okamoto, *O discurso brasileiro sobre o Japão via França: imigração, identidade e preconceito racial (1860-1945)* (2010), que traz a experiência francesa como referência para a construção da imagem inicial dos japoneses no Brasil, demonstrando como “autores brasileiros se apropriavam das ideias francesas sobre os nipônicos para seu próprio benefício, selecionando temas e ângulos favoráveis e descartando ou minimizando o que era problemático para a constituição da representação do Brasil diante do Velho Mundo e dos Estados Unidos” (p.13); a tese de Marcia Yumi Takeuchi, *Entre Gueixas e Samurais: A imigração japonesa nas revistas ilustradas (1897 – 1945)* (2009), que investiga o antiniponismo no Brasil em revistas ilustradas e documentações diplomáticas, atentando-se para a construção do preconceito desde o início da imigração; e a dissertação do pesquisador Rogério Dezem, *Matizes do “amarelo”: a gênese dos discursos sobre os Orientais no Brasil (1878-1908)* (2005), que, a partir da análise dos discursos, estuda representações coletivas relacionadas ao Japão e aos japoneses entre os séculos XIX e XX.

Nossa pesquisa se localiza inteiramente no século XIX, atentando para as experiências de trânsito que ocorreram naquele momento. O recorte foi delimitado pelos anos das viagens dos brasileiros no Japão; ou seja, de 1874, quando ocorreu a ida de Francisco Antônio de Almeida, até 1899, quando a primeira legação oficial brasileira se retirou do Japão. Optamos também por este recorte pelo volume de documentação e por acreditarmos ser possível perceber a aproximação entre estes países desde contatos não oficiais até a primeira tentativa formal. A análise que fazemos dedica-se a ampliar o debate, inserindo relações com outros países da Ásia, diante do cenário imperialista e buscando atentar para as condições materiais em que foram produzidos os relatos, fazendo o cruzamento com fontes diversas.

Com isso, passamos a investigar mais detalhadamente este recorte que aparece geralmente de forma introdutória nos trabalhos sobre o tema, a fim de entender as continuidades e diferenciações sobre a imagem dos asiáticos no debate brasileiro, assim como as demandas que fizeram com que sua vinda fosse negociada no final do oitocentos. Em decorrência dos relatos e dos demais materiais analisados, preocupamo-nos com a questão do trabalho, já que os “trabalhadores asiáticos” foram pensados como possibilidade para o Brasil. As leis abolicionistas vieram a acirrar esta discussão que, para além da retórica, implicava em investimentos reais. A ideia de transição do trabalho escravo para o livre não é vista aqui como um caminho progressista, no qual a primeira alternativa não teria sido adequada ao capitalismo e, portanto, a segunda foi posta em prática. Quando tratamos de *substituição* ou *transição*, os termos são utilizados em referência ao modo como foram apresentados na documentação pesquisada. O recorte desta tese também abrange um período anterior à abolição da escravidão no Brasil, portanto, entendemos que se tratam de elementos concomitantes, não corroborando uma ideia acrítica sobre uma mudança completa no sistema de trabalho, que não leva em conta a permanência tanto de características da escravidão quanto da população liberta existente no país⁵.

A vinda de asiáticos ao Brasil não representou necessariamente a instauração do trabalho assalariado no país, e a liberdade desses trabalhadores é questionável. Trata-se de parte do desenvolvimento capitalista, no qual “muitos outros tipos de relações de trabalho mercantilizadas tão importantes quanto o trabalho assalariado ‘livre’ sempre coexistiram com este” (LINDEN, 2013, p. 398). Neste sentido, o debate sobre a vinda de trabalhadores estrangeiros aconteceu em paralelo a proibição do tráfico (1850), Lei do Ventre Livre (1871) e Lei dos Sexagenários (1885).

Este debate estava vinculado à questão racial. Tanto os viajantes objeto desta pesquisa quanto os que acompanhamos no debate público possuíam noções informadas por estudos que buscavam determinar diferenças raciais e hierarquizar populações. Desta forma, o asiático era visto como “intermediário” entre o africano e o europeu. Havia uma tentativa, como veremos, de não inserir os asiáticos na equação nacional, pois compreendia-se que a espécie humana era dividida e que isto se relacionava à forma como

⁵Considera-se a compreensão de Marcel Van der Linden (2013, p. 63) de que “o fato de a escravidão ter sido em grande medida banida da sociedade capitalista moderna, mesmo em locais onde isso não fazia sentido econômico do ponto de vista da acumulação de capital, tem menos a ver com contradições econômicas do que com a tendência inerentemente universalista das normas burguesas”.

cada “subespécie” se desenvolvia, não apenas biologicamente, mas intelectual e socialmente. Difundia-se a teoria de que a heterogeneidade racial era motivo de degradação social, portanto, se o branqueamento era uma solução para o Brasil, os asiáticos “amarelos” ou “marrons” representariam um atraso nesse processo. De certa forma, a opção por um grupo de trabalhadores significava também a escolha de um elemento que pudesse ser participante da composição nacional.

Nosso recorte abarca igualmente o período dos “impérios” (1875-1914), parte da experiência dos viajantes. Trata-se de um mundo determinado pelo avanço capitalista e pela dominação dos impérios coloniais, em que

a maior parte do mundo, à exceção da Europa e das Américas, foi formalmente dividida em territórios sob governo direto ou sob dominação política indireta de um ou outro Estado de um pequeno grupo: principalmente Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Holanda, Bélgica, EUA e Japão (HOBSBAWM, 2006, p. 88).

O colonialismo foi o aspecto com impacto mais imediato no período, inclusive nas ações de Brasil e Japão, que integravam a economia global formada no século XIX e nela buscavam articular seus interesses.

Com relação às viagens no período, um dos trabalhos mais influentes é o de Mary Louise Pratt (1999), intitulado *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*, no qual analisa principalmente os livros de viajantes europeus e suas atuações no engajamento dos leitores a uma narrativa expansionista. Uma das elaborações mais conhecidas da autora trata das “zonas de contato”:

espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação – como o colonialismo, o escravagismo, ou seus sucedâneos ora praticados em todo o mundo (p. 27).

Nesses espaços ocorrem encontros entre pessoas geográfica e historicamente separadas e sua análise contribui para questionar um processo amplo de dominação europeia que também nos interessa.

A maior parte dos relatos de viajantes vincula-se às empreitadas diretamente colonialistas. Mas esta não é a única possibilidade, afinal houve viagens intercontinentais que não partilhavam necessariamente essa diferença geopolítica. Menos contemplados são os relatos que tratam de relações entre lugares que não se enquandram na fórmula dos viajantes europeus ou estadunidenses, como o *eu* das narrativas, escrevendo sobre

africanos, americanos, asiáticos, entendidos como os *outros*. Nos relatos de viajantes brasileiros ao Japão no século XIX, essa experiência de alteridade traz um estranhamento cultural, mas também certo constrangimento por se perceberem em uma condição subalterna no cenário internacional. Ainda que valores e pensamentos difundidos pelos colonizadores fossem fatores de sua experiência, não eram os únicos. Todos têm considerações que podemos mapear a partir do pensamento europeu, mas não é possível ignorar que a realidade de partida era brasileira. A interatividade no caso estudado se organizava de forma que nenhum dos locais de contato era metrópole do outro, mas estavam ambos, até a última viagem que acompanhamos, na “periferia do sistema mundial” (ANDERSON, 2014, p. 21). Desta forma, permitiam-se utilizar o discurso dominante, mas também o criticavam.

Nos aproximamos também de leituras críticas como a de Edward Said, autor de *Orientalismo* (2015), que questiona as noções de Oriente e Ocidente, mostrando que como conceitos e imagens de diferença “são constituídos de esforço humano – parte afirmação, parte identificação do Outro” (p. 13). Há nisso muito de dominação⁶, pois uma das compreensões do Orientalismo é a de que

pode ser discutido e analisado como instituição autorizada a lidar com o Oriente – fazendo e corroborando afirmações a seu respeito, descrevendo-o, ensinando-o, colonizando-o, governando-o: em suma, o Orientalismo como um estilo ocidental para denominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente (p. 29).

Quando Said afirma que o “Oriente ajudou a definir a Europa” (p. 28) podemos considerar que essa afirmação pode ser usada tanto em termos subjetivos quanto materiais. Percebemos também que não se trata apenas de populações observadas nas viagens ou entendidas como possibilidades de trabalhadores, passivos diante da escolha alheia. Nosso esforço é de percebê-los como agentes de resistência, com ações políticas, tanto no âmbito institucional quanto no cotidiano. Como demonstra Pratt (1999, p. 31), “se a metrópole imperial tende a ver a si mesma como determinando a periferia [...], ela é habitualmente cega para as formas como a periferia determina a metrópole”.

O Ocidente, por sua vez, é entendido aqui como comunidade de valores influenciada pelo cristianismo, surgido da ideia ampla de um modelo de civilização

⁶Cabe registrar que a crítica ao orientalismo não foi inaugurada por Edward Said nem somente vinculada ao Oriente Médio, como nos mostra o pesquisador malaio Syed Farid Alatas (2014), que remete à crítica elaborada no Sudeste Asiático, no século XIX, pelo filipino José Rizal (1861-1896).

atlântica que passou a enquadrar tanto europeus quanto estadunidenses (OSTERHAMMEL, 2014). Isto evidencia que, além de uma divisão do espaço físico, trata-se de uma elaboração sobre o espaço político e social considerado como “mundo civilizado” – é este o horizonte civilizacional que se vê utilizado como comparativo.

Se a própria diferença de Oriente e Ocidente, Leste e Oeste, civilizados e indígenas é criada por indivíduos, temos que levar em conta uma construção na qual estão diversos interesses. Nessa perspectiva, aquele que escreve também fala pelo outro, faz uma distinção geográfica, psicológica, sociológica, estética, uma vez que todo conhecimento é político e tem influência no meio em que se insere. As ações são guiadas pelos valores desses viajantes, que se constituem como socialmente atuantes. Pensar sobre eles e os debates sobre a Ásia, em sua aproximação com o Japão e no modo como buscavam angariar trabalhadores também é uma forma de compreender a “estrutura de dominação cultural” (SAID, 2015. p. 56) ainda relevante e presente, seja em questões mais abrangentes como políticas migratórias e acordos internacionais, seja nas relações entre indivíduos em um mundo onde os trânsitos são cada vez mais constantes.

O presente trabalho se formou a partir destas problemáticas, e para respondê-las foi necessário mobilizar outras fontes além dos relatos de viagem. Utilizamos documentos oficiais e relatórios do império e do início da república no Brasil, obras de outros viajantes, fotografias, estampas, cartas, periódicos nacionais e estrangeiros. Os livros dos três viajantes aqui analisados pertencem ao nosso acervo pessoal; os documentos nacionais são majoritariamente do Arquivo Nacional, da Biblioteca Nacional e sua Hemeroteca, da Fundação Alexandre Gusmão e do acervo do Ministério das Relações Exteriores. Entre os estrangeiros, destacamos o acervo *Gallica*, da Bibliothèque Nationale de France, e o do Metropolitan Museum of Art (EUA).

Consideramos importante compreender que o processo da viagem, em sua totalidade, integra o relato e a experiência pessoal do viajante. Entretanto, temos três longos trajetos entre Brasil e Japão e seria repetitivo nos alongarmos por todos os percursos, por isso, acompanhamos mais detalhadamente o de Francisco Antônio de Almeida. Ele é um personagem presente ao longo de toda nossa narrativa. Isto ocorreu pela própria característica das fontes, que não são proporcionais, mas com lacunas e revelações, justamente o que as torna tão interessantes. Diante delas, não poderíamos negar espaço à atuação pública de Almeida depois da viagem, tanto nas questões sobre a república quanto sobre os trabalhadores asiáticos.

O trabalho possui cinco capítulos, organizados cronologicamente. O primeiro apresenta Francisco Antônio de Almeida, a figura mais presente em nosso texto, mas o viajante menos conhecido entre os que analisamos. No capítulo, buscamos demonstrar as condições de elaboração de seu relato, intitulado *Da França ao Japão*, e acompanhamos sua experiência de viagem desde a partida de Marselha até a passagem pela China. Neste percurso, aparecem a centralidade cultural e política das potências europeias, as críticas ao imperialismo, o debate racial, a importância dos portos asiáticos, sua diversidade e as considerações iniciais a respeito dos chineses e do tráfico de trabalhadores. Além disso, as imagens presentes na obra aqui reproduzidas demonstram a circulação de informações sobre os países visitados e como foram readequadas para a publicação no Brasil.

No segundo capítulo, acompanhamos Almeida em sua estadia no Japão, em 1874. Para a melhor compreensão da originalidade do autor na apresentação de um país distante, começamos com a descrição do país no período anterior ao isolamento, recorrentemente comentado pelos viajantes, com a atuação dos missionários cristãos. Nosso foco principal está na experiência *in loco* do viajante, pois Almeida acompanhou um momento de transição, no qual o Japão ainda estava em seus passos iniciais de mudança pós abertura, contratando estrangeiros, repensando suas instituições e formulando sua imagem para o exterior.

Retornamos ao Brasil no terceiro capítulo, a fim de preencher o espaço entre as viagens de Francisco Antônio de Almeida (1874) e Custódio de Mello (1888), quando havia um intenso debate sobre a mão de obra e a vinda de trabalhadores asiáticos para o Brasil. Mais do que um capítulo contextual, buscamos demonstrar como ocorreu esse debate, os contratos que inspiraram, o uso dos termos *chins* e *coolies* e os projetos para a vinda destes, que evidenciam importantes questões sobre raça e classe. Na primeira metade do século XIX, a relação entre o Brasil e os países do continente asiático era mediada por Portugal, com poucas experiências de vinda de trabalhadores asiáticos. Já no período que analisamos, a previsão da abolição da escravidão contribuía para iniciativas em torno da demanda de trabalho livre e, publicamente, destacou-se o Congresso Agrícola do Rio de Janeiro de 1878 e os embates para a assinatura do Tratado com a China, em 1881.

O quarto capítulo apresenta o momento de transição entre império e república no Brasil, quando Custódio de Mello esteve no Japão (1889), durante uma viagem de circunavegação da Marinha brasileira. Integrava esta viagem o príncipe Augusto Leopoldo,

neto de D. Pedro II; na viagem de volta veio Wasaburo Otake, personagem importante nas relações entre os dois países. O Japão visitado apresentava uma adequação mais consolidada aos modelos ocidentais, formavam-se instituições, a Constituição era promulgada e o país ganhava cada vez mais autonomia no plano internacional. No Brasil, buscava-se resolver a questão dos trabalhadores com a vinda de chineses, mas com interesse também no Japão.

O quinto capítulo acompanha a aproximação oficial com o Japão, decorrente deste longo processo de interesse brasileiro pelos países asiáticos. Este é o período no qual o Japão inicia seu fortalecimento como país imperialista na Ásia, com a Guerra Sino-Japonesa (1894-5). Em relação ao Brasil, efetivou-se o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação (1895), com o envio de uma missão diplomática ao Japão em 1897, na qual estava o escritor Aluísio Azevedo. Sua obra sobre o Japão é expressiva do crescimento do nacionalismo japonês. Entretanto, foi publicada somente da década de 1980, mais do que um problema para esta análise, o fato é demonstrativo da ampliação das produções e do interesse sobre o Japão. O texto de Azevedo é abordado aqui junto aos ofícios das Relações Exteriores, nos quais podemos acompanhar as atividades de legação brasileira e os interesses voltados aos japoneses como imigrantes.

Finalmente, os acontecimentos contemporâneos a esta pesquisa trouxeram outras problemáticas e infelizes coincidências com os temas analisados, como o tráfico de trabalhadores e o racismo, guardadas as devidas especificidades de suas épocas. Em 2017, foi noticiado que mulheres filipinas estavam sendo escravizadas para serviço doméstico em São Paulo (FOLHA DE S. PAULO, 05/08/2017); em 2019, também em São Paulo, foram encontradas mulheres chinesas em cárcere privado para exploração sexual (FOLHA DE S. PAULO, 04/07/2019). De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), no início do século XXI, a região da Ásia e Pacífico concentrava o maior número de pessoas em trabalho forçado (77% do total de trabalhadores), e também o maior número de trabalhadores traficados.⁷ Isto nos faz perceber permanências do que aqui debatemos numa dinâmica global profundamente assimétrica.

Mais recentemente, quando este trabalho já estava em fase final, a pandemia de Covid-19 difundiu junto com o vírus uma narrativa acusatória contra chineses, que em

⁷Dados disponíveis em INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **A global alliance against forced labour**: Global Report under the Follow-up to the ILO Declaration on Fundamental Principles and Rights at Work. Geneva, 2005; ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Combate ao Trabalho Escravo**: um manual para empregadores e empresas. Brasília: OIT, 2011.

muito se assemelha aos julgamentos pejorativos do século XIX. A suposição de que a pandemia tenha começado na cidade chinesa de Wuhan, a denominação negativa de “vírus chinês”, a utilização sensacionalista de notícias sobre morcegos como alimento naquele país, tudo isso fez reemergir o preconceito, com agressões verbais e físicas em diversos locais, incluindo no Brasil, onde os ataques se deram até mesmo em comunicações oficiais.

Além disso, esses acontecimentos trouxeram à tona outra problemática, qual seja, a pandemia demonstrou que, ao contrário do que muitos pensaram num primeiro momento, não estávamos todos sob a mesma ameaça, mas sim que seus efeitos se sentem de forma completamente diferente, dependendo da classe social, especialmente pobres e “trabalhadores subalternos” (LINDEN, 2013). Não foi propriamente uma novidade saber que a exploração de trabalhadores no sistema capitalista, no século XIX ou hoje, faz com que milhares de mulheres e homens sejam colocados à margem da sociedade, com acesso precário a alimentação, educação e saúde; contudo, neste momento, isto culminou na maior letalidade da doença, expondo a face mais cruel da desigualdade social.

2. A VIAGEM DE FRANCISCO ANTÔNIO DE ALMEIDA

São diversas as razões pelas quais guardamos registros das nossas viagens, em geral, marcadas atualmente pela garantia de sua circulação nas mídias sociais, que já integram o comportamento de muitos de nós. O desenvolvimento do transporte aéreo permite o deslocamento de longas distâncias e em poucas horas, sem mesmo precisarmos ou termos a oportunidade de conhecer paisagens e pessoas pelos caminhos que sobrevoamos. Neste movimento, o rápido espraiamento de imagens permite que a relação com cenários e realidades distintas seja mais recorrente, mas possivelmente mais fugaz.

Antes do século XX, quando um viajante se propunha a participar de uma jornada intercontinental, a configuração era bastante distinta. O longo período em navios, a alimentação, as condições de higiene, os fatores climáticos, as doenças, a relação que se estabelecia com a tripulação e, principalmente, as diversas paradas e encontros nos locais em que atracavam tornavam o próprio trânsito parte da percepção sobre o destino. O período a que nos dedicamos abrange a gênese da “globalização incipiente” (ANDERSON, 2014, p.21), de um mundo já em boa parte mapeado, da navegação a vapor, do telégrafo, das ferrovias, mas também da violência imperialista – todos fatores que compunham as experiências dos nossos viajantes.

Para analisar a dimensão dessas viagens e como eram compostos os relatos, neste primeiro capítulo, acompanharemos o percurso do paquete *Ava*, no qual viajou nosso primeiro autor, o astrônomo Francisco Antônio de Almeida⁸. Interessa aqui igualmente perceber a distância física e cultural que separava Brasil e Japão, além do contexto global do final do oitocentos, quando emergiram as condições de contato entre os países. Cabe destacar que Almeida foi, ao que a historiografia indica, o primeiro brasileiro a publicar um relato sobre o Japão, embora sua primazia não inaugure propriamente um debate. A obra de Almeida é a mais completa em termos de informações, traduções e imagens, compondo um quadro detalhado desse mundo no fim do século. Posteriormente, ele permaneceu atuante sobre a questão dos trabalhadores asiáticos e da nascente república brasileira.

O astrônomo foi designado, em 1874, para acompanhar a missão francesa ao Japão – que havia aberto seus portos aos estrangeiros apenas duas décadas antes, após uma longa

⁸ Seu nome completo é Francisco Antônio de Almeida Junior, entretanto é recorrente a variação do uso do último nome. Utilizamos apenas Francisco Antônio de Almeida, pois é como está na autoria de seu livro *Da França ao Japão* (1879).

política de isolamento – a fim de estudar a passagem de Vênus pelo Sol. Como Almeida não se tornou uma figura amplamente conhecida, havendo sobre ele poucas informações, iniciaremos apresentando sua trajetória e posteriormente sua obra *Da França ao Japão: narração de viagem e descrição histórica, usos e costumes dos habitantes da China, do Japão e de outros países da Ásia*.

2.1 UM NOME COMUM EM UMA TRAJETÓRIA INCOMUM

Indagar-se-ia neste instante se seria possível forjar tantas provas contundentes e com tanta autenticidade a respeito da vida desse homem que ilustrou o século passado e que tanto dignificou o Brasil, quer no solo pátrio como no exterior? Como negar veracidade aos depoimentos de fls. 102, 103, 104 e 105, de anciãos que conviveram com o *de cujus* e que atestaram, em linguagem simples, porém, comovente, a sua participação no conflito com o Paraguai?

Os pequeninos elos que faltam para encadear, numa sequência, as diversas fases da vida do Dr. FRANCISCO ANTONIO DE ALMEIDA, são dispensáveis, ante as provas apensadas e os fatos aqui exaustivamente narrados. (DIÁRIO OFICIAL, 02/03/1984)

Foi nesses termos que, em 1984, o ministro Alberto Hoffman, do Tribunal de Contas da União (TCU), acatou o pedido de pensão de Rosa de Maria de Almeida Schmitt, anteriormente indeferido pelo diretor de Inativos e Pensionistas, em 1975. Em 27 de fevereiro de 1967, Rosa Almeida solicitara ao Exército brasileiro uma pensão vitalícia, “na qualidade de filha do Dr. Francisco Antônio de Almeida, veterano da Campanha do Paraguai”, incluindo entre as referências sobre seu pai a viagem ao Japão em 1874 (DIÁRIO OFICIAL, 02/03/1984).

Um dos motivos do primeiro indeferimento fora a quantidade de homônimos contemporâneos de Francisco Antônio de Almeida encontrados durante o processo. E o mesmo problema permaneceu na pesquisa desta tese, pois em meio aos documentos

oitocentistas, encontramos o mesmo nome em avisos de casamentos e falecimentos, por exemplo, tornando impossível associar todas as referências ao astrônomo.⁹

De acordo com os registros apresentados por Rosa Almeida, seu pai nasceu em 04 de maio de 1852, casou-se com Eugênia Lopes de Almeida e faleceu na cidade de Canela, no Rio Grande do Sul, aos 76 anos. Ainda na juventude, teria participado da Guerra do Paraguai, segundo cinco depoimentos reunidos pela filha. Além destes, havia uma *Ordem do Dia*, de 1869, do *Comando em Chefe de todas as forças brasileiras em operações na República do Paraguai*, no qual constava a baixa de um soldado de nome Francisco Antônio de Almeida, do 36º Corpo de Voluntários. A Diretoria de Inativos e Pensionistas do Exército, que analisou a documentação em 1975, considerou problemática a referência, pois havia dois soldados assim chamados: “o primeiro, do 34º Corpo de Voluntários da Pátria, foi ferido em combate no ano de 1868, e o outro, do 36º, foi reformado por incapacidade física em 29.06.1869” (DIÁRIO OFICIAL, 02/03/1984). De acordo com a Diretoria, em nenhum dos casos os dados coincidiam com aqueles apontados no processo de Rosa Almeida. A idade e os homônimos foram questionados: “se algum deles fosse o pai da recorrente teria, à época, 16 anos” e, no mais, “a participação na referida Campanha poderia ter sido a do avô e não do pai da recorrente, uma vez que ambos tinham o mesmo nome, levando em conta a exiguidade do período entre o tempo de soldado e a formação em Curso Superior na Europa” (DIÁRIO OFICIAL, 02/03/1984)

Para o ministro do TCU, que aprovou o pedido posteriormente, o argumento não se sustentava, tendo em vista que outros militares haviam servido desde muito jovens: “haja visto o Duque de Caxias, General Osório, Almirantes Tamandaré e Barroso etc etc., tendo o primeiro prestado juramento à bandeira aos 14 anos”. Se em 1975, sete pontos foram questionados para não conceder o direito de pensão a Rosa de Maria Almeida, em 1984, a Inspeção do Tribunal considerou impossível exigir a “comprovação de fatos que remontam a um passado distante” (DIÁRIO OFICIAL, 02/03/1984), entendendo como satisfatórias as provas apresentadas. Embora considerasse incontestável a participação de Almeida na Campanha do Paraguai, o ministro Alberto Hoffman ponderou a existência de ao menos quatro militares com o mesmo nome:

⁹Francisco Antônio de Almeida esteve envolvido na política da república e ocupou cargos não diretamente vinculados a sua trajetória de cientista. Foi nesta busca pelo viajante-escritor que encontramos este processo recente, reivindicando uma memória para Almeida.

Na realidade, a filiação e a naturalidade, ali lançados, não coincidem com as do pai da peticionária e nem, tampouco, com as de seu avô que contava, na ocasião, com 51 anos. Todavia, ali não há registro, também, da entrada de nenhum militar proveniente do 34º ou do 36º Corpo de Voluntários da Pátria. Como explicar, pois, a situação dos soldados, ambos nominados FRANCISCO ANTONIO DE ALMEIDA, o primeiro ferido em 1º.10.1868 e o segundo que teve baixa, em consequência de licença, em 25.6.1869 (cf. docs. fls. 45, 48 e 74). Um deles poderia, perfeitamente, ser o veterano em causa (DIÁRIO OFICIAL, 02/03/1984).

No resultado final, a variedade de funções que Francisco Antônio de Almeida exercera – como delegado de polícia em Niteroi, nomeado pelo governador do Rio de Janeiro em 1890, presidente do Conselho de Intendência do Município – não foi considerada um problema, mas “plenamente aceitáveis e próprios, na sequência que o foram, na carreira dos superdotados”, história digna de um “herói brasileiro”, nas palavras do ministro. Além disso:

O fato de neles não figurar nenhuma referência à Campanha do Paraguai não pode ser considerado como uma afirmativa de sua não participação naquele evento, uma vez que estas mercês não eram pleiteadas mas concedidas dentro de um critério especial por parte das autoridades outorgantes.

O argumento de que, se fosse realmente o veterano de que se cogita, teria ele requerido o benefício do Decreto Legislativo nº1687, de 13.08.1907 e, a sua viúva, o instituído pelo Decreto Lei nº1544, de 25.08.1939, não pode prosperar. Ignora-se a razão por que não o fez. Entretanto, muitas conjecturas podem ser tecidas e, uma delas, é a de que gozava de boa situação financeira. Quanto à viúva, à data da instituição do benefício em 1939, já se encontrava em idade avançada, razão pela qual, provavelmente, dele não se socorreu (DIÁRIO OFICIAL, 02/03/1984).

Se Francisco Antônio de Almeida de fato participou da guerra, não temos subsídios para afirmar, mas o pedido de sua filha foi acatado pelo TCU, não apenas pelos depoimentos arrolados ao pedido, mas pela aparente excepcionalidade da trajetória de Almeida. Ficava evidente nesse debate que ele era parte da elite nacional oitocentista e, com isso, tivera condições de acesso a uma carreira acadêmica e política¹⁰, fatores que garantiram seu envio para estudos na Europa.

¹⁰Como demonstra a aparição de seu pai, então avô de Rosa de Maria, no *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Côrte e da Capital da Província do Rio de Janeiro*, de 1873, fundado e redigido por Eduardo von Laemmert, como Diretor aposentado da Diretoria da Fazenda.

2.1.2 FRANCISCO ANTÔNIO DE ALMEIDA, O ASTRÔNOMO

Em 1872, no *Relatorio da Repartição dos Negocios da Guerra*, informava-se que o Observatório Astronômico Nacional, sob a direção do Dr. Emmanuel Liais, recebera mais verbas para a aquisição de instrumentos na Europa. Liais esteve no cargo entre 1870 e 1881; contudo, de 1871 a 1874, Camilo Ferreira Armond, visconde de Prados, assumira como diretor interino¹¹. Por isso, foi sob a direção do visconde que dois alunos – Julião de Oliveira Lacaille e Francisco Antonio de Almeida Junior – receberam auxílio financeiro por três anos, “afim de estudarem na Europa a sciencia astronômica, recebendo instrucções do distincto Dr. Liais, emquanto não regressar elle ao Brazil” (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1872). Liais retornou em novembro de 1874, listando em seu relatório oficial os materiais adquiridos na França, além de elogios à gestão do visconde de Prados e à designação de Francisco Antônio de Almeida para acompanhar a comissão francesa ao Japão, para estudar o trânsito planetário de Vênus (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1875).

A estadia na França antes de seguir ao Japão não era apenas uma questão geográfica. Como explica o astrônomo Rogério de Freitas Mourão (2009, p. 319) – pesquisador que mais se dedicou aos trabalhos de Almeida¹² –, a influência francesa na ciência era evidente, sendo cerca de 80% dos livros científicos mundiais publicados naquele idioma até a Primeira Guerra Mundial. Para o Brasil oitocentista, a França representava o centro científico e cultural por excelência¹³. Era grande a influência intelectual, com pensadores como Auguste Comte e suas ideias positivistas (das quais o próprio viajante era adepto).

¹¹Galeria dos Diretores do Observatório Nacional. Disponível em <<https://www.on.br/index.php/pt-br/conteudo-do-menu-superior/34-acessibilidade/70-galeria-dos-diretores.html>>. Último acesso em 13/07/2020.

¹²Durante o andamento desta pesquisa foi defendida a dissertação intitulada *A Paralaxe do outro*, sobre Francisco Antônio de Almeida, que objetivou analisar a alteridade estabelecida entre o viajante brasileiro e os visitados na África e Ásia, buscando ainda aproximações entre História e Astronomia. Nossa pesquisa diferenciava-se por buscar inserir o relato em uma série e pensar a experiência de Almeida na aproximação entre Brasil e Japão, dando destaque ainda para as litogravuras, diálogos com outros relatos e debates sobre imperialismo e trabalhadores asiáticos. Ver: PINTO, Jacques Ferreira. **A paralaxe do outro: medidas de alteridade entre África e Ásia no primeiro relato de viagem de um brasileiro no Japão no século XIX**. 2018, 140f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

¹³Ver: GUIMARÃES, Valéria. Revistas francesas no Brasil caminhos da modernidade: catálogos e mediadores (Rio de Janeiro e São Paulo, século XIX e XX). **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 9, n. 2, jul. – dez., 2016.

Para Mourão, a viagem de Almeida ao Japão esteve marcada por questões que iam além do conhecimento astronômico. O país se favorecia da valorização da ciência após a guerra contra o Paraguai, a partir da criação de instituições como a Escola de Minas de Ouro Preto, em 1876; Comissão Geográfica e Geológica do Brasil, em 1875; Laboratório de Fisiologia do Museu Nacional, em 1880; Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (atual Sociedade Brasileira de Geografia), em 1883; Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, em 1886 (MOURÃO, 2009, p. 325). Portanto, incentivados pela conjuntura política de valorização científica, Lacaille e Almeida foram enviados “pela mordomia da Casa Imperial” (p. 325).

A passagem do planeta Vênus pelo Sol é um evento importante para os estudos astronômicos. Devido a sua raridade, quando o fenômeno ocorre há grande mobilização de cientistas de todo o mundo: “os trânsitos aparecem, geralmente, em pares separados de oito anos e, entre eles, de 121.5 ou 105.5 anos, alternadamente. O ciclo global é, então, de 243 anos (8 + 121.5 + 8 + 105.5)” (AUGUSTO; SOBRINHO, 2007, p.7). Em 1874, em Nagasaki, Almeida teve papel de destaque por ter operado o “revólver fotográfico” de Jules Janssen, ferramenta que possibilitou que o evento fosse o “primeiro trânsito ‘público’ e fotografado” (AUGUSTO; SOBRINHO, 2007, p. 7) e que foi considerado um precursor do sistema de filmes (MOURÃO, 2004). A passagem de 1874 foi precedida pela de 1769, conhecida nos estudos sobre literaturas de viagem, pois foi testemunhada pela expedição de James Cook. E a passagem que antecedeu aquela vista por Cook ocorreu em 1761, tendo sido um dos principais eventos científicos a ultrapassar fronteiras até então:

A observação do trânsito de Vênus de 1761 deu lugar provavelmente ao primeiro grande projecto científico à escala internacional. Foram enviadas expedições para locais tão remotos quanto a ilha de Sta Helena (Atlântico), Terra Nova (Canadá), Vardø (Noruega, acima do Círculo Ártico), Ilha de Rodrigues (Índico), Tobolsk (Sibéria) e Ilhas Maurícias (Índico). (AUGUSTO; SOBRINHO, 2007. p.12).

Nota-se que a passagem de Vênus, para além de um evento científico importante, era também uma empreitada política de largo alcance, em relação direta com os trânsitos além-mar e, conseqüentemente, com a produção de livros de viagem. Para Mary Louise Pratt (1999, p. 80)

A “grande era” da viagem científica está usualmente associada às expedições de Cook, Bougainville e outros aos mares do sul, inicialmente organizadas próximo à passagem de Vênus pelo

meridiano, em 1768. Estas expedições marítimas efetivamente inauguraram a era da viagem científica e do relato de viagem científico. Mas, ao mesmo tempo, elas marcaram o fim: o da última grande fase da navegação de exploração européia. Cook descobriu e mapeou a costa do último continente não cartografado – a Austrália. De certa forma, preparou o cenário para a nova fase da exploração de terra firme.

Ainda de acordo com Mourão (2009, p. 317-8), as empreitadas científicas eram vinculadas às atividades da política internacional:

Em astronomia foram organizadas comissões internacionais com objetivos científicos como, por exemplo, a paralaxe do Sol, ou seja, a determinação da unidade astronômica pela observação da passagem de Vênus que estimulava a organização de grandes expedições no século XVIII e XIX (...).

Com o objetivo de neutralizar as ações de outros países, a França tentou coordenar as missões da passagem de Vênus de 1882, através da Academia de Ciência de Paris, da qual participaria o Brasil. Essa decisão francesa se baseava na grande vitória com que as expedições anteriores tinham contribuído para o fortalecimento e a exploração geográfica de países além-mar.

Este contexto científico é parte da experiência do viajante no momento de escrita do relato, e negá-lo descaracterizaria a própria obra. Se a “corrida científica” tinha vinculações políticas, o mesmo ocorreria com a publicação do relato de Francisco Antônio de Almeida, que se tornou um material utilizado no debate sobre a vinda de trabalhadores asiáticos ao Brasil no final do século XIX e demonstrativa da participação do Brasil no evento científico.

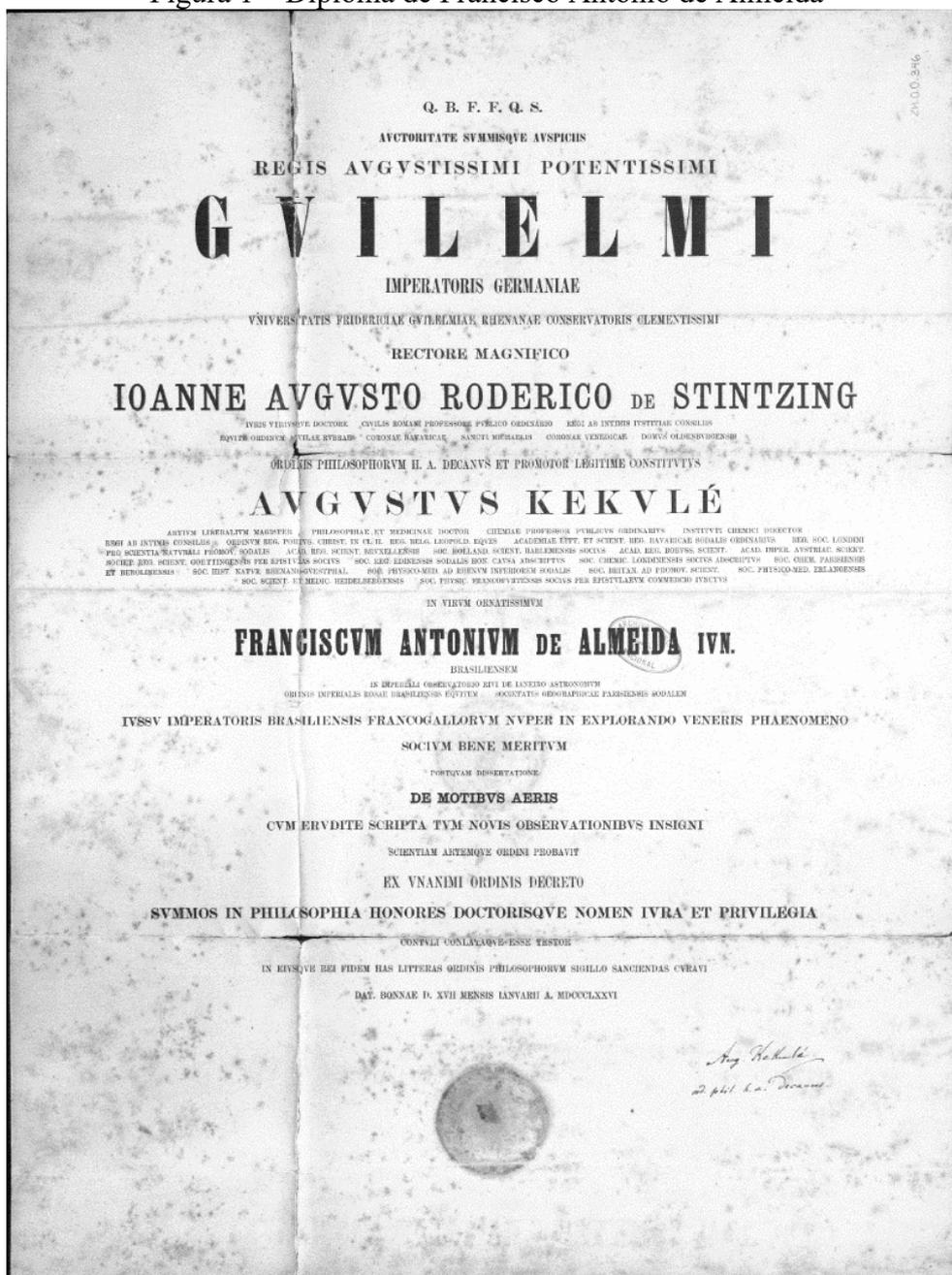
Almeida doutorou-se em 1876. O certificado (figura 1), da atual Universidade de Bonn, na Alemanha, foi assinado por August Kekulé, um dos mais renomados químicos do XIX. No documento, ele é identificado como brasileiro vinculado ao Imperial Observatório do Rio de Janeiro, cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa e membro da Sociedade Geográfica de Paris.

No dia 16 de fevereiro de 1876, o jornal *O Globo* publicou:

Passará pela Bahia em seu regresso da Europa o Dr. Francisco Antonio de Almeida Junior, filho do coronel Francisco Antonio de Almeida, director de Fazenda aposentado da província do Rio de Janeiro. Encarregado pelo nosso governo de assistir no Japão á passagem de Venus em 1874 e fazer as observações astronômicas solicitadas pela sciencia, o Dr. Almeida Junior acaba de completar os seus estudos na Europa de onde volta para o seio de sua família, precedido pelos louvores e consideração que lhe tem prodigalizado a imprensa. (O GLOBO, 16/02/1876)

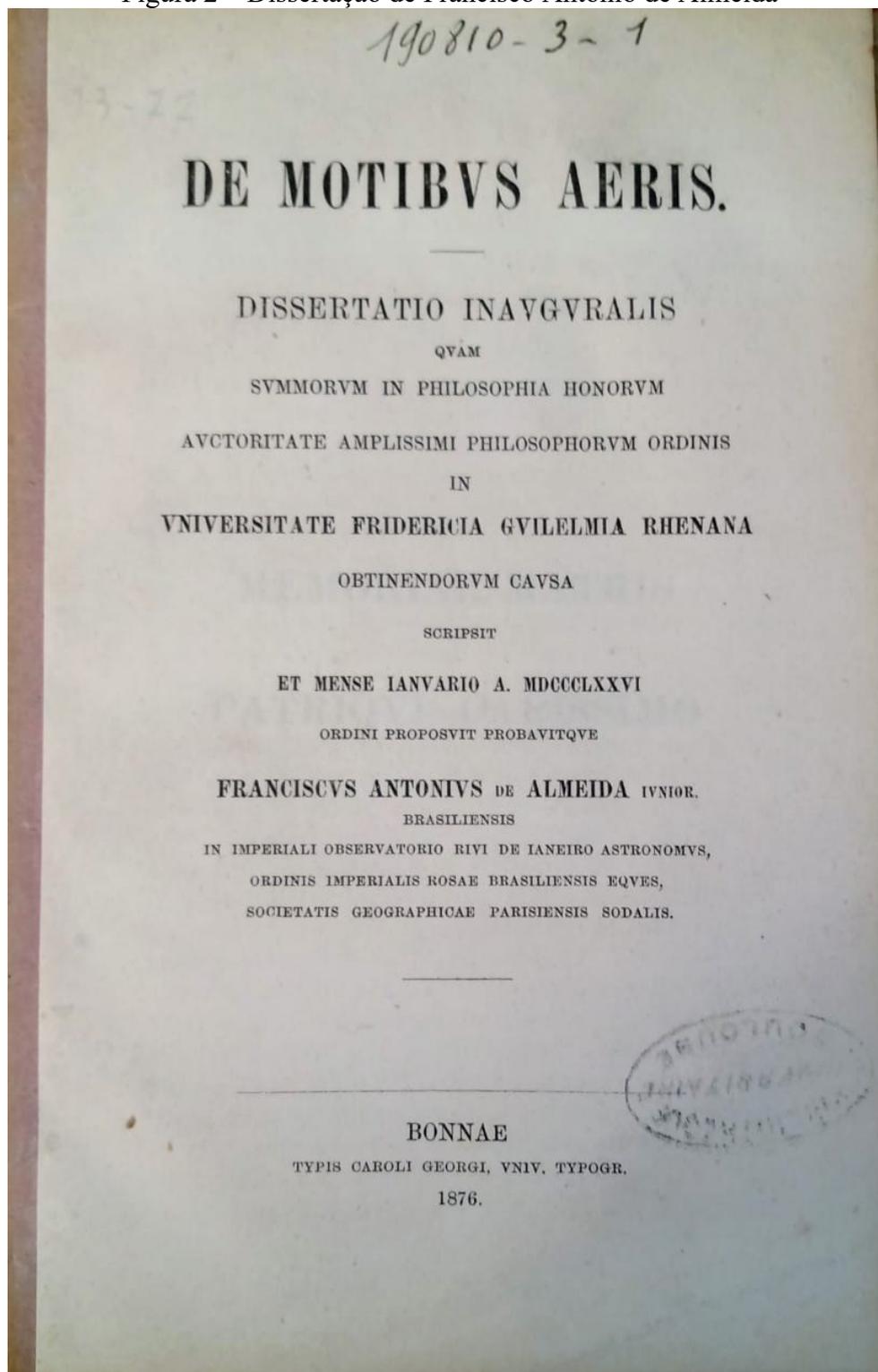
Uma vez de retorno ao Brasil, Almeida foi nomeado para lecionar no 2º ano do Curso de Minas da Escola Politécnica, no Rio de Janeiro. E, em 1879, publicou seu relato *Da França ao Japão: narração de viagem e descrição histórica, usos e costumes dos habitantes da China, do Japão e de outros países da Ásia*.

Figura 1 – Diploma de Francisco Antônio de Almeida



Fonte: DIPLOMA de Doutor em Filosofia concedido a Francisco Antônio de Almeida, do Imperial Observatório Astronômico do Rio de Janeiro. Referência: BR RJANRIO 2H.0.0.346. Disponível no Arquivo Nacional.

Figura 2 – Dissertação de Francisco Antônio de Almeida



Fonte: ALMEIDA, Francisco Antonio de. **De motibus aeris**. Universitas Fridericia Guilelmia Rhenana, 1876.

2.2 A PUBLICAÇÃO DE *DA FRANÇA AO JAPÃO*

Uma obra tão bem cuidada, com desenhos coloridos e em preto e branco, de autoria de artistas famosos na época, como o português Raphael Bordallo Pinheiro e J. Mill, acabou relegada ao esquecimento. No entanto, foi ela a iniciadora do Japonismo no Brasil, a pioneira na construção do exótico Japão e na retomada do imaginário quinhentista/seiscentista do País dos *Samurais*. (KUNIYOSHI, 1998, p. 111)

A definição acima é de Celina Kuniyoshi sobre *Da França ao Japão*, que, desde sua publicação em 1879, chamava a atenção pela qualidade material. Naquele momento, havia poucas obras publicadas sobre o Japão.¹⁴ De acordo com a pesquisadora, que se dedicou ao estudo do *japonismo*¹⁵, “podemos considerar que Francisco Antonio de Almeida não é apenas um japonista pioneiro no Brasil, mas também no Ocidente” (KUNIYOSHI, 1998, p. 107). Entretanto, a publicação em português teria dificultado sua circulação fora do Brasil e seu reconhecimento.

Antes de enviar Francisco Antonio de Almeida ao Japão, o Ministério da Guerra (11/07/1874) emitiu uma nota comunicando a importância da empreitada, a ajuda de custo e o que deveria ser feito por ele:

Ministério dos Negócios da Guerra – Rio de Janeiro, 11 de Julho de 1874.

Devendo realizar-se no dia 8 de Dezembro do corrente anno um dos mais importantes fenômenos astronomicos, a passagem de Venus pelo disco solar, para cuja observação foram já nomeadas comissões de diversos paizes europeus, e convindo que o Brazil se faça representar em alguma delas, tem o governo imperial resolvido designar a v. para esse fim, incumbindo a legação brasileira em Pariz de obter do governo francez que v. vá fazendo parte da respectiva comissão, na qualidade de adjunto ou adido, sendo que, além do vencimento mensal que v. está percebendo nesta data é mandada pôr a disposição da delegacia do tesouro em Londres, a quantia de 1:500 ¢ rs. para lhe ser abonada, como ajuda de custo, para as despesas extraordinárias e de transporte.

Deverá v. apresentar opportunamente um relatorio ou memoria sobre o mencionado phenomeno.

O governo espera que v. desempenhará esta commissão com todo o zelo.

¹⁴Celina Kuniyoshi (1998, p.107) apresentou que durante sua pesquisa, publicada em 1998, seu levantamento contabilizou apenas nove obras de viajantes estrangeiros sobre o Japão anteriores à de Francisco Antônio de Almeida.

¹⁵O colecionador francês Philippe Burty denominou o interesse europeu pelos artefatos japoneses, desenvolvido na década de 1860, de *japonismo*. Posteriormente, definiu como “um novo campo de estudos, artísticos, históricos, etnográficos” (KUNIYOSHI, 1998, p. 76-7).

Deos guarde a v. - *João José de Oliveira Junqueira* – Sr. Francisco Antonio de Almeida Junior.

A contrapartida em relação ao financiamento da viagem de estudos era o “relatório ou memória”, o qual não sabemos afirmar se foi o relato *Da França ao Japão*, a publicação científica *A paralaxe do sol e a passagem de Venus* ou se foram ambos. É possível que o segundo título, pelo caráter técnico, tenha sido o documento solicitado pelo governo brasileiro, embora o relato fosse uma resposta à opinião pública diante das notícias publicadas sobre o investimento do governo na viagem do astrônomo.

Almeida permaneceu três meses no Japão. Suas considerações em *Da França ao Japão* são fruto de uma experiência guiada e em grupo, elaboradas a partir das anotações feitas durante as duas viagens, de ida e volta. Ele pôde rever e mesmo conhecer outros pontos dos mesmos lugares, como expôs na própria obra, em trechos nos quais comentou a importância da viagem de retorno. Num destes, ao partir do Egito, indicou sua vontade de conhecer Alexandria quando voltasse:

Ficará a satisfação da nossa curiosidade para quando voltarmos do Oriente, já habituados com os costumes orientaes e as emoções da viagem; e, como dizem que a civilização partio do Oriente, não será sem interesse procurarmos seos vestigios d'este extremo ao occidente; e sendo o methodo indispensavel a todos os projectos que o espirito humano pôde conceber, aproveitamos da viagem de ida para disprevenidos recebermos as impressões, e durante a volta coordenaremos os factos e deduziremos as nossas observações sobre o gráo de desenvolvimento de cada povo, sob o ponto de vista da moderna civilização.

Assim, esta segunda visita pelos mesmos paizes servirá para corrigirmos os nossos primeiros juizos, com o único fim de restabelecermos a verdade, muitas vezes adulterada pela imaginação ardente e entusiastica de alguns viajantes, ou pela exageração de outros, que julgão assim, tornar mais interessante a descripção viciada de suas viagens. (ALMEIDA, 1879, p.31-2)

Sobre sua descrição e análise como cientista, ele destacava seu método: uma análise inicial, a partir das primeiras impressões, uma segunda para confirmação dos dados e, a partir daí, a interpretação do “ponto de vista da moderna civilização” (p. 31), o que indica sua perspectiva eurocêntrica. Embora saibamos que há no relato o caráter subjetivo, é importante levar em conta que, para Almeida, tratava-se de uma descrição objetiva, como se fossem decantadas as considerações imaginativas ou entusiásticas. Mesmo voltando-se ao público leitor leigo, apresentava notas explicativas e citações de

outras obras, indícios de um texto elaborado após a viagem. Mesmo assim, a narrativa não apresenta o mesmo caráter técnico e científico de outras obras suas – *Notícia sobre as minas de ferro de Jacupiranguinha e bases de um projeto de exploração* (1878) e *A paralaxe do Sol e as passagens de Vênus* (1878) – nem de engajamento político, como o de *A Federação e a Monarquia* (1889).

O livro *Da França ao Japão* foi anunciado por diversos periódicos, como o carioca *Gazeta de Notícias*:

Acaba de publicar-se um precioso volume intitulado *Da França ao Japão* pelo nosso amigo Dr. Francisco Antonio de Almeida. Compendia esta importante obra a narração de viagem e descrição histórica, usos e costumes dos habitantes da China, do Japão e de outros paizes da Asia. O autor trata d'estes assumptos com a crítica e a observação que pôde exercer, quando, como adido á comissão do governo francez foi ao Japão em 1874 acompanhar as observações da passagem de Venus. A obra é ilustrada, e contém uma minuciosa carta do Imperio do Japão, excelentemente gravada. (GAZETA DE NOTICIAS, 12/01/1879)

A publicação foi destacada por seu apuro gráfico e pelo ineditismo da temática. O *Jornal da Tarde*, também publicado no Rio de Janeiro, destacou:

Tivemos o prazer e a honra de receber hoje uma importante obra, publicada este anno, na Côrte, sob o titulo – *Da França ao Japão*. É seu autor o ilustrado sr. dr. Francisco Antonio de Almeida, que fez parte da comissão do governo francez, que observou a passagem de Venus, no Japão, em 1874.

O livro, nitidamente impresso, adornado com mimosas gravuras, e trazendo o retrato do autor e uma carta do império japonez, organizada, segundo dados officiaes, pelo mesmo sr. dr. Almeida, compõe-se da narração de viagem a descrição histórica, usos e costumes dos habitantes da China, Japão e outros paizes da Ásia.

Parte das gravuras são devidas ao lápis do conhecido sr. Bordalo Pinheiro.

No seu gênero, é uma das melhores obras que temos visto.

Agradecendo a gentileza da oferta, recomendamos-la ás pessoas que prezam as letras no seu valor real. (JORNAL DA TARDE, 14/01/1879)

A literatura de viagem atraía o interesse comercial. A pesquisadora Mary Louise Pratt (1999, p. 159) relacionou-a com a profissionalização da escrita, já no século XVIII, quando

havia se tornado um negócio lucrativo, escritores-viajantes e seus editores se baseavam cada vez mais em escritores e editores profissionais para assegurar um produto competitivo, frequentemente transformando completamente os manuscritos, em geral na direção do romance.

Em diversos periódicos da capital do império, encontramos notas sobre o lançamento do livro de Almeida, como em *O Besouro*, de propriedade do ilustrador português Bordalo Pinheiro:

Figura 3 – Anúncio do lançamento de *Da França ao Japão*

Sahirá á luz no começo de 1879

DA FRANÇA AO JAPÃO

Narração de viagem e descrição historica, uzos e costumes dos habitantes da China e do Japão

PELO
Dr. Francisco Antonio de Almeida.

Um volume in 4.º de mais de tresentas paginas, em edição de luxo e contendo vinte e duas finissimas gravuras, das quaes a maior parte são coloridas e douradas, e um mappa do Japão organizado pelo author segundo os documentos officiaes deste paiz.

CONDIÇÕES DAS ASSIGNATURAS:

O volume brochado para os assignantes.	7\$000
” ” avulso	10\$000
” encadernação de luxo com filetes dourados para os assignantes.	10\$000
” ” ” ” ” ” ” avulso	14\$000

AS ASSIGNATURAS SE PAGÃO NO ACTO DA ENTREGA DA OBRA.

Recbe-se assignaturas nas principaes livrarias do Imperio e no escriptorio d'esta folha.

Fonte: *O Besouro*, 28 de setembro de 1878. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/749915/270>> Último acesso em 14/02/2017.

Entre 1879 e 1880, a publicação se destacava pelos aspectos materiais da obra, pois era “a primeira vez que no Brazil se faz chromos em doze cores” (GAZETA DE NOTICIAS, 12/02/1879). Estas figuras foram produzidas pela Imperial Lithographia de A. Speltz, e o livro foi impresso pela Typographia do Apostolo, ambos no Rio de Janeiro.

As imagens foram assinadas pelo próprio Alexandre Speltz, por Bordalo Pinheiro e Joseph Mill. Sobre Speltz temos poucas referências atualmente. Quanto ao desenhista português Bordalo Pinheiro, chegou ao Brasil em 1875, a convite do proprietário do periódico *O Mosquito*, Manuel Rodrigues Carneiro. Bordalo veio preencher o lugar deixado pelo italiano Angelo Agostini, tendo retornado a Portugal no início de 1879, ano da publicação do relato de Almeida (COSTA, C., 2007, p.187). O ilustrador francês Joseph Mill trabalhava em periódicos e lecionava em liceus e para alunos particulares, mas sua trajetória no Brasil foi marcada pelas charges (p. 170). O conhecimento e a experiência dos ilustradores eram importantes para a qualidade das imagens de *Da França ao Japão*, que foram um dos principais chamarizes para a obra.

A participação destes artistas na produção do relato foi possível pela então recente produção de periódicos ilustrados no Brasil, bem recebidos pelo público, já habituado com os importados da França, principalmente.¹⁶ Além do retrato do autor, as ilustrações que constam em *Da França ao Japão* são:

Tabela 1 – Imagens que ilustram *Da França ao Japão*

Título	Legenda	Cores	Autoria
China	Mandarim civil	Colorida	Alexandre Speltz
Aden	Joven criado de Aden	Monocromática	Bordalo Pinheiro
Aden	Musicos de Aden	Monocromática	Joseph Mill
Ceylão	Lettrado indiano	Monocromática	Joseph Mill
Ceylão	Pellotiqueiro indiano	Monocromática	Bordalo Pinheiro
Ceylão	Nogociante do Ceylão	Monocromática	Bordalo Pinheiro
Ceylão	Mulher cinguleza	Monocromática	Joseph Mill
–	Manifesto publicado pelos chins contra os estrangeiros	Monocromática	–
China	Mulher china	Monocromática	Joseph Mill
Japão	Imperantes do Japão	Monocromática	–
China	Dama chinesa e sua criada	Colorida	–
Japão	Principe Japonez	Monocromática	Joseph Mill
Japão	Barbeiro japonez	Monocromática	Joseph Mill
Japão	Jovens japonezas tocando bandolim	Monocromática	Joseph Mill
Japão	Dama japoneza dormindo a sesta	Monocromática	Joseph Mill
Japão	Barca de passeio tripulada por mulheres japonezas	Colorida	Alexandre Speltz
Japão	Jovem dama japoneza e sua criada	Colorida	–
Carta do Imperio do Japão org. segundo documentos officiaes	–	Colorida	Francisco Antonio de Almeida

Fonte: Dados compilados a partir da análise do livro *Da França ao Japão* (1879)

Esses ilustradores europeus, em contato com imagens de diferentes continentes, transpunham-nas para o público brasileiro. Percebe-se que Almeida teve acesso a elas por diversos meios, alguns dos quais conseguimos mapear, da gravura à fotografia. No livro, elas eram importantes para que os leitores pudessem visualizar os diferentes “costumes e

¹⁶ A primeira publicação com “quadros sucessivos de imagens” foi a *Revista Illustrada* (1876-1898) de Angelo Agostini, mas desde quinze anos antes, os leitores brasileiros já tinham acesso a este tipo de publicação com os periódicos franceses (GUIMARÃES, V., 2016, p.26).

usos” em países distantes. Nas obras que influenciaram Almeida, estão as que apresentavam figuras de japoneses, chineses e de outros “tipos” não europeus. Publicações sobre esta temática não eram raras no século XIX, inclusive com os mesmos termos, como vemos em: *Le Japon: Histoire et description: Moeurs, costumes et religion* (1864), de Edouard Fraissinet, publicado em Paris; e *Moeurs, usages et costumes de tous les peuples du monde* (1844), de Auguste Wahlen.

Entre textos e imagens, Francisco Antônio de Almeida narrou em seu livro a viagem até o Japão, saindo de Marselha em 19 de agosto de 1874, a bordo do *Ava*, propriedade da Compagnie des Messageries Maritimes, e depois, seu retorno à Europa. Nos dezoito capítulos que compõem o livro, relatou a viagem a bordo dos navios *Ava*, *Tanais*, *Golden Age*, *Neva*, *La Provence*, passando por Marselha e Toulon, Nápoles, Cairo, Suez, Aden (Iêmen), Ponta de Galles, Ceilão (Sri Lanka), Malaca (Malásia), Singapura, Saigon (Vietnã), Hong Kong, Macau, Pequim, Shanghai (China), Yokohama, Yedo e Nagasaki.

2.3 A EUROPA COMO MEDIDA E OS “PAIZES CURIOSOS”

Ao iniciar a narração de sua viagem, Francisco Antônio Almeida explicou que a ida ao Japão se devia a um acontecimento astronômico, descrito de forma poética, quando a “deusa da formosura” se encontraria com o “dardejante Sol”, tendo os observadores um “papel de terceiro em questão de amor” (ALMEIDA, 1879, p. 8-9). Mas em *Da França ao Japão*, observa-se que a passagem de Vênus pelo Sol ou os debates científicos não são centrais, mas sim a descrição dos lugares e os “usos e costumes” das populações que o autor conheceu.

Para demonstrar sua erudição, Almeida expôs seus conhecimentos sobre arte e história, mobilizados especialmente em sua passagem pela Europa. Este acesso decorrente de sua instrução e origem social moldou seus gostos, e isto é um indicativo sobre o que buscava apresentar de si no relato e da construção de sua distinção social (BOURDIEU, 2007). Assim, as esculturas do francês Pierre Puget, em Toulon, por si só “compensam a visita do estrangeiro” (ALMEIDA, 1879, p. 12). Em Nápoles, a arquitetura “recordava-nos que a patria das artes era vizinha da capital do christianismo” (p. 12), onde as obras barrocas eram apreciadas pelo viajante católico. Seu interesse pela

arte italiana rendeu descrições de monumentos, museus, pinturas e esculturas da Renascença. Almeida também tinha interesse pela arqueologia, como demonstram as descrições das estátuas de bronze encontradas em escavações nas antigas cidades de Pompéia e Herculano, destruídas pelo Vesúvio, e os papiros “escripturados pelos antigos e por consequencia, preciosos depositários dos seus pensamentos” (p. 16). Também deu importância às traduções dos trabalhos de “Philodemo, Rabirio e Epicuro, graças aos perseverantes cuidados dos sábios Carcani, Ignarro e Giordano” (p. 17).

Todas essas referências sobre arte, literatura e história visavam distinguir a obra de uma simples narração de acontecimentos. Demonstrar erudição era parte de uma estratégia para diferenciar-se de um comerciante ou militar em viagem. Este referencial também era importante para a validação de seu discurso. De acordo com Almeida, ele ia em “busca da verdade” – termo frequentemente usado no relato – e para isso aproveitaria da viagem de retorno para certificar-se de suas observações. Este modelo de análise condizia com sua orientação positivista de subordinação da imaginação à observação, contrapondo-se aos que se influenciavam pelas “pequeninas miserias” e que, por interesse, sacrificavam “ao seu epicurismo, a dignidade propria e a verdade historica” (ALMEIDA, 1879, p. 24). Estes pensamentos do século XIX foram centrais para a concepção de história de Almeida e mesmo para sua própria atividade. No “século da História” o uso do termo remete àquele do positivismo, das escolas metódicas, da “História como ciência” (MARTINS, E., 2015, p. 10-1). Por isso era cara ao nosso viajante a elaboração de argumentos articulados com dados empíricos.

Almeida considerava Comte uma importante referência. Na obra *História do Positivismo no Brasil* (1964), de Ivan Lins, é apresentado um trecho do relato de Almeida no qual ele elogiou os estudos do positivismo comtiano no país¹⁷: “em 1879, no livro *Da França ao Japão*, o Dr. Francisco Antônio de Almeida observava que, assim como os doutores chineses aprofundavam a filosofia de Confúcio, os alunos adiantados das nossas Escolas se entregavam ao estudo da filosofia positiva” (p. 509). É importante lembrar que a primeira Sociedade Positivista foi fundada no Rio de Janeiro dois anos após a viagem do astrônomo ao Japão, em 1876 (SKIDMORE, 2012, p. 46). Mas suas perspectivas eram provavelmente mediadas pela Escola Politécnica, como explica Skidmore (2012, p. 48):

¹⁷“Apesar de christãos, os doutores chineses aprofundão e discutem a philosophia de Confucio, do mesmo modo que, entre nós, os estudantes adiantados das nossas escolas entregão-se ao estudo da philosophia positiva, desenvolvida magistralmente por Augusto Comte” (ALMEIDA, 1879, p.228)

Na década de 1860, estudantes de matemática ou engenharia no Rio ouviam de seus professores que as doutrinas filosóficas de Comte constituíam a aplicação lógica da ciência à sociedade. Tais ideias levavam muitos estudantes ao positivismo; e vários desses jovens, formados pela Academia Militar ou pela Escola Politécnica, tornaram-se proeminentes oficiais do Exército e engenheiros.

O pensamento positivista também era de interesse de membros da elite que desejavam modernização e desenvolvimento econômico sem mudança social. Característica ainda importante para Almeida era o fato de que

a tônica dada por Comte à família como unidade básica da sociedade era outra ideia atraente para os brasileiros ansiosos por modernização, mas preocupados com a forte ênfase no indivíduo característica do pensamento liberal europeu (o que poderia corroer a família) (SKIDMORE, 2012, p. 48).

Da Europa também vinham as teorias raciais. A publicação de *Systema Naturae*, de Carl Linnaeus, influenciou o modo como os europeus se entendiam em relação às demais populações¹⁸, mesmo que seu sistema tenha sido elaborado para classificar plantas; com ele, Linnaeus “sintetizou as aspirações continentais e transnacionais da ciência europeia” (PRATT, 1999, p. 57). *Systema Naturae* foi publicado em 1735 e atualizado em 1758, quando incluiu a categorização da espécie *homo sapiens*, em seis variantes¹⁹. Linnaeus classificou os tipos humanos por critérios como cor de cabelo, de olhos, hábitos vestimentais, características morais e organização social.²⁰ Trata-se de uma categorização comparativa que reforçava teses sobre a superioridade europeia, do homem racional, forte e belo. As características dos asiáticos não eram consideradas positivas, entendimento que permaneceu por mais de um século depois como qualificativo recorrente sobre as populações da Ásia.

¹⁸A sistematização a partir da história natural permitiria uma nova “consciência planetária”. Para isso, “o olhar (letrado, masculino, europeu) que empregasse o sistema poderia tornar familiar (‘naturalizar’) novos lugares/novas visões imediatamente após o contato, por meio de sua incorporação à linguagem do sistema” (PRATT, 1999, p.66). Nossos viajantes não eram vinculados à história natural, mas sua organicidade e léxico europeu foram parte do que utilizaram para compreender e narrar suas experiências.

¹⁹É importante informar que Linnaeus não foi o primeiro a dividir os povos por raças; no século XVI, por exemplo, já havia uma classificação proposta por François Bernier.

²⁰a) Homem selvagem. Quadrúpede, mudo, peludo. b) Americano. Cor de cobre, colérico, ereto. Cabelo negro, liso, espesso; narinas largas; semblante rude; barba rala; obstinado, alegre, livre. Pinta-se com finas linhas vermelhas. Guia-se por costumes. c) Europeu. Claro, sanguíneo, musculoso; cabelo louro, castanho, ondulado; olhos azuis; delicado, perspicaz, inventivo. Coberto por vestes justas. Governado por leis. d) Asiático. Escuro, melancólico, rígido; cabelos negros; olhos escuros; severo, orgulho, cobiçoso. Coberto por vestimentas soltas. Governado por opiniões. e) Africano. Negro, fleumático, relaxado. Cabelos negros, crespos; pele acetinada; nariz achatado, lábios túmidos; engenhoso, indolente, negligente. Unta-se com gordura. Governado pelo capricho. (PRATT, 1999, p. 68)

Mas é a classificação sobre os seres humanos, nos moldes da elaborada pelo cientista alemão Johann Friedrich Blumenbach em 1795, a mais presente no discurso do fim do oitocentos sobre os trabalhadores asiáticos. Ele dividiu cinco raças principais: caucasianos, mongóis, etíopes, americanos e malaios. Resumidamente, para Blumenbach, caucasianos eram os brancos europeus, eventualmente, alguns oriundos da Ásia Oriental e do Norte da África; mongóis eram os amarelos, asiáticos (exceto os malaios) e uma reduzida população da Europa e da América do Norte; etíopes eram os pretos, oriundos da África subsaariana; os americanos eram cor de cobre, habitantes das Américas; e os malaios eram os de cor marrom, habitantes de ilhas do Pacífico, das Filipinas e da península da Malásia (BLUMENBACH apud BENDYSHE, 1865, p.264-266). Segundo sua perspectiva monogenista, as três primeiras raças seriam as centrais, das quais os caucasianos eram não apenas os mais belos, mas a eles também pertencia a preeminência dos humanos; mongóis e etíopes representavam degenerações; e “transitórios”, os americanos eram a intermediários entre caucasianos e mongóis, e os malaios entre caucasianos e etíopes (BENDYSHE, 1865. p. xi). A partir dessas concepções racialistas elaborava-se uma narrativa que tornava os não brancos inferiores em termos físicos e morais.

Nesta classificação, cabe salientar que asiáticos e amarelos não apareciam como sinônimos, embora fossem assim considerados em grande parte do debate no Brasil. Encontramos também a presença de asiáticos considerados “marrons”, fazendo com que o termo “malaio” fosse utilizado para definir determinados grupos de trabalhadores asiáticos no oitocentos, nem sempre em referência aos habitantes da Malásia.

Nenhum de nossos viajantes debateu estas obras diretamente, embora suas premissas integrem as análises presentes nos relatos. Eles se utilizaram destas como verdades científicas, assim como categorias políticas, de manutenção da estrutura social ou ainda, de acordo com Lilia Schwarcz (2016, p. 24) como “um novo argumento de sucesso para o estabelecimento de diferenças sociais”. Assim,

O termo *raça*, antes de aparecer como um conceito fechado, fixo e natural, é entendido como um objeto de conhecimento, cujo significado estará sendo constantemente renegociado e experimentado nesse contexto histórico específico, que tanto investiu em modelos biológicos de análise.

No debate ao qual nos dedicamos, o determinismo racial era acompanhado pelo geográfico e histórico ao se pensar sobre os asiáticos. E também era influenciado pela

ampliação da noção de raça, como equivalente à ideia de nação, articulada no final do século XIX (SCHWARCZ, 2016, p.83).

Tratava-se de modelos estrangeiros que, ao longo do século XIX, se espalhavam pelo mundo, tendo sido traduzidos para a realidade nacional. Para Jürgen Osterhammel (2014, p. 855):

Em 1900, a palavra "raça" era de uso comum em muitas línguas ao redor do mundo. Em geral, as ideias estavam saturadas de racismo. Pelo menos no "Ocidente", mas encontrado em todos os continentes na era do imperialismo, poucos duvidavam que a humanidade fosse dividida em raças com diferentes capacidades biologicamente determinadas, e que, portanto, nem todos tinham o mesmo direito de escolher seus próprios caminhos. Por volta de 1800, embora as práticas nas colônias e o tráfico transatlântico de escravos fossem baseados em diferenças na cor da pele, essas ideias estavam sendo desenvolvidas principalmente nos círculos acadêmicos europeus. Em 1880, elas eram parte do imaginário coletivo nas sociedades ocidentais. (tradução nossa)

Se consideramos que um fator importante para que uma obra literária funcione no local de sua publicação é a verossimilhança, que faz com que a narrativa estabeleça um "sentimento de verdade" (CANDIDO, 2005. p. 55) especialmente útil para a compreensão de uma realidade distante, entendemos também que há especificidades em um viajante brasileiro escrevendo para seu público nacional. Sua compreensão de mundo se acorda aos modelos de análise de seu contexto. No caso de Almeida, hierarquizando populações, debatendo a miscigenação e a degeneração a partir de visões deterministas para justificar características sociais e uma possível "adaptabilidade" à noção europeizada de civilização, que incluía higienização, saneamento, alimentação, educação formal e comportamento sexual. Tais premissas, intencionalmente utilizadas por pessoas interessadas em interferir em processos sociais não são as mesmas do desenvolvimento do conhecimento nas ciências biológicas. A apropriação acrítica de estudos sobre raça e evolução humana também difere do estudo dos pesquisadores daquelas áreas. Por exemplo, o modo como o darwinismo foi articulado politicamente por emissores que muitas vezes não compartilhavam dos conhecimentos sobre evolução biológica caíram, muitas vezes, em generalizações e usos políticos.²¹

Percebemos assim que, tanto em relação às ideias positivistas, quanto aos demais esquemas explicativos da ciência europeia (como os determinismos e as teorias raciais),

²¹Ver STRAUSS, André e WAIBORT, Ricardo. Sob o signo de Darwin? Sobre o mau uso de uma quimera. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol. 23, n. 68, outubro/2008. p. 125-34.

não eram ideias autônomas. E nesta pesquisa, interessa-nos analisar o modo como elas foram utilizadas para explicar questões sociais, articuladas para atender demandas específicas. Por isso, consideramos importante conhecer o repertório mobilizado pelos debatedores, como “conjunto de recursos intelectuais disponível numa dada sociedade em certo tempo” e articulados em questões práticas. Estes repertórios “funcionam como ‘caixas de ferramentas’ às quais os agentes recorrem *seletivamente*, conforme suas necessidades de compreender certas situações e definir linhas de ação” (ALONSO, 2002, p. 40).

A narrativa de Almeida traz descrições de eventos históricos e contextualizações políticas articuladas a arquitetura, natureza, cenas cotidianas, de modo que o leitor tivesse condições de se apropriar daqueles cenários. Sobre suas referências, iam além das publicações francesas e estadunidenses, valendo-se de “poetas portugueses dos séculos passados” que “aguçavam nossa impertinente curiosidade”, autores como Heródoto e Estrabão, além dos “historiadores árabes” Schems Eddin e Makrisi (Al-Maqrizi) (ALMEIDA, 1879, p. 39). A leitura que fazia dessas referências estrangeiras era variada, mais do que apenas uma recepção de produções europeias, mesmo que houvesse predileção pelos autores franceses. Esta valorização é perceptível nas citações da obra *Memoire sur le canal des deux mers*, de Jacques-Marie Le Père, juntamente com a de Ferdinand de Lesseps, responsável pela construção do Canal de Suez.

Outro fator relevante para o viajante era a defesa da Igreja Católica, especialmente ao comentar os movimentos de expansão à China e ao Japão praticados por jesuítas e no elogio às construções e obras de arte religiosas. Registrou que, na partida de Marselha, “um grande numero de homens e mulheres entoavam cânticos ao Altíssimo e a Santa Virgem, recomendando á sua guarda os viajantes do *Ava*”; suas “vozes fortes e sonoras tocarão nossos corações, e comovidos e reverentes, descobrimos nossas cabeças a essas demonstrações humanitárias e sublimes que só podem encontrar estímulo na religião do Christo” (ALMEIDA, 1879, p. 11). O catolicismo serviria como parâmetro para comparar as populações encontradas, assim como sua adesão à república. Portanto, dedicou-se ao tema da Revolução Francesa²², que era então “o exemplo mais poderoso de explosão popular na arena pública” (CARVALHO, 2014b, p. 10).

²²Francisco Antonio de Almeida apresentava os marselheses como que “revoltarão-se, por varias vezes, contra o despotismo dos reis da França, e não raras, o sangue generoso dos Marselhezes regou o solo da pátria, para vivificar a arvore da liberdade e fazel-a produzir os fructos que, mais tarde, forão saboreados por todos que desejavão o reconhecimento da soberania popular” (1879, p.6). Elogiava especialmente a

Da França, a expedição que Almeida integrava parou na Itália, passou por Siracusa, e dali seguiu em direção ao norte da África: “perdíamos de vista as terras da Europa; esta parte do Globo a mais importante pelo engenho dos seus filhos, porém menos tradicional do que as regiões que íamos percorrer” (ALMEIDA, 1879, p. 22). Animava-se igualmente em “visitar paizes curiosos” ao leste da Europa, de onde vinham os “primeiros philosophos, cujas doutrinas, alguns seculos mais tarde, forão expostas sob outras fórmas, pelos sabios do occidente” (p. 8). Para além de curiosidades, Almeida presenciou a expansão do capitalismo e do imperialismo, assim como dos seus rastros de desigualdade na modificação das dinâmicas sociais e do trabalho nas partes mais distantes do globo em relação à Europa.

O século XIX permitiu novas experiências aos homens e mulheres das mais diversas partes do globo, de acordo com seu local e situação socioeconômica. De acordo com Benedict Anderson (2014, p. 21), as últimas duas décadas do século XIX foram o período da “globalização incipiente”, no qual “a invenção do telégrafo foi rapidamente seguida por muitos aperfeiçoamentos”, como os cabos submarinos transoceânicos, a União Postal Universal (1876), o navio a vapor e as ferrovias. Essas condições compuseram o mundo percorrido pelos viajantes e muitas delas podem ser percebidas nos encaminhamentos das missões brasileiras ao exterior. O navio a vapor, por exemplo, foi central para a mobilidade destes sujeitos, assim como a comunicação em longas distâncias, que permitia a troca de informações durante as negociações internacionais.

Diferentemente do período dos “descobrimientos” do século XVI, havia no XIX uma rede de informações capaz de permitir que indivíduos em diversas localidades tivessem conhecimento do que havia além-mar. Nas palavras de Hobsbawm (2006, p. 29), o mundo

(...) em 1880 era genuinamente global. Quase todas as suas partes agora eram conhecidas e mapeadas de modo mais ou menos adequado ou aproximado. Com mínimas exceções, a exploração já não consistia em ‘descoberta’, mas numa forma de esforço atlético, muitas vezes mesclado a importantes elementos de competição pessoal ou nacional; tipicamente a tentativa de dominar os ambientes físicos mais duros e inóspitos do Ártico e da Antártida.

formação de um “corpo coletivo” na “revolução de 89”. Além disso, os elogios à Marselha indicam também sua posição republicana, lembrando que uma de suas principais imagens era a *Marselhesa*: “símbolo que extrapolava as fronteiras nacionais, era símbolo universal da revolução” (CARVALHO, 2014b, p.110).

Para um viajante da segunda metade do século XIX, passar por diversos países significava estar em contato com diferentes fases da expansão capitalista. Se “nos anos 1880, a Europa, além de ser o centro original do desenvolvimento capitalista que dominava e transformava o mundo, era, de longe, a peça mais importante da economia mundial e da sociedade burguesa” (HOBSBAWM, 2006, p.36), cabe olharmos para outras localidades a fim de perceber como se dava a exploração pelas grandes potências e a ação dos demais países. Trata-se sobretudo de um protagonismo imposto, uma centralidade firmada a partir de acordos desiguais e de dominações físicas e simbólicas.

2.4 A ÁFRICA VISTA POR ALMEIDA

A chegada ao norte da África foi narrada por Francisco Antônio de Almeida a partir do Rio Nilo, “o rei dos rios africanos” (ALMEIDA, 1879, p. 24), onde “a vista da costa egypcia nos despertou mil recordações sobre a história da antiga terra dos Pharaós” (p. 23). O viajante escreveu sobre o “primitivo Egipto” apresentado por historiadores como Herótodo²³ e também refletiu sobre a ação externa das grandes potências naquele local:

Infelizmente, quando pelo incessante trabalho do progresso, era de esperar a regeneração das grandes nações da antiguidade, vemos, ao contrario, que o engrandecimento dos paizes novos importa na ruina d’aquelles, que dispoem de uma seiva mais pobre, e de cuja circulação mais lenta resulta atraso para suas artes e sciencias.

Será esta a justa explicação da decadencia dos antigos povos, outr’ora capazes de grandes commettimentos, como demonstrão seos monumentos, e hoje, apologistas empedernidos das velhas instituições, e intolerantes sectários da escola de Epicuro?

De certo, esta causa não se opporia á marcha triumphante da civilização moderna se, em nome do seo mais forte baluarte, a liberdade, ambiciosas nações não excogitassem pérfidas ardilezas para assenhorearem-se, pela força ou astucia, arbítrios supremos de seos destinos. (p.25)

É marcante no texto a imagem de um “velho mundo” que se opõe a um “novo” e a marcha da “civilização moderna” que, com a “liberdade” como palavra de ordem,

²³Sua leitura do Egipto passava pelo poeta Heródoto, com dados sobre vegetação, subsistência, agricultura. Comentou também o relato de Amrou (Amr ibn al-‘Āṣ) ao califa Omar antes da invasão muçulmana no Egipto no século VII: “imaginai um arido deserto e uma magnifica campina entre duas montanhas: uma, tendo a fôrma de uma collina de areias, e a outra, a do ventre de um cavallo hectico ou do dorso de um camello. Eis o Egipto.” (ALMEIDA, 1879, p. 24).

subjugava e violentava outras, desenhando uma crítica ao imperialismo inglês.

Continuava:

E, já que falamos do Egypto, não será sem interesse lembrarmo-nos da influencia que a politica da altiva Inglaterra exerceo sobre o destino deste paiz. Impondo seos tratados de commercio com as bocas dos canhões; justificão a violencia, negando a qualquer estado a direito de permanecer fora da comunhão social; porém, se n'estes tratados fossem atendidas as condições de vida de cada povo e não concebidos para exclusiva proteção ao commercio inglez, estamos convictos, de que não veríamos os portos dos paizes humilhados, transformados em theatros de rapinas, dignos dos Alaricos e dos Atilas, porém que nos modernos tempos têm por autores, filantrópicos diplomatas; não, como aquelles, montados em seos indomáveis cavalos e apoiados na força do seo braço, porém defendidos pela inviolabilidade de suas pessoas, sempre recebidas com as honras e as festas. (p. 26)

Ele se referia ao uso do poder militar, que forçava países sem tecnologia bélica a aceitar acordos que lhes eram desfavoráveis, como foi o caso do Japão. Se antes da Revolução Industrial havia algum tipo de equilíbrio em termos materiais, esta “fez a balança pender mais ainda a favor do mundo ‘avançado’ graças aos explosivos potentes, às metralhadoras e ao transporte a vapor” (HOBSBAWM, 2006, p. 33).

A Inglaterra foi o principal alvo das críticas de Almeida e dos demais viajantes que acompanharemos. De acordo com Hobsbawm (2006, p. 111-3), no final do século XIX, sob seu domínio estava um quarto da superfície terrestre, e o objetivo britânico “não era a expansão, mas impedir a intromissão de outros em territórios até então dominados pelo comércio e pelo capital britânicos, como a maior parte do mundo ultramarino”.

O problema, na percepção de Almeida, era o custo de uma falsa filantropia, cercada pela propaganda da liberdade de comércio:

E quando seos *bons officios* são recusados por algum governo patriotico e sagaz que comprehende as intenções da *philantropica* Inglaterra, as festas publicas, feitas em honra dos seos hospedes, são seguidas de lucto ou de miseria; e não raras vezes, populações indefezas forão assassinadas pelos soldados deste tão preconizado paiz que, assim, preferião ser esmagadas pela força do que venderem seo solo ou comprometterem o futuro da patria.

É, sobretudo, a propaganda ruinosa da liberdade de commercio que serve de apoio a estes tratados extorquidos pelos canhões inglezes, que substituem, sempre com vantagem, as mallogradas negociações diplomaticas; deixando a escolha, de uma nação livre e então rica de seos recursos naturaes, a paz na miseria ou a guerra com os seos horrores, - a bolsa ou a vida; - e mais tarde, a bancarota infallivel proporciona occasião a Rainha dos mares para transformar estes paizes em protectorados e colonias.

Aos grandes acontecimentos suscitados no começo do seculo pela Inglaterra, e que mudarão a face política de muitos Estados da Europa, succederão questão de interesse commercial para este paiz, nas quaes, o espirito do publico inglez estava perfeitamente de accordo com o governo.

Assim é, que facil foi a victoria para a Inglaterra, cujas doutrinas da sua politica externa cifrava-se em propagar e sustentar por todos os meios a liberdade de commercio, necessariamente vantajoso para ella que somente dispõe de sua industria manufactureira e exclusivamente utiliza materias primas estrangeiras. (p. 26-7)

O Egito despertava o interesse das grandes potências, especialmente dos ingleses, “cuja posição como potência mundial passou a depender, de forma definitiva, da construção do Canal de Suez” (HOBSBAWM, 1982, p. 139-40), uma vez que eram majoritários no comércio marítimo²⁴. É compreensível que Almeida tenha dado ênfase ao Canal em sua narrativa, pois “1250 milhões de toneladas (...) passaram através do canal de Suez em 1874 – no primeiro ano de operação haviam passado menos de meio milhão” (HOBSBAWM, 1982, p. 72). Ele também destacou a atuação dos egípcios na sua construção, concretizando um desejo dos faraós, “para cuja execução faltavam então os grandes engenhos de que a sciencia moderna hoje dispõe” (ALMEIDA, 1879, p. 37). Com a construção “franqueada à todas as bandeiras, a inauguração do canal de Suez marca uma data nova para a navegação com o Oriente. Outr’ora, a navegação para os paizes da Asia era difficil e muito mais longa” (p. 41).

Almeida desejava ir à Alexandria, mas como não pôde fazê-lo, escreveu a partir do que lhe foi contado por um de seus companheiros de viagem no *Ava* (segundo o astrônomo, um “perfeito *gentleman*”):

Viajando para empregar o seo tempo, como elle nos declarou, e para não se deixar vencer pelo *spleen* nacional, o nosso amigo viaja só, apenas fazendo-se acompanhar de um *boule-dogg*, de uma pequena mala e com suas cartas de credito. É o typo do inglez amavel e pouco se occupando dos accidentes que tornão uma viagem difficil e custosa. Com o seo dinheiro tudo vence, com o seo cão conversava, e com seus olhos tudo observa, sómente para si; e, se tivemos a felicidade de colher de suas interessantes informações, alguma utilidade para nossos projectos, devemos a um serviço que lhe prestamos, quando suspenso sobre as vagas, apenas sustendo-se com as mãos na extremidade de um cabo, em consequencia de se ter quebrado a escada de bordo, fomos a seo auxilio, ajudando o a sahir de uma situação bastante incommoda. Desde então o nosso companheiro tornou-se amigo e com prazer acceitamos a sua amavel sociedade. (p. 32)

²⁴Em 1870, os barcos britânicos eram responsáveis por quase um terço da tonelagem a vapor em todo o mundo e na década seguinte por mais da metade (HOBSBAWM, 1982, p. 72).

De acordo com Hobsbawm (1982, p. 203), “a metade do século XIX marca o começo da maior migração dos povos na História”, concomitante ao desenvolvimento industrial; nesse sentido, é inegável que a migração em massa tenha números e consequência maiores que outros tipos de viagem. Mas havia outro fenômeno, o da viagem por lazer, como era o caso daquele que se aventurava para “empregar seu tempo” e cuja viagem também era possibilitada pela conjuntura do fim do XIX. A diferença repousava na questão de classe, afinal, naquele século, “a forma característica de viagem para o pobre era a migração. Para a classe média e os ricos, era mais e mais turismo” (p. 212). Aquele modo de trânsito proporcionado pelo desenvolvimento do transporte à vapor era acessível a poucos.

Os tripulantes do *Ava* aportaram em Port Said, na entrada do Canal de Suez, onde a primeira impressão foi “péssima e, na verdade, nada se encontra digno de menção nas suas ruas imundas e nas edificações sem importância, sem originalidade e ocupadas, em geral, pelas casas de jogo e pelos mercadores” (ALMEIDA, 1879, p. 33). Neste ponto, fez o primeiro comentário sobre as mulheres, o que seria recorrente na sequência. Em seu relato, a mulher tornava-se a medida do comportamento social, a representação das falhas e sucessos de cada sociedade. Tanto em *Da França ao Japão* quanto nas demais obras analisadas, raça, gênero e classe aparecem interseccionados. Nesse sentido, a pesquisadora Anne McClintock (2010, p. 19) compreende que “raça, gênero e classe não são distintos reinos da experiência, que existem em esplêndido isolamento entre si (...), eles existem *em* relação entre si e *através* dessa relação – ainda que de modos contraditórios e em conflitos”. Uma vez que,

gênero não é só uma questão de sexualidade, mas também uma questão de subordinação do trabalho e pilhagem imperial; raça não é só uma questão de cor da pele, mas também uma questão de força de trabalho, incubada pelo gênero. Apresso-me a acrescentar que não quero implicar que esses domínios são redutíveis ou idênticos entre si; em vez disso, existem em relações íntimas, recíprocas e contraditórias. (p. 20)

As mulheres vivenciaram o imperialismo de maneiras diferentes da dos homens e também entre si, afinal, a mulher europeia da burguesia não partilhava da realidade da mulher africana escravizada e era ainda diferente da mulher asiática. Desta forma, para os viajantes, havia um interesse por estas mulheres tanto como medida civilizatória das sociedades quanto pelo “erótico transracial” (PRATT, 1999, p. 148) que os fascinava.

Se o viajante tinha apenas os recursos de seu idioma e experiência para descrever os “outros”, havia um padrão físico e de conduta feminina capaz de servir de medida às demais, qual seja, o modelo feminino europeu e cristão. Assim, a violência do capitalismo em Port Said se refletia nas mulheres “gastas pela vida dissipada da prostituta disfarçada”, em meio aos jogos de azar, como a corroborar suas demais considerações.

Por ser uma cidade portuária, havia em Port Said trabalhadores, foragidos, artistas, policiais, pessoas de diversos locais, o que levava à mestiçagem, uma das questões mais debatidas no Brasil. Para Almeida, era a responsável pelos males do local. Além disso, “da diversidade de costumes d’estes individuos não se podia esperar uma população laboriosa e honesta” (p. 35). O viajante considerou Suez uma cidade “em via de prosperidade”, especialmente pelo comércio. A arquitetura ainda não lhe era agradável, apenas no que se parecia com a europeia. Os “tipos locais” foram descritos como “os Arabes do Sinai, miseravelmente trajados com immundos andrajos; os Persas, em cujas cabeças se elevão enormes chapéos de *astracan*; os negros do Sennaar, os Fellahs, e finalmente, os Turcos, entalados em suas vestes officiaes e de character europeu” (p. 43).

Às mulheres, dedicou mais de uma página, diferenciando-as das anteriores que encontrara. Das egípcias ricas e vestidas luxuosamente descreveu as roupas e os penteados, dando ênfase aos véus. Destacava a dança das *almeas*, “que são os espectaculos mais procurados pela sociedade egypcia, e consistem em reproduzir com naturalidade as gradações dos sentimentos do amor” (p. 44). Eram mulheres ornamentadas, com as pálpebras contornadas de preto e as mãos e orelhas pintadas de carmin:

Quando ellas dão começo ao bailado, a expressão dos seus olhos é terno e de doce amor; os requebros do seu corpo são lentos e parecem dominados por preguiçosa volupia; progressivamente ellas exprimem a embriaguez do amor, agitando com frenesi seus membros, volvendo os negros olhos em suas profundas orbitas, como que querendo, voluntariamente, eliminar a faculdade de ver, e concentrar toda a energia de seu ser no gozo de sensuaes deleites. (p. 44)

Para os viajantes que iam ao Egito, vindos de suas realidades cristãs marcadas pelo pecado, parecia ser encantador experimentar a transgressão daqueles valores. Almeida comentava também a “etiqueta das mesas egypcias”, as louças, a disposição das famílias, julgando que a comida “não é das mais desprezíveis aos nossos gostos” e, buscando dar densidade a sua análise, diferenciou os hábitos alimentares por classes:

O chefe de rica família preside as refeições diárias, tendo a seus lados suas mulheres e filhos, enquanto que as famílias menos favorecidas pela fortuna, vivem com frugalidade, e seus membros apenas se reúnem na ceia, que é a principal *refeição* dos egípcios (p. 45).

Já a “mesa dos proletários” foi apresentada em função das substituições com produtos de menor custo em relação à dos mais ricos. Como dito inicialmente, a elaboração de um autor nunca é alheia à realidade em que vive. No texto de Almeida, nota-se o uso de termos como “proletários” e “prostitutas”, por exemplo, em função do que entendia como semelhantes às categorias do mundo ao qual pertencia. A “etiqueta” como medida da civilização de um povo tinha como ponto ideal os franceses; já o leitor brasileiro tinha diante de si referências mais próximas: “o vinho, muito parece-se com o nosso jurupinga de S. Paulo, em cuja preparação apenas empregam uvas, assucar e água” (p. 46).

As cidades do Egito visitadas pelo brasileiro foram descritas como cenários de transição geográfica e cultural entre o que se imaginava sobre “Oriente e Ocidente”, entre o mundo europeizado e civilizado e o asiático e exótico:

Hoje, o Cairo, bem como Alexandria, é habitado por grande número de europeus, e diariamente, esta interessante cidade recebe a visita de muitos estrangeiros. A sua proximidade dos portos do Mediterrâneo, com os quais se comunica várias vezes por semana, por meio de muitos paquetes, facilita esta verdadeira excursão à quem se achar na Europa, e, assim, é imperdoável aos *toristas* que desprezam esta viagem, a falta de gosto para as ruínas do mundo antigo. (p. 48)

Em alguns momentos, a narrativa de Almeida se aproxima de um guia aos *toristas*, como era o *gentleman* que ele apresentou anteriormente aos leitores. Sugeria locais de visita, atividades de lazer, direcionando os olhares dos próximos viajantes e, não menos, aconselhando comportamentos aos leitores. E assim, em meio a surpresas e curiosidades, passar pelo Canal de Suez era como abrir a porta para a Ásia.

2.5 A CHEGADA NA ÁSIA

Após quatro dias, a expedição chegou à Aden, “possessão inglesa situada na entrada do Mar Vermelho”. Francisco Antônio de Almeida elogiou a arquitetura de estilo europeu da casa do governador, enquanto “as outras, são verdadeiras choças, cobertas de esteiras, e sem oferecer nenhum concheço aos estrangeiros”. A população foi descrita como os “negros arabes”, “judeos egypcios ou armenios”, “typos da raça negra”; por influência inglesa, mulheres penteavam-se “á moda das jovens europeas”. Mas chamava atenção que os habitantes locais “deixarão-se photographar mediante alguns *shellings* que lhes offerecemos”.

Essa informação indica a possibilidade de que algumas das ilustrações de *Da França ao Japão* foram realizadas a partir dessas fotografias, como o *Joven criado de Aden* (figura 4). O trabalho foi assinado por Bordalo Pinheiro, em cujo periódico (*O Besouro*) foi publicada a “primeira fotorreportagem” brasileira, em 1878, apenas um ano antes da publicação de *Da França ao Japão*. Na edição de 20 de julho de 1878, em reportagem sobre a seca no Ceará, *O Besouro* publicou duas ilustrações de Bordalo, “cópias fidelissimas de photographias que nos foram remettidas pelo nosso amigo e collega José do Patrocínio”, colaborador no periódico (COSTA, C., 2007, p. 238). Percebe-se que a qualidade das imagens do livro de Almeida advém igualmente de uma técnica aprimorada em periódicos ilustrados, demonstrando a relevância destes ilustradores e do desenvolvimento da imprensa no Brasil.

Sobre os trabalhadores de Aden, na Península Arábica, Almeida apontou que eram negros “de boa indole, eles são aptos para certas profissões e com facilidade, aprendem o que se lhes ensina sem que seja necessario o emprego da violencia ou dos castigos” (1879, p.50-1). A miséria do local foi observada e descrita pelo cientista sem pudores:

Apenas o Ava ancorou n'este porto, pequeninas canôas occupadas por um ou dous negros, ainda adolescenens, o rodearão, e os negrinhos arabes, gritarão aos passageiros, em estropeado francez ou inglez, pedindo-lhes que atirassem á água moedas de prata que irião buscar ao fundo do mar.

Completamente nús, estes amphibios mergulhão com maior destreza, e durante um ou dous minutos, procurão no fundo do mar o objecto dos seus desejos; é sobretudo, quando a moeda é alguma piastra ou peça de cinco francos, que torna-se interessante o combate entre os nadadores. Elles mergulhão ao mesmo tempo, seguem a mesma direcção, e depois de se debaterem sobre a arêa, um volta victorioso á superficie d'agua

com a moeda preza entre os dentes. Durante este tempo, as canôas impellidas umas contra as outras são emborcadas ou enchem-se d'água, porém, apenas finda a luta, vencedores e vencidos ajudam-se mutuamente, esgotão a água que enchem as canôas ou endireitão as que se achão voltadas com a abertura para baixo.

Outras vezes, a troco de um *shelling*, elles mergulhão e atravessão, sob a água, a quilha do navio, surgindo no lado opposto ao da partida.

O mais interessante é ver com que actividade e destreza elles lutão entre si, para ganharem o premio promettido, por alguns passageiros, ao que mais velozmente percorresse a nado a distancia que separava o Ava de uma boia que via-se a trezentos e alguns metros do navio.

Á *regata* que assistimos na nossa ida, tomarão parte seis dos mais ageitados nadadores; a partida effectuou-se no lugar onde se achava uma boia; e ganharia o premio, que consistia em duas libras sterlinas, o primeiro que tocasse com a mão no bojo do Ava.

Dado o signal, a luta começou com ardor e esforço; os nadadores formavão, instantes depois, dois grupos; no primeiro, contava-se quatro, e no segundo, já distanciado de mais de dez metros, vião-se dous que parecião estar fóra da luta, entretanto, apenas faltava a quarta parte da distancia a vencer quando estes dous ultimos alcançavão seus companheiros e facilmente se adiantavão. Durante alguns instantes a victoria pareceu indecisa entre os dous que, mais intelligentes, souberão poupar no princípio seus esforços; finalmente, um era vencedor, attingia a meta marcada, porém esquecia-se de tocar no bojo do Ava, o que com espirito, o outro fez, reclamando o premio promettido.

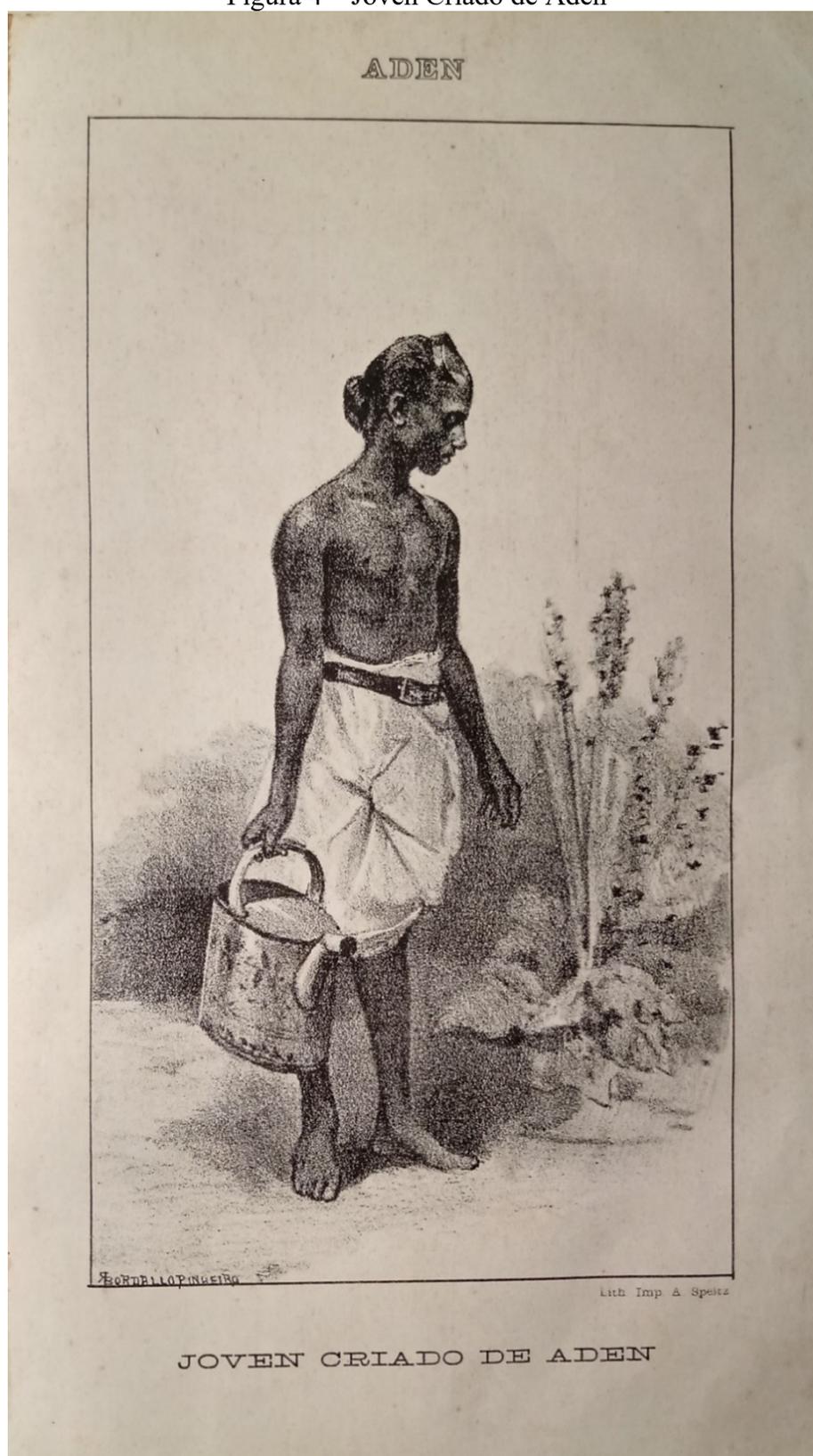
Legitimamente as duas libras lhes erão devidas, porém como o vencedor foi o primeiro a reconhecer o direito do seu competidor, a equidade mandava que os passageiros do Ava premiassem a ambos, e, com effeito, cada um recebeo duas libras sterlinas.

Parece que tal somma fez a riqueza de alguns dias d'estes dous entes, e tal foi o seu contentamento e alegria que algumas horas depois só se fallava no povoado de Aden sobre esta *regata* de homens. (ALMEIDA, 1879, p. 51-2)

Após a “regata de homens”, definidos por Almeida como anfíbios atrás de moedas, houve festejos, os quais o viajante relacionou aos do Brasil, comparando as danças e músicas “que tantas vezes assistimos nos terreiros das fazendas dos nossos lavradores” (p. 54).

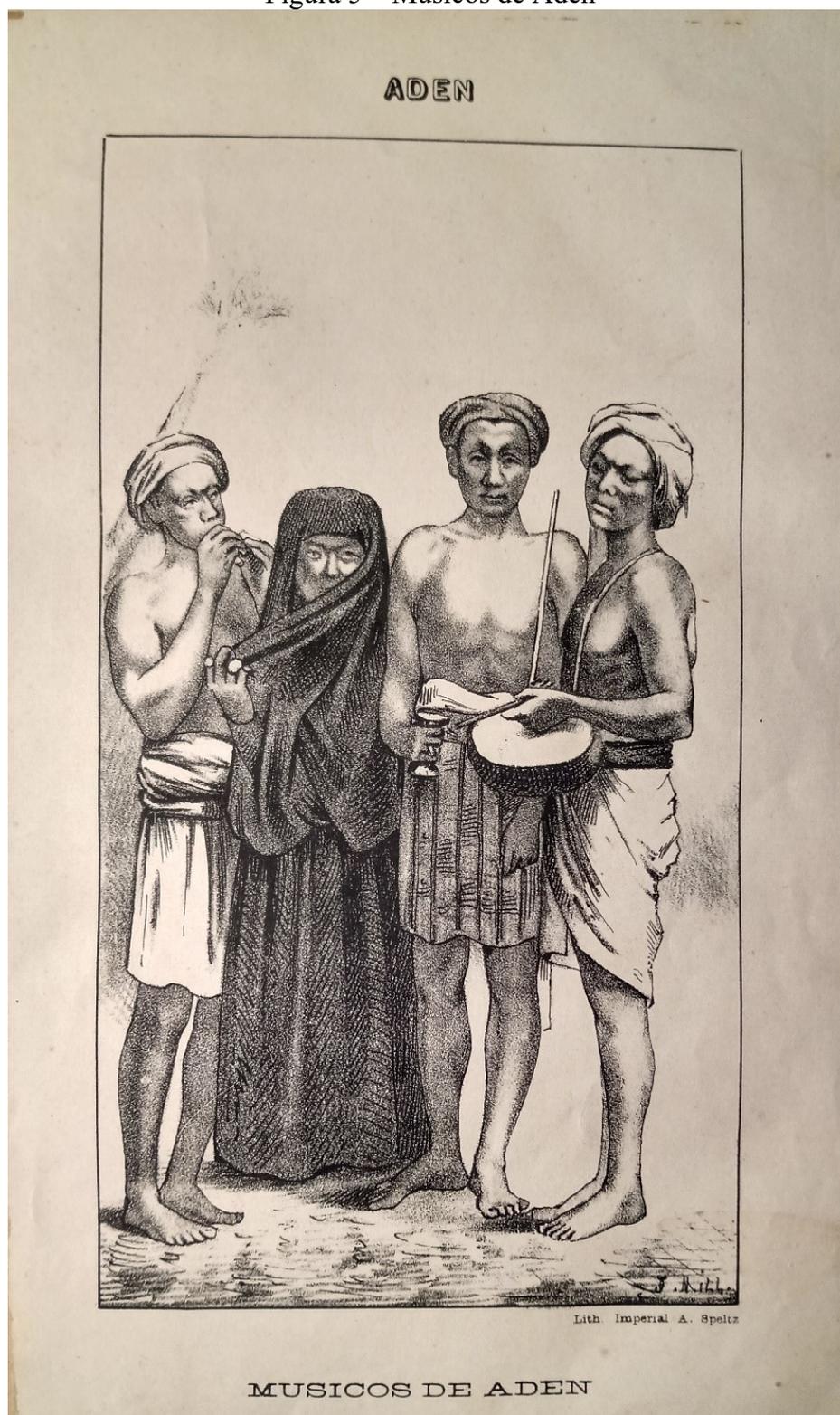
Os músicos de Aden (figura 5) se deixavam fotografar mediante pagamento: “em um dos grupos, quatro ou cinco musicos tocam em instrumentos indigenas um acompanhamento às cantigas dos *fadistas*. Apenas estes individuos nos virão, vierão offerecer suas photographias mediante dois *shellings*” (p. 54).

Figura 4 – Joven Criado de Aden



Fonte: ALMEIDA, Francisco Antonio de. **Da França ao Japão**: Narração de viagem e descrição histórica, usos e costumes dos habitantes da China, do Japão e de outros países da Ásia. Rio de Janeiro: Typ. do Apostolo e Imperial Lithographia de A. Speltz, 1879. n.p.

Figura 5 – Musicos de Aden



Fonte: ALMEIDA, Francisco Antonio de. **Da França ao Japão**: Narração de viagem e descrição histórica, usos e costumes dos habitantes da China, do Japão e de outros países da Ásia. Rio de Janeiro: Typ. do Apostolo e Imperial Lithographia de A. Speltz, 1879. n.p.

Segundo o relato de Almeida, um dos músicos falava inglês e explicou que as dançarinas eram chamadas por ingleses para dançar em suas festas. Se outrora a dança no Egito era marcada pela volúpia e as mulheres de Port Said eram referenciadas pela prostituição, as mulheres de Aden carregavam o estereótipo sexualizado das africanas no Brasil.

Entre outras dançarinas sobressahia uma, pelo bem desenhado contorno de seus membros e ostensivo vestuario. Esta robusta africana trajava curto saióte sobre largas calças, e na parte superior do seu corpo apparecia o peito de fina camiza, negligentemente aberto, e deixando ver o custoso colar que em multiplices voltas rodeavão seos seios e pescoço.

Eis como os naturaes de Aden danção por occasião de suas festas *o fado africano*.

Á um signal os homens e mulheres formão dois grupos, e quando os musicos dão começo as melodiosas harmonias de que são capazes seus instrumentos; de cada grupo destaca-se um individuo fazendo mil tregeitos com o corpo, batendo palmas e cantando; então, a mulher, depois de parecer acceitar as momices que lhe fez seu par, recua fugindo-lhe com o corpo e afastando com ligeireza seu rosto aos labios do amante.

Um outro individuo embarga o passo ao infeliz pretendente, e, repetindo os mesmos movimentos, esforça-se em roubar o penhor tão desejado; e só quando as faces se encontrão fortuitamente ou por calculada intenção, é que outra meiguiceira *fadista* sahe ao encontro do seu par, repetindo-se as mesmas scenas; emquanto que os felizes amantes, com seus braços enleitados, e governados por sensual sentimento, vão as barracas beber o licôr indigeno de que já fallamos.

E se a dança que acabamos de descrever, não se parece em todos os pontos com o fado de nossa terra; é certo que este nada mais é do que a dança africana de Aden, mais degenerada, ainda que melhor acompanhada pelas sapateadas e o tinnido das esporas dos nossos jovens lavradores. (p. 55)

A longa viagem de Aden ao Ceilão (Sri Lanka) foi descrita como a fase “mais monotona”, sem desembarques. Foi com grande interesse que Almeida contou sobre a chegada à Ponta de Gale, cujo litoral tinha “coqueiros e palmeiras” que “recordou-nos a patria” (p. 56). O grupo pôde contar com guia, restaurantes, hotéis e transporte, demonstrando que a circulação de pessoas era recorrente, bem como o modelo europeu de hospitalidade.

Enquanto comiamos, um *cicerone* apresentava-nos, em inglez, o seu programma de modo a utilizar do melhor modo o tempo de demora do Ava n’este porto, o que não excederia de quarenta e oito horas; e depois de verificarmos o que havia de verdade nas palavras do officioso *cicerone*, tomamol-o ao nosso serviço mediante uma gratificação (p. 57).

A descrição do astrônomo sobre a arquitetura local revelava os domínios pelos quais o Ceilão havia passado, como as fortificações dos portugueses, que ali chegaram no mesmo período em que aportaram no Brasil. Naquela segunda metade do século XIX, o local era uma colônia britânica, importante produtora de chá e canela.²⁵ Almeida notava que a condição financeira e cultural de uma parcela da população possibilitava mais proximidade com o modo de vida do colonizador, criando adaptações com o uso de itens estrangeiros, algo recorrente nesses locais de trânsito, como os portos. Assim, “as pessoas das classes superiores vestem-se mais ou menos do mesmo modo que os europeus, sempre trazem um chapéu de sol e muitas vezes um criado, que as acompanha é encarregado deste trabalho” (p. 59). Sobre os cingaleses, “geralmente de alta estatura, bem conformados e musculosos; e se conhece pela forma do rosto, que a raça malaia neles predomina” (p. 59). Não há menções no texto sobre as mulheres no Ceilão, mas há a ilustração *Mulher cinguleza* (figura 6).

Com relação aos costumes, Almeida descreveu roupas, habitações, a prática da escrita em folhas de palmeira, os “tipos” locais, comidas, justiça²⁶, os rituais budistas – que ele considerava uma “seita” com tradições “confusas e as doutrinas muitas vezes contraditórias” (p. 60). Já as informações sobre a chegada dos primeiros europeus ao Ceilão, as disputas em torno da colonização e a religião local em muito se assemelhavam à narrativa do livro *Voyage Pittoresque autour du monde: résumé général des voyages et découvertes*, de Dumont D’Urville, publicado em Paris em 1846.

²⁵“Os britânicos, que haviam consumido 700 gramas de chá per capita nos anos 1840 e 1,5 kg nos anos 1860, estavam consumindo 2,6 kg nos anos 1890, mas isso representava uma média anual de importação de 102 mil toneladas, contra menos de 45 mil toneladas nos anos 1860 e cerca de 18 nos anos 1840. Enquanto os britânicos abandonavam as poucas xícaras de café que bebiam, para encher seus bules com chá da Índia e do Ceilão (Sri Lanka), os americanos e alemães importavam café em quantidades cada vez mais espetaculares, notadamente da América Latina” (HOBSBAWM, 2006, p. 97).

²⁶Com relação ao sistema de justiça, Almeida explicou que elefantes eram utilizados nas condenações: “se os condenados devem ser torturados e executados, eles arrancão-lhes os braços, com a tromba, lanção-os ao ar e os recebem sobre suas presas onde morrem” (p. 58). Estes costumes foram paulatinamente desaparecendo, mas antes foram registrados por viajantes como Robert Knox, em *An historical relation of the Island of Ceylon*, de 1861.

Figura 6 – Mulher Cinguleza



Fonte: ALMEIDA, Francisco Antonio de. **Da França ao Japão**: Narração de viagem e descrição histórica, usos e costumes dos habitantes da China, do Japão e de outros países da Ásia. Rio de Janeiro: Typ. do Apostolo e Imperial Lithographia de A. Speltz, 1879. n.p.

Juntamente com um guia, Almeida esteve em um templo budista, onde foram apresentados a um sacerdote local:

É grotesca a capa cômica de tijolos com que os sacerdotes de Budha se distinguem das outras classes da população. Reunindo ao mesmo tempo ao seu aspecto respeitável, a gesticulação a mais comica, elles, aproximando-se do templo, dirigem-se aos seus deuses mimicamente, pronunciando uma invocação em lingua indigena, ora sob tom de censura, ora sob o de humilde supplica. (p. 58)

A imagem sob o título *Pelotiqueiro indiano* (figura 7), relacionava-se ao que Almeida presenciou no templo budista e o suposto pelotiqueiro (quem faz truques e malabarismo) em muito se assemelhava às fotografias coloniais²⁷ dos dançarinos de rituais chamados *devil dancers* que circulavam no fim do século XIX e que eram recorrentes em narrativas de viajantes sobre o local²⁸.

Almeida percebia que a quiromancia e a astrologia eram ali amplamente utilizadas. Numa visita a um famoso quiromante local, percebeu que “sua linguagem era de um homem de letras, que cultivava a historia a medicina e sobretudo a cosmographia” (p. 62), provavelmente o homem representado como *Letrado indiano* em seu relato (figura 8). Ao questionar sobre sua crença no horóscopo e na quiromancia, ouviu do homem que “*aquella* era sua profissão” (grifo do autor). Tratava-se, sobretudo, de demonstrar uma contraposição em relação à ciência moderna. O astrônomo concluiu que “assim podemos, de um modo geral, ajuisar os conhecimentos d’estes individuos sobre a astronomia e certamente só como meio de vida, elles empregão-se em illudir a credulidade do povo com estes embustes” (p. 62).

²⁷Entende-se aqui como aquelas que circulavam nos países ocidentais para satisfazer a curiosidade sobre os lugares distantes, mas que também serviam de instrumento de construção das imagens e estereótipos de sociedades coloniais. Sobre o tema ver: MCCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial: Raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010; SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. 10 reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

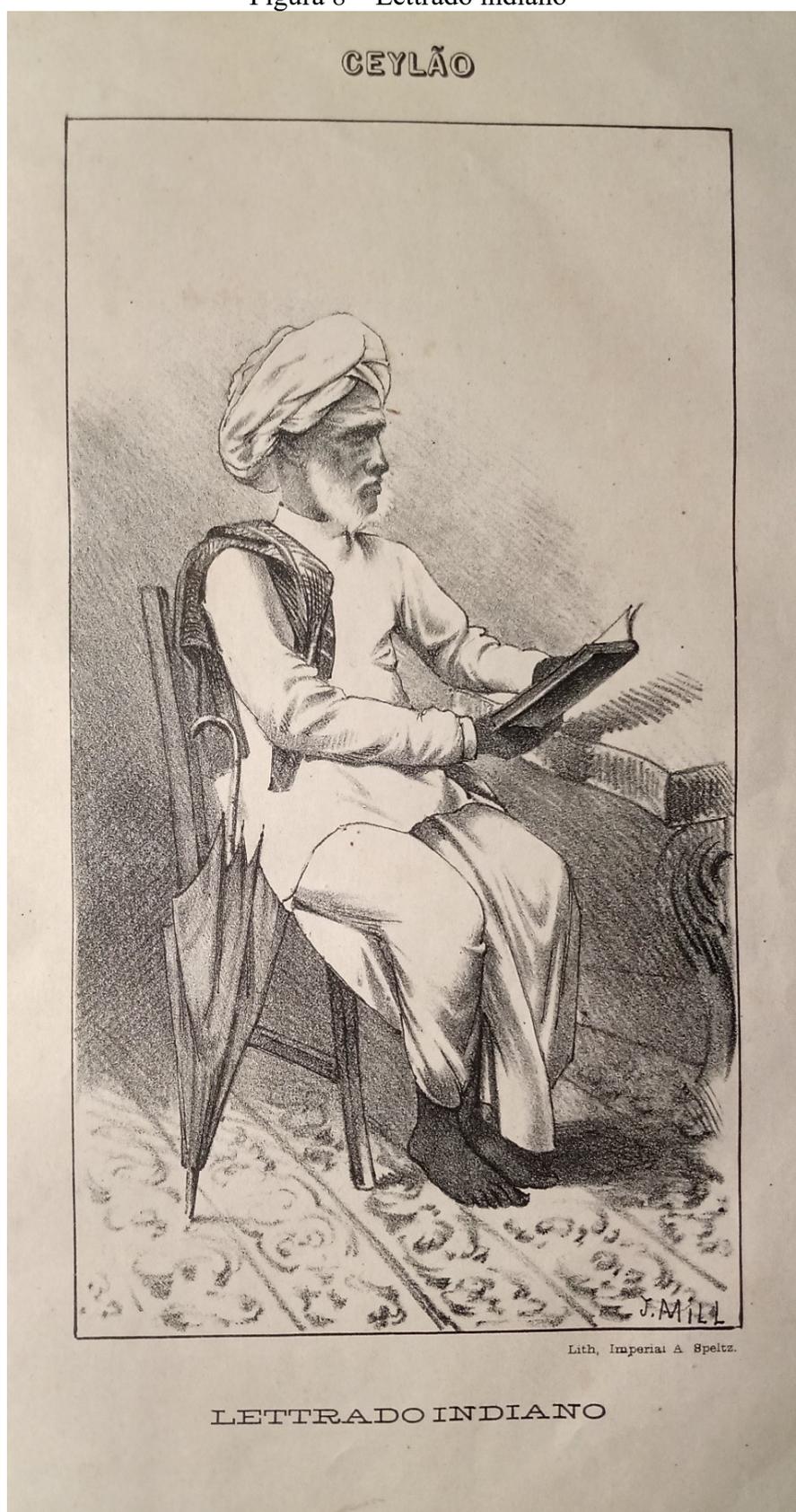
²⁸Fotografias destes dançarinos de rituais podem ser vistas, por exemplo, em: HUTCHINSON, H. N.; GREGORY, J. W.; LYDEKKER, R. **The living Races of Mankind**. vol. I. London: Hutchinson & CO., Paternoster Row, 1902, p. 178. Disponível em <<https://archive.org/details/livingracesofman01hutcrich>> Último acesso em 23/09/2019.

Figura 7 – Pelotiqueiro indiano



Fonte: ALMEIDA, Francisco Antonio de. **Da França ao Japão**: Narração de viagem e descrição histórica, usos e costumes dos habitantes da China, do Japão e de outros países da Ásia. Rio de Janeiro: Typ. do Apostolo e Imperial Lithographia de A. Speltz, 1879. n.p.

Figura 8 – Lettrado indiano



Fonte: ALMEIDA, Francisco Antonio de. **Da França ao Japão**: Narração de viagem e descrição histórica, usos e costumes dos habitantes da China, do Japão e de outros países da Ásia. Rio de Janeiro: Typ. do Apostolo e Imperial Lithographia de A. Speltz, 1879. n.p.

Existia um desenvolvimento turístico no Ceilão, vinculado às demais atividades comerciais. E se de um lado havia uma estrutura para receber viajantes, de outro havia falsificações de objetos como estratégia de comércio:

Fizemos aquisição de algumas pedras em estado bruto, para nossa collecção, porém, entre as verdadeiras, encontramos posteriormente, alguns pedaços de vidro colorido e apresentando as mesmas fórmulas de cristallisação; tal é a honestidade dos negociantes de joias de Ceylão contra os quaes os estrangeiros devem se prevenir, pois, a imitação dos crystaes de saphira e de esmeralda é tão perfeita, que os seus caracteres physicos não bastão para distinguil-os dos verdadeiros. Consta-nos que esta falsificação é industria ingleza nos paizes da Índia e de que são unicas victimas, os proprios estrangeiros. (ALMEIDA, 1879, p. 63)

Isto é um indicativo de que a viagem de Almeida, em 1874, não ocorreu num mundo pouco explorado, despreparado para receber um viajante ocidental ou mesmo em fase de plena descoberta. Na viagem de volta ao Brasil, Almeida procurou o negociante que lhe vendera as pedras falsas, conseguindo trocá-las por 25 pérolas. Contudo, “nem desta vez, escapamos; sete perolas são verdadeiras imitações, como depois verificamos, entretanto na apparencia, côr e tamanho todas são perfeitamente semelhantes” (p. 64). Como o objetivo do relato que o Almeida escrevia era torná-lo um guia ao próximo viajante, disponibilizou uma imagem do vendedor fraudulento (figura 9), “cujo retrato merece ser apreciado pelos leitores” (p. 64):

Figura 9 - Negociante de Ceylão



Fonte: ALMEIDA, Francisco Antonio de. **Da França ao Japão**: Narração de viagem e descrição histórica, usos e costumes dos habitantes da China, do Japão e de outros países da Ásia. Rio de Janeiro: Typ. do Apostolo e Imperial Lithographia de A. Speltz, 1879. n.p.

O Ceilão aparece no relato como um marco inicial do continente asiático. Ao tratar da história do local Almeida deu ênfase às dominações de portugueses, holandeses e ingleses nas proximidades da Índia, mas reinterando sua crítica ao imperialismo:

Como nas outras possessões inglezas da India, o systema colonial adoptado é o mesmo; a humilhação da moral, o aniquilamento de uma nacionalidade, a corrupção dos costumes; - taes são os commodos meios de que se servem os actuaes dominadores para conservarem sua possessões; comtudo, foi difficil fazer dessapparecer, ao principio, todo o patriotismo de milhões de homens; por varias vezes elles tentarão sacudir o jugo, mas, diante das bayonetas e das metralhas, o direito e a justiça ainda são, infelizmente, sacrificadas no seculo XIX. (p. 65)

O astrônomo considerava os religiosos como parte da estratégia de dominação. Os portugueses “serviam-se de seus missionarios para mais facilmente dominarem os povos”; posteriormente, “os hollandezes empregarão muitas vezes a intriga e sacrificarão suas crenças religiosas para desalojarem aquelles de suas possessões”, e “finalmente, no nosso tempo, os inglezes, alimentão o vicio, degradão os povos para que desarmando-os de seus brios, lhes dispensem o emprego da força” (p. 66). Almeida comentava a falsa filantropia do colonizador, denunciando a pauperização:

Assim, quanto a dominação Europea na Asia, longe de ser um prejuizo dos antigos tempos que tende a desapparecer, é, no nosso século, a perda da moral e de quaesquer sentimentos que ainda os indianos conservão dos seus antigos usos; entretanto, será esta dominação legitima e o systema colonial humanitario que permita a qualquer escriptor sustentar o direito e a pretendida philantropia da liberal Inglaterra nas suas possessões da India?

A mais cabal prova do vicio da sociedade ingleza, é a miseria que se observa nos seus proprios *condados* ou *ducados* e que faz callar o expontaneo sentimento de honra nas classes desprotegidas da fortuna. (p. 66)

A ação das grandes potências europeias na Ásia foi descrita, na maior parte do texto, como negativa. Para tanto, o autor destacou sua experiência nos portos, marcados por um contato desigual, por pobreza, pastiches e degradação moral e econômica dos povos locais.

2.5.1 O ESTREITO DE MALACA

O *Ava* prosseguiu navegando em direção ao Japão, passando por Malaca, na Malásia. A cidade de Malaca havia sido conquistada por portugueses, disputada por holandeses e ingleses, todos interessados na “chave do estreito”, até então principal passagem entre os Oceanos Índico e Pacífico.

Naqueles mares era praticada a pirataria, por “bandidos do mar”. Para Almeida esta havia sido “a ocupação preferida pelos malayos e chins” (p. 68). A pilhagem de navios ocorria em lugares estratégicos das rotas decorrentes da expansão comercial e do trânsito intercontinental. O Sudeste Asiático, onde se localiza a Malásia, tinha grande circulação de chineses, os quais, na interpretação do viajante, “depois de viverem sobre as águas durante alguns anos a roubarem, os antigos piratas voltão impunemente, graças a venalidade dos mandarins” (p. 69). Deixando Malaca, a expedição do *Ava* seguiu para Singapura, igualmente importante no comércio internacional e também território de disputa entre potências ocidentais.

o grande armazém europeu na Asia: exporta os produtos da Europa como sejam o ferro, zinco, panos de lã, produtos chimicos; e em troca, recebe a sêda, o charão, o papel da China, a camphora, a canela, a pimenta, o dente de elefante, o cravo da India, as noses moscadas, a tartaruga e mil outros objectos tanto da Ásia como da Oceania (p.70).

A distinção racial na região aparece descrita no modo de vida dos três principais grupos, em distritos diferentes: os malaios, a maioria chinesa e uma minoria europeia. Na parte ocupada pelos malaios, “na margem direita do rio”, Almeida percebeu que “as ruas são immundas e desprendem um tal cheiro de oleo de coco que atordoa o estrangeiro e causa-lhe agudas dores de cabeça”; por outro lado, “as edificações europeas são de bella apparencia e rodeadas de jardins e situadas nos arrebaldes da cidade” (p. 71). Ali, o viajante encontrou um suposto “cônsul do Brasil”, interessado na imigração de trabalhadores chineses. Com as leis brasileiras que iam tornando ilegais os mecanismos da escravidão, os asiáticos foram vistos como possibilidade de mão de obra. Mas o que se debatia em termos de condições de trânsito e permanência no Brasil, deixava evidente a precarização de um trabalho de baixo custo. Assim, tanto os favoráveis quanto os contrários aos trabalhadores asiáticos no Brasil notavam semelhanças com o trabalho escravo:

Na nossa volta, encontramos-nos com um individuo que nos disse ser o consul do Brazil em Cingapura; porém, não sómente sua linguagem, como as idéas que apresentou sobre o *melhor modo* de facilitar a emigração chinesa para o nosso paiz nos impressionou bastante, vendo

nellas retratado o traficante de carne humana, e perfeito compromettedor de nossos interesses, sem que seja necessario juntar outro encargo ao que lhe foi individualmente confiado.

Comtudo, o nosso consul de Cingapura é importante negociante no lugar; e, como o mais antigo dos consules, os seus collegas estrangeiros lhe reservão o lugar de honra nas festas officiaes. Não sabemos como tal honra é correspondida, porém não é dubio que a etiqueta malaia é estrictamente observada.

Fômos recebido com natural agrado pelo Sr. consul, e durante a conversação que tivemos com o representante dos nossos interesses na cidade mais importante do commercio asiatico, nenhum outro incidente se deu que nos fizesse sahir da indiferença pela sua pessoa, a não ser o protesto que lhe fizemos contra a immoralidade do seu projecto de emigração chinesa, que consistia mais ou menos em por força, astucia e falsas promessas, embarcar-se os chins em navios que empregassem-se neste novo trafico de importação de carne humana.

Infelizmente, parece que esta desastrada idéa, encontra apoio e decidida protecção por parte de alguns negociantes da capital do Império, os quaes, segundo o estulto consul de Cingapura, esperão obter apoio e protecção do governo imperial. Sem attendermos a nenhuma conveniencia, que neste caso seia fatal aos nossos interesses, denunciámos valorosamente estes factos que podem ser averiguados por quem competir; e, assim fazendo, temos a consciencia de que cumprimos um dever de patriotismo, ainda que por isso incorramos no desagrado e desaggravo de quem se julgar offendido.

Se para appropriarmos os braços estrangeiros á satisfação das necessidades da patria, fosse necessario depravar o minimo sentimento do nosso coração, preferiamos vel-a lutando com a miseria, de que nós, pelos nossos erros e nenhum patriotismo, somos os unicos culpados; e conservar illeso para melhores tempos, o estro racional e moral da nossa sociedade.

Não é esta, a parte deste livro a mais appropriada para fallarmos das vantagens e inconvenientes da emigração chinesa para nosso paiz, deixaremos esta questão para quando tratarmos da China e de seus habitantes. (ALMEIDA, 1879, p.71-3)

Almeida não revelou o nome de seu interlocutor, mas nos documentos da missão diplomática enviada pelo Governo Imperial do Brasil à China e ao Japão entre 1879 e 1880²⁹, há uma solicitação de “agentes consulares” em Malta, Suez, Cingapura, Hong Kong e Macau para receberem o regulamento consular em vigor no Império (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2012[1880]), indicação de que havia brasileiros naqueles locais considerados como cónsules. Já na década de 1850, foram

²⁹A missão foi comandada pelo almirante Artur Silveira da Mota, barão de Jaceguay, com o objetivo de estabelecer relações com aquele país, o almirante e Eduardo Callado, o officio apresentado foi enviado ao barão de Cabo Frio, da “Diretoria Central da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros”.

enviados trabalhadores para o Brasil a partir de Singapura, por iniciativa de Manoel de Almeida Cardoso. Isto sublinha a importância do local naquele contexto, tornando necessário compreender a Ásia de forma mais ampla e perceber que o continente era mais diverso e dinâmico, para além de um ou outro país que se destacaram no processo.

É possível que o interlocutor de Francisco Antônio de Almeida também pudesse ser um influente comerciante brasileiro. De qualquer forma, ele tinha interesses financeiros e defendia um projeto de imigração considerado imoral pelo viajante, pois se assemelhava à escravidão. Mas é preciso ter em mente que essa “desastrada idéia” não era um rompante individual, mas um projeto defendido por setores do império – e posteriormente da república – que buscavam apoio do governo. A “carne humana” que seria traficada era a dos *chins*, termo colonialista e por vezes utilizado de forma pejorativa, recorrente nos debates sobre trabalhadores asiáticos. De acordo com Serge Gruzinski (2015, p. 102), no século XVI, “os portugueses e os ibéricos em geral falam dos chins antes mesmo de desembarcarem na costa do Império Celestial”, explicando que “chins é um nome que os marinheiros de Lisboa não fazem senão passar adiante”. No Brasil oitocentista, o termo era utilizado como sinônimo de chinês, algumas vezes de forma genérica, outras vezes destacando especificidades, pois na Dinastia Qing (1644-1912) a China anexou extensos territórios, como a Mongólia, e era composta por diferentes povos. Em *A China e os chins*, o diplomata Henrique Ribeiro Lisboa (2012[1888], p. 172) explicou que no Império chinês, “todos os súditos do império, manchus, mongóis ou chins, são iguais perante a lei”, demonstrando o termo *chins* não compreendia necessariamente todos os habitantes do território chinês. Esta diversidade ajuda a compreender o motivo pelos quais tanto viajantes (incluindo o próprio Almeida), quanto representantes políticos e fazendeiros se esforçavam para determinar qual desses povos dentro da China do século XIX deveria ser escolhido como trabalhador ideal para o Brasil.

Almeida não foi o primeiro a encontrar chineses antes de chegar à China, por conta da dinâmica das rotas de navegação, especialmente na passagem pelo Sudeste Asiático. Gruzinski (2015, p. 41) aponta que a chegada dos portugueses em Malaca no século XVI fez com que tivessem contato com a comunidade chinesa local; na *Suma Oriental* – “que faz um levantamento dos recursos da Ásia que os portugueses estão descobrindo” – os chineses de Malaca foram associados à mentira e ao furto, “porque eles são de baixa

extração”. Tais ideias se perpetuaram, sendo reproduzidas, no século XIX também por Almeida.

Desde a saída da Europa, o viajante foi formando seus parâmetros de comparação; as paradas nos portos apresentavam processos globais de espraiamento do imperialismo e do capitalismo, fatores importantes para compreender a realidade dos locais na segunda metade do oitocentos. A partir da passagem pelo Sudeste Asiático, Almeida aprofundou suas análises e distinções sobre os asiáticos.

2.6 A PASSAGEM PELA CHINA

Francisco Antônio de Almeida aportou em Saigon, atual Cidade de Ho Chi Minh, no Vietnã. Seu julgamento sobre a colonização francesa foi particularmente elogioso: “Tudo que ahi vimos lembra o espirito social do povo francez, sabendo com gosto reunir o util ao agradável, sem comtudo contrahir onerosos compromissos, ou sacrificar sem utilidade correspondente, grandes sommas de dinheiro” (p.75). As colônias eram diversas, e o imperialismo não era visto de forma homogênea; como admirador da França, transpôs os elogios às colônias. Ao contrário do que escreveu sobre as possessões inglesas, considerava que

a administração militar n’esta colonia, é a que mais convem aos interesses da França. Algumas tribus selvagens habitando ao norte de Saigon perturbão em suas excursões o socego da colonia e torna-se então necessario repellil-as, para as suas brenhas, pelas armas (p. 76).

Os franceses também eram considerados pelo viajante como responsáveis pelo sucesso da Conchinchina (atual sul do Vietnã), que estava próxima de se tornar “um posto avançado da França, que virá a adquirir a mesma importância de que goza Cingapura, como grande empório do commercio inglez na Asia” (p. 78). Portanto, para Almeida, aqui o problema não estava na ação externa, mas nos habitantes locais.

Ao descrever a população, o astrônomo apresentou suas disputas internas³⁰, contrapôs seus costumes aos dos europeus³¹ e registrou que “algumas mulheres são

³⁰“Os seus usos são simples, trabalham somente para comer, e os indivíduos das classes inferiores não nutrem a esperança de tornarem-se ricos, mesmo, porque, nos disseram eles, os mandarins encontrariam meio de se apoderarem do fruto dos nossos trabalhos” (ALMEIDA, 1879, p.79).

³¹“Relachados com a limpeza de seos corpos, eles deixão crescer os cabelos, quase sempre cobertos de vermes, e por estas razões não são raras as moléstias de pelle, de que os europeos tanto receião o contagio” (ALMEIDA, 1879, p.79).

entretanto lindas de rosto e seus membros são bem desenvolvidos, porém o pouco ou nenhum aceio com os seus corpos, as tornão nojentas e desprezíveis” (p. 79). Buscou apresentar a diversidade local, explicando que “em outros pontos da Conchinchina encontram-se tribus laboriosas, vivendo em sociedade e facilmente susceptíveis de civilização; são, especialmente, os *kambodjianos* e os anamitas, os mais inteligentes, mais vigorosos e os de mais alta estatura entre elles” (p. 79). A saída da Conchinchina foi turbulenta, descrevendo o quão difícil era navegar na costa asiática: “as rajadas de vento ameaçavam tudo demolir, o *Ava* mergulhava nas altaneiras ondas para elevar-se bruscamente, estorcendo-se como o agonizante na hora fatal” (p. 80).

Logo o *Ava* chegaria à China, que no século XIX era um centro de disputa internacional por bases coloniais. Além da violência imperialista, especialmente decorrente da Guerra do Ópio (1839-42 e 1856-60), a China ainda sofria pela imagem negativa elaborada no exterior. É compreensível, neste sentido, que sua relação com as grandes potências tenha sido diferente da do Japão, como demonstra o historiador Jürgen Osterhammel (2014, p. 237):

Na China, a resistência aos modelos de consumo estrangeiros foi ainda maior do que no Japão, e as roupas ocidentais ganharam aceitação pela primeira vez somente através das reformas militares da dinastia Qing no início dos anos 1900. (...) Grupos de comerciantes chineses que, desde meados do século XIX, tinham parceiros comerciais ocidentais em Hong Kong, Xangai ou outros portos, permaneciam amplamente fiéis aos modelos mais antigos em sua vida privada e não consumiam muitos itens de luxo europeus. (tradução nossa)

Para os leitores brasileiros, Francisco Antonio de Almeida trouxe subsídios para que compreendessem a situação social, debatendo principalmente a ação dos ingleses na China. Além disso, trouxe à cena a diversidade presente no grande território chinês, questionando leituras homogeneizadoras do país.

O *Ava* aportou na Ilha de Hong Kong que, “com o aumento extraordinário da navegação do Oriente”, tornava-se “a mais importante praça comercial da Asia” (p. 81). Almeida também apontou que era

sobretudo pelos seus portos de mar que penetra nas mil e quinhentas cidades da China, o terrível veneno que entorpece o espírito e enfraquece progressivamente os músculos de grande parte da população da China, transformando seus habitantes em verdadeiros entes irracionais. (p. 81)

Quando se tratava da China, o ópio se tornava tema central, não somente no relato de Almeida. De acordo com Hobsbawm (1982, p. 50), entre 1850 e 1870, o comércio mundial do ópio cresceu 260%. Entre 1844-1849, entravam na China 43 mil caixas do produto vindas de Bengala (na Índia); o número chegou a 87 mil entre 1869 e 1874. O tema abriu o capítulo que o viajante dedicou à China:

O tráfico infame do opio é, em larga escala, feito pelos ingleses, e não obstante as reclamações, protestos e apelos feitos, durante a revisão do tratado de commercio de 1869 pelo Governo Imperial da China, representado pelo Principe Kong e outros personagens ao Ministro de S. M. Britannica, com o fim de reprimir o consumo de opio; já augmentando os direitos da importação, ou os de exportação nos mercados ingleses; o governo de Londres, tendo á frente o Sr. Gladstone, foi surdo a esta justa petição, verdadeiro brado de indignação da sociedade illustrada da China.

O esmedido amor de riquezas, que ninguem poderá desconhecer nos inglezes, é a causa única de toda a sorte de iniquidades, praticadas por estes homens nos paizes asiaticos. Esquecem-se até, que elles fazem parte da humanidade e collocando-se fora da comunhão dos entes racionaes, julgão-se legítimos senhores dos bens da terra, e pela força se apossão do alheio, em nome de uma liberdade que a mór parte deles no seu próprio paiz nunca conhecerão, vivendo na miséria e com um desfarçamento de costumes mais degradante do que tudo que a esse respeito se tem observado entre os selvagens.

O consumo do opio na China aumenta diariamente, e uma terça parte da população, entrega-se desordenadamente á este infame vicio. Alguns, fumão opio em largas fornhalhas de seus compridos cachimbos; outros, mascão o lento veneno como os indianos o betel e os africanos o fumo; outros, ainda mais viciosos, preparão o opio em pílula e a todo instante engolem uma ou duas gramas desta substancia. (p. 81-2)

Para embasar sua crítica à Inglaterra, Almeida incluiu em nota de rodapé a transcrição de uma reclamação de comissários chineses em relação às ações estrangeiras. Apresentou também o comércio local, destacando a influência externa e tecendo alguns elogios ao trabalho dos chineses:

os chins são bons empregados de escripta e inteligentes correctores para compras e vendas das mercancias orientaes, e, em taes empregos, são bem remunerados pelos negociantes europeos, e salvo os japonezes, que, em geral, os excedem em probidade, nenhum outro povo da Asia é mais apto para o commercio. (p. 84)

A comparação com os japoneses permanecia em destaque, remetendo ao estereótipo decorrente da questão do ópio:

Uma outra qualidade avantajada o negociante japonês sobre o chinês, é a sobriedade em certos vícios, o que não era de esperar de homens que entregão-se ao opio, em busca de estupidas emoções e lascivos sonhos.

Assim, ao anoitecer, é contristador vêr-se, nas lojas de venda chinesas, o chefe da casa e mesmo seus empregados, embriagados e abatidos, completamente distraídos do que fazem, respondendo por monossyllabos ao que se lhes pergunta, apenas ocupados com seus compridos cachimbos, e em empestar o ambiente com o fumo do maldito extracto de dormideiras. (p. 84)

O conhecimento a respeito de “usos e costumes” em detalhes também tinha interesse político. Exemplar era o caso do corte de cabelo tradicional dos homens chineses, imagem recorrente na imprensa ilustrada da época. O “tradicional rabicho”, como explicava Almeida, foi usado na medida em que se sabia que ao perdê-lo os chineses se sentiam “desonrados e banidos da sociedade”. Informações como esta eram utilizadas para controlá-los, e na Califórnia, por exemplo,

alguns culpados de pequenos delictos forão condemnados a perderem o rabicho, o numero de infractores do regulamento policial diminuiu consideravelmente. Ainda hoje esta pena é aplicada em algumas cidades dos Estados Unidos e mesmo na China, quando se trata de pequenos delictos. (p. 86)

A próxima parada da expedição foi em Macau, marcada pelo domínio português na Ásia, e que havia sido “o verdadeiro empório do commercio portuguez com o Japão; hoje, em completa decadencia” (p. 87). Sua importância estava então no valor histórico de seus fortes, igrejas e outras construções portuguesas. Almeida observou que “a terra onde Camões, o poeta ao mesmo tempo mythologico e christão, terminou *Os Lusíadas*, é hoje apenas habitada pelos descendentes de uma raça europea, atrozmente degenerada pelo sangue indiano e chinez” (p. 89). Apresentou os chineses como viciados em jogos – “na phrase do mais abalisado economista, Adam Smith, o verme destruidor de toda riqueza” –, especialmente os que viviam na proximidade dos portos. Além disso, o astrônomo considerava os chineses “pouco leaes”, “muito insolentes”, enfim, “para fallarmos verdade, nenhuma garantia tem o viajante quando se interna no celeste Imperio” (p. 89). Os chineses dos portos foram apresentados como perigosos e pouco amigáveis com os estrangeiros, fato que levou o viajante a reclamar que o governo não tomava medidas para prevenir os delitos, mas que “se contenta em punir os assassinos, emquanto que, com seu silencio, autorisa a publicação e distribuição de manifestos contra os europeus, excitando o ódio das populações das cidades onde se distribuem taes pasquins” (p. 89).

A tradução de um destes panfletos contra os estrangeiros – atribuída a Eugène Cottin – foi publicado em *Da França ao Japão* (figura 10). A indicação do nome do tradutor nos indica o percurso do texto: a tradução do chinês para o francês e a imagem foram originalmente publicadas em *Les missions catholiques: bulletin hebdomadaire illustré de L'œuvre de la propagation de la foi*, de 1875 (figuras 11-12). Do francês, o texto foi traduzido para o português e publicado no relato de viagem de Almeida, demonstrando alguns filtros de leitura. Colocava ainda estas imagens como forma de compor sua narrativa que incluía comentários sobre ataques e situações de violência contra estrangeiros, afirmando que era necessária uma intervenção externa para controlá-los.

Almeida considerava, entretanto, que os chineses tinham razões para tal comportamento, por conta da interferência estrangeira em seus costumes e política, muitas vezes determinadas pela “diplomacia de canhão”, com ameaças e violência:

Muitas vezes ouvimos dizer, que a China é um paiz estacionário, rebelde a civilização e insociavel; e, se estas acusações são fundadas, comtudo, tendo sido este rico paiz sacrificado em seus interesses, pelos famosos tratados de commercio com algumas nações da Europa, é natural a desconfiança que alimentão seus filhos contra qualquer instituição estrangeira, das quaes, algumas, já servirão aos ingleses para levarem a efeito seus ambiciosos projectos.

N'estas condições, vivendo fóra do contacto europeu com uma civilização propria e sendo victima da *diplomacia do canhão*, este povo não pode supportar qualquer innovação nos seus costumes desde que suspeitão ser de origem européa, e, já muitas vezes, as revoluções instigadas pelos lettrados, derrubarão ministros d'estado e obrigarão o imperador a mudar de politica.

Apezar do odio que o povo chinez vota a tudo que é europeu, o governo da China, auxiliado por uma parte da sociedade illustrada, parece resolvido a sacudir o espirito estacionário de exclusão que caracteriza suas relações com as demais nações. (p. 99)

Figura 10 – Manifesto contra os estrangeiros



Fonte: ALMEIDA, Francisco Antonio de. **Da França ao Japão**: Narração de viagem e descrição histórica, usos e costumes dos habitantes da China, do Japão e de outros países da Ásia. Rio de Janeiro: Typ. do Apostolo e Imperial Lithographia de A. Speltz, 1879. n.p.

Figura 11 – Manifesto contra os estrangeiros (1875)

LES MISSIONS CATHOLIQUES

515

膺 戎 圖

更冀滿漢文武和衷濟美掃除邪教保清朝

通教士農工商協力復讎降伏妖氛消劫埋

<p>忠義 田心 大 巨</p>	<p>股肱 李 大 巨</p>	<p>剛直 鮑 大 巨</p>
<p>大罵男女不夫夫為何甘願受 百性前身定是西淫律初入中 華變人形為被靈風相感願依 舊現出尔元棉大破天地波空 判 判 判 判 判 判 判 判 判 判 狗光畢生出龜兒走靈飛披毛 獸角分內驚欲逃物類萬不能</p>	<p>李 李 李 李 李 李 李 李 李 李 關官為二蛋王教來大國孔 聖餘餘殊功善為名類好此覺 是靈其其其其其其其其其其 判 判 判 判 判 判 判 判 判 判 我的毛子靈種刀下亡從此 派盡天抹教去印歸正降吉祥</p>	<p>鮑 鮑 鮑 鮑 鮑 鮑 鮑 鮑 鮑 鮑 罵由西淫淫術靈通得及教滅 聖點辱辱孔聖惡已極度代未 曾前看為一天不容地不載打 入阿鼻佛為年妖言惑眾不顧 判 判 判 判 判 判 判 判 判 判 吉祥何足惜 拋曠野任大察</p>
<p>毒教男女</p>	<p>毒教男女</p>	<p>毒教男女</p>

Reproduction d'un placard chinois. (V. p. 509.)

Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

Fonte: LES MISSIONS CATHOLIQUES. Bulletin hebdomadaire illustré de L'œuvre. Œuvre pontificale missionnaire de la Propagation de la foi. Paris : Challamel, 1875 p. 510. Disponível em <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k105615n/f520.item>>. Último acesso em 13/07/2020.

Figura 12 – Tradução francesa do Manifesto contra os estrangeiros (1875)

APPEL AUX HOMMES DE CŒUR		
LE FIDÈLE ET JUSTE GRAND MINISTRE TIÊN-SIN-CHOÛ	JAMBES ET BRAS DE L'EMPIRE GRAND MINISTRE LY-HÔNG-TOHANG	LE VAILLANT ET PROBE GRAND MINISTRE PAO-TOHAO
<p><i>Paroles de Tiên-sin-choû :</i></p> <p>Mille fois maudits soient ce mâle et cette femelle indignes de l'espèce humaine ! Pourquoi vouloir ainsi se métamorphoser en bêtes ? La partie antérieure de leurs corps est certainement de race européenne, et c'est en entrant en Chine qu'elle a pris une forme humaine ; mais, revienne l'air natal, ses premiers traits reparaitront bientôt. Ils n'adorent ni le ciel ni la terre, et ne gardent aucun souvenir des ancêtres. Leurs femmes et leurs filles sont à qui les veut corrompre, et c'est ainsi que ces démons impurs, dignes émules des chiens, n'enfantent que des bâtards de race barbare. On les distingue par la peau, le poil et les cornes, et, quand ils le voudraient, jamais ils ne pourront laisser l'espèce brute pour appartenir au genre humain.</p>	<p><i>Paroles de Ly-hông-tohang :</i></p> <p>Je n'ouvre la bouche dans ma colère que pour vous maudire, ô deux rois barbares. Si vous osez, venez encore troubler l'ordre du grand Empire ! Race de chevaux et de chiens ! Jésus, le vieux barbare, est la cause de toute calamité. Sous prétexte d'exhorter au bien, il détruit l'ordre et corrompt les cœurs ; mais qu'il ne pense pas m'enlever conscience et fidélité. Criminel des pieds à la tête, il mérite mille morts ; embûches secrètes, hypocrisie, haine de l'autorité, voilà ses rêves. Maintenant que le pouvoir est entre mes mains, fils et petits-fils de barbares, tombez et mourez sous le glaive. Que désormais la religion chrétienne soit anéantie ! Laissons le mensonge, suivons la vérité et nous serons heureux !</p>	<p><i>Paroles de Pao-tohao :</i></p> <p>Maudits soient ces Européens, ces chiens de missionnaires ou ces gouverneurs de chiens qui viennent prêcher une religion barbare et détruire la sainte sagesse, qui profanent et difflament le Saint Confucius, bien qu'ils n'aient pas même étudié la première page d'un livre. Le ciel ne peut plus les tolérer, et la terre refuse de les porter ; frappons, envoyons-les méditer éternellement au fond des enfers. Qu'on leur coupe la langue, parce qu'ils séduisent la foule par leurs mensonges, et que leur hypocrisie a mille moyens d'arracher les cœurs. Qu'ils ne pensent pas que toute ma dynastie soit faible et timide, moi tel⁴, j'ai la force et le courage ; les peines que j'inflige sont terribles. La mort ne suffit pas pour punir leurs crimes ; qui peut en gémir assez ? Jetons leurs cadavres dans le désert, et qu'ils deviennent la pâture des chiens.</p>
<p>Revenons à l'antique religion et sauver la dynastie des Tiên.</p> <p>Les paroles de Tiên et la caricature placée au dessous s'adressent aux chrétiens en général. Un homme affublé d'une peau de bœuf ; une femme affublé d'une peau de chien ; un enfant au dos de tortue, c'est-à-dire un bâtard ; voilà, suivant les patens chinois la famille chrétienne.</p> <p>¹ Tiên-sin-choû est le nom d'un grand général qui fit mourir M. Néel.</p> <p>Chrétiens mâles et femelles.</p>	<p>² Ly-hông-tohang est le nom du premier ministre de l'empire.</p> <p>Roi barbare de France.</p> <p>Le nombre de la religion du nom d'Jesus est sur la croix peinte de fleches.</p> <p>Roi barbare d'Angleterre.</p>	<p>La caricature représente le missionnaire à la torture. On l'expose en public dépouillé de ses vêtements. On lui coupe la langue, et son sang est donné aux chiens. Les paroles de Pao-tohao sont spécialement adressées aux missionnaires.</p> <p>³ Pao-tohao est le nom d'un général.</p> <p>⁴ Telo est le nom d'une dignité militaire.</p>
<p>Ceux qui rendront cet article sans le publier, sont aussi coupables que les chrétiens.</p> <p>Enfant des chrétiens.</p>	<p>Contre de tout réserve aux missionnaires.</p> <p>Quiconque recevra cette feuille devra l'afficher sur la place publique.</p>	<p>Invitation aux lettrés, aux laborieux, ouvriers, commerçants, de réunir leurs forces pour écraser le monstre et prévenir ses rapines.</p>

PARAGRAPHS CHINOIS. — Traduction de M. Eugène Cottin.

Fonte: LES MISSIONS CATHOLIQUES. Bulletin hebdomadaire illustré de L'œuvre. Œuvre pontificale missionnaire de la Propagation de la foi. Paris : Challamel. 22/10/1875 p. 510. Disponível em <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k105615n/f520.item>> Último acesso em 13/07/2020.

Contra este espírito e em face de um crescente e impositivo contato com países europeus e os Estados Unidos, a China tomava medidas na tentativa de protagonizar tais contatos. O viajante criticava a superficialidade das análises que, com o entusiasmo das primeiras impressões, “mofão das instituições chinesas, por que as julgarão pelas aparências, baseando-se em observações incompletas ou informações inexatas”. Tais análises desconsiderariam a diversidade daquele país, levando em conta apenas as cidades portuárias, porta de entrada de estrangeiros, comércio, violência e dos vícios, um “abysmo fervescente de corrupção”, local inapropriado para “recolher os dados para julgar o estado moral e intelectual de um povo”. Almeida ponderava sobre suas próprias opiniões, concluindo que “a má vontade com que os chins nos recebem” gerava antipatia por eles, mas “esta repugnância natural não deve, entretanto, guiar nosso juízo quando tratamos de descrever os usos e costumes de uma sociedade, sob pena de faltarmos á verdade, por fraqueza de espirito ou intoleravel egoismo”. Esclarecia que “para podermos conhecer os costumes dos chins, temos necessidade de investigar a razão de suas leis, e sua indole, e mesmo o fundamento da vida de familia, e sobretudo, não devemos deixar-nos impressionar pelo que vimos nas cidades do littoral” (p. 96).

Suas leituras deterministas permaneciam com relação à mestiçagem das áreas litorâneas. Nestes lugares, o meio e a constituição racial eram determinantes para o insucesso, fato ao qual recorreria futuramente em sua participação no debate sobre os trabalhadores asiáticos no Brasil. O habitante litorâneo sofria com a dinâmica exacerbada e violenta dos trânsitos e do capitalismo. Entretanto, Almeida também acreditava que o julgamento a respeito de um povo deveria vir de uma investigação sobre seus costumes, leis, índole, família, além das situações presenciadas nos portos. Defensor da separação entre política e religião, afirmava que “a superstição lavra na China nas classes inferiores, do mesmo modo que o fanatismo nos povos de raça latina”, sendo que “á nenhum individuo supersticioso, é confiado os empregos do Estado” (p. 98). Almeida inspirava-se na lei dos três estados de Auguste Comte, que ia progressivamente do teológico para o positivo. Estava inserida na crítica do astrônomo uma análise sobre o Brasil igualmente, uma vez que os positivistas consideravam a monarquia como fator de atraso, imobilizando o país numa “fase teológico-militar, que deveria ser superada pela fase positiva, cuja melhor encarnação era a república” (CARVALHO, 2014b, p. 27). Mesmo se debruçando sobre cenários e experiências no exterior, o escritor viajante estava a todo

momento tratando de seu país e suas demandas – escrever sobre o outro se tornava uma forma de pensar sobre si.

O relato sobre a China é um dos mais completos do livro de Almeida, por conta do interesse brasileiro, ao longo do século XIX, pelos trabalhadores chineses. Portanto, diante do preconceito, o autor considerava que

muitas pessoas, aliás esclarecidas pelos conhecimentos que cultivão, da história e da literatura ocidental, ignorão o grão de civilização e de instrução da sociedade chinesa; e, não raras vezes, somos interrogados sobre o que vimos a este respeito, durante nossa visita a esse país (p. 95).

Deste modo, destacava a relevância e o interesse pela sua obra.

2.6.1 IMAGENS SOBRE A CHINA

As ilustrações em *Da França ao Japão* davam aos leitores a oportunidade de “visualizar” melhor os personagens descritos por Francisco Antônio de Almeida. Imagens sobre o Ceilão, China e Japão circulavam fora da Ásia, em periódicos, postais, relatos de viagem, compondo uma série útil aos leitores, compondo um imaginário sobre diferentes populações e, por vezes, reiterando estereótipos³². Diferentemente do que ocorria com o Japão, por conta de sua política de isolamento, imagens sobre a China e suas populações eram mais presentes no exterior.

A primeira imagem sobre os chineses em *Da França ao Japão*, intitulada *Mandarim civil* (figura 13), foi assinada por Speltz e impressa em cores. Ela nos remete à ilustração publicada em 1876 no jornal alemão *Die Gartenlaube*; que, por sua vez, indicava como referência uma missão científica igualmente dedicada ao estudo da passagem de Vênus de 1874 (figura 14). Provavelmente Almeida estava na Alemanha quando a imagem foi publicada no periódico, por ter sido o mesmo ano de seu doutoramento na Universidade de Bonn.

Há ainda uma fotografia de estúdio (figura 15), realizada pelo fotógrafo chinês Lai Afong, que representava um indivíduo muito semelhante ao da reprodução do *Die*

³²Tanto as fotografias quanto as estampas de artistas japoneses postas neste trabalho são para demonstrar possibilidades materiais, temáticas e estéticas comuns em imagens sobre a China e o Japão no contexto das viagens, em nenhum dos casos significa que exatamente elas tenham sido acessadas e reproduzidas no relato que analisamos.

Gartenlaube. A mesa ao centro, os objetos, os detalhes das roupas e acessórios, as sombras nos tecidos e a posição das mãos sobre um aparador são muito semelhantes nas três imagens.

Figura 13 – Mandarim civil



Fonte: ALMEIDA, Francisco Antonio de. **Da França ao Japão**: Narração de viagem e descrição histórica, usos e costumes dos habitantes da China, do Japão e de outros países da Ásia. Rio de Janeiro: Typ. do Apostolo e Imperial. Lithographia de A. Speltz, 1879. n.p.

Figura 14 – Civil-mandarin (Die Gartenlaube)



Fonte: *Die Gartenlaube*. Alemanha. 1876, p. 69. Disponível em
<https://archive.org/details/bub_gb_NSc7AQAAIAAJ>. Último acesso em 23/09/2019.

Figura 15 – Two chinese Mandarins (Lai Afong)



Fonte: HUTCHINSON, H. N.; GREGORY, J. W.; LYDEKKER, R. **The living Races of Mankind**. vol. I. London: Hutchinson & CO., Paternoster Row, 1902, p. 133. Disponível em
<<https://archive.org/details/livingracesofman01hutcrich>> Último acesso em 23/09/2019.

Havia uma circulação destas imagens no Ocidente, que eram não somente copiadas, mas recompostas em novos cenários. Dessa forma, as modificações presentes em *Da França ao Japão* são tão relevantes quanto os possíveis percursos das imagens. Percebe-se na publicação brasileira a adição de vasos chineses, bem como desenhos na parede. As porcelanas chinesas já ilustravam anúncios publicitários nos jornais brasileiros muito antes da publicação de Almeida. Já em 1815 anunciavam-se louças trazidas de Macau para serem vendidas na Corte, num comércio atuante desde o século XVI. Assim, a inserção dos vasos de porcelana tornava mais fácil a identificação pelo leitor. Nesse processo de reprodução da imagem, o receptor – cada vez mais distante da China – recebia a figura carregada de referências que dialogavam com os estereótipos que reconhecia. A arte ao fundo e a decoração das peças em cena nos remetem à *chinoiserie*, ou seja, um gosto por objetos de origem ou inspiração chinesa, com ornamentos florais de crisântemos e peônias, ambas recorrentes na vida religiosa e nas artes chinesas. De acordo com Celina Kuniyoshi (1998, p. 94), era “a *chinoiserie* que comandava o gosto artístico da elite política e econômica brasileira”. Além disso, a imagem atrás do “mandarim civil”, sem muitos detalhes ou apuro, mostra um dragão e uma fênix – figuras conhecidas da mitologia chinesa.

Em nossa pesquisa, percebemos que as imagens femininas compunham boa parte das fotografias realizadas por estrangeiros na Ásia no século XIX, da mesma forma que as descrições de perfis. Portanto não é estranha a quantidade dessas imagens na obra de Almeida. Na China, a figura feminina aqui representada pela *Mulher china* (figura 16) também remete às fotografias de estúdio, posadas, como as do fotógrafo Lai Afong ou as do fotógrafo britânico William Saunders.³³ O estúdio era um espaço contraditório da domesticidade e do império, onde se teatralizava a partir de acessórios e decorações exóticas um espetáculo condizente com as fantasias imperiais, sendo recorrente a presença de mulheres (MCCLINTOCK, 2010, p.192). É provável que Almeida tenha adquirido algumas dessas fotografias e encomendado sua reprodução em litogravuras para seu relato, como fizera anteriormente. Nesta também foram incluídas referências à China identificáveis pelos leitores brasileiros, como o arranjo de peônias.

³³Ver: SANDERS, Williams. **Unidentified Young Manchu Woman**. 1871. In: The International Center of Photography (ICP). Disponível em: <<https://www.icp.org/browse/archive/objects/unidentified-young-manchu-woman>>. Último acesso em 20/06/2020.

Figura 16 – Mulher china



Fonte: ALMEIDA, Francisco Antonio de. **Da França ao Japão**: Narração de viagem e descrição histórica, usos e costumes dos habitantes da China, do Japão e de outros países da Ásia. Rio de Janeiro: Typ. do Apostolo e Imperial Lithographia de A. Speltz, 1879. n.p.

Outra imagem colorida, denominada *Dama chinesa e sua criada* (figura 18), apresenta alguma semelhança com fotos de Afong, especialmente a intitulada *A chinese mother, with nurse and children* (figura 17), que apresenta semelhanças com alguns detalhes da litografia, como as poses, os adereços e as vestimentas. Na reprodução litográfica para *Da França ao Japão*, foram igualmente utilizadas referências à *chinoiserie*, nas estampas das roupas, no dragão do tapete e no quadro ao fundo.

Figura 17 – A chinese mother, with nurse and children (Lai Afong)



Fonte: HUTCHINSON, H. N.; GREGORY, J. W.; LYDEKKER, R. **The living Races of Mankind**. Vol. I. London: Hutchinson & CO., Paternoster Row, 1902. p.139. Disponível em <<https://archive.org/details/livingracesofman01hutchrich>> Último acesso em 23/09/2019.

Figura 18 – Dama chinesa e sua criada



Fonte: ALMEIDA, Francisco Antonio de. **Da França ao Japão**: Narração de viagem e descrição histórica, usos e costumes dos habitantes da China, do Japão e de outros países da Ásia. Rio de Janeiro: Typ. do Apostolo e Imperial Lithographia de A. Speltz, 1879. n.p.

Em *Da França ao Japão* há três imagens sobre a China, além da cópia do manifesto contra os estrangeiros, vertido para o português a partir da tradução francesa de Eugène Cottin. Essa análise segue um percurso de aproximação com as fotografias de Lai Afong (1839-1890), por ter produzido no período da viagem de Almeida, ter circulado em locais onde o viajante esteve e pelo fato de suas imagens terem sido recorrentes no exterior – seu estúdio foi o mais duradouro de Hong Kong (CHEN, 2009, p. 25). A atuação de Afong é representativa da circulação de pessoas e técnicas na segunda metade dos oitocentos, demonstrando que não foram apenas os europeus os protagonistas neste processo, mas que chineses – assim como outros fora das grandes potências – também utilizaram dessas técnicas para registrar sua realidade, não tendo sido passivamente observados apenas.

O reconhecimento do fotógrafo ia além da China, sendo um dos motivos de seu sucesso a qualidade estética que continha elementos chineses e gostos ocidentais (CHEN, 2009, p. 39). Era reconhecido por fornecer imagens para viajantes, negociantes e turistas. Contratara um assistente português, para negociar com europeus, e pelo menos outros dois fotógrafos estrangeiros na década de 1870 (p. 37). Houve um acontecimento em especial que aproximou as trajetórias de Almeida e Afong. Em setembro de 1874, um tufão devastou Hong Kong, alcançando outras localidades na Ásia, como Macau, chegando a ser noticiado na imprensa brasileira. O jornal *O Liberal do Pará*, de 22 de janeiro de 1875, reproduziu uma correspondência de Macau para o jornal *China Mail*, de Hong Kong: “A mais terrível calamidade acaba de cair sobre esta cidade. Macáu não é hoje mais do que um montão de ruínas”. Mais que isso,

os pobres habitantes têm unicamente dificuldade na escolha da morte pela água, pelo fogo ou pelo desabamento dos edifícios, porém a morte estava em toda a parte. Muitas pessoas que se tinham refugiado foram envolvidas no interior das habitações foram envolvidas pelas chammas e carbonizadas.

O ciclone no porto de Hong Kong destruiu navios e abalou o paquete *Ava*. Almeida (1879, p. 101) relatou que “às duas horas da madrugada ouvimos em um destes intervallos, gritos de agonia e de socorro; e no mesmo instante um grande navio passava á garra a bombordo do *Ava* e ia-se despedaçar sobre as casas que rodeão o caes da cidade”. Nos navios atingidos, ainda havia pessoas esperando socorro.

Segundo os jornaes inglezes, o numero de mortos se elevava a oito mil, comprehendidas as pessoas que perecerão nos navios hespanhoes, cujos passageiros compunhão-se na mór parte de famílias proscriptas da

Hespanha pela guerra civil, e que ião ás Philippinas em busca de asylo que, na sua patria, lhes era negado pelos soldados de D. Carlos. Descemos á terra e desviamos os olhos destes montões de cadaveres de pescadores chins e de europeus, que as vagas lançavão a praia. Durante seis dias, que ahi permanecemos, só o desgosto e o pezar nos desanimava em nossos passeios e visitas aos arredores de Hong Kong. (p.102)

Em meio a este cenário, Almeida dava a dimensão do atrito entre chineses e estrangeiros no cotidiano daquela população, descrevendo o ataque de piratas aos armazéns americanos, o saque e a pilhagem. A cena incluía pais encontrando os filhos entre cadáveres e comandantes que vagavam sem razão pelas ruas chinesas.

Assim como Almeida, Lai Afong estava no local. Aquele tufão foi o primeiro a ser vastamente documentado pela *Hong Kong Government Gazette* e ser reportado por telégrafo internacional – o cabo telegráfico submarino havia sido instalado em Hong Kong poucos anos antes, em 1871 (JONES, 2017, p. 24). No dia 23 de setembro de 1874, Afong fotografou os destroços do navio espanhol *Albany*.

Figura 19 – Damage caused by the 1874 typhoon, Hong Kong (Lai Afong)



Fonte: University of Bristol - Historical Photographs of China reference number: NA15-02. From an album in The National Archives entitled 'HONG KONG 2. Hong Kong and Macao: the typhoon of 22 September 1874. Disponível em <<https://www.hpcbristol.net/>>. Último acesso em 15/05/2020.

E em *Da França ao Japão*, Almeida descreveu a mesma cena:

Muitos forão os dias de consternação e de luto que se seguirão ao da horrivel catástrofe; e a cidade de Hong-Kong foi teatro de pungentes e dilacerantes scenas.

Aqui, era um pai curvado pelos annos que reconhecia entre os vultos desfigurados dos cadaveres o do filho querido, a quem havia horas, considerava seu unico arrimo; mais adiante, uma pobre viuva trazendo pela mão dous filhinhos, levantava seus olhos ao céo para pedir ao Creador coragem e resignação, enquanto as crianças chamavão, em lingua indigena, aquelle que, sem duvida, lhes tinha dedicado seu ultimo pensamento; além, perto dos destroços do vapor *Albany*, um homem de tez morena com os cabellos em desordem e suas vestes em desalinho, andava a largos passos sobre o caes, gesticulando e fallando em voz alta e em lingua hespanhola, como que ordenando as manobras de um navio em perigo: - era o comandante do *Albany* a quem a desgraça da vespera tornara louco.

E estas lugubres scenas se repetirão durante o dia por varias vezes, todos choravão, e quem não tinha lagrimas para verter devia soffrer horrivelmente; - concentrava sem duvida acerba dor em seu coração. (p.103)

Estarem no mesmo evento não garante o contato, mas é um indício de uma possível aproximação do brasileiro com a obra do fotógrafo chinês. As fotografias de Afong foram divulgadas em museus no exterior, compradas por estrangeiros na China e reunidas por colecionadores de várias origens (CHEN, 2009). Almeida interessava-se por fotografia, registro que se tornava também um produto turístico. E muitas das imagens de Afong eram pensadas para esse público, com uma escolha de temas que incluía vistas topográficas e cenas da vida social, “dois gêneros tipicamente criados para o mercado ocidental na China e no exterior” (CHEN, 2009, p. 30, tradução nossa). Isto reitera a ideia de que a viagem naquele momento – e conseqüentemente a própria narrativa e sugestões do viajante durante o percurso – pode ser vista como preâmbulo do turismo em um mundo não totalmente desconhecido e que despertava muita curiosidade. Além disso, personagens estrangeiros às grandes potências – como brasileiros e chineses – faziam parte deste movimento internacional, não apenas como fotografados, estudados, por vezes objetificados, mas também como protagonistas e narradores.

As imagens do relato de viagem trazem diversas referências e apresentam trocas possíveis de experiências vividas por fotógrafos, viajantes, comerciantes, numa dinâmica na qual os contatos eram geralmente feitos de forma verticalizada. Mas tais imagens também nos permitem encontrar outras estratégias de análise. As fotografias coloniais e as demais imagens faziam circular estereótipos, mas fugiam da lógica de sujeitos

passivos, afinal a cobrança pelo retrato, a negociação na venda de imagens, a seleção apresentada ao turista, a escolha de quais figuras governamentais eternizar, tudo isso demonstrava a atuação dos observados.

Mas o viajante brasileiro precisava ainda chegar ao seu destino. E com muitas expectativas e revéses no percurso, se preparava para aportar no Japão, país ao qual dedicou onze capítulos dentre os dezoito de seu relato de viagem. Quando chegasse, Almeida não seria somente um estudante brasileiro vindo da França; naquela altura já tinha visto a realidade em diversos portos e composto um cenário no qual diferentes personagens e nações tinham papéis definidos – a partir destas impressões e conhecimentos é que compreenderia o Japão e os japoneses.

3. O JAPÃO DA SEGUNDA METADE DO OITOCENTOS

De todos os paizes da Asia, é, na opinião da maior parte dos viajantes, o Imperio Japonês que mais interesse apresenta, assim pelos costumes dos seus habitantes, como pelo lugar que em breve occupará entre as nações mais adiantadas.

A sua história se perde nas tradições antigas de modo que seria impossível, determinar-se, com alguma aproximação, quaes os costumes d'este povo nos tempos primitivos, e nem mesmo pôde-se afirmar qual a sua origem. (ALMEIDA, 1879, p.105)

Francisco Antônio de Almeida abriu seu relato sobre o Japão destacando especificamente a relação entre as tradições e a modernização. Isso era enfatizado na medida em que o país se projetava como potência capitalista. Suas referências sobre o Japão, entretanto, eram majoritariamente quinhentistas e seiscentistas, ainda do período do expansionismo ibérico:

Antes de falarmos do Japão moderno, será indispensavel para acompanharmos o seu progresso, lançarmos a vista sobre sua historia a partir da epocha em que se soube de sua existencia na Europa.

(...)

E, se algum facto pode ser verificado mais facilmente o da descoberta do Japão pelos portuguezes o será tambem, e este é assumpto de brilhantes paginas escriptas pelo seu proprio descobridor Fernão Mendes Pinto e pelo continuador das décadas da Asia de João de Barros, Diogo do Couto.

Os proprios Annaes da Companhia das Indias Orientaes contão que aos portuguezes se deve a noticia d'este rico paiz do Oriente, com o qual, durante dois seculos, ella foi a unica que d'elle auferio lucros immensos. (ALMEIDA, 1879, p.106)

Não havia, na década de 1870, grande quantidade de publicações sobre o país, por isso, o astrônomo se baseava nas narrativas de séculos anteriores, nas quais os missionários cristãos eram personagens centrais. Nesse sentido, para Celina Kuniyoshi (1998, p.106-7):

O conhecimento de Almeida sobre o Japão resumia-se às fontes quinhentistas e seiscentistas: Fernão Mendes Pinto, Diogo do Couto, padre Melchior Nunes Barreto, Kaempfer, “chronicas japonezas”, “annaes da Companhia das Indias Orientaes”, etc. Essa falta de informações recentes sobre o *Nihon* – os primeiros relatos oitocentistas estavam sendo escritos – levou Almeida a se basear no julgamento feito há mais de dois séculos. Reconheceu no nipônico exatamente as características apontadas por aqueles autores

quincentistas/seiscentistas, em especial Fernão Mendes Pinto, cuja *Peregrinação* era fartamente utilizada por ele para contar a seus leitores o encontro dos portugueses com os habitantes do País das Cerejeiras. Por conseguinte, no primeiro relato de viagem de autoria de um brasileiro, o japonês ressurgiu com todas as características positivas que os jesuítas neles tinham visto: polido, curioso, corajoso, constante, inteligente (fazendo o uso da razão para se converterem), mártir, obediente, respeitoso das hierarquias.

Fator importante para esta análise, o acesso de Almeida às fontes quincentistas e seiscentistas se deu via traduções de obras francesas, portuguesas e inglesas. Tais leituras, de certa forma, formataram as experiências durante os três meses em que ele viveu no Japão. Por exemplo, ao visitar os templos xintoístas, afirmou que “vemos agora, que conhecemos um pouco dos costumes e usos dos japonezes, que o christianismo, por sua essencia monotheista, não podia encontrar o apoio das grandes e converter todo este povo pagão” (p.159). Mas além disto havia a própria experiência do autor, assim é provável que colaborasse em sua análise sobre a religião o fato de que durante o acampamento da missão francesa em Nagasaki a hospedagem era anexa ao templo e cedida pelos *bonzos* locais.

O Japão vivia uma intensa mudança política e social, durante o período Meiji (1868-1912), em geral visto positivamente, em termos de uma “revolução” que fez o país “de um salto sair do estado de barbaria relativo, em que se achava, a um gráo de civilização bem apreciável” (ALMEIDA, 1879, p. 106). Mas não significava que os viajantes concordassem plenamente com as relações exteriores em vigor. Acompanhando o relato de Almeida, traremos dados sobre o país em relação às mudanças políticas, econômicas e sociais que chamavam a atenção dos estrangeiros, assim como alguns aspectos da sua história.³⁴

³⁴Sobre os relatos dos dois outros viajantes, retornaremos apenas a alguns comentários pontuais, para evitar a repetição de informações.

3.1 DA “DESCOBERTA” AO “ISOLAMENTO”

Ao iniciar sua apresentação sobre o Japão, Almeida dedicou-se à “sua história a partir da época em que se soube de sua existência na Europa” (p. 106). Em uma perspectiva eurocêntrica, a “descoberta” por europeus tornava-se o principal marco, a partir do qual se traçou uma narrativa em defesa do cristianismo e de sua expansão.

O astrônomo viajante fez longas transcrições sobre missionários no Japão, como as sete páginas com trechos de *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto, defendendo que ele, juntamente com Zeimoto, haviam sido “os primeiros filhos do ocidente que forão ao Japão”, os “descobridores do Japão” (p. 114). Entretanto, esta narrativa de Mendes Pinto, com os mesmos subtítulos e notas de rodapé, aparecera anteriormente em outra obra, que se assemelha à publicação de Almeida. Trata-se de *Le Japon: Histoire et description: Mœurs, coutumes et religion*, de Edouard Fraissinet, publicado em Paris em 1864. Portanto, é provável que Almeida tenha tido acesso às fontes de séculos anteriores novamente intermediado por outros textos, e não diretamente. Como prova da primazia da chegada dos portugueses, utilizou, além da narrativa de Fernão Pinto, escritos do Padre Melchior Nunes Barreto e crônicas sobre os primeiros europeus que aportaram no Japão: “pelo vestuario, accessorios e mais signaes, conhece-se perfeitamente que são portuguezes do XVI seculo” (p. 114). Almeida demonstrava ter grande simpatia pela figura do missionário Francisco Xavier, um dos fundadores da Companhia de Jesus, atuante na expansão do cristianismo na Ásia. Para ele, o contato entre japoneses e portugueses no século XVI teria sido pacífico.

Fácil foi o estabelecimento dos portuguezes no Japão, e varias causas concorrerão para atingirem a este fim.

Primeiramente, nenhuma indisposição nutrião os amáveis japonezes contra os estrangeiros, e superior a tudo, muito contribuirão a santas doutrinas do martyr do Golgotha. Infelizmente, nem todos os missionarios comprehenderão a santa missão, a que voluntariamente se obrigarão, e as queixas repetidas e as difficuldades que eles oppunhão á marcha dos negocios publicos do Japão, decidirão o governo a lançar mão de todos os meios para banir os estrangeiros do sólo japonez, o que elle levou a efeito, fechando durante dous seculos, todos os portos do imperio aos europeus, com exceção dos hollandezes, porém, que aceitarão certas e determinadas condições bastante humilhantes e restrictivas. (p.114)

Da narrativa seiscentista, Almeida destacou a facilidade da conversão, o que contribuía para o estabelecimento de uma imagem positiva dos japoneses. Desta forma

“as verdades do christianismo não deixariam de influir sobre um povo intelligente e nobre” e que diante dos missionários “pedia-lhes em altos brados o baptismo” (p. 115). Ao mesmo tempo, o viajante delineava uma imagem negativa dos religiosos locais, os *bonzos*, em contraposição aos missionários cristãos, solicitados de Roma, afinal “não eram bastantes tão poucos pastores para tão numerosos rebanhos” (p. 122).

Um dos principais elementos da história dos primeiros missionários cristãos no Japão era o grupo de vinte e seis mártires, executados em 1597, quando “cortarão-lhe o nariz, as orelhas, e em seguida, depois de amarrados em grupos de três, foram conduzidos pelas principais ruas de Miako” (p.137). Em seguida, foram levados a Nagasaki, onde foram levantadas cruzes e entoados cantos, como uma narrativa bíblica.³⁵ Almeida descreveu outras execuções, como as de famílias japonesas, considerando como a demonstração de fé era então correspondente ao sacrifício. O partidarismo de Almeida em relação às empreitadas religiosas fez com que seu relato fosse elogiado pelo periódico *O Apostolo*, do Rio de Janeiro: “É um trabalho esmerado e consciencioso. Seu illustre autor fixa a verdade historica de terem sido os portuguezes os primeiros que penetraram no Japão e commemora os grandes serviços alli prestados por S. Francisco Xavier” (*O APOSTOLO*, 17/01/1879).

A questão cristã no Japão tornara-se tão relevante na aproximação com a Europa, que o debate ocupou três capítulos de *Da França ao Japão*, a partir de dois elementos que, embora inter-relacionados, partiam de pressupostos distintos: o comercial e o religioso.

Do que temos dito, conclui-se, que existe actualmente no Japão, a liberdade de cultos, sendo, porém, os christãos mal vistos pelo governo, não por causa de suas crenças, mas sim por terem sido considerados auxiliares naturaes dos europeus, e por consequencia perigosos á segurança do Estado.

Ainda há poucos annos elles eram castigados com prisão simples ou pagavam uma multa, felizmente, estes prejuizos tendem a desaparecer sob a influencia benefica do contacto com as nações civilizadas.

É pela influencia da civilisação occidental e pela facilidade com que este povo della diriva melhoramentos para as suas instituições, que em breve constituir-se-há uma das nações mais civilizadas pelas suas

³⁵A perseguição aos cristãos no Japão foi expressiva entre os séculos XVI e XVII, tanto em relação aos estrangeiros quanto aos próprios japoneses convertidos. Além da questão religiosa, era entendido como ameaça ao sistema político e social vigente. Os suspeitos de serem cristãos deveriam pisar em uma referência à religião, caso não o fizessem eram punidos, de acordo com Kenneth Henshall (2008, p.85) chegavam a “arrancar-lhes os olhos ou torturar os filhos à frente dos pais. As execuções também eram horríveis, envolvendo crucificações, decapitações com uma serra ou serem atirados para piscinas de água termal a ferver”.

instituições políticas e das mais dignas pelo character altivo e cavaleiro de seus filhos. (p.163)

Assim, Almeida se propõe a comparar as notas dos missionários com suas observações *in loco*. Mesmo que permaneça o fato de que os japoneses devessem ser enaltecidos por terem lutado em prol da religião de Cristo – “a coragem e a constancia com que os convertidos supportarão os maiores tormentos e ignominias, fallão ainda bem alto em favor d’este povo que merece, pelas qualidades que o enobrecem, a admiração e o respeito de todas as Nações” (p. 119) – o autor complexificava os usos da religião em relação ao expansionismo e os motivos pelos quais os locais recebiam o contato, como outrora havia feito sobre a China.

A conversão no seiscentos foi central para a construção da imagem positiva que Almeida fazia dos japoneses em relação aos demais asiáticos, pois o monoteísmo também integrava uma narrativa de progresso. O foco não se dava no período de fechamento do Japão, mas nas suas relações com o estrangeiro e as razões que conduziram à política de isolamento.

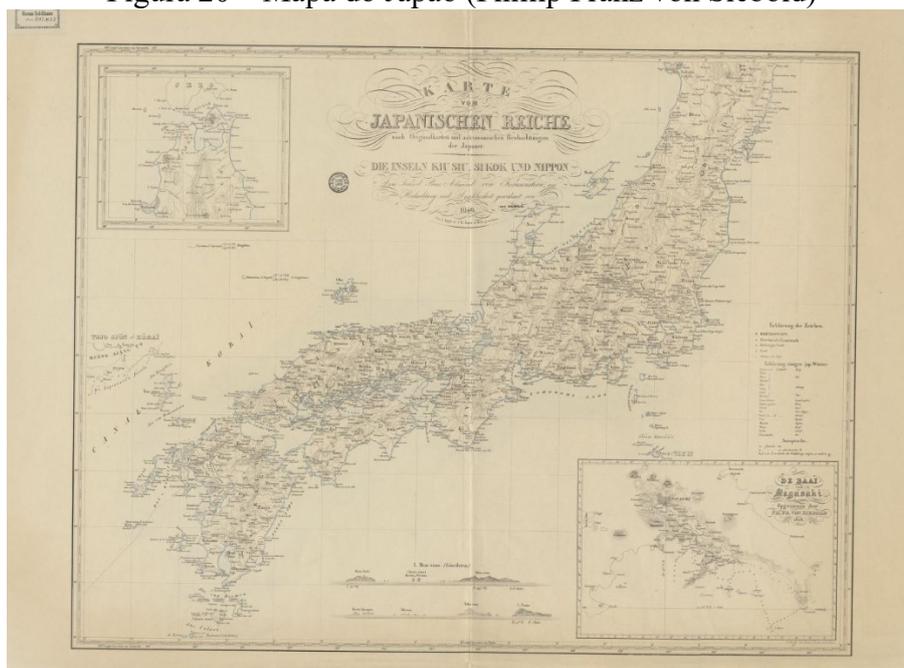
Desde 1603, o Xogunato Tokugawa governava o Japão, e foi neste governo que se iniciaram os decretos de isolamento nacional.³⁶ De acordo com Célia Sakurai (2008, p.122-3), foi um “isolamento racionalmente planejado” para evitar atos de rebeldia contra a ordem estabelecida e sua autoridade. A relação comercial que tinham com os europeus fazia com que suas disputas fossem incorporadas pelos japoneses, como em relação aos protetantes e católicos e entre jesuítas e franciscanos, como apresenta a pesquisadora, compondo interferências que poderiam desestabilizar a ordem local e que culminaram no repúdio ao que vinha do exterior. Este cenário resultou nas restrições e consequente expulsão dos estrangeiros, considerados perigosos. Assim, ocorreram uma série de proibições, como as de navios japoneses saírem dos limites do país; o cristianismo foi banido e “nenhum estrangeiro, a partir de 1639, obteve permissão para entrar no país, e se tentasse seria executado”. Era permitido o comércio somente com holandeses – na Ilha

³⁶O xogunato (“governo dos generais”) vigorou no Japão de 1185 a 1868, portanto teve mudanças em sua organização ao longo do tempo, inicialmente “nesse sistema, o chefe militar, o xogum, não substitui o imperador, mas exerce o poder de fato, premiando os seus seguidores mais leais com propriedades alienadas dos inimigos e garantindo a eles uma renda”. O título de xogum “significa ‘comandante-chefe’, ou ‘generalíssimo’, que governa a partir de seu *bakufu* (nome dado ao local de onde se espraia o poder; na transcrição literal significa ‘posto militar’), dali comanda toda a rede dos seus subordinados”. Além disso, tratava-se de um título hereditário, governando apoiado em um exército de guerreiros samurais (SAKURAI, 2008, p. 82-5).

de Dejima, em Nagasaki –, chineses e coreanos (SAKURAI, 2008, p. 123). Tal política, favorecida pela geografia do arquipélago, perdurou por dois séculos.

Em *Da França ao Japão*, há a reprodução de um documento que demonstra a raridade destes contatos e a produção de conhecimento no Japão fechado ao exterior. Trata-se do mapa identificado como *Carta do Império do Japão org. segundo documentos officieaes pelo Dr. F. A. de Almeida - Rio de Janeiro 1878* (figura 21), fazendo supor que fosse de sua autoria. Contudo, encontramos em livros de outros viajantes mapas semelhantes, com as mesmas proporções, disposições de escrita, título, entre outras características. Todos aparentemente inspirados no mapa de Phillip Franz von Siebold (figura 20), sendo possível que o acesso de Almeida tenha sido indireto, via de Victor Adolph Malte-Brun (figura 22), cuja obra foi publicada em 1864.³⁷

Figura 20 – Mapa do Japão (Phillip Franz von Siebold)



Fonte: SIEBOLD, Phillip Franz von. **Karte von Japanischen Reiche nach Originalkarten und astronomische Beobachtungen der Japaner. Die Inseln Kiusiu, Sikok und Nippon.** 1840. Disponível em <<https://digitalcollections.universiteitleiden.nl/view/item/876341>>. Último acesso em 13/04/2020.

³⁷Segundo as referências da Biblioteca Nacional da França, consultadas aqui pelo sistema *Gallica*, o mapa foi produzido por Victor Adolphe Malte-Brun e publicado em: *Le Japon contemporaine* par Edouard Fraissinet, Nouvelle Édition, Paris: A. Bertrand, 1864. 2 vol. Disponível em <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b84919518>>. Último acesso em 13/04/2020.

Figura 21 – Carta do Imperio do Japão



Fonte: ALMEIDA, Francisco Antonio de. **Da França ao Japão**: Narração de viagem e descrição histórica, usos e costumes dos habitantes da China, do Japão e de outros países da Ásia. Rio de Janeiro: Typ. do Apostolo e Imperial Lithographia de A. Speltz, 1879. n.p.

Figura 22 – Mapa do Japão (Victor Malte-Brun)



Fonte: FRAISSINET, Edouard. **Le Japon**: histoire et description, mœurs, coutume et religion. 2 ed. Paris: Arthur Bertrand /Libraire de la Societé de Geographie, 1864. Disponível em <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b84919518>>. Último acesso em 13/04/2020.

Philipp Franz von Siebold (1796-1866) foi um médico alemão designado pela Dutch East India Company para atuar no posto comercial do Japão, no início do século XIX³⁸. Os holandeses eram então alguns dos poucos a manter contato com o Japão, mesmo que restrito. Siebold foi um dos primeiros instrutores de artes e ciências ocidentais no Japão, chegado em Nagasaki em 1823 (SUKHEIRO, 1989, p. 467). Como se nota, o fechamento do Japão não era total. De acordo com o pesquisador Hirakawa Sukehiro (1989, p. 435), a atividade intelectual durante o período de fechamento pode ser dividida em três categorias: o confucionismo; os estudos japoneses (*kokugaku*); e os estudos holandeses (*rangaku*). Com o processo de reabertura, na década de 1860, os estudos holandeses, incluindo aqueles sobre o idioma, perderam espaço para o inglês, mas os estudos japoneses e o confucionismo seriam importantes para reafirmação do nacionalismo japonês, como veremos no último capítulo.

Durante o isolamento, o Japão vivenciou momentos de prosperidade, com o desenvolvimento do comércio e de técnicas no campo, aumentando a circulação monetária e a produção excedente.³⁹ Isso levou ao crescimento demográfico, que, de acordo com Célia Sakurai (2008, p. 126), foi de 1% ao ano, num país insular, colaborando também para a expansão das cidades. Na planície de Kanto, Edo (atual Tóquio), “a cidade, que no século XVI era praticamente uma aldeia de pescadores”, no século XVIII

tornou-se a maior do mundo, com mais de 1 milhão de habitantes, quando o total dos japoneses estava próximo de atingir 26 milhões. Osaka e Kyoto, centros comerciais mais antigos, também viram multiplicar suas lojas, indústrias e bancos, além de armazéns e navios costeiros (SAKURAI, 2008, p.126).

Com o crescimento da importância do comércio, aumentou também a relevância do dinheiro em moeda, contrapondo-se às formas tradicionais de distribuição de riqueza.

³⁸Embora haja o reconhecimento do trabalho cartográfico de Siebold no oitocentos, o conhecimento geográfico japonês em relação ao exterior era desenvolvido desde antes do seu isolamento. Uma das referências era Takahashi Kageyasu (1785 - 1829), astrônomo e geógrafo que publicou um mapa do Japão em 1809. De acordo com a pesquisa de Shintaro Ayusawa (1964), este mapa foi apresentado em 1840, quando foi incluído na obra *Nippon*, de Phillip Franz von Siebold.

³⁹De acordo com a pesquisadora Célia Sakurai (2008, p.125-126) entre o século XVI e o XVII, houve expansão da manufatura do algodão e seda, passando a ser uma alternativa à agricultura, isto contribuiu para o desenvolvimento do comércio, aumentando a circulação monetária a ponto de se tornar um “fato de desequilíbrio” do antigo sistema. No campo, com a adoção da irrigação, fertilização e uso do arado, contribuíram para aumento da produção.

A antiga ordem social já não supria as novas demandas. Ainda segundo Sakurai (2008, p. 127), essa “revolução comercial” ocorreu de forma mais rápida do que na Europa,

em termos de divisão do trabalho, que aproximou cidade e campo, e aumentou a demanda por dinheiro, produtos e serviços. Contribuíram para isso a estabilidade política interna, o transporte hidroviário acessível, a unidade linguística, a abolição das barreiras comerciais e a cultura mercantil desenvolvida e compartilhada.

Em 1853, o comodoro estadunidense Matthew Calbraith Perry aportou em Edo, para dar início a relações comerciais entre EUA e Japão. No ano seguinte, retornou à Ásia, desta vez com sua esquadra e seus canhões, para garantir uma resposta positiva em relação à abertura dos portos. Com a chegada dos estrangeiros, os japoneses viram-se induzidos a assinar tratados desiguais; modificavam a política isolacionista sem, no entanto, estar como igual diante das outras nações. Em 1858, foram assinados tratados com os Estados Unidos, Holanda, Inglaterra, França e Rússia (SUKEHIRO, 1989, p. 467). De acordo com Yamamura (1996, p. 129), o primeiro tratado, entre Japão e EUA, continha dois itens polêmicos: “a questão das tarifas de importação, que impediam os japoneses de intervirem no estabelecimento das tarifas dos produtos americanos que entrariam dentro de seu próprio território” e “a questão dos privilégios de extraterritorialidade, que impediam que um cidadão norte-americano que cometesse crimes em território nipônico fosse julgado pela justiça local”.

A aceitação da abertura do Japão aos estrangeiros não foi unânime, gerando disputas internas, que foram abordadas em diversos momentos pelos viajantes estudados nesta análise. De forma resumida, os grupos divergentes podem ser divididos em duas correntes, entreguistas e nacionalistas (YAMAMURA, 1996, p. 130): uma a favor da abertura, considerando o poderio militar estrangeiro que já demonstrava sua violência em outros países asiáticos, como na China durante a Guerra do Ópio (1839-42 e 1856-60); e outra que negava a abertura, acreditando que seria prejudicial ao sistema social e à independência japonesa. Francisco Antônio de Almeida, reproduziu em seu relato a tradução “de um manifesto publicado e mandado espalhar em quase todas as cidades do Japão, pelo chefe do ‘partido nacional’”, como fez anteriormente com o manifesto dos chineses contra os estrangeiros:

Tenta o Governo do Taikúno por todos os meios aniquilar o partido dos patriotas, que vêm sua pátria invadida pelos barbaros, e secundar nos seus traiçoeiros projectos a funcionarios orgulhosos, á mercadores interessados e rapaces, á marinheiros grosseiros, estupidos e devassos.

As sabias leis que recebemos de *To-chio-gou* deixarão de ser executadas; nossos portos são constantemente invadidos por uma multidão de inimigos, que corromperão o Governo do príncipe chefe, e empenharão o Imperio na via ruinosa em que marcha a largos passos; assignando miseraveis tratados que lesão nossos interesses, e pelos quaes se autorizou a exportação das producções raras, única riqueza do nosso paiz.

Se o Governo é impotente, não sabe empregar a força para banir das nossas plagas os barbaros estrangeiros, cumpre a nós, que não dispomos da decima millesima parte destes meios de defeza, o encargo de exterminar-os.

Ha apenas um anno que mandamos matar Ykam-Monokami, porque elle se fez tributário das potencias estrangeiras, porque se conduziu como inimigo audacioso de nossa patria e tinha jurado a sua ruina.

Apezar deste energico protesto dos patriotas, apezar da revolução que eles sustentão, vimos sem podermos impedir os desenvolvimentos de uma emigração espantosa, e nenhum daimio da sua côrte protestou contra este facto. Todos estes degenerados japonezes tomarão sobre seus hombros grande responsabilidade, derrubando as sabias leis de *To-chio-gou*; e, esta temeridade, eles pagarão com o seu sangue.

Acusa-se-nos de estupidez, porém a custo de nossas vidas e da nossa liberdade, resolvemos manter as instituições de *To-chio-gou*.

Ao principio, dizião-nos que os tratados de commercio serão apenas um grande favor, concedido depois de pedidos reiterados, e feitos com a devida humildade pelos estrangeiros; entretanto, tolera-se em Yokohama estes *Yakoninos* insolentes, que ousão dizer que estes tratados constitutem para eles um direito legal, e annuncião-se representantes das potencias estrangeiras, como se para os barbaros poderem traficar não fosse bastante suas lojas e balcões.

É mergulhado em profunda tristeza, que os patriotas ouvem falar nos systemas de governo das nações estrangeiras, e na concentração do poder na administração do governo.

Vós, os amigos dos barbaros, vos espuzestes á amargas recriminações; excitastes as desconfianças dos vossos compatriotas.

As nações estrangeiras terão um Mikado como o nosso e que descende directamente dos deoses?

Decidistes, dos destinos da pátria sem ouvir ao nosso soberano, o Mikado, único chefe supremo que reconhecemos.

Não queremos relações com os estrangeiros, a sua presença no Japão não tem razão de ser, e se hoje eles possuem navios movidos pelo vapor em lugar dos morosos barcos de vela, tanto melhor, partirão mais depressa. (ALMEIDA, 1879, p.148-9)

A circulação destes panfletos permite ver as dinâmicas internas de países asiáticos diante do imperialismo europeu e o receio diante dos tratados desiguais e da violência empregada. Estes fizeram, posteriormente, com que chineses e japoneses fossem vistos como resistentes em relação aos estrangeiros e fechados em suas tradições.

Assim como o panfleto chinês havia sido adquirido por Almeida fora da China, e a narrativa sobre o cristianismo no Japão vinha de fontes ibéricas, o panfleto japonês e

parte da apresentação sobre a chegada do comodo Perry presentes em *Da França ao Japão* aparecem de maneira muito semelhante no relato *Pekin, Jeddo, and San Francisco: The Conclusion of a Voyage Round the World*, de Ludovic de Beauvoir, publicado em 1872. Isso reitera a ideia de que a elaboração do relato ia além da viagem em si.

Considerava-se que, tendo domínio sobre o processo de abertura, o Japão poderia se adequar aos padrões ocidentais e preservar, pelo menos em parte, sua autonomia. Naquele momento, o Japão via naquelas potências um modelo a ser seguido; de acordo com Sakurai (2008, p. 128), “era isso ou sucumbir”⁴⁰.

3.2 CENAS DE TRANSIÇÃO: ONDE DESEMBARCARAM OS VIAJANTES

A ascensão imperialista de nações europeias e dos Estados Unidos no século XIX foi determinante na reabertura do Japão ao exterior. De acordo com Francisco Antônio de Almeida (1879, p.145), estas demonstrações de poder eram perceptíveis:

As primeiras expedições que no nosso século aportarão ao Japão serão consideradas pelos naturaes, mais como uma demonstração hostil de que como aliadas que vinhão tratar de interesses reciprocos. E quando em 1842 os japonezes conhecerão os motivos da guerra feita aos chins pelos ingleses, o que deo em resultado o tratado de Nankin, eles dispozerão-se a impedir com as armas nas mãos que o seo solo fosse pisado pelo estrangeiro.

A noticia da humilhação da China chegou depois de muito comentada e adulterada aos mais afastados logares do Japão; o terror se apoderou da maior parte dos membros que compunhão o conselho de Taikúno, enquanto que este e alguns japonezes illustrados comprehenderão a impossibilidade do Japão viver isolado, com os seos portos fechados e sem nenhuma relação com os estrangeiros.

O interesse na Ásia era crescente, parecia inevitável o estabelecimento de contatos internacionais e, tendo em vista a possibilidade de ameaças estrangeiras, o Japão precisava se reestruturar após anos de isolamento. Em 1868, a queda do Xogunato Tokugawa possibilitou o retorno do imperador ao poder, inaugurando uma nova fase da

⁴⁰“Regiões até então fora do circuito da chamada ‘civilização ocidental’ passam a fazer parte dos mapas de domínio político (direto ou não) das grandes potências. A França anexa a Argélia em 1830 e o Taiti em 1880; a Bélgica domina o Congo em 1885. Nesse momento, a Grã-Bretanha apropria-se de parte da África do Sul, domina Nova Zelândia, Austrália, Malvinas, Nova Guiné. Enfrenta problemas de resistência na Ásia, especialmente na China e na Índia, que resultam em conflitos como a Guerra do Ópio na China. O Canadá torna-se domínio inglês em 1867. Nesse meio tempo, a federação norte-americana aumenta consideravelmente a sua extensão territorial anexando o Texas e a Califórnia (1836 e 1850 respectivamente), após um longo período de atritos com o México. Partes da América Latina continuam lutando por sua independência da Espanha” (SAKURAI, 2008. p.128).

história japonesa: a Era Meiji. De acordo com Hirakawa Sukehiro (1989, p. 480), no início da Era Meiji, entravam no Japão ideias de pensadores estadunidenses e ingleses, como Mill, Bentham, Spencer e Buckle, bem como Rousseau e o republicanismo francês. Elas contribuíram nos questionamentos ao sistema hierárquico vigente no país durante o período Tokugawa.

Foram diversas as mudanças advindas da ascensão do imperador⁴¹, como a centralização da capital em Edo (Tóquio), a instituição de um sistema bancário atualizado, estabelecimento de imposto fixo sobre a terra, abolição da rigidez do sistema de classes anterior. Para isso, foi necessário reforçar a imagem do imperador no imaginário popular, após anos de domínio dos xoguns:

O Imperador Meiji cuidadosamente preparou viagens para várias partes de seu reino (...). Numa época em que a mídia de massa ainda não era capaz de forjar uma consciência nacional, esses encontros diretos entre imperador e povo criaram um novo sentido do que significava ser japonês. Ter visto o imperador significava ter participado do despertar da solidariedade nacional. Na década de 1880, a monarquia japonesa encontrou um novo lugar: Tóquio foi construída como a metrópole imperial, o núcleo simbólico e ritual da nação, cujas apresentações não eram nem um pouco inferiores às das capitais ocidentais. (OSTERHAMMEL, 2014, p. 589, tradução nossa)

Por conta do restabelecimento do poder do imperador, o período ficou conhecido como Restauração Meiji. Mas como *revolução*, trouxe subsídios para o Japão se tornar uma potência nos moldes capitalistas, a partir de um esforço de urbanização, industrialização e adaptação a novos hábitos. Para além das questões econômicas, a sociedade adequava-se à nova ordem, incluindo o fim dos vínculos dos *samurais*. Para uma parcela da população este processo de mudança gerou descontentamentos, com isso ocorreram mobilizações na tentativa de frear a chamada “ocidentalização” (HENSHALL, 2008, p. 112).

Assim, após o longo período de “isolamento”, na última metade do século XIX o Japão passou a dedicar sua energia ao estabelecimento de um estado-nação moderno. O esforço em busca deste objetivo foi o primeiro fator a chamar a atenção dos viajantes e

⁴¹Em 1868, o Imperador apresentou algumas de suas diretrizes no *Juramento de Cinco Artigos* (五箇条の御誓文), onde constava: “a discussão pública de ‘todos os assuntos’; a participação de todas as classes na administração do país; liberdade para todos se dedicarem à sua ocupação preferida; abandono dos ‘procedimentos errados do passado’ (não especificados); procurar obter conhecimento em todo o mundo para fortalecer o país (ou, mais literalmente, ‘para fortalecer as bases do poder imperial’)” (HENSHALL, 2008, p.108-9).

posteriormente do governo brasileiro, fazendo com que o Japão fosse visto como modelo de crescimento progressista. Os viajantes brasileiros da segunda metade do século XIX registraram em seus relatos as diferentes fases desse processo, destinado a criar um governo central, treinar burocratas para administrar o estado, instituir um exército e uma marinha modernos, organizar um sistema legal, fomentar o capitalismo, abolir os privilégios do sistema anterior, consolidar um sistema educacional e reformar seus costumes (SUKHEIRO, 1989).

Com o interesse dos japoneses pelo exterior, também houve o receio de que fosse destruído o passado do país e que se adotassem valores e atributos materiais do exterior. Ao mesmo tempo, a China era um exemplo de como a ameaça militar era um perigo iminente, e que possuir poder bélico não seria o suficiente para se apresentar como igual no cenário mundial. Experiências de japoneses enviados ao exterior demonstravam que os poderes das grandes potências se baseavam também em instituições políticas e sociais. Assim, o império japonês enviou missões aos Estados Unidos e Europa, compostas por estudantes, burocratas e cientistas, para conhecer os modelos estatais, os sistemas jurídicos, desenvolvimentos da medicina, dinâmicas de fábricas, escolas, bancos e ferrovias. A busca por adaptar-se ao novo contexto, tentando manter o protagonismo no processo, contribuiu para que o Japão se aproximasse e fosse bem visto pelas grandes potências:

a flexibilidade dos japoneses em aceitar e assimilar a cultura e os valores ocidentais em função de seus interesses, bem como a sabedoria de seus homens de Estado é que permitiram ao Japão se tornar um país moderno e competitivo como mais uma das potências imperialistas nos moldes ocidentais. O Estado teve a capacidade de, mediante a política externa, subverter as determinações estruturais de longo prazo. (YAMAMURA, 1996, p.135)

É importante ponderar que a narrativa sobre o êxito do Japão foi, por vezes, nociva para outros países asiáticos, submetidos ao imperialismo japonês. Mas essa nova imagem do país se consolidava na política internacional. Como dito, os viajantes brasileiros que lá aportaram, encontraram o país em diferentes fases deste processo de inserção. Assim, não se trata de uma mesma “fotografia” da abertura do Japão vista da mesma forma por todos os brasileiros, mas de experiências datadas, num processo de contínua mudança.

3.2.1 “O MAIS CURIOSO E O MAIS DELICIOSO PAIZ DO MUNDO”

D’esta ultima parte da viagem, feita a bordo do Tanaïs, só guardaremos lembrança do forte cheiro de alcatrão de que até a sopa se ressentia, e do bello aspecto das costas do Japão, illuminadas durante a noite por numerosos pharóes, o que já nos mostra o gráo de civilização d’este povo, que há poucos annos trucidava os indiscretos viajantes ou interesseiros mercadores que aportavão e seo territorio. (ALMEIDA, 1879, p. 152)

No décimo primeiro capítulo de seu relato, Francisco Antônio de Almeida apresentou o fim da viagem de oito dias, de Hong Kong à Yokohama. O Japão era o país asiático sobre o qual tinha mais informações e, por isso, maiores expectativas. Ao país foi dedicado o maior número de ilustrações em *Da França ao Japão*. Mas o primeiro contato com o país foi menos “exótico” do que o idealizado pelo viajante e mais próximo do que era habitual nas burocracias dos portos:

Algum tempo depois, entravão a bordo tres funcionarios japonezes, cujo vestuário e maneiras aguçou seriamente nossa curiosidade. Vestião largas calças e uma mal ageitada jaqueta ou sobrecasaca militar, o que fez-nos perder a esperança de vermos as compridas vestes e os brilhantes sabres de que fallavão todos os viajantes com quem tínhamos conversado. Concluida a visita, o que foi mais uma formalidade do que seria inspecção das cartas do navio, entramos em uma das pequenas barcas, que velozmente nos conduzio á terra. (ALMEIDA, 1879, p. 152)

Almeida chegou ao Japão em 3 de outubro de 1874. Como cristão, e tendo a memória dos mártires, destacou que ao chegar em terra “cumpria-nos procurar a Igreja e darmos graças ao Altíssimo que nos protego sobre tantos mares e em tão amargas circumstancias”. Ele animou-se ao encontrar uma pequena capela com fiéis orando (ALMEIDA, 1879, p. 152).

Em 1874, a abertura do Japão ao exterior e à circulação de estrangeiros completava duas décadas, aperfeiçoando condições para a recepção dos viajantes. Almeida pode visitar Edo (Tóquio), Yokohama, Kobe e Nagasaki. Em todas as cidades constatou a crescente interferência europeia, descrevendo portos, consulados, escolas, repartições públicas, alfândegas, casas de comércio, hotéis. Quando a missão francesa que ele integrava desembarcou em Yokohama, pôde encontrar outro navio francês, com oficiais de serviço nos mares da China e do Japão (p. 166). Também chamou sua atenção a estrutura que havia para receber os estrangeiros, com hospedagem e alimentação,

passeios planejados e tradutores. Sua comitiva ficou inicialmente hospedada no Grande Hotel de Yokohama, local “bem gerido por uma empresa americana” (p. 153). Para visitar a cidade, foram conduzidos por riquixás, que ficavam à porta do Hotel. Almeida descreveu-os como “pequenos carrinhos, semelhantes aos em que as crianças sahem a passear”, úteis “para o estrangeiro percorrer a cidade” (p. 153).

Em relação à hospitalidade e recepção ao estrangeiro, registrou que “o japonês é agradável, cortez, sympathico, e de um amor proprio nacional sem limites; assim, na visita que fizemos aos bazares, encontramos a maior delicadeza e probidade da parte dos mercadores japonezes” (p. 154). Em um desses bazares, adquiriu um objeto com elevado custo; em seguida, viu um de seus companheiros de viagem adquirir o mesmo objeto por um oitavo do preço que pagara. Almeida classificou o vendedor de “farcista japonês” (p. 188), vendo graça na situação, diferentemente do que ocorrera com o negociante no Ceilão.

Naquele período investia-se na abertura política e contratava-se estrangeiros para servirem ao governo, situação que mudaria ao longo do fim do oitocentos conforme os próprios japoneses se preparavam para assumir as funções (SUKEHIRO, 1989). Em 1873, o Japão tinha nove legações em capitais europeias e em Washington (OSTERHAMMEL, 2014, p. 500). Sendo parte do projeto de modernização, os custos da manutenção dos profissionais estrangeiros no Japão eram altos, e deveriam parecer ainda mais pesados quando tais estrangeiros assumiam ares de superioridade, “mais uma razão, sem dúvida, para a diligência com a qual os japoneses se esforçaram para dominar os novos ensinamentos” (SUKEHIRO, 1989, p. 469, tradução nossa).

Na interpretação do viajante, a “revolução” no Japão ainda estava em fase de formação de um novo cenário de progresso e industrialização. Ele viu como positiva a permanência de vestimentas, modo de dormir, casas de banho, lutadores de sumô, cerimônia do chá, educação das crianças e mesmo costumes simples como tirar os sapatos antes de entrar em um recinto, por lhe causarem estranhamento e por serem aspectos da cultura japonesa que se diferenciavam, eram tradicionais. O que Almeida vivia no Japão e o que lhe chamava atenção eram justamente as cenas de transição.

Nas imagens sobre os japoneses presentes em *Da França ao Japão*, outras cenas do cotidiano aparecem, como os barbeiros, presentes na narrativa não apenas sobre este país, mas também pela passagem na África e na China:

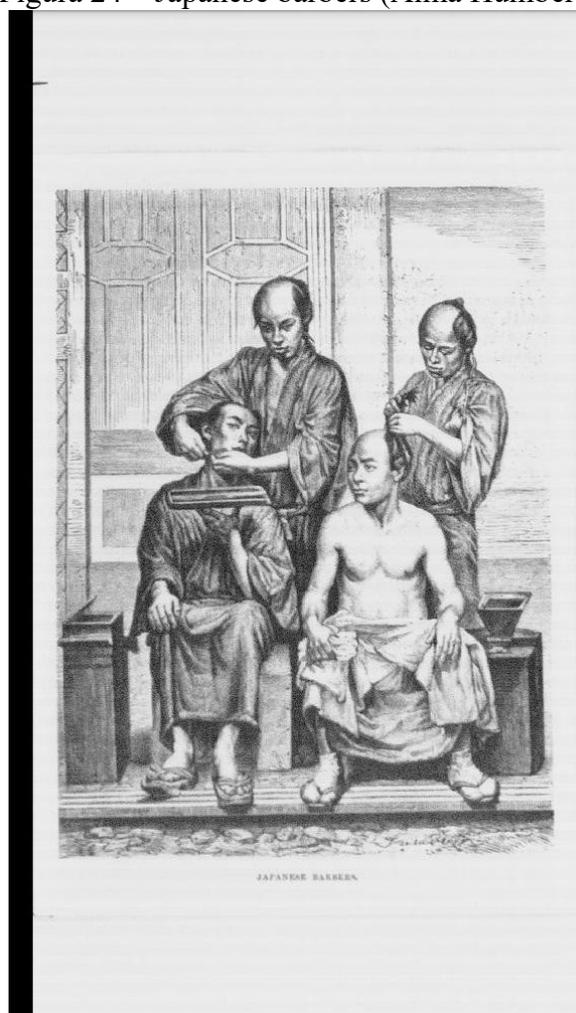
Figura 23 – Barbeiro Japonez



Fonte: ALMEIDA, Francisco Antonio de. **Da França ao Japão**: Narração de viagem e descrição histórica, usos e costumes dos habitantes da China, do Japão e de outros países da Ásia. Rio de Janeiro: Typ. do Apostolo e Imperial Lithographia de A. Speltz, 1879. n.p.

A pesquisadora Shi Chen apresenta fotografias de Lai Afong e John Thomson, ambas feitas no Japão, com disposição e perspectivas semelhantes⁴². Eram fotografias de “curiosidades”, de “comércios e tipos”, que despertavam o interesse de compradores estrangeiros. A figura do barbeiro foi recorrente nas literaturas de viajantes que estiveram na China e no Japão no século XIX, como em *Japan and the Japanese* (1874), de Aima Humbert (figura 24); e *Japan and the Japanese: a narrative of the U.S. Government Expedition to Japan under Commodore Perry* (1859), de Robert Tomes e Matthew Perry (figura 25).

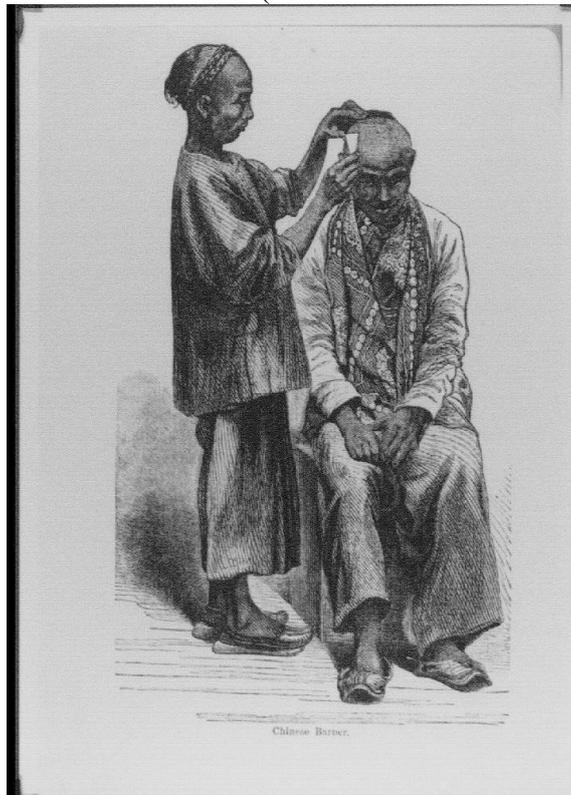
Figura 24 – Japanese barbers (Aima Humbert)



Fonte: HUMBERT, Aima. **Japan and the Japanese**. London: R. Bentley & son, 1874. p. 217

⁴²“O cliente está sentado à esquerda em um banco com quase o mesmo padrão de escultura em madeira e o barbeiro está de pé raspando sua testa. O cliente está provavelmente segurando um prato para pegar o cabelo que está caindo. Igualmente semelhante é o kit de ferramentas do barbeiro à direita onde também havia chapéus de palha de abas largas. Os cenários de ambas as fotos são minimizados e provavelmente isto era proposital, montada a cena em estúdio para fazer com que o barbeiro, o cliente e seu aparato se destacassem” (CHEN, 2009. p.35, tradução nossa).

Figura 25 – Chinese barber (Robert Tomes e Matthew Perry)



Fonte: TOMES, Robert. PERRY, Matthew. **Japan and the Japanese**: a narrative of the U.S. Government Expedition to Japan under Commodore Perry. 2ªed, London, Trübner & co, 1859. p.180

A lista de curiosidades e as vivências do viajante reforçavam uma imagem elogiosa aos japoneses, conclusão à qual o próprio leitor chegaria pelos exemplos apresentados. Francisco Antônio de Almeida estava entusiasmado com a mudança no Japão. Dedicou sete páginas de seu relato à justiça, traduziu leis sobre roubo, jogos de azar, prostituição, homicídios, falsificação, além de “atentados contra os costumes”, como estupro, incesto, adultério, bigamia e “suicídio mutuo pelo amor”; destacou que as penas de morte⁴³ se davam por “decapitação pelo sabre, a da cruz, a do fogo, e a decapitação feita com uma serra feita com bambus, sendo qualquer dellas, na ordem em que as nomeamos, agravações afflictivas da que procede” (p. 207), dependendo se o julgado fosse nobre ou plebeu. Tais penas não eram bem vistas pelos estrangeiros, que as consideravam resquícios do passado. Almeida frisou, contudo, que as “barbaras usanças”

⁴³De acordo com o pesquisador Kenneth Henshall (2008, p.82): “Os castigos na Europa desse tempo eram também severos pelos padrões actuais, mas a severidade dos do Japão era suficientemente grande para chocar muitos europeus que então o visitavam. O francês François Caron, que permaneceu muitos anos no Japão, na primeira metade do século XVII, escreveu que os seus castigos são assar, queimar, crucificar das duas maneiras, esquartejar com quatro bois e ferver em óleo e água”.

tenderiam a desaparecer por não estarem de acordo com o “sentimento humanitário” e não condizerem com o “caracter ameno e insinuante dos japonezes” (p. 208). Ainda sobre o cotidiano, a casa de chá japonesa foi apresentada com o mesmo entusiasmo que as casas de banho, comparada com as inglesas e os cafés americanos. Almeida visitou duas, a primeira em seu passeio em Edo, onde o estranhamento foi maior, por se tratar de uma experiência inicial:

A casa de chá do Japão não parece-se nem com o *café francez* nem com a *taverna inglesa*, comtudo, se ahi não se encontra a infusão de chicória nem o classico *roast-beef*, o viajante póde saborear o excellente chá e mesmo delicados manjares e outras gulodices, com a vantagem de não ser servido pelo prestimoso *garçon* que lhe grita aos ouvidos o infallível *versez*, fazendo saltar o tempo da cafeteria, ou pelo imperturbavel *boy* com seus interminaveis *yess*, e sim por bellas japonezas que sempre sorrindo, levavão vantagem sobre os occidentaes na arte de agradar.

Os *tchaas-jias*, ou casas de chá, tem uma apparencia fantastica, quando, durante as primeiras horas da noite, se illuminão com lanternas de papel de diferentes dimensões e variadas cores, e deixão vêr a meia luz do interior pela transparencia do papel, que substitue os vidros dos largos caixilhos de suas portas e janellas.

No interior, estas casas são divididas em muitos compartimentos, apenas separados por quadros de papel, movendo-se em corrediças, o que permite se de transformar em alguns instantes, quatro ou seis divisões em um extenso salão.

O chão é forrado com delicadas e espessas esteiras, no que os japonezes tem o maior esmero; assim, fomos obrigados com receio de enlameal-as deixar nossos botins á porta; e isto é uso no Japão.

Os bebedores de chá sentão-se sobre os joelhos e fôrmão circulo em roda de um brazeiro, emquanto jovens japonezas correm pressurosas a offerecer-lhes fumo e cachimbos, cujas fornalhas são menores que o vasio de um dedal. Logo, em seguida, vem o precioso chá, que para bem aprecial-o os japonezes tomão sem assucar e em pequenas taças de fina porcenala casca de ovo. E na verdade, quanto a esta ultima condição estamos de accordo; o bom chá deve ser bebido em finas e transparentes taças. (p.156)

Na visita a uma casa de chá em Kobe, o viajante apresentou um microcosmo da sociedade em processo de reabertura para o exterior:

Era dia de festa, a sala principal da casa de chá estava completamente repleta de passeiadores. Com difficuldades podemos nos accomodar e alli gozamos o curioso espectaculo que apresentava essa reunião de individuos, alguns vestidos á europea, e outros armados com dous sabres, cujos punhos brilhavão entre as dobras das ricas bandas de seda que sustentavão. Lindas e jovens japonezas, pressurosas corrião aos diferentes grupos a offerecer-lhes cachimbos, fumo e chá. (p.174)

Nestes lugares públicos o estrangeiro se sentia apto a tirar suas conclusões sobre o país distante: “O leitor não se enganará suppondo por esta descrição, que o Japão é o mais curioso e o mais delicioso paiz do mundo” e “alli não se encontra a indolencia e a perversidade do chim, tudo é animação, alegria, excelente e encantador; o chá, a porcellana, os belos objetos de charão, a seda, os japonezes e finalmente, até os deoses são risonhos e meiguiceiros” (p.157).

Na sequência, registrou suas impressões sobre templos, jardins, comércio local, crenças xintoístas e budistas e, especialmente, sobre as mulheres.

3.2.2 AS MULHERES DO JAPÃO

A descrição dos japoneses era detalhada, especialmente a das mulheres:

Em geral, os homens vestem calças muito justas nas pernas e que são occultas por uma larga veste, especie de *robe de chambre*, munido de grandes mangas de que se servem com vantagem de preferencia aos bolsos; seus pés estão verdadeiramente *enluvados* em brim de linho, achando-se separado o polegar dos outros dedos, em cujo espaço passa a corda das sandálias, ou dos altos tamancos; verdadeiros cavaletes de tres a quatro polegadas de altura, e de que fazem constante uso na estação da chuva.

As jovens japonezas são lindas e meigas, e salvo os olhos, que são um pouco alongados, podemos comparal-as ás bellas brasileiras de côr morena e porte esbelto.

O vestuário das mulheres consiste no clássico *robe de chambre* oriental, em geral, de côr viva, porém sem os complicados bordados dos chins. As pessoas de tratamento usão de vestes ricas e de tons originaes, o que dá elevada idéa aos estrangeiros sobre o apurado gosto das damas japonezas. Na cintura, cingem um longo cinto de crepe de seda verde ou escarlata cujas pontas atão em fôrma de laço. É especialmente o cuidado que dedicação aos cabelos e o modo de penteal-os, que dá verdadeira graça e distinção ás damas japonezas. Os altos penteados, de gosto occidental, são ornados com pequenos enfeites de prata ou ouro, segundo as fortunas, representando um punhal, um sabre, um simples grampo ou todo outro objeto, os quaes atravessão os cabelos mostrando apenas suas extremidades. (ALMEIDA, 1879, p.154)

A imagem era diferente da que seria construída sobre a japonesa em meados século XX, especialmente no pós-guerra, representada como submissa ao marido e oposta à liberdade da mulher europeia ou estadunidense. Como afirma Célia Sakurai, o artigo da Constituição do Japão de 1947, que garantia igualdade entre homens e mulheres, surgia “como se os norte-americanos tivessem libertado as mulheres japonesas de séculos de

opressão!” (2008, p. 305). A realidade de 1874 mostrava um cenário diferente, com a endumentária, a sexualidade feminina representada na arte, a nudez nas casas de banho e nas aberturas das roupas. A erotização da mulher japonesa foi além das figuras do relato, passando por descrições de casas de banho e das apresentações das jovens que entretinham os visitantes:

Alguns momentos depois de nossa chegada no *tchaa-jias*, soubemos que teria lugar áquella noite uma dança tradicional no Japão, e em que tomão parte as jovens japonezas, que chamão a esta especie de jogo de prendas *Shirifuri*. É algum tanto difficil narrar todos os pormenores do *Shirifuri*, apenas diremos que as japonesas, ornadas com flores, tendo as costas das mãos coloridas com carmim e vestindo suas mais ricas vestes, dividem-se em dous grupos, e ao mesmo tempo que danção, batem palmas. Alternativamente, ora apresentam a mão fechada, ora voltão a palma para frente, outras vezes ficão com uma das mãos suspensas no ar, enquanto que a outra descansa sobre o quadril; e acompanhão cada um destes accionados com phrases correspondentes, de modo que, se uma dansarina engana-se fazendo um signal com as mãos, que não corresponde á frase pronunciada, é punida, e como prensa entrega uma peça do seu vestuario.

Recomeção, assim, tantas vezes, complicando as peripecias de mais a mais, de modo que no fim de alguns minutos uma unica fica vencedora entre suas companheiras despojadas de suas vestes. E a que sustenta toda luta, sem mesmo perder sua cinta, é victoriada pelos assistentes, enquanto que as outras com a maior simplicidade se vestem rapidamente e correm a festejar sua companheira.

Nesta festa todos tomão sua parte; os assistentes acompanhão com gargalhada franca todo este complicado jogo; e só quem comprehende a lingua japoneza, é que poderá avaliar o espirito destas phrases, ditas com incrível vivacidade, e acompanhadas com certos gestos determinados.

Assim reunidas, essas jovens japonezas de 16 a 20 annos de idade, parecem não comprehender a pouca moralidade deste jogo que as obriga a despojarem-se de suas vestes. (p.174)

Das dezoito imagens presentes na obra de Almeida, sete têm como personagens principais as mulheres, sendo que entre as coloridas, são três do total de quatro. Muitas vezes, o viajante brasileiro se colocou como *voyeur* nas casas de chá, nas ruas, em espaços privados.

Na segunda metade do oitocentos havia grande interesse em fotografias do Japão, destacamos, por exemplo, as de Felice Beato, naturalizado inglês, e do austríaco Raimund von Stillfried.⁴⁴ São constantes nestes registros fotográficos mulheres com roupas tradicionais, roupas do cotidiano que deixavam certa nudez à mostra, impressionando os

⁴⁴As fotografias de Felice Beato e Raimund von Stillfried se tornaram conhecidas especialmente por terem sido coloridas à mão. Elas podem ser acessadas no acervo *Gallica*, da Biblioteca Nacional da França.

viajantes. Elas foram fotografadas deitadas, com seus pequenos suportes para cabeça (figura 28), tocando instrumentos musicais, como o *shamisen*, e arrumando-se. Além disso, algumas das imagens remetiam à arte japonesa denominada *ukiyo-e*⁴⁵:

Ukiyo-e abrange uma vasta produção pictórica durante o período Edo, diga-se, vasta demais em relação ao *ukiyo-zôshi*: sinônimo ora de meio técnico, ora de temáticas abordadas, ora de sistema de produção, chega até a se identificar com classe social. Compreende-se geralmente *ukiyo-e* como uma produção visual manifesta através do meio xilográfico – alguns estudiosos afirmam ser essa a sua característica distintiva –, principalmente colorida, que possibilita, por seu caráter reprodutivo, fruição, em grande escala, de livros, catálogos, álbuns, cartazes e estampas independentes: já se viu nisso o início da editoração. *Ukiyo-e* pode ser traduzido por “estampa xilográfica”, independentemente de seus tratamentos técnicos ou tópicas. As estampas podem ser classificadas em diversas categorias: *bijin* (de *yûjo* e *yakusha*), cenas de peças de *kabuki*, áreas-de-prazeres, vistas famosas, pássaros-e-flores, ocupações profissionais, viagens, monstros, animais divinos, poetas famosos, monges chineses. (HASHIMOTO, 2002, p. 129-30)

A circulação dessas imagens era possibilitada pela reprodução como estampa xilográfica⁴⁶. Com isso, podiam ser encontradas pelos viajantes, como demonstra o trecho em que Almeida descreve os bazares:

Os bazares são verdadeiros muséus, onde o estrangeiro admira toda sorte de produtos indigenas, desde o gigantesco vaso de porcellana, até a porcellana chamada casca de ovo, que é a mais estimada e de um typo todo japonéz.

Ahi se encontrão mil objetos de charão, ornamentos de bronze, lindas pinturas sobre sêda, representando formosas e jovens japonezas, vasos de porcellana de mil formas e desenhos, emfim, outros muitos objetos que encantão o estrangeiro, e que muito concorrem para aumentar as despesas de uma longa viagem. (ALMEIDA, 1879, p.154)

Não entraremos propriamente no mundo visual e artístico do período Edo (1603-1868), mas nos interessa saber que o *ukiyo-e* ou “pinturas do mundo flutuante”, no século XVII começou a significar um mundo de preocupações hedonistas, de aparências e licencioso (BISWAS, 2009). De acordo com Hashimoto (2002, p. 62-3), nesse período:

o “agora” da moda das cidades, das últimas técnicas das ricas tramas tecidas ou estampadas de modo manual, detalhado e personalizado, o “hoje” da vida prazerosa e intensa, deixam para trás o “ontem” dos

⁴⁵Ver: HASHIMOTO, Madalena. **Pintura e escritura do mundo Flutuante**: Hishikawa Moronobu e ukiyo-e Ihara Saikaku e ukiyo-zôshi. Ed. Hedra. São Paulo, 2002.

⁴⁶“A definição, repetida exaustivamente, de *ukiyo-e* como ‘arte popular’, revela um ponto de vista contemporâneo de separação entre níveis de produção (popular, erudito, folclórico); é impropriedade, pois, além da permanência de tópicas e de emulação de usos-e-costumes aristocráticos pelos cidadãos, que não são ‘povo’, vê-se um caleidoscópio de tópicas, meios técnicos e modos de compor e ver muito difundidos” (HASHIMOTO, 2002, p.130).

séculos XII a XV, com seu sentido triste diante do inexorável da efemeridade e da impermanência, *mujōkan*, e recriam um outro mundo flutuante, “portanto a ser vivido plena e alegremente”, *ukiyo*, em substituição ao mundo flutuante, “portanto a ser sofrido como compadecimento”, *ukiyo*.

Para a pesquisadora Sampa Biswas, na segunda metade do XVIII, os artistas dedicaram-se à representação do ideal feminino, a partir de mulheres sexualmente atraentes, como cortesãs, jovens nos banhos, amantes, mulheres vestindo-se, maquiando-se, arrumando seus cabelos, lendo: “os artistas capturavam a essência das mulheres, seus movimentos, seus sonhos, seus momentos íntimos, a maciez de sua pele, o mistério de seu encanto: essa era sua obsessão constante, uma busca apaixonada e febril” (BISWAS, 2009, p. 148, tradução nossa).

Na ilustração intitulada *Dama japoneza dormindo a sesta* (figura 26), do relato de Almeida, destaca-se o decote, a leveza da roupa e os dois homens que a observam. Diante da nudez, os estrangeiros percebiam uma “inocência” dos japoneses, como um povo sem pecados aos olhos cristãos, mesmo com as diferenças em relação à realidade e o pudor da “civilização ocidental”:

A limpeza do corpo é um dos cuidados que mais ocupa os japonezes de ambos os sexos. E em todas as cidades do Japão, encontram-se casas de banhos, cujas portas se distinguem das outras pelas bandeirolas que ahi fluctuão ao vento.

No interior, a agua corre continuamente em grandes tanques onde, conjuntamente, homens, mulheres e crianças fazem suas abluções no estado em que vivem nossos primeiros paes antes do peccado. Este facto nos dá idéa da simplicidade dos costumes japonezes, e nos autorisa a pôr em duvida que este povo participe do peccado do primeiro homem, pois, os banhistas acotovellão-se dentro destes imensos tanques com mais inocência do que os cysnes nos largos artificiaes dos nossos jardins. (ALMEIDA, 1879, p.155)

A imagem trazia ainda outra das “excentricidades” mais comentadas pelos viajantes: a maneira de dormir dos japoneses, motivo de reproduções em outros relatos de viajantes⁴⁷. Percebe-se com isso que as escolhas descritivas e iconográficas de Almeida não estavam distantes das “curiosidades” sobre os japoneses presentes nas narrativas estadunidenses e europeias e, por vezes, das próprias elaborações artísticas do Japão.

⁴⁷ É o caso do relato de Sir Rutherford Alcock, *The capital of the Tycoon: a narrative of the three years residence in Japan*, publicado por *The Bradley Company* (1863). Aparece também em *The Mikado's Empire* (1876), de William Griffis, com a legenda *The siesta*. E também em *The boy travellers in the Far East: Adventures of two youths in a journey to Japan and China* (1880), de Thomas W. Knox.

Figura 26 – Dama japonesa dormindo a sesta



Fonte: ALMEIDA, Francisco Antonio de. **Da França ao Japão**: Narração de viagem e descrição histórica, usos e costumes dos habitantes da China, do Japão e de outros países da Ásia. Rio de Janeiro: Typ. do Apostolo e Imperial Lithographia de A. Speltz, 1879. n.p.

Figura 27 – Arte de Toyohara Kunichika



Fonte: Toyohara Junichika, ca. 1884. Disponível em <<https://art.honolulumuseum.org/>>. Último acesso em 02/04/2020.

Figura 28 – Jeune femme allongée (Felice Beato)



Fonte: BEATO, Felice. **10 photos en couleurs du Japon**. 1886. Disponível em <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b10524109f>> Último acesso em 02/04/2020

Imagens sobre o Japão circulavam fora dos relatos também, e referências encontradas nas ilustrações de *Da França ao Japão* eram características da “moda” de um interesse pelo país. Na França, a famosa *Imagerie d'Épinal* produziu uma coleção chamada *Le tour du monde en images*, cuja sessão sobre o Japão trazia uma litografia com três mulheres tocando instrumentos musicais, e outra deitada de modo tradicional⁴⁸. Nas artes plásticas, vestimentas, arquitetura e literatura notava-se essa aproximação com o Japão.⁴⁹

Em 1862, Rutherford Alcock, o primeiro embaixador inglês no Japão, foi o responsável pela seção sobre o país na Exposição Universal de Londres (KUNIYOSHI, 1998, p.75). E, em 1867, ocorreu a primeira participação oficial do Japão em eventos

⁴⁸Disponível em <<https://www.imagesdepinal.com/images/1226-image-tour-du-monde-asie-3760200946481.html>>. Último acesso em 02/09/2020.

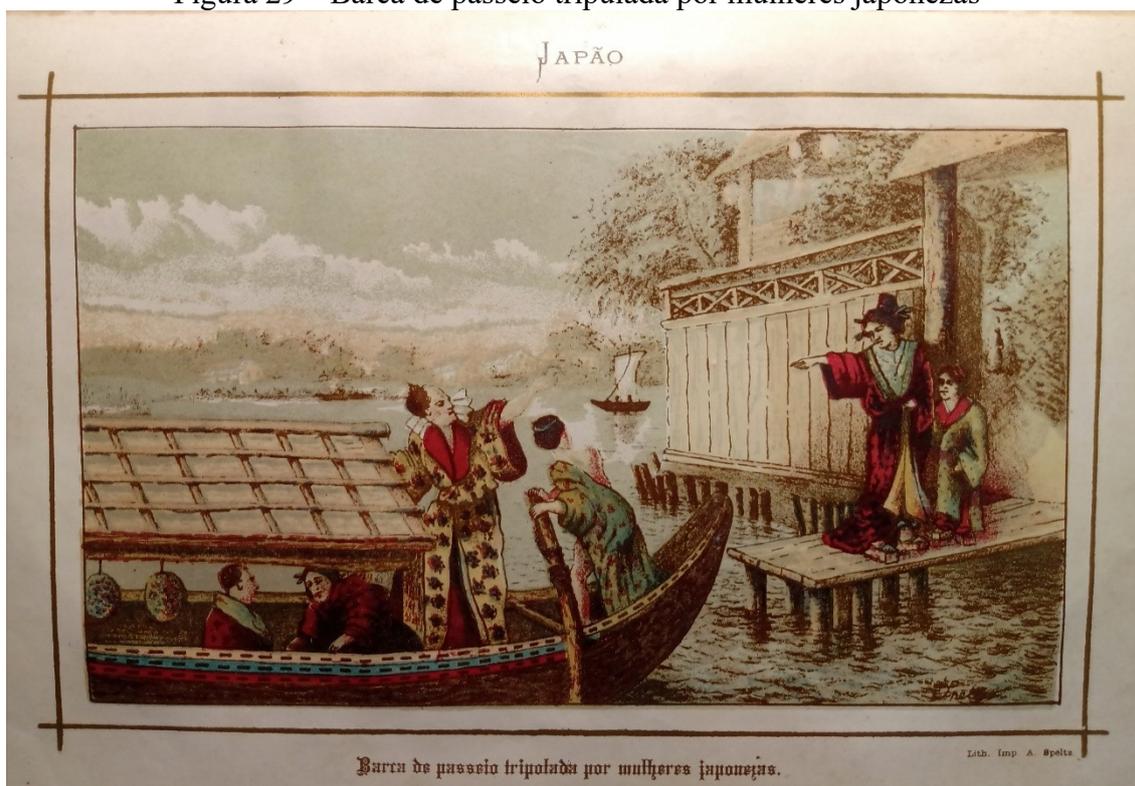
⁴⁹Ver: KUNIYOSHI, Celina. **Imagens do Japão: Uma utopia de viajantes**. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP, 1998.

internacionais, na Exposição Universal de Paris. Nas ocasiões, foram apresentados objetos, maquetes e ilustrações, que, uma vez reproduzidas e descritas circularam pelo mundo. De acordo com Celina Kuniyoshi (1998, p. 76), já em 1867, o Japão levava para o exterior “uma concepção de vida, na qual a arte era uma presença corriqueira e uma concepção de arte, da qual a natureza não se separava”. Como a Exposição Universal servia como uma vitrine na qual diversas nações se apresentavam, ela foi importante para impulsionar a arte japonesa, que se tornou moda na França. A Exposição era um lugar de apresentação e também de competição, de mostrar-se “civilizado”, e o Japão não estava alheio a isto.⁵⁰ Nas exposições posteriores do século XIX, o Japão já vivia sob o governo Meiji: em 1873, na Exposição Universal de Viena; em 1878, na Exposição em Paris; e, em 1893, em Chicago.

No relato de viagem de Almeida, há duas outras figuras que fazem referência aos temas comuns na arte japonesa, *Barca de passeio tripulada por mulheres japonezas* (figura 29) e *Jovens japonezas tocando bandolim* (figura 31) (na realidade, trata-se de um instrumento de cordas chamado *shamisen*), esta última era também uma temática muito presente nas fotografias de viajantes. Outra imagem, intitulada *Jovem dama japonesa e sua criada* (figura 33) aparentemente possui outra origem, pois havia sido publicada, em preto e branco, no novaiorquino *Harper's Weekly*, em 1870 (figura 34). Chama atenção, entretanto, que assim como nas demais imagens em *Da França ao Japão*, as fisionomias têm seus traços europeizados – no caso desta imagem, uma criança é retratada com cabelos loiros. Tais imagens de mulheres japonesas também colaboravam para a construção de um imaginário sobre o que seria o cotidiano dos japoneses.

⁵⁰Ver: COALDRAKE, Kimi. Fine arts versus decorative arts: the categorization of Japanese arts at the international expositions in Vienna (1873), Paris (1878) and Chicago (1893). In: **Japan Forum**, v.25, 2013, p.174-190.

Figura 29 – Barca de passeio tripulada por mulheres japonezas



Fonte: ALMEIDA, Francisco Antonio de. **Da França ao Japão**: Narração de viagem e descrição histórica, usos e costumes dos habitantes da China, do Japão e de outros países da Ásia. Rio de Janeiro: Typ. do Apostolo e Imperial Lithographia de A. Speltz, 1879. n.p.

Figura 30 – Arte de Torii Kiyonaga



Fonte: Torii Kiyonaga. **Women Landing from a Pleasure Boat Drawn Up to the Shore at Mukojima on Sumida River**, Edo, ca. 1785. Disponível em <<https://www.metmuseum.org/>>. Último acesso em 01/08/2020.

Figura 31 – Jovens japonezas tocando bandolim



Fonte: ALMEIDA, Francisco Antonio de. **Da França ao Japão**: Narração de viagem e descrição histórica, usos e costumes dos habitantes da China, do Japão e de outros países da Ásia. Rio de Janeiro: Typ. do Apostolo e Imperial Lithographia de A. Speltz, 1879. n.p.

Figura 32 – Arte de Komai Yoshinobu



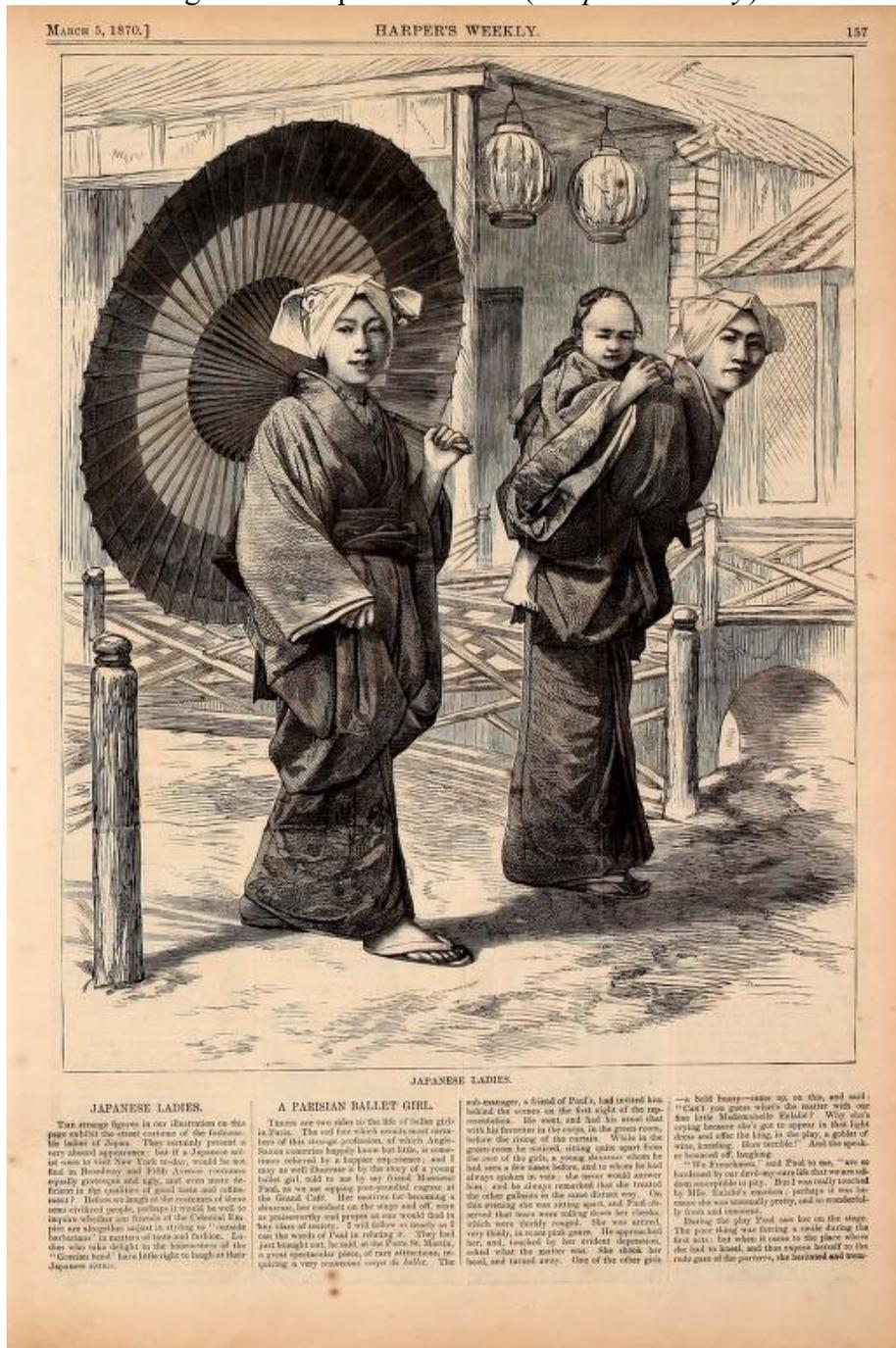
Fonte: Komai Yoshinobu. **Women Playing Koto, Shamisen, and Kokyû.** ca 1770. Disponível em <<https://collections.mfa.org/objects/234295>>. Último acesso em 01/08/2020.

Figura 33 – Jovem dama japonesa e sua criada



Fonte: ALMEIDA, Francisco Antonio de. **Da França ao Japão**: Narração de viagem e descrição histórica, usos e costumes dos habitantes da China, do Japão e de outros países da Ásia. Rio de Janeiro: Typ. do Apostolo e Imperial Lithographia de A. Speltz, 1879. n.p.

Figura 34 – Japanese Ladies (*Harper's Weekly*)



March 5, 1870.]

HARPER'S WEEKLY.

157

JAPANESE LADIES.

The strange figures in our illustration on this page exhibit the street costume of the Japanese ladies of Japan. They certainly present a very unusual appearance; but if a Japanese subject were to visit New York to-day, would he not find in Broadway and Fifth Avenue countless equally grotesque and ugly, and even more different in the qualities of good taste and refinement? How can we judge of the correctness of these more civilized people, perhaps it would be well to inquire whether our friends of the Colonial Era, were not altogether unjust in styling us "Oriental barbarians" in matters of taste and fashion. Ladies who take delight in the homeliness of the "Gingham band" have little right to laugh at their Japanese sisters.

A PARISIAN BALLET GIRL.

There are few sides to the life of ballet girls in Paris. The end for which nearly all the dancers of this strange profession, of which Anglo-Saxons count but little, is sometimes achieved by a happy encounter, and I say as well I should it by the story of a young ballet girl told to me by my friend Monsieur Paul, as we sat sipping post-prandial cognac at the Grand Café. Her recital led to a discussion, her conduct on the stage and off, more as generally and proper as one would find in her class of society. I will follow as closely as I can the words of Paul in relating it. They had just brought out, he said, to the Grand Opéra, a great sparkling piece, of rare attraction, requiring a very successful couple de Ballet. The

JAPANESE LADIES.

ad-manager, a friend of Paul's, had invited him behind the scenes on the first night of the representation. He went, and had his usual chat with his favorite in the crowd, in the green room, before the rising of the curtain. While in the green room he remained sitting quite apart from the rest of the girls, a young actress whom he had seen a few times before, and to whom he had always spoken in vain; she never would answer him, and he always remarked that she treated the other partners in the same distant way. On this evening she was sitting apart, and Paul observed that some were talking down her cheeks, which were thickly covered. She was attracted, very truly, in some pink gown. He approached her, and, touched by her evident depression, asked what the matter was. She shook her head, and turned away. One of the other girls

—a bold beauty—came up, on this, and said: "Can't you guess what's the matter with our fair little Mademoiselle Estelle? Why don't you smile because she's got to appear in that light dress and offer the king in the play, a goblet of wine, kneeling. How terrible!" And she spoke no more of it, laughing.

"The Frenchman," said Paul to me, "was so fascinated by our diva—my own little that were seldom recognizable to pity. But I was only touched by Miss Estelle's emotion; perhaps it may become she was unusually pretty, and so wonderful in dress and conduct.

During the play Paul saw her on the stage. The poor thing was forcing a smile during the first act; but when it came to the piece where she had to kneel, and then expose herself to the rude gaze of the spectators, she turned and went

Fonte: *Harper's Weekly*, 5 de março de 1870, p.157. Disponível em <<https://archive.org/details/harpersweeklyv14bonn/page/156/mode/2up>> . Último acesso em 03/08/2020.

3.2.3 UM PAÍS “DECORADO Á EUROPÊA”

No âmbito político e institucional, Almeida incluiu em seu livro uma imagem do imperador Meiji, Mutsuhito, marcante do período de transição. *Os Imperantes do Japão* (figura 36) é uma litografia a partir de uma fotografia (figura 35), pensada e produzida pelos próprios japoneses. A imagem teve grande circulação, por retratar o imperador, seus adereços e uniforme militar ocidentalizados, semelhantes aos franceses, assim como a mobília europeia. No seu esforço de “modernização”, o Japão buscou promover a imagem do imperador como descendente divino e líder político da nação. Em 1872, Uchida Kuichi foi solicitado para fotografar o imperador Meiji e a imperatriz em trajes japoneses; no ano seguinte, o fotógrafo retornou para registrar a imagem do governante em trajes militares. A fotografia foi apresentada dentro do país em ocasiões especiais como o aniversário do imperador. Sua reprodução era restrita, mas foi popularizada pelos meios de reprodução da época (HIRAYAMA, 2009).

A imagem ganha ainda mais destaque quando comparada a outra de *Da França ao Japão*, intitulada *Príncipe Japonês* (figura 37), de um jovem com roupas tradicionais dos nobres – provavelmente representado o imperador Komei, pai de Mutsuhito, em sua juventude.

Figura 35 – Imperador Meiji (fotografia de Uchida Kuichi)



Fonte: Uchida Kuichi. Mutsuhito, *The Meiji Emperor*. 1873. Metropolitan Museum of Art. Disponível em <<https://www.metmuseum.org/>>. Último acesso em 03/08/2020.

Figura 36 – Os Imperantes do Japão



Fonte: ALMEIDA, Francisco Antonio de. **Da França ao Japão**: Narração de viagem e descrição histórica, usos e costumes dos habitantes da China, do Japão e de outros países da Ásia. Rio de Janeiro: Typ. do Apostolo e Imperial Lithographia de A. Speltz, 1879. n.p.

Figura 37 – Príncipe Japonês



Fonte: ALMEIDA, Francisco Antonio de. **Da França ao Japão**: Narração de viagem e descrição histórica, usos e costumes dos habitantes da China, do Japão e de outros países da Ásia. Rio de Janeiro: Typ. do Apostolo e Imperial Lithographia de A. Speltz, 1879. n.p.

A fotografia do imperador Meiji em uniforme militar era mais do que uma tentativa isolada de demonstrar que o Japão buscava tornar-se uma nação moderna. Em novembro de 1872, as roupas europeias se tornaram obrigatórias para os funcionários do governo em cerimônias oficiais (SUKEHIRO, 1989, p. 471). Contudo, cabe atentarmos que, mesmo depois do decreto, as roupas tradicionais permaneceram em uso, demonstrando que as mudanças institucionais não significaram o apagamento dos costumes japoneses na vida privada. Mas a transição não se resumia aos costumes e impressões para o exterior:

As produções japonezas forão, então, procuradas pelos europeus e pelos americanos, e, necessariamente, a industria desse paiz recebeu grande impulso e extensão. Fabricas importantes de porcellana forão creadas em varios pontos do Imperio; a creação dos bichos da seda apresentou um desenvolvimento espantoso, e, hoje centenaes de quilogramas de óvulos do *bombix cynthia* são anualmente exportados para a Italia e Sul da França, fornecendo a matéria prima ás principaes fabricas de tecido de seda da Europa.

Importantes oficinas de ferro e aço forão estabelecidas em algumas cidades do litoral, e, sem contestação, a metalurgia do aço, no Japão, fornece productos superiores aos das melhores fabricas da Europa.

Muitas minas de carvão de pedra são actualmente exploradas, e ainda que o systema de exploração não seja dos mais económicos, comtudo, em vista o baixo preço do trabalho operario, a venda do mineral, que é de excelente qualidade, cobre as despesas de extracção e de transporte aos mercados, e deixa um lucro de 17% sobre o capital empregado.

O Estado é o primeiro consumidor deste producto que é explorado administrativamente, o que torna independente do estrangeiro a sua marinha de guerra e de commercio, os arsenais e as demais oficinas publicas.

Muitas pequenas fabricas de comestiveis, de perfumarias e de outros objetos, encontrão-se no Japão, e tal tem sido o seu desenvolvimento, que, em Yokohama, existe uma lithographia munida de cinco prensas que estão constantemente empregadas em imprimir os rótulos e as marcas de commercio dos fabricantes europeus. (ALMEIDA, 1879, p. 210)

O estabelecimento da imprensa, da linha férrea e do correio em poucos anos de abertura política, fez com que o viajante, para quem a ideia positivista de progresso era cara, visse naquele país um modelo a ser seguido. Faltaria-lhe apenas a república e, de passagem, Almeida aproveitava para expor suas ideias sobre ela:

Virtuoso paiz que conta elementos moraes de grande valor e que satisfazem todas as condições, para que a republica democrata não seja acoimada de *utopia*, por aquelles que receiando de si, não admitem a existencia de uma cidade, sendo exclusivamente dominada pelos elevados principios da liberdade, que nada mais é do que a

independencia do cidadão dentro da orbita legal, o que ainda importa o *trabalho*.

É verdade que, se estudarmos o antigo regimen politico do Japão, veremos o feudalismo da idade média em todas as suas provincias e os imperadores com atribuições muito amplas, disporem tanto da vida e da propriedade dos nobres como dos plebeos.

E esta mudança rápida do antigo para o moderno regimen, este salto mortal da barbaria para a civilização não seria provocado pela revolução de 1868, donde sahio vencedora a causa dos patriotas?

E esta transformação dos costumes d'este povo não se realisou com os aplausos da propria Inglaterra, que com suas imposições vexatorias feitas á China foi involuntaria iniciadora da liberdade deste povo, dando lugar a que os patriotas receiassem da franqueza do governo de então, que tudo cedia aos estrangeiros?

Hoje, o Japão caminha a largos passos para o mais perfeito dos regimens políticos. Em 1868, os patriotas combaterão os famigerados daimos que ouvião, sem lembrarem-se da pátria, os últimos gemidos da China independente, entregue as garras da leôa dos mares, que não contente de sugar-lhe a seiva queria envenenar-lhe os filhos com o terrível opio; amanhã, o povo japonês fará desaparecer os ultimos vestigios do passado regimen e assentará os alicerces de um governo republicano sobre as suas sublimes virtudes de patriotismo e abnegação. Se fôssemos japonezes, seríamos decididos republicanos, porque se o Imperio póde alimentar o vicio, mercadejar com os sentimentos, os mais nobres, de um povo, sem cahir na incoherencia, nem constituir o absurdo, a republica deve ser pura e isenta da desconfiança, sob pena de ser a barregã mais imunda ou a concumbina mais incestuosa de seus pais titulares, eleitos, não pelo povo, mas pela intriga, ou pela força; - o mais vil elemento que pôde entrar na composição de um systema todo moral.

É pela instrucção que o homem afasta-se do bruto e habitua-se a desprezar a força de seus músculos, que não convence a ente algum, e, quando muito, impelle o miserável a fazer certo acto momentâneo; pois bem, queriamos vêr no nosso paiz a propaganda da liberdade se fazer com a carta do A B C, e que os republicanos, longe de se prestarem aos caprichos deste ou daquelle partido, constituíssem em suas cidades, villas, fazendas, escolas populares, que jamais serião em grande numero para um paiz como o nosso, que conta alguns milhões de habitantes espalhados na vasta área de milhares de milhas quadradas. (p.195)

Nesse sentido, percebemos que o relato de Almeida foi também um momento para pensar seu próprio país, não somente como referência prévia evidente para compreender a realidade desconhecida, mas como uso consciente do espaço de publicação para reivindicação de suas demandas. Na viagem de retorno, ele conheceu Pedro de Orléans, sobrinho de D. Pedro II, que elogiosamente qualificou como um oficial exemplar da Marinha a serviço da República Francesa. “Neste caso, ser descendente de reis, encarece as virtudes de quem também é bom cidadão e valente servidor da república” (p. 223).

Na capital japonesa, a comissão francesa (que Almeida integrava) foi convidada a um encontro com o ministro da Instrução Pública. Como cenas de transição, era significativo que naquele momento de abertura do país fossem servidas “as mais delicadas iguarias francesas”, preparadas por um cozinheiro japonês que havia aprendido as técnicas em Paris.⁵¹ (p. 167). Na descrição do evento, aparece, em uma das poucas vezes, a figura do astrônomo Jules Jansen, “nosso chefe” (p. 166). O acontecimento demonstra a circulação de conhecimentos que ocorreu após a abertura do Japão, e a tentativa deste de se utilizar da cultura europeia mesmo em áreas que não eram politicamente estratégicas. Como é o caso da alimentação em que, diante de um processo ainda em ajuste, o serviço ao estilo francês não se dava por completo, não por falta de conhecimento, mas por falta de recursos materiais:

Depois de conversarmos com o Director da Instrucção Publica do Japão, que tambem fora convidado, dirigimo-nos á sala do banquete, no meio da qual se achava uma extensa mesa coberta com as mais delicadas iguarias francezas, entre as quaes sobresahião os perús, gallinhas e outras peças assadas, todas trufadas, e que, segundo nos disse um jovem japonéz, adido á comissão, foram preparadas por um cozinheiro do paiz que fora mandado á Paris aprender sua arte.

O que nos intrigou a principio, foi não vermos cadeiras em roda na mesa, porém, ao convite atencioso que nos dirigião os ministros japonezes de tomarmos os lugares, notamos encostadas ás paredes da sala commodas poltronas.

Apenas nelas recostados, pensávamos nas dificuldades que se nos apresentavão, por termos de repousar, necessariamente, os pratos sobre nossos joelhos, mas a nossa perplexidade durou pouco; numerosos creados vestidos com todo luxo asiático, collocárão diante de cada conviva um pequeno banco que assim nos tirava o embaraço.

Durante todo o jantar, fomos obsequiados por S. Ex. e seus colegas, que com a mais exquisita delicadeza, derramavão excelentes vinhos nos nossos cálices, e ião e vinhão sem cessar, a oferecer-nos novos pratos, sem nos deixar mesmo tempo, para saborear as iguarias que acabavão de nos servir. (p.167)

Em outro momento, ao final da viagem, a comitiva foi convidada em nome do ministro da Marinha para um banquete em Nagasaki, onde o salão era “decorado á europêa”, sobre o qual Almeida comentou: “desta vez podemos chegar as nossas cadeiras á mesa”, além de indicar que todo o serviço era feito por jovens japonesas (p. 213).

⁵¹Tamanho era o trânsito de pessoas para fins políticos e educacionais, que foi solicitado à Almeida por intermédio de tradutores que levasse uma carta de uma mulher japonesa ao seu irmão em Paris, o que foi feito pelo viajante.

Podemos visualizar um acontecimento similar na arte de Utagawa Sadahide, datada de 1861, representando a sala de estar de um comerciante estrangeiro em Yokohama⁵².

Figura 38 – Arte de Utagawa Sadahide



Fonte: Utagawa Sadahide. *Foreigners in the Drawing Room of Foreign Merchant's House in Yokohama*. 1887. Disponível em <<https://www.metmuseum.org/art/collection/search/73416>>. Último acesso em 03/08/2020.

Havia também instabilidade nestas mudanças, pois eram mundos ainda profundamente distintos. As armas de fogo entraram no país subjugando as espadas, vestimentas europeias cobriram os corpos impondo novas condutas, o pecado cristão estabeleceu suas regras e situações improvisadas no cotidiano se tornaram recorrentes naquele final de século. A questão dos *samurais* a partir da Era Meiji foi central, demonstrando a profundidade da mudança de sistema social e político, afinal, tratava-se de uma classe que antes tinha função, *status* e certo monopólio da violência. Tornaram-se memórias de um passado recente. No jantar descrito por Almeida, percebe-se a presença deste embate:

Durante a conversação animada que precedeu o jantar, elevava-se sobre todas as vozes a de um dos ministros, cuja *physionomia* sizada, oferecia contraste com profundas cicatrizes que apresentava o seu rosto, causadas por alguma arma branca; julgávamos ser este indivíduo algum antigo general, então encarregado dos negócios da guerra, mas enganavamos-nos completamente, porque era o presidente do conselho e tio do Imperador.

⁵²Imagem e descrição disponíveis em: Metropolitan Museum of Art: <<https://www.metmuseum.org/toah/works-of-art/2007.49.131a-c/>>. Último acesso em 13/04/2020.

Á energia deste personagem e a sua dedicação á causa da civilização, deve o Japão a paz interior, e a consideração que tem merecido dos homens honestos e liberaes.

Ainda há pouco tempo foi este personagem atacado nas proximidades de seu palácio, por alguns *samourais* que tinham jurado sua morte. Depois de o cutilarem, apesar da rude defesa que elle apresentou, com seu sabre na mão, os *samourais* deixarão-o por morto na estrada. Durante a noite, com custo, e arrastando-se, elle poudé ganhar o seu palácio, onde apenas chegado, mandou chamar a autoridade competente para perseguir e encarcerar os assassinos. De feito, dias depois forão executadas os principaes cabeças deste attentado. (p.168-9)

Neste encontro, além dos novos arranjos culturais, os participantes dedicaram-se a assuntos de interesse do Brasil, nos âmbitos político e econômico. O próprio anfitrião contou que “sentia não ter o Mikado do Brazil representantes no Japão, e que, apesar do seu paiz sahir de uma guerra civil, era com imenso prazer que aceitava a amizade das nações civilisadas do Globo”(p. 169), se mostrando atento à dinâmica internacional, comentando sobre a Guerra do Paraguai. Almeida também não tardaria a ver as vantagens de uma relação entre o Japão e o Brasil, valorizando o possível contato, assim como o contato com a China:

Na verdade, quanto as vantagens de termos um encarregado de negocios, que representasse o nosso paiz na China e no Japão, ninguém poderá desconhecer. Muito facilitaria uma navegação regular e directamente, pelo Cabo da Boa Esperança com os paizes do extremo oriente, de modo que certos generos, como o chá, as especiarias e outros objectos de luxo não nos fossem remetidos por intermedio da Inglaterra; o que é em prejuízo dos consumidores.

Porém, o fim principal deveria ser de estudar-se as condições da industria da seda, do fabrico do chá, da porcelana, e sobre todas a questão da immigração chinesa. (p.169)

Cabe chamar atenção para o fato de que, justamente no encontro em que se discutia as relações diplomáticas e comerciais com o Japão, Almeida citou a China e a questão do trabalho:

É esta questão uma das mais serias a resolver para em tempo bem próximo podermos dispensar os braços escravos que tornão-se cada dia mais escassos, em detrimento da nossa lavoura e, por consequencia, da riqueza nacional.

Parece-nos infundadas as opiniões de muitos dos nossos compatriotas que não confião nas vantagens da introdução dos *coolies* no Imperio, entretanto, se eles visitassem a parte septentrional da China, especialmente Shangai e suas imediações, não encontrarião nenhuma semelhança nem nos typos, nem nas qualidades, que fazem os homens aptos para o trabalho, entre os habitantes indígenas destas regiões e os

malayos que vagão pelas ruas da capital do Imperio e que, pelos seus vícios, só servem para activar a vigilância da nossa policia.

Os chins ou malayos que aportarão á nossas plagas como emigrantes, soubemos terem sido recrutados nas praias de Macau ou nas costas da China, próximas de Hong-Kong.

Nenhuma vantagem se lhes offerecia; a troco de algumas piastras que se lhes dava, embarcavão sem saberem para onde ião, erão mendigantes, muitos, cobertos de lepra e imundos, que a fome e a miséria os obrigavão irreflectivamente, a dar esse passo. E estes homens invalidados pelas doenças, eivados dos mais degradantes vícios, não podião satisfazer aos desejos do governo do Brazil quando autorisou esta emigração. (p.169-70)

Tanto em 1874 quanto em 1879, quando *Da França ao Japão* foi publicado, este debate estava em consonância com aquele que ocorria no Brasil, no qual os trabalhadores asiáticos eram vistos como possibilidade para trabalhados temporários. Estes comentários foram elaborados quando Almeida estava, na ordem da narrativa, no Japão, demonstrando a dificuldade de pensar sobre o japonês no Brasil, pelo menos no século XIX, sem compreender a dinâmica internacional e que sua imagem e experiências de aproximação estiveram atreladas aos demais asiáticos. Assim, os “malayos que vagão pelas ruas da capital do Imperio” (Rio de Janeiro) eram, provavelmente, trazidos de Singapura, como ocorreu com as expedições de Manoel de Almeida Cardoso. Inclusive, “traficantes de carne humana”, como denunciava o astrônomo, tiveram passagem pelo Japão durante sua estadia:

Alguns dias depois da nossa chegada ao Japão alguns jornaes do paiz noticiarão, que fora retido no porto de Nangasaki um navio brasileiro que transportava mais de dous mil *coolies*, contra a vontade destes, que não tinham assignado contrato algum diante das autoridades chinas antes de embarcarem.

Immediatamente tratámos de verificar a noticia, e com efeito, o governo japonéz mandara desembarcar os *coolies*, reter o navio até ulterior deliberação e encarcerar o capitão e a tripolação; porém, a sua bandeira era a da República do Peru e felizmente neste ponto a notícia era inexata.

Ao principio, pareceu-nos arbitraria e violenta a deliberação do governo do Japão, porém, quem testemunhar a pouca humanidade com que os estrangeiros tratão os chins e os japonezes quando uma vez sujeitos ao *direito da força*, não deixará de approvar essas medidas necessárias para a honra da civilização e em bem dos nossos semelhantes.

As difficuldades que surgirão de todos os lados para contratarem *coolies* que convenhão aos nossos lavradores, só poderão ser obviadas pela diplomacia, do contrário, estamos convictos, de que o Governo Imperial da China reclamará auxilio das marinhas de guerra estrangeiras para impedir, como eles já disseram, o tráfico de seus

súbditos, que illudidos, e muitas vezes á força, vão povoar os paizes da America.

É, pois, pelas dificuldades que apresenta a contratação dos *coolies* e não por ser esta emigração de nenhuma utilidade para o Imperio, que julgamos infructuosos quaesquer esforços que se empreguem, sem sermos autorizados ou, pelo menos, sem contarmos com a indiferença do Governo da China.

Já dissemos algumas palavras sobre esta questão em um dos capítulos anteriores, porém, só em um livro, poderá ella ser estudada em todas as suas faces; este não é o nosso fim e não seria sem duvida do gosto dos nossos benévolos leitores. (p.170-1)

A suspeita de que o navio fosse brasileiro indica que havia esta possibilidade; além disso, o trecho mostra que não se tratavam de trabalhadores livres contratados, mas de pessoas traficadas. O escritor ainda pontuava uma questão que seria central para a possibilidade de vinda de trabalhadores livres, que era o estabelecimento de acordos diplomáticos com os países asiáticos.

Francisco Antônio de Almeida vivenciou o Japão nos seus primeiros anos de mudança, a ele caberia o ineditismo que o tornaria porta-voz relevante sobre a Ásia no Brasil. Se por um lado o Japão ia se constituindo como modelo de modernização, ajustando, ainda que inicialmente, suas instituições e costumes – e aparecendo para o viajante como uma possível potência futura – por outro, um dos debates mais importantes no Brasil era a abolição e a imigração de trabalhadores. Assim, além de tratar de impressões sobre usos e costumes, o relato de Almeida inseria-se na demanda nacional e seria útil nesse sentido.

Apenas ao final de seu relato é que o astrônomo Francisco Antônio de Almeida (1879, p. 191) se dedicou à “rara entrevista da caprichosa deusa com o galante Sol”. No caminho à Nagasaki, a bordo do navio estadunidense *Golden Age*, notou que havia “centenas de chins amontoados como fardos, quase adormecidos, ou fumando o opio em seus imensos cachimbos” (p. 184). Ali, a missão francesa ficou hospedada junto a um templo, local cedido pelos *bonzos*. A descrição da passagem de Vênus pelo Sol, entretanto, nada tinha de cunho científico.

Almeida já se encaminhava para o fim do relato. Ao final de dezembro de 1874, após três meses de estadia no Japão, despediu-se, deixando registrado em um monumento japonês que um brasileiro participara da missão científica. Seguiu então para Shangai, de onde o *La Provence* partiria para a Europa:

Nos pareceu que tínhamos vivido varios annos durante os nove mezes que estivemos ausentes da Europa; e se uma longa viagem apresenta

muitas vezes inconvenientes, é no mór numero dos casos, a mais instructiva e salutar distracção, das que o homem póde, sem prejudicar o próximo, gosar durante o curto tempo que vivemos.

Se podessemos, percorreríamos tantas vezes todos os mares e todos os paizes, que traçaríamos em nossa marcha, pelas terras e mares, todos os círculos que vemos nas esferas terrestres.

E, se assim fizéssemos, só o leitor seria prejudicado em seus preciosos momentos de ócio, pelos numerosos volumes que entregaríamos a mercê de sua avida curiosidade. (p. 230)

Retornou à França com suas descrições, registros da passagem de Vênus, amostras de animais, fotografias e outros documentos. *Da França ao Japão* foi publicado cinco anos após este trânsito, nesse sentido, o que acessamos é uma narrativa elaborada *a posteriori* pelo viajante, na qual integrou sua experiência dos meses em viagem, diálogos com outras obras, a reapropriação das imagens pelos ilustradores europeus, a inserção de seus posicionamentos republicanos, sua orientação positivista e, não menos importante, informações úteis para as demandas nacionais.

3.3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Francisco Antônio de Almeida apresentou a curiosidade do viajante intercontinental, a expansão do imperialismo em meados do século XIX, o desenvolvimento tecnológico, costumes, cenários e populações dos países por onde passou. Enquanto isso, no Brasil, debatia-se sobre a possível República, a abolição do trabalho escravo, as ideias científicas – questões que também nortearam a obra do viajante. Pelo ineditismo, divulgação, contato com representantes japoneses sobre as possíveis relações entre os dois países, entende-se que este relato foi parte das percepções iniciais dos brasileiros sobre o Japão.

Susan Sontag (2018, p. 13) afirmou que “coleccionar fotos é coleccionar o mundo”. Quando se folheia *Da França ao Japão*, assim como obras ilustradas de outros viajantes do século XIX, esta é a sensação que temos como observadores. É preciso levar em conta que uma coleção não é neutra, pois pressupõe acesso a determinado material, escolhas e, em certa medida, destacar o que se deseja. Dessa forma, “ao decidir que aspecto deveria ter uma imagem, ao preferir uma exposição a outra, os fotógrafos sempre impõem padrões a seus temas” (SONTAG, 2018, p. 17). Isto cria uma continuidade, um padrão, que contribui para o espraio de estereótipos ou seu questionamento. A câmera, assim como o material do ilustrador, elabora uma interpretação do mundo que não é imparcial.

Nesse sentido, concordamos com a análise da pesquisadora Mônica Okamoto (2010, p.104), de que Almeida “deixa claro seu interesse em colher informações acerca desses dois povos [chineses e japoneses] que estavam na mira do governo brasileiro como candidatos a trabalhadores imigrantes para a lavoura cafeeira”. A pesquisadora nota igualmente a recorrência da comparação entre chineses e japoneses como parte de um “discurso engajado no propósito de escolher o melhor braço asiático para as lavouras cafeeiras”(p. 107). Se eram vistos como opostos no relato de Almeida, é porque estavam sendo colocados em comparação, e veremos isto ocorrendo também no debate público nacional.

O Japão encontrado pelo viajante em 1874 estava em fase de transição e, mesmo diante de sua originalidade, Almeida não apresentava um mundo totalmente desconhecido aos brasileiros. Era o momento em que aquela nação estava se consolidando no cenário internacional para ser política e economicamente forte, enquanto a China sofria os reveses do violento imperialismo. No Brasil, tais fatores interfeririam no modo como seriam pensadas essas populações nos debates sobre a imigração. Acompanharemos, nos próximos capítulos, como tais ideias se ampliaram, sendo utilizadas pelos interessados na vinda dos trabalhadores asiáticos ao Brasil, e como outros dois viajantes brasileiros vivenciaram diferentes momentos do Japão pós-abertura.

4. “JÁ NÃO BASTAVA O PRETO, VAES TER O AMARELLO!”

A principal referência que se tem sobre Francisco Antônio de Almeida é seu relato de viagem ao Japão, o primeiro de um brasileiro sobre o tema. Contudo, pode haver uma falsa impressão de que tenha sido uma espécie de “inaugurador” deste contato, com um pioneirismo que talvez não lhe caiba. Pois mesmo que nosso viajante tenha sido o primeiro brasileiro – de que temos notícia – a relatar sua ida ao Japão, ele não foi o precursor do debate sobre o país, como veremos neste capítulo.

Na segunda metade do século XIX, um dos debates recorrentes no Brasil se dava sobre a “substituição” da mão de obra diante dos encaminhamentos para a abolição do trabalho escravo. A dificuldade da vinda de imigrantes europeus, a falta de estrutura para recebê-los, a permanência dos maus tratos, tudo isso aliado às distinções raciais e aos projetos de nação que se vislumbravam contribuíam para colocar em pauta a possibilidade de vinda de trabalhadores asiáticos. Estes trabalhadores traziam, para além do debate racial, questões relacionadas à própria forma de trabalho. Geralmente, eles eram pensados como temporários, vinculados a contratos e supostamente livres, embora muitos fossem traficados. Isso nos remete às definições de Marcel Van der Linden (2013, p. 32) sobre as formas intermediárias entre o trabalho assalariado e a escravidão, como a “servidão por contrato”, na qual “os *coolies* indianos, indonésios e chineses empregados na África do Sul, na América Latina e em outras partes da Ásia são um exemplo bem conhecido dessa situação”. Houve a tentativa de que isto ocorresse também no Brasil com estas populações, em relações firmadas por contratos assimétricos. Como demonstra o pesquisador, na sociedade capitalista, as fronteiras entre o trabalho assalariado e outras modalidades por vezes são vagas, com diversos graus intermediários. Tais pessoas, cuja forma de trabalho é mercantilizada de formas diversas, com pouca ou nenhuma autonomia, são consideradas “trabalhadores subalternos”:

Todo portador ou portadora de força de trabalho cuja força de trabalho é vendida (ou alugada) a outra pessoa em condições de compulsão econômica ou não econômica pertence à classe dos trabalhadores subalternos, independentemente de o portador ou portadora da força de trabalho vender ou alugar ele mesmo sua força de trabalho, e independentemente de o portador ou portadora possuir meios de produção. (LINDEN, 2013, p. 41)

No século XIX, o imperialismo e a relação assimétrica entre os países contribuía para essa relação de subalternidade. Sendo assim, da viagem de Francisco Antônio de

Almeida à Proclamação da República ocorreram importantes iniciativas em relação à Ásia, como a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação com a China, em 1881. Por isso, nos dedicaremos a alguns acontecimentos no Brasil para perceber o desenvolvimento dos debates em relação aos asiáticos, ao invés de experiências isoladas sem vinculação com uma realidade em contínua mudança. Acompanharemos outras viagens à Ásia e os grupos nacionais envolvidos nas disputas sobre a vinda de trabalhadores daquele continente, buscando formar um quadro no qual as experiências e os relatos de viajantes integravam as demandas nacionais, além de mostrar que o interesse pelo Japão se inseria em debates mais amplos.

4.1 A ÁSIA NO BRASIL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

No Brasil, o conhecimento inicial a respeito do Japão não se deu com o contato direto. Como visto, o processo pode ser comparado a uma viagem de navio por diversas localidades, até chegar ao seu destino. Assim ocorreu o contato com a China, a Índia e os países do Sudeste Asiático que, aos poucos, ganhavam especificidades no debate nacional. Em uma perspectiva de análise concentrada nas relações diplomáticas e oficiais entre as nações, centrais para o estudo da política internacional, considera-se que “até quase o final do século XIX pode-se afirmar que não havia qualquer tipo de relacionamento entre Brasil e Ásia” (OLIVEIRA; MASIERO, 2005, p. 7), com destaque para a missão até a China, em 1879, e a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação com aquele país, em 1881. Com relação ao Japão, considera-se na maioria das vezes que “o relacionamento bilateral entre Brasil e Japão iniciou-se com a vinda de migrantes para o trabalho nas lavouras cafeeiras” (p. 8), a partir do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, assinado em 1895. Entretanto, no presente trabalho, acompanharemos também encontros extraoficiais, anteriores ou concomitantes.

Muito do conhecimento sobre a Ásia vinha da história marítima de Portugal, que ocupara Macau entre 1557 e 1999, e Malaca, de 1511 a 1641. Assim, sob o domínio português, localidades na Ásia, na América e na África mantinham contato. E “nesta perspectiva, a comunicação entre a China e o Brasil inicia-se na segunda metade do século [XVI] através da abertura proporcionada por Macau, elo de ligação entre Portugal e a China e base para toda a comunicação com o Japão” (CAMARGO-MORO, 1995, p. 42).

Evidentemente, nos três séculos que se passaram até a chegada dos nossos viajantes, a situação política mudou, assim como as relações internacionais.

O contato do Brasil com países asiáticos se dava especialmente no âmbito comercial. Em 1810, o príncipe regente D. João VI decretou que importações chinesas de portos portugueses, como Macau, estavam isentas de direitos de entrada no Brasil e outros portos também sob domínio português. Leonor Seabra (2014, p. 11) aponta que o próprio Senado enviou um navio, o *Ulisses*, comandado por Manuel Pereira, para fazer este trânsito mercantil. Para a autora, “foi a primeira ligação directa oficial entre Macau e o Brasil”. Na imprensa brasileira, o navio apareceu nas páginas da *Gazeta do Rio de Janeiro* (06/09/1815), nas quais informava-se que, “no armazem da rua da *Alfandega N^o5*, se acha a venda toda a louça vinda de *Macau* no navio *Ulisses*, em cuja porção se achão também serviços completos para meza, e chá, de porcelana dourada, e esmaltada, assim como os chás novos em caixa”.

A imprensa brasileira começou suas atividades oficialmente com a vinda da Corte portuguesa, em 1808, ano de fundação da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Nos primeiros anos encontramos notícias traduzidas que citam o Japão, pela passagem de estrangeiros no país, por conta de listas botânicas ou mesmo por informações da política europeia. Mas de forma geral, nos periódicos nacionais da primeira metade do século XIX, a China era mais presente nas matérias do que o Japão.⁵³ Ainda que inicial, o contato via Portugal, a circulação de informações por meio de impressos e as experiências *in loco* fizeram com que houvesse, no Brasil, conhecimento e pré-conceitos tanto sobre o Japão⁵⁴ quanto sobre a Ásia de forma mais abrangente.

O debate sobre a possibilidade de vinda de trabalhadores asiáticos foi feito de forma mais efetiva e organizada na segunda metade do século XIX, mas ele não era totalmente novo. Desde o início do século, experiências pontuais já haviam ocorrido, favorecidas pela navegação e domínios portugueses; a vinda destes trabalhadores,

⁵³ Levantamento feito na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁵⁴ Havia referências sobre o “sistema japonês”, antes mesmo da abertura daquele país, como mostram dois exemplos. O primeiro foi a denominação *Sociedade Japonônica* para se referir à *Coluna do Trono e do Altar*, no Maranhão, por sua postura conservadora em defesa do imperador português (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 09/09/1829). Posteriormente, diante das ações expansionistas dos Estados Unidos, o deputado Carvalho Reis⁵⁴ reivindicava a abertura para a navegação do Rio Amazonas, afirmando “é chegada a época de satisfazer-se a esse *desideratum*, não só dos Brasileiros, como de todos os povos civilizados que comnosco mantêm relações commerciaes, quando menos para tirarmos o pretexto a essas reclamações frequentes de que nós relativamente ao Amazonas fazemos política diversa da que fazemos no Rio da Prata, que queremos alli conservar o *systema japonéz*” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1864, p. 161). Estes dois breves exemplos mostram que já havia imagens formuladas sobre o Japão.

entretanto, mantinha semelhanças com o trabalho escravo⁵⁵. Em 1814, cerca de 300 trabalhadores chineses de Macau foram trazidos para cultivar chá no Jardim Botânico do Rio de Janeiro (LEITE, 1992, p. 29)⁵⁶. A cena foi retratada por diversos viajantes, como em 1817 em imagem por Thomas Ender⁵⁷ e, anos mais tarde, pela viajante inglesa Maria Graham, que publicou em Londres o *Journal of a voyage to Brazil and residence there during part of the years 1821, 1822, 1823* (1824). Graham narrou seu passeio pelo Jardim Botânico: “Este jardim foi destinado pelo Rei para cultivo das especiarias e frutas orientais e, acima de tudo, da planta do chá, que ele obteve junto com várias famílias da China acostumadas com essa cultura” (p. 163, tradução nossa). Ela chegou a denominar a Fazenda Imperial de Santa Cruz, onde também se plantava chá por iniciativa de D. João VI, de “China de Santa Cruz” (p. 287).

Com o fracasso da empreitada de D. João VI, os trabalhadores que permaneceram foram sujeitados a outras atividades, em condições precárias de sobrevivência. Segundo o príncipe alemão Maximiliano de Wied-Neuwied (1940 [1820], p. 179-80), ao narrar sua viagem ao Brasil entre 1815 e 1817, os chineses

[...] foram trazidos, pelo govêrno, ao Rio de Janeiro, para que lá cultivassem chá; depois, mandaram alguns a caravelas e outros para aí, a serem empregados como jornaleiros; são, porém, muito indolentes, e só executam trabalho extremamente leve. Vivem conjuntamente numa casinhola; um deles se fez cristão e casou-se com uma índia. Conservaram os costumes do seu país natal; celebram-lhe as festas, apreciam toda espécie de caça plumada, e diz-se não serem muito exigentes na escolha do alimento. Guardam o maior asseio e ordem em sua choça de sapé. As camas, por exemplo, são guarnecidas de finas cortinas brancas, dispostas com bom gosto, e suspensas, dos lados, a lindos ganchos de cobre. Essas belas camas contrastam de maneira estranha com o miserável casebre de colmo em que estão colocadas. Os chineses dormem em delicadas esteiras de palha e descansam a cabeça num pequeno travesseiro redondo. Vimo-los comer arroz à típica moda chinesa, com dois pauzinhos. Alegraram-se muito com a nossa visita; contaram-nos, em péssimo português, coisas do seu caro país, e como lá tinham muito mais conforto do que no Brasil. Abriram também as malas, onde guardavam sofríveis porcelanas chinesas e grande número de leques de diversas variedades, que trazem para vender.

⁵⁵ Jeffrey Lesser, em *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil* (2001, p. 41) cita a fuga de dois chineses do Jardim Botânico, que foram caçados com cavalos e cães.

⁵⁶De acordo com Cong e Seabra (2017, p.22), a chegada ocorreu em 1812.

⁵⁷Ver: LEITE, José Roberto Teixeira. **A China no Brasil: Influências, marcas, ecos e sobrevivências chinesas na arte e na sociedade do Brasil**. Tese apresentada ao Instituto de Artes da UNICAMP. São Paulo/Campinas. 1992.

Notícias sobre a situação desses trabalhadores também chegavam à China. De acordo com Leonor Seabra e Liu Cong (2017), em uma “carta enviada, em 1815, para o ouvidor de Macau, Miguel de Arriaga Brum da Silveira, o ‘cabeça’ dos trabalhadores chineses no Brasil lamentava-se da vida dura no Brasil, que não estava de acordo com o que se estipulara no contrato” (p. 22). Houve ainda iniciativas do governo chinês para regulamentar a emigração e conter o tráfico mesmo em portos dominados por europeus. Muitos chineses eram transportados clandestinamente para colônias inglesas, portuguesas e espanholas, incluindo países latino-americanos. Entre 1851 e 1874, mais de 210.054 trabalhadores chineses saíram de Macau:

Entre os mais de 200 mil emigrados, 122.454 foram para Cuba e 81.552 para o Peru, quer dizer, a esmagadora maioria dos emigrantes chineses, saídos de Macau, foi para Cuba e o Peru. Esses mais de 200 mil chineses, que emigraram a partir de Macau para a América Latina, correspondem, aproximadamente, a 75% dos emigrantes chineses para esta área no período de 1847 a 1874. (SEABRA; CONG, 2017, p. 23)

Após serem arregimentados, eles eram confinados em barracões. “Até então eram sujeitos aos maus tratos e aos métodos enganosos dos empregados das agências, sendo que o pior dos métodos consistia na violência” (YANG, 1977, p. 424). Estes barracões para reunir migrantes eram símbolos do tráfico; em 1851, havia cinco destes em Macau, chegando, em 1873, a mais de 300 barracões mantidos por portugueses, espanhóis e peruanos (SEABRA; CONG, 2017, p. 23). Considerado como “continuação da escravidão clássica” (YANG, 1977, p. 427), o “comércio de *coolies*” não foi um capítulo apenas da história chinesa, mas de vários países.

De acordo com o pesquisador Alexander Yang (1977, p. 419),

A denominação de *coolie* aparece como *coles* nos escritos portugueses quinhentistas. A palavra origina-se do hindu *kuli*. Evoluindo a seguir para *coly* — *kouilly* e finalmente ao francês *coulie*. Em inglês passou a ser *coolie*, massa móvel de trabalhadores assalariados, quer indianos, quer chineses, que se irradiaram pelo Ocidente servindo a várias sociedades.

Coolie não é uma população nem uma comunidade, tampouco uma etnia específica. Trata-se de uma categoria de trabalho, que teve também grande relevância na América Latina. Trabalhadores sob contrato sujeitos a condições análogas à escravidão, supostamente temporária, muitas vezes traficados. Não era uma questão circunscrita ao Brasil, já que

tanto os abolicionistas quanto os ativistas pró-escravidão nos Estados Unidos estudaram de perto o “problema dos *coolies*” no Caribe e usaram o espectro dos *coolies* asiáticos para promover suas agendas políticas. Assim, os *coolies* eram representados tanto como uma força de trabalho diligente que tornaria a escravidão desnecessária ou como uma (outra) raça inferior que era vulnerável à exploração cruel, assim como os escravos afro-americanos (LEE, 2007, p. 546, tradução nossa).

Lisa Yun (2008), que se dedicou ao estudo sobre estes trabalhadores em Cuba, considera que o termo *coolie* foi publicamente presente como um “estereótipo sensacionalista de trabalho asiático” (p. xix, tradução nossa). No Brasil, não houve um programa regular de imigração de trabalhadores asiáticos contratados, como no Peru e em Cuba, por exemplo. Mesmo assim, permaneceu o termo nos debates oitocentistas, que invoca uma “história do trabalho racializada”, como afirma Yun, e sobretudo, foram debatidos aqui como trabalhadores temporários que não eram considerados colonos.

Entretanto, a saída destes trabalhadores do seu país de origem foi objetivo de disputas entre as potências estrangeiras.⁵⁸ O fato é que a estrutura econômica que sustentava este recrutamento de trabalhadores estava vinculada ao imperialismo e ao trabalho nas colônias. Além disso, a lei de extraterritorialidade que limitava a ação da justiça chinesa fazia com que os estrangeiros desafiassem as autoridades locais. Ainda, de acordo com Liu Cong e Leonor Seabra (2017, p. 34), as Guerras do Ópio tiveram papel importante na manutenção deste poder externo.

Estes dados serviam aos argumentos questionáveis de que os imigrantes chineses se “submetiam a esse tipo de trabalho com baixa remuneração” (YANG, 1977, p. 419) e sua opção se dava em colônias onde “o nativo não era eficiente” (p. 422). Escamoteavam-se as condições sociais e econômicas nos locais de origem, como a violência do tráfico, a pauperização e as consequências do imperialismo que tornavam aquelas populações vulneráveis – situações presenciadas e descritas pelos viajantes. Assim como Almeida observou o navio peruano com trabalhadores chineses, o pesquisador Daniel Botsman discorreu sobre o incidente com o navio *Maria Luz*, que saiu de Macau em 1872 em direção ao Peru e que, por conta de uma tempestade, aportou em Yokohama. Em determinado momento, um dos 231 chineses que estava a bordo se jogou ao mar e nadou

⁵⁸Foi o caso da Convenção de Emigração (1866), assinada pela Inglaterra, França e China, em que foi decretada a necessidade de inspeção de autoridades chinesas para liberar os emigrantes. Em Macau, ficou proibido o tráfico através daquele porto, o que foi considerado pelos portugueses uma jogada de interesse dos ingleses para dominar o tráfico (SEABRA; CONG, 2017, p.27).

até um navio inglês, sendo encaminhado para as autoridades japonesas e retornado ao navio de origem. Posteriormente, o governo japonês se interessaria pela entrevista com o homem que tentou fugir.

Mo Hing afirmou que havia sido sequestrado e forçado a entrar no navio em Macau, e que logo em seguida o capitão o espancou severamente e cortou sua trança - um importante marcador da identidade masculina no Império Qing. Além disso, apesar de ter assinado um contrato a bordo do navio, ele alegou que o havia feito sem entender o que significava e só descobriu depois que fora vendido para ser levado ao Peru. Quando o navio chegou a Yokohama, ele explicou que decidiu pular no mar simplesmente porque "não queria morrer no navio". (BOTSMAN, 2011, p. 1334, tradução nossa)

Outros ainda haviam dito que foram coagidos a assinar os contratos, denunciaram espancamentos e escassez de alimentos. O episódio comprova que os japoneses tinham conhecimento da situação dos trabalhadores chineses nas Américas. Portanto, buscaram organizar a emigração de seus trabalhadores em outras condições. Cabe destacar que, diante das acusações de violência e abusos sofridos pelos trabalhadores, o governo chinês enviou uma missão imperial para Cuba, então colônia espanhola exportadora de açúcar, para investigar a situação. A documentação e os relatos foram reunidos em *The Cuba Comission Report*, publicado em 1876, e demonstram a situação precária dos emigrados, análoga à escravidão. Sabe-se que o tráfico de africanos escravizados não cessou por conta dos marcos oficiais, e que o trânsito de trabalhadores asiáticos não foi iniciado com o fim daquele – foram concomitantes. O problema do trabalho era uma questão internacional amplamente debatida, gerando grande quantidade de informações e também de preconceitos, que embasaram a opinião no Brasil. A partir de 1850, quando foi promulgada a Lei Eusébio de Queiroz, decretando o fim do tráfico, e diante da expansão da cafeicultura na região sudeste, estabeleceu-se o debate sobre uma mão de obra alternativa, juntamente com aquele sobre projetos de nação. Sem surpresas, privilegiava-se o trabalhador branco, católico e europeu como substituto do trabalhador escravizado.

De acordo com Emilia Viotti da Costa (2010, p. 309), entre 1853 e 1856, o Maranhão recebeu 887 colonos estrangeiros, sendo 847 portugueses e 40 chineses. Em 1854, um navio de Manoel de Almeida Cardoso chegou ao Rio de Janeiro com 303 trabalhadores considerados “fortes, sadios e aptos para o trabalho agrícola” vindos de

Singapura.⁵⁹ Cardoso também revendia objetos que trazia da Ásia: em 1854, o *Diario do Rio de Janeiro* (23/03/1854) publicava que no escritório do comerciante, vendiam-se tecidos de Macau e Cantão, bem como charuteiras, obras de marfim, leques, louças, esteiras, remédios e outros.

Estas experiências foram significativas diante da crise do sistema colonial no Brasil, cuja estrutura política já não satisfazia as necessidades dos cafeeiros e da elite urbana. Animados pelas ideias revolucionárias francesa e americana, aumentavam os questionamentos acerca do *status* de colônia e da escravidão (COSTA, E. 2010, p. 29). Nesse contexto, especialmente a partir da década de 1870, o trabalho escravo foi uma das questões mais intensamente debatidas do Brasil, pois interferia não apenas na economia, mas na própria estrutura social.

A segunda metade do século XIX foi marcada pela análise racial da sociedade. Os modelos biológicos buscavam categorizar os seres humanos e foram utilizados também para conservar a hierarquia social. A questão foi recorrente quando se considerava a possibilidade de trabalhadores chineses e japoneses no país, reiterando as especificidades no debate brasileiro sobre raça:

observado com cuidado pelos viajantes estrangeiros, analisado com ceticismo por cientistas americanos e europeus interessados na questão racial, temido por boa parte das elites pensantes locais, o cruzamento de raças era entendido, com efeito, como uma questão central para a compreensão dos destinos dessa nação. (SCHWARCZ, 2016, p. 18).

Os europeus eram pensados como os imigrantes preferenciais. Outra possibilidade era o trabalhador brasileiro livre, mas este era logo associado à preguiça, que seria “natural do povo brasileiro, uma espécie de vocação nacional” (COSTA, E. 2010, p. 312). Havia a sugestão da imigração asiática, inspirada pela presença desses trabalhadores em outras colônias, especialmente portuguesas e espanholas. Os asiáticos passaram a ser percebidos como intermediários entre os africanos e os europeus. A questão foi tratada por políticos e membros da oligarquia nacional. Para acompanhar este debate,

⁵⁹“Cabe aqui dar noticia da entrada em 9 de Fevereiro passado de 303 Chins, procedentes de Singapore a bordo da barca americana *Elisa Ann*. O negociante Manoel de Almeida Cardoso, com a louvavel intenção de fornecer braços proprios a alguns ramos da nossa lavoura, mandou contractar e vir esses trabalhadores que parecerão-me fortes, sadios e aptos para o trabalho agricola: algumas das condições porêm dos contractos são taes que com difficuldade poderão os Chins ser aceitos pelos nossos lavradores” (BRASIL. Ministério do Imperio. **Documentos anexos ao Relatorio do Ministerio do Imperio apresentado à Assembléa Geral Legislativa**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. 1855.p.30).

apresentaremos alguns dos principais grupos e momentos nos quais esta questão foi considerada.

4.2 A SOCIEDADE IMPORTADORA DE TRABALHADORES ASIÁTICOS

Em 1877, foi publicado no Rio de Janeiro o livro *Demonstração das conveniências e vantagens á lavoura no Brasil pela introdução dos trabalhadores asiaticos (da China)*, pela Sociedade Importadora de Trabalhadores Asiaticos de procedência Chinesa. A publicação reuniu Tratados de Amizade, discursos, artigos de periódicos, documentos e legislações vinculadas a contratos e transporte de chineses. A Sociedade Importadora havia sido formalizada pelo Decreto do Imperador n. 4547, de 9 de julho de 1870, que concedia a Manoel José da Costa Lima Vianna e João Antonio de Miranda e Silva autorização para importar trabalhadores asiáticos mediante cláusulas pré-determinadas, com permissão válida para dez anos, sem concorrência.

O livro elaborado pela Sociedade Importadora descreveu as dificuldades nos portos de Hong Kong e Macau e a importância da assinatura de um acordo com a China para efetivação da imigração. A empresa tentara negociar estes trabalhadores através de ajuda de outros estrangeiros, sem sucesso, por isso, frisava a necessidade de um acordo entre Brasil e China, para que o “engajamento” pudesse ser direto. Embora se tratasse de um mercado e da busca por lucro no agenciamento destes trabalhadores, a Sociedade Importadora tentava demonstrar a importância da iniciativa para um país onde havia “urgente necessidade para sua lavoura de trabalhadores robustos, inteligentes, e principalmente por commodo salario, vantagens que só alli se podem alcançar” (SOCIEDADE IMPORTADORA, 1877, p. iv). Sobretudo, este trabalhador era visto como temporário e não como colono:

Em primeiro lugar, não se trata aqui da colonização, propriamente tal, como a que reclamamos de paizes da culta Europa. Trata-se de obter trabalhadores, jornaleiros, operarios que se possam empregar no árduo serviço da grande lavoura, que, por falta ou escassez de braços, está todos os dias desaparecendo (p. vii).

A explicação se tornava necessária diante do receio de que o “elemento amarelo” fosse incorporado ao brasileiro pela miscigenação. No âmbito econômico, este asiático surgia como necessário em uma “epocha de transição”, de paulatina abolição, com

características das duas formas de trabalho: a escrava e a livre. A publicação apresentava igualmente experiências similares nos Estados Unidos, Cuba e Peru.

O debate jornalístico sobre o tema na década de 1870 funciona como um mapeamento das experiências com chineses, indianos e populações do Sudeste Asiático. Naquele momento, tanto a Sociedade Importadora quanto os demais interessados na vinda dos trabalhadores reivindicavam que o governo brasileiro assinasse um tratado com a China, estas observações também eram concernentes a um tratado com o Japão. Inclusive sugeriam interesse recíproco, indicando que “os Governos da China e do Japão têm por costume dar hospedagem em palácios seus aos encarregados de Tratados, durante a permanência das negociações” (SOCIEDADE IMPORTADORA, 1877, p. 194).

Sobre a formalidade para contratação de trabalhadores asiáticos, chama a atenção o *Regulamento para introdução de trabalhadores chins na Ilha de Cuba* (1860), então colônia espanhola. Entre outros itens, o regulamento dispunha de artigos que versavam sobre a possibilidade de alugar os trabalhadores para terceiros e de permitir a patrões “jurisdição disciplinar”, incluindo cárcere de um a dez dias (SOCIEDADE IMPORTADORA, 1877, p. 173). Um modelo de contrato foi reproduzido na publicação da Sociedade Importadora, deixando evidentes os benefícios do contratante.⁶⁰ O documento era muito semelhante ao contrato de emigração para Cuba⁶¹. Embora houvesse diferenças, como a diminuição de duas horas na jornada diária, as condições de trabalho não eram necessariamente melhores.

⁶⁰O “contrato” – “livre contrato” – era a manutenção de relações desiguais de trabalho utilizada não apenas para estes imigrantes, mas também em relação aos libertos no Brasil, como demonstrou o historiador Henrique Espada Lima (2005).

⁶¹Disponível em: THE CUBA COMMISSION REPORT: **A Hidden History of the Chinese in Cuba: The Original English-language Text of 1876**. Introduction by Denise Helly. The Johns Hopkins University Press, 1993.

Figura 39 – Contracto de Engajamento de Trabalhadores Asiaticos para o Imperio do Brasil

iv.

CONTRACTO
DE
ENGAJAMENTO DE TRABALHADORES ASIATICOS
PARA
O IMPERIO DO BRASIL

N.º _____

Digo eu
natural do povo
na China, de idade _____
Sr. _____
que tenho contractado com o _____
Sr. _____
o.que expressão as clausulas seguintes:

1.º Fico comprometido desde hoje a embarcar para o Imperio do Brasil no navio que me designe o Sr. _____ annos, a
2.º Fico igualmente comprometido e sujeito pelo tempo de _____ annos, a
empregar-me no dito paiz do Imperio do Brasil ás ordens dos Srs. _____
ou á da pessoa a quem elles transferirem
este contracto para o que lhes dou plenos poderes, em todos os trabalhos alli usados no
campo, nas povoações, ou onde quierio me destinar, seja em casas particulares ou estabelecimentos de qualquer classe de industria, fazendas agricolas, cafezaes, e sitios, e tudo quanto pertença a labores urbanos e ruraes de qualquer especie que seja.

3.º Os _____ annos de compromisso que tenho contractado nos termos expressos nas clausulas anteriores, principiarão a contar-se desde o dia em que se me proporção patrio depois de minha chegada ao Brasil, logo que eu chegar com saude, e oito dias depois de sair do hospital, quando chegar doente, incapaz de trabalhar.

4.º As horas de trabalho no serviço domestico, ficarão ao arbitrio do patrão á cujas ordens se me ponha, porém nos trabalhos agricolas e industriaes nunca excederão a dez, em cada vinte quatro horas, contando que em cada vinte quatro horas, eu tenha o tempo seguido para descanso, e para comer, como é costume entre os trabalhadores livres do paiz. As horas de trabalho em caso de serviço urgente poderão ser elevadas á mais mediante a gratificação que for ajustada.

5.º Nas fazendas agricolas e estabelecimentos industriaes, o domingo será livre para meu descanso e cumprimento dos preceitos religiosos, e não poderá o patrão exigir de mim maiores serviços do que é costume em taes dias, e no serviço domestico ficão ao arbitrio do patrão.

6.º Fico igualmente sujeito á ordem e regulamento que se observe nos estabelecimentos industriaes, fazendas agricolas, fabricas e casas particulares, finalmente, onde quer que seja empregado, eu me submetto ao systema de disciplina ali usado por falta de applicação e constancia no trabalho, e de obediencia aos patrões e á seus representantes, e por todas aquellas que por sua gravidade não seja preciso a intervenção da authority publica.

7.º Fico obrigado a indemnizar o meu patrão do tempo do serviço perdido por minha culpa. Assin como me poderá ser suspenso o meu salario nos casos de interromper o meu serviço por motivo independente da vontade de meu patrão.

8.º Fy nenhuma pretexto poderei durante os _____ annos, pelos quaes fico comprometido por este contracto, negar os meus serviços a quem seião alicia transcritos, nem evadir-me do seu poder, por nenhuma causa a não ser a rescisão d'este contracto obtida do patrão de conformidade com as clausulas do Decreto do Governo do Brasil de 9 de Julho de 1870, Art. 5.º §§ 1.º, 2.º e 3.º

9.º Quanto ao caso de enfermidade convenho e estipulo que se a molestia exceder de oito dias se me suspenda o salario até que a minha saude permita a occupar-me de novo no serviço do meu patrão.

10.º Fico igualmente obrigado que, depois de findo este meu primeiro contracto, deverei dentro de dous mezes, ter feito novo contracto, com as vantagens que me forem convenientes ou á sahir á minha custa do Imperio do Brasil.

O Sr. _____
fica obrigado por sua parte para comigo:
1.º Desde o dia que principiar a contar os _____ annos do meu contracto, principio tambem a perceber o salario mensal de _____ ou o seu equivalente em moeda do Brasil cujo pagamento me será feito mensalmente.

II. A dar-me para minha alimentação diaria:
Uma libra de carne fresca, sendo secca meia libra.
Uma dita de arroz.
Dous ditos de inhame ou outro qualquer alimento.
Dará para meu vestuario annualmente tres mudas de roupa, sendo uma muda de quatro em quatro mezes.
Uma calça de zarte azul ou algodão branco.
Uma camisa.
Uma camisola de baeta (ammal).
Um cobertor de lã (annual).
Um par de sapatos de seis em seis mezes.
Um chapéo de palha.

III. Durante as minhas enfermidades me proporcionará na enfermaria a assistencia que minha enfermidade reclame, como medico, medicamentos e dietas.

IV. Correrá por conta do mesmo senhor, a minha passagem e manutenção até Rio de Janeiro ou qualquer outro porto do Brasil.

V. O mesmo senhor me adiantará a quantia necessaria para a habilitação da viagem que vou empreender, tambem me dará tres mudas de roupa, uma colcha, e mais objectos necessarios, cuja importancia com o mais que recob, será considerada como gratificação pelo meu engajamento a seu serviço.

VI. Qualquer quantia que se me adiantar depois de assignado o presente contracto será reembolsado d'ella pelo patrio a quem fór os meus serviços transferidos, ao qual autorizo a descontar um peso por mez do meu salario até final embolso.

VII. Declaro que me conformo com o salario estipulado n'este contracto ainda que me conste que é muito maior o que ganhão os jornaleiros livres ou escravos no Brasil porque esta differença, a julgo compensada por outras vantagens que me proporciona o meu patrão e que se achão estipuladas n'este contracto.

A protecção dos direitos respicuos dos trabalhadores Asiaticos e de seus patrões, acha-se garantida no Brasil pela Lei n.º 108, de 11 de Outubro de 1837, e Decreto Imperial de 9 de Julho de 1870.

Ein je de que cumprimentos mutuamente o que fica tratado n'este documento que firmamos seis de um só teor, para um só effeito, de ambos os contractantes, com a copia no idioma chinês no verso, para em tempo algum allegar ignorancia do contractado.

Fonte: SOCIEDADE Importadora de Trabalhadores Asiaticos de Procedencia Chinez. **Demonstração das conveniencias e vantagens á lavoura no Brasil pela introdução dos trabalhadores asiaticos (da China).** Rio de Janeiro: Typ. de P. Braga & C^a, 1877.

O documento brasileiro garantia ao patrão “plenos poderes”, permitindo que o trabalhador fosse destinado a “casa particulares ou estabelecimentos de qualquer classe de industria, fazendas agricolas, cafezaes, e sitios, e tudo quanto pertença a labores urbanos e ruraes de qualquer especie que seja” (SOCIEDADE IMPORTADORA, 1877, p. 175). Com relação ao trabalhador, o contrato brasileiro se igualava ao modelo cubano na questão da remuneração:

Declaro que me conformo com o salario estipulado n'este contracto ainda que me conste que é muito maior o que ganhão os jornaleiros livres ou escravos no Brasil porque esta differença, a julgo compensada por outras vantagens que me proporciona o meu patrão e que se achão estipuladas n'este contracto (SOCIEDADE IMPORTADORA, 1877, p.XX).

Constam igualmente as obrigações do empregador quanto ao fornecimento de alimentação e roupas, pagamento mensal e passagem de vinda. Uma vez terminado o contrato, em caso de não haver novo contrato, o trabalhador deveria retornar às suas

próprias custas. No caso dos trabalhadores *coolies* em Cuba, Lisa Yun (2008) considerou que os contratos foram usados para angariar “escravos móveis”. O próprio contrato, que muitas vezes nem mesmo era cumprido, estabelecia situações de precariedade e desvantagem aos imigrantes, embora juridicamente fizesse valer esta relação como não escravista. Fosse pelo idioma, pela falta de letramento ou por serem retidos à força, muitos trabalhadores assinavam sem saber do que tratavam as cláusulas. O sistema de contrato também foi utilizado no Brasil, de acordo com Henrique Espada Lima (2005, p. 312):

Todos enfrentavam o mesmo inimigo, encarnado pela nova forma de coerção que era a própria condição da nova organização do trabalho livre: a miséria, a necessidade e a precariedade. Essas eram as mesmas causas que levavam os trabalhadores pobres da Europa, da China ou da Índia a atravessar os oceanos para tentar uma vida melhor, trabalhando nas fazendas de cana do Caribe, nas estradas de ferro do Oeste americano ou nas plantações de café no Brasil.

A Sociedade Importadora de Trabalhadores Asiáticos foi emblemática no interesse em trabalhadores asiáticos temporários. Iniciativas como esta divulgavam os “benefícios” e as especificidades dentro de um continente tão vasto. De certa forma, podemos notar que a imagem inicialmente debatida no Brasil não era a do cotidiano chinês e japonês, suas expressões artísticas e culturais, mas antes, sua capacidade de fornecer ou não uma mão de obra condizente com os interesses nacionais. No ano seguinte à publicação de *Demonstração das conveniências e vantagens á lavoura no Brasil pela introdução dos trabalhadores asiaticos (da China)*, que apresentava um grupo organizado em torno desta demanda desde o início da década de 1870, ocorreu o primeiro grande debate público sobre a vinda de trabalhadores asiáticos: o Congresso Agrícola do Rio de Janeiro de 1878.

4.3 TRABALHADORES ASIÁTICOS NAS PAUTAS DO *CONGRESSO AGRÍCOLA DE 1878*

Ora, o chim não duvidará vir trabalhar no Brasil por um jornal comparativamente muito mais modico do que o actual. Desde que houver essa succursal, a lavoura entrará em circumstancias completamente diversas, porque não terá de cogitar na hora da emancipação completa dos escravos, não terá mais necessidade delles para continuar a viver. Essa consideração não é para desprezar-se.

UMA VOZ: — Poderá dizer como se deve fazer essa colonisação?

O ORADOR: — Distingamos; não fallei em colonos chins; fallei em trabalhadores (*Apoiados*).

UMA VOZ: — Como devem vir?

O ORADOR: — Naturalmente em alguns navios, visto que não ha caminho de terra; talvez haja, não sou bom geographo (*Riso*). (*CONGRESSO AGRÍCOLA, 1988[1878], p. 142*)

Um dos principais momentos do debate nacional quanto à vinda de trabalhadores asiáticos para o Brasil foi o Congresso Agrícola do Rio de Janeiro, em 1878, no qual favoráveis e contrários vinculados à lavoura expuseram seus argumentos. Sua importância se deu também pelos desdobramentos que teve, como o relatório de Salvador de Mendonça, então cônsul-geral do Brasil nos Estados Unidos, a repercussão pública e o envio de uma missão brasileira à China em 1879.

As opiniões sobre a transição do trabalho escravo para o livre não foram consensuais, nem sobre a vinda de imigrantes permanentes ou temporários nem sobre quem custearia o processo. No geral, os favoráveis à vinda dos asiáticos os viam como elemento de transição entre a escravidão e a inserção do trabalhador europeu, fosse em termos raciais, fosse em relação à estrutura social e econômica. Já para os contrários, os asiáticos eram considerados “fracos e indolentes por natureza, alquebrados pela depravação dos costumes e habitos que desde o berço adquirem, narcotizados physica e moralmente pelo opio, não poderão nunca no Brazil supportar o arduo e penoso trabalho da cultura do café” (*CONGRESSO AGRÍCOLA, 1988[1878], p. 39*). Nota-se que a justificativa da preguiça e da indolência era relacionada à forma sistemática do colonialismo de definir sua potencial dominação. A ideia de trabalhadores indolentes traz

consigo um debate que ia além do Brasil e mesmo da Europa.⁶² No Brasil, o julgamento do comportamento frente ao trabalho também pode ser notado nas críticas sobre os trabalhadores nativos, os libertos, os índios. Da mesma forma, viajantes, políticos e intelectuais brasileiros, observadores ou integrantes do debate sobre imigrantes e trabalhadores, por vezes assumiam o olhar do colonizador.

O Congresso Agrícola do Rio de Janeiro foi convocado pelo visconde João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, então ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Os participantes eram originários das províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. Para José Murilo de Carvalho, responsável pela apresentação da edição *fac-similar* dos anais do Congresso, isto ocorreu pela “maior dificuldade enfrentada por essas províncias na substituição da mão de obra e o maior peso do café na economia do País, sem falar no maior desenvolvimento do Partido Republicano no Sul.” (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1988[1878]. p. vi). No mesmo ano, 1878, outro Congresso Agrícola foi organizado no Recife, demonstrando que o debate sobre o trabalho não estava circunscrito às demandas das lavouras cafeeiras. Havia especificidades locais, mas os asiáticos continuavam a ser debatidos. Organizado pela Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco para analisar a “crise da lavoura”, o Congresso do Recife aparecia como uma “reposta contestatória” ao seu homônimo do Rio de Janeiro; nas palavras do pesquisador Gadiel Perruci, tratava-se de um “Congresso do Protesto” (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1988, p. xvii). O encontro também demonstra a diversidade econômica e de demandas que havia no país.⁶³

O período era de instabilidade econômica no Nordeste, caracterizada pelos baixos preços dos produtos agrícolas locais, agravados pelo “descaso do Governo Imperial frente aos problemas regionais” (p. xiii) e a seca de 1877-8, que tanto diminuiu as condições de produção quanto as de sobrevivência da população. Para Perruci, a reunião no Recife parecia

representar um desaguar de revoltas frustradas, de queixas, de protestos e de desespero acumulados durante longos anos. Mas igualmente, de

⁶²O sociólogo malaio Syed Farid Alatas (2014) debateu a perspectiva crítica do filipino José Rizal, elaborada no século XIX, acerca do mito da indolência dos filipinos, destacando que a indolência não era a causa do atraso da sociedade, mas uma construção feita a partir da experiência do capitalismo colonial, sob domínio espanhol.

⁶³Debatia-se inclusive sobre os modelos predominantes no debate sobre a produção agrícola, questionando termos como “grande lavoura”, a partir das especificidades da cultura da cana-de-açúcar e do algodão, que não deveriam ser considerados sinônimo de “grande propriedade territorial”, afinal sua produção demandava menor extensão de terras e foi um produto de relevância econômica no século XIX (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1988[1878],p. 129).

expectativas, de esperanças, de cerimoniosas solicitações à Corte Imperial provenientes de uma classe hegemônica, como se fora o término de um grande bailado à moda romântica (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1988, p. xv).

Diante da falta de trabalhadores escravizados e da dificuldade de obtenção de “braços livres a tempo e a hora”, o engenheiro francês Henrique Augusto Millet⁶⁴, uma das principais vozes do Congresso Agrícola do Recife, reivindicava:

é preciso, portanto, que os poderes públicos tratem de fazer com que o senhor de engenho obtenha facilmente braços para o trabalho inteiramente agrícola, isto é na ocasião de plantar e colher, e não permanentemente, como querem fazel-o por meio da importação de chins (CONGRESSO, 1978[1878], p. 130).

Millet criticava as posições do Visconde de Sinimbu, quanto à definição da “grande lavoura” como “grande propriedade”, e sobre a vinda dos chineses para o Brasil (p. 308-11). Retornando ao Congresso do Rio de Janeiro, organizado por Sinimbu, entre seus sete principais pontos, três versavam sobre trabalho:

- II. É muito sensível a falta de braços para manter, ou melhorar ou desenvolver os actuaes estabelecimentos da grande lavoura?
- III. Qual o modo mais efficaz e conveniente de suprir essa falta?
- IV. Poder-se-ha esperar que os ingenuos, filhos de escravas, constituam um elemento de trabalho livre e permanente na grande propriedade? No caso contrário, quaes os meios para reorganizar o trabalho agrícola? (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1988[1878]. p. 2)

Nas respostas às perguntas acima, podem ser vistos diferentes posicionamentos. Como Eduardo Augustto Pereira de Abreu, representante dos lavradores da cidade de Silveiras, em São Paulo, que considerava “uma calamidade para a actual lavoura a introducção dos *coolies* em nosso paiz”, pois nem como “mera transição” serviria a vinda de homens que seriam “machinas retrogradas e gastas exportadas da China” (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1988[1878], p. 39). Esta ideia de transição estava a todo momento atrelada ao asiático: “semi-barbaro”, “meia escravidão”, “trabalhadores jornaleiros”. Os “Representantes de lavradores de Juiz de Fóra e Parahyba do Sul” entendiam que trazer pessoas “de costumes grosseiros, sem o influxo benefico do trabalho

⁶⁴“Henri-Auguste Millet, de prenome abasileirado para Henrique Augusto, foi o Secretário Geral da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, bem como Primeiro Secretario do Congresso de 1878. Engenheiro de profissão, torna-se senhor de engenho na província e é como defensor dos interesses agrários, embora defensor particularmente esclarecido, que desempenha um privilegiado papel no discurso geral do Congresso” (CONGRESSO, 1878, p. XXIX).

inteligente de uma civilização já adiantada – e assemelhando-se em tudo ao barbarismo africano, é uma idéia triste”. Consideravam que os *coolies* “sem o freio da escravidão e o temor do azorrague” poderiam se tornar “um elemento dissolvente da ordem e do bem estar da família agrícola” (p. 70). O conselheiro Christiano Benedicto Ottoni também criticou a “imigração dos chins, dos coolies, dos asiaticos em geral”, afirmando que se os “trabalhadores da raça mongólica” viessem só de forma temporária, devia-se “dar graças a Deus”, porque “o cruzamento de tal raça contribuiria para abastardar-nos” (p. 211). Por outro lado, havia opiniões como a da “Comissão nomeada pelos lavradores do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo”, que ponderavam que diante do progressivo desaparecimento do trabalho escravo, era “indispensavel importar braços livres; e, como ensaio e meio de transição para uma colonisação de raças mais aperfeiçoada, o jornaleiro chim é conveniente” (p. 78). Contrários ou favoráveis, todos pareciam concordar que não havia lugar para os asiáticos no projeto nacional do século XIX. De acordo com Ana Lucia Lanna (1985, p. 82)

Não existe um projeto civilizador e nacional que inclua os *coolies*. Eles viriam ao Brasil praticamente na condição de trabalhadores temporários que finda suas atividades no café ou retornariam ao seu país ou seriam confinados em locais previamente delimitados para não degenerarem ainda mais a nação brasileira já tão marcada pelo ócio e preguiça herdada dos africanos.

Muitas vezes os termos *chins* e *coolies* foram usados de forma indiscriminada, como sinônimo de trabalhadores asiáticos de baixo custo, várias vezes traficados. Nesse sentido, destaca-se a conferência proferida por Scott Blacklaw, representante do *The New London & Brazilian Bank*, que comentava sobre sua experiência no Ceilão (Sri Lanka), onde observou o trabalho dos *coolies*. Naquele momento, sua participação era importante para fazer distinções sobre os asiáticos:

Ha no Congresso pessoas que entendem ser conveniente a introdução de coolies no paiz para os trabalhos da lavoura; ha, porem, outras que fallam de trabalhadores chins. Começa o orador por dizer que nada conhece da China; o trabalho que elle conhece é dos coolies estabelecidos nas Indias Britannicas, os quaes, não ha ainda muito tempo, fizeram nas colonias inglezas a transição do trabalho escravo para o trabalho livre. (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1988[1878], p. 256)

Blacklaw explicou a experiência naquela colônia. Embora tenham ocorrido restrições para a contratação dos *coolies* por reivindicações de grupos ingleses conhecidos como “protectores dos aborígenes” e pela “emancipação dos escravos”, o

conferencista acreditava que “o coolie é gente inteiramente servil, mas é homem livre”. Concluía que “gente branca” não serviria para a lavoura tropical, não pela falta de força, mas porque “não há um branco que possa trabalhar pelo mesmo salário de um preto ou de um coolie da Índia” (p. 258). O discurso racial era explícito e útil para o tipo de contrato que pretendiam utilizar, como se percebe na resposta de um participante da conferência de Blacklaw, sobre a possibilidade de permanência dos estrangeiros:

Admittido, porém, que elles aqui fiquem, serão uma raça pior que a dos negros? Não, é uma raça muito superior (*apoiados, muito bem*), igual á nossa, com a differença de ter a côr bronzeada. Elles têm o semblante e o cabello iguaes aos nossos, e estando bem pintados, não se póde distinguir si são europeus ou asiaticos. Seu corpo, que sempre conservam untado de azeite, não é grosso como o do negro. Todos os dias tomam banhos nos ribeirões; são asseitados.

Uma voz: – Não têm catanga. (*Hilaridade.*) (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1988[1878], p. 259)

O conferencista prosseguiu, falando sobre a ida dos trabalhadores indianos para as plantações de café no Ceilão, segundo ele, primeiro “urgido pela fome, mas agora vai por amor do lucro, porque gosta muito de dinheiro”. Tratava-se de uma caminhada de oito dias a pé, a travessia de um estreito em uma embarcação e mais cerca de seis dias de caminhada em “um lugar muito pestifero, cheio de malarias” (p. 259). Isto configurava, para Blacklaw, uma imigração espontânea e com conforto. Tratava-se de um sistema com evidentes semelhanças ao da escravidão, e os elogios se davam em função das permanências em relação à exploração daquela mão de obra. Elogiosamente, o conferencista inglês dizia que era feito o possível para garantir o conforto dos imigrantes durante a viagem, com médicos, hospitais e hospedarias no trajeto. “Os *coolies*, na viagem da Índia até as plantações de café em Ceilão, são tratados tão cuidadosamente como um menino; o empregado do governo ou qualquer pessoa que faz a mínima cousa contra o conforto delles durante a viagem, é sujeito a pesadas multas” (p. 260). Outro fator apresentado como beneficio aos fazendeiros era a não necessidade de adiantamento e a possibilidade de manter os trabalhadores em grupos de 20 a 60 pessoas em casas que “não precisam ser fechadas” (p. 261). Blacklaw frisava que estes precisavam de pouco dinheiro, embora gostassem muito dele, o que os tornava facilmente ludibriáveis. E, argumento final sobre o baixo custo de manutenção dos asiáticos: “sua alimentação é somente arroz” (p. 261).

A respeito dos japoneses, o comendador Angelo Thomaz do Amaral, da província de Itaborahy, no Rio de Janeiro, procurou corrigir conferencistas precedentes, afirmando que “começou-se por condemnar todas as raças asiaticas, atacando sua civilização; no entanto que a respeito do Japão, pelo menos, temos um testemunho recente e insuspeito, que contraria um tal juízo”. Baseando-se no relato de Laurence Oliphant – funcionário da diplomacia inglesa, viajante e escritor, sobre sua experiência na China e Japão –, Amaral destacava que, diante da mudança deste, “sendo um governo de um paiz a imagem mais ou menos fiel do povo desse paiz, força é reconhecer que o Japão não está tão atrazado como se pretende” (p. 222).

É importante destacar que os fazendeiros e outros interessados nas questões da lavoura que estavam no Congresso eram homens bem informados sobre o tema, citavam obras como *Narrative of the Earl of Elgin’s Mission to China and Japan* (1859), de Laurence Oliphant, *O lavrador pratico da canna de assucar* (1858), de Leonardo Wray, além de diversos artigos da imprensa nacional e estrangeira (como *Revue des Deux Mondes* e *Revista Britannica*). Buscavam não apenas dar subsídio aos seus argumentos, mas compreender as especificidades e as experiências dos trabalhadores asiáticos no exterior. A partir do Congresso Agrícola do Rio de Janeiro (1878), intensificam-se os debates em torno desta questão. Não apenas em termos de apresentação de ideias, mas também em iniciativas financiadas pelo próprio governo e por particulares, para por em prática o processo migratório. Enquanto isso, outros grupos e indivíduos, abolicionistas ou não, colocavam-se contrários a estes projetos, por ver nele a manutenção do trabalho escravo ou por considerarem que a presença dos asiáticos no Brasil poderia acarretar uma maior degeneração do povo brasileiro.

Além da organização do Congresso, o visconde de Sinimbu solicitou um relatório sobre o assunto a Salvador de Mendonça, então cônsul-geral do Brasil nos Estados Unidos. O relatório foi publicado em 1879 (mesmo ano da publicação de *Da França ao Japão*), sob o título *Trabalhadores Asiaticos*. Neste, Mendonça esclareceu que o “Governo Imperial pediu-lhe o resultado imparcial de seu estudo e não lhe encomendou a sustentação de um plano”, mas apresentava Sinimbu como “promotor da immigração, única que actualmente pode salvar a nossa lavoura” (MENDONÇA, 1879, p. vi). O autor do relatório buscava demonstrar que a experiência partiria de outro processo de imigração, no qual os imigrantes se diferenciariam dos asiáticos das primeiras experiências que viviam no Rio de Janeiro, “nos cubículos do Mercado da Gloria, onde

se aninham alguns Coolies imundos” (p. 160). Tinha como objetivo dar subsídios para o debate em torno da “crise do trabalho” (p. vi). No relatório, os chineses não eram considerados como potenciais colonos; para Mendonça, esta imigração mantinha-se como

instrumento transitório da nossa riqueza, ella operará entre nós a substituição do trabalho servil pelo trabalho livre, desbravará o terreno e abrirá os caminhos por onde a emigração da Europa correrá mais tarde a disputar a posse do sólo de nossa patria como a da terra da promessa do seculo proximo (p. 19).

Com isso, poderiam, sem pudor:

Usal-o durante meio século, sem condições de permanência, sem deixal-o fixar-se em nosso solo, com renovação periódica de pessoal e de contracto, affigura-se-nos o passo mais acertado que podemos dar para vencer difficuldades do presente e preparar auspiciosamente o futuro nacional. (p. 25).

Reforçava-se a ideia de que os trabalhadores asiáticos “vivem com a quinta parte do que despende um trabalhador Europeu” (p. 203). Além disso, “ao envez dos negros, esta raça chega-nos civilizada, embora a seu modo, dextra em muitas artes, pagã, mas livre” (p. 154). Mendonça procurou dar destaque igualmente às diferenças entre *chins* e *coolies*, não apenas populacionais, mas políticas. Para o autor, *chins* seriam os chineses de emigração espontânea e *coolies*, trabalhadores traficados ou emigrados em situações de precariedade, geralmente indianos. A má fama generalizada dos asiáticos se daria por serem considerados todos *coolies*, e “o *coolie* chinez, esse realmente é apenas a continuação do trafico africano” (p. 23). O uso dos termos não deveria ser feito de forma indiferenciada, pois

assim como seria errado chamar *Coolie* qualquer homem do ganho entre nós, assim também não é com propriedade nem justiça que o uso tem applicado ao *Chim* uma denominação que importa a condição de degradação social, peculiar a outro paiz, a outras instituições e a outro povo totalmente diverso (p. 172).

Em relação à dinâmica internacional, Mendonça trouxe informações sobre as restrições do tráfico nos portos chineses, destacando a necessidade de acordos formais entre os países e o estabelecimento de agentes reconhecidos para o trânsito, só assim o governo chinês permitia a saída dos trabalhadores. Salvador de Mendonça dedicou dois capítulos a este debate, ambos intitulados *Immigração chineza e coolie*. Organizou igualmente uma hierarquização dos asiáticos, na qual os malaios apareciam como

inferiores aos chineses. Os europeus eram a medida civilizatória de todos, como vemos na comparação entre chineses e japoneses:

Os Japonezes já mais próximos do que os Chins dos benefícios da civilização Européa, contando actualmente em seu seio professores e profissionaes Inglezes, Francezes e Norte Americanos, teem nestes últimos annos ganho maior sympathia: as Exposições internacionaes de Philadelphia e de Pariz os collocaram em posição invejável; de facto o consenso geral apregoou-os como nação adeantada e os Francezes começaram a chamal-os "os Yankees da Ásia." Mas é incontestável que tudo quanto se admirou no Japão foi o reflexo da China. Os Japonezes são mais promptos, mais nervosos, mais accessiveis a extranhos, mas são também mais levianos, mais irritadiços, mais rixosos e mais licenciosos. A immoralidade da sociedade Japoneza, attestada por quantos conhecem o paiz, faz com que a população mais culta da China a olhe com desdém. Dos clássicos Chinezes tiraram os Japonezes a flor da sua litteratura, ensinam Confucio nas suas escholas, e fallam o Chinez como língua mais polida que a sua. Apesar de todas as rivalidades e do afan com que desejam ganhar proeminencia na opinião do mundo christão, os Japonezes confessam em seus escriptos a superioridade da China, de que são apenas um satellite. (p. 24)

Considerava ainda que os chineses serviriam nos trabalhos urbanos, como nivelamento de terras ou canalização de água. Destacou a atividade nas estradas de ferro nos Estados Unidos, que “chegou a ocupar a um tempo de oito a dez mil Chins. Os diretores da Estrada de Ferro Central do Pacífico declararam que a não teriam empreendido sem o auxílio delles” (p. 212). Tendo em vista o relatório encomendado, vantajoso aos contratantes, o ministério do visconde de Sinimbu não poderia fazer frente a outra proposta se não continuar apoiando o projeto.

As discussões ultrapassavam as instituições políticas e os círculos dos fazendeiros. Nas páginas da *Revista Illustrada*, criada pelo ilustrador Angelo Agostini, foram publicadas críticas ao Congresso Agrícola do Rio de Janeiro e, de forma mais ampla, ao projeto de vinda de trabalhadores asiáticos. Considerava-se que “o congresso porém tem curtos fins, um imperial, outro ministerial: introduzir *coolies* e chamar os fazendeiros para o lado liberal, ou, resumindo, uma *encooliação* eleitoral” (REVISTA ILLUSTRADA, 1878, n. 120). Em charges, o periódico caracterizava os “amarelos” como “ladrões de galinhas” e traiçoeiros.

Figura 40 – *Revista Illustrada* (n. 120)

Fonte: *Revista Illustrada*, n. 120, 1878. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/332747/847>>. Último acesso em 14/02/2018.

Na “crônica ilustrada”, percebem-se nas folhas de café ornando a cena central “quatro personagens, que constituem versões de tipos de trabalhadores, distintos pelo lugar de origem, cultura e raça: o africano, o sul-americano, o asiático e o europeu” (BALABAN, 2015, p. 425). O trabalhador da América do Sul traz a legenda: “É este o trabalho do meu coração. A rede, a viola, o tutu de feijão”; o da Europa: “Se querem que eu lhes vá povoar as mattas. É darem-me riqueza e ... mulatas”; o trabalhador da África: “Uê! Dixe preto já vai se acabá. Que bom! Amanhã já não vai trabaiá”; e o da Ásia: “Querem meus braços e habilidades minhas. Vejam dinheiro e apromptem gallinhas” (REVISTA ILLUSTRADA, 1878, n. 120). Na parte superior da imagem, do perfil de um homem identificado como “lavoura” saem braços, trens, chineses, europeus e um grande livro chamado “instrucção agrícola”, acompanhado por uma palmatória identificada como “instrucção”. Mudavam-se os nomes, permaneciam os hábitos da escravidão. A charge trazia a seguinte legenda:

E o Governo ficou sabendo pela propria bocca da Lavoura, representada por 200 e tantas ditas que, o que ella precisa é de dinheiro, de braços, de chins, de europeus, de instrucção, de negros, de estradas de novas leis, de...etc etc enfim, de uma infinidade de cousas [...]

Na mesma edição 120 da *Revista Illustrada*, outra imagem apresenta um africano, um chinês e um europeu empunhando ferramentas para o trabalho na lavoura, observados por um liberto notoriamente descontente e de punhos cerrados. Para Balaban (2015, p. 429), “os ódios raciais definem o sentido da cena”. A legenda da imagem questiona: “Acerca da idea de mandar vir chins como transição... Será transição de côr entre a preta e a branca que querem attenuar pela amarella? Neste caso os mulatos estão no direito de protestar...e com razão”. O próprio Agostini sublinhou o termo *transição*, dando ênfase à questão política e social que se colocava nos debates.

A charge reuniu os diferentes trabalhadores que se relacionavam naquele contexto. Eles exemplificam quem integrava a equação montada pelos fazendeiros e políticos interessados na questão da mão de obra e sob quais condições estes trabalhadores atuariam.

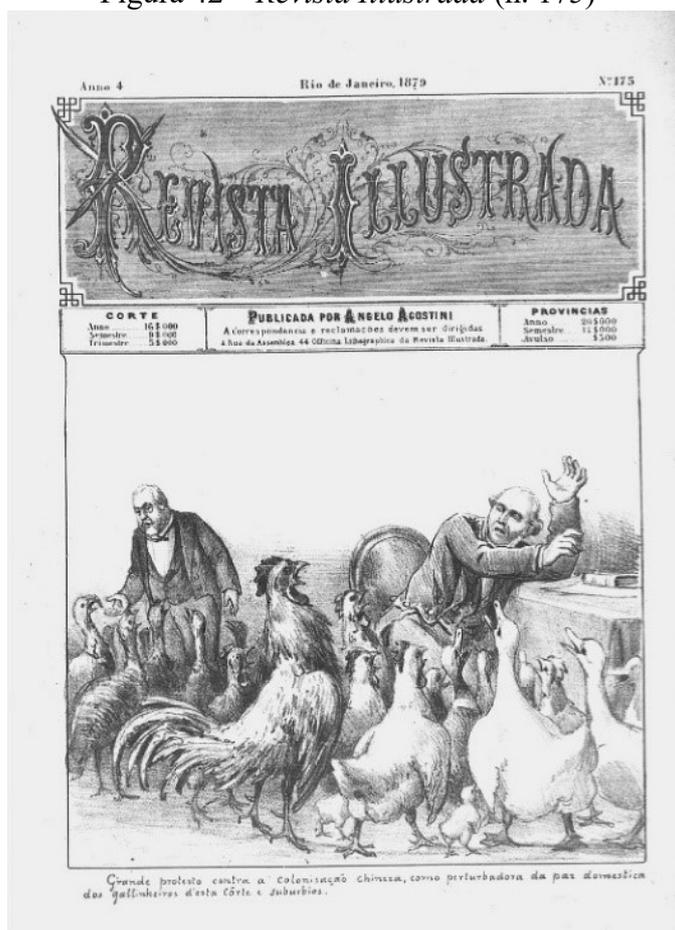
Figura 41 – *Revista Illustrada* (n. 120b)



Fonte: *Revista Illustrada*, n120, 1878. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/332747/850>>. Último acesso em 14/02/2018.

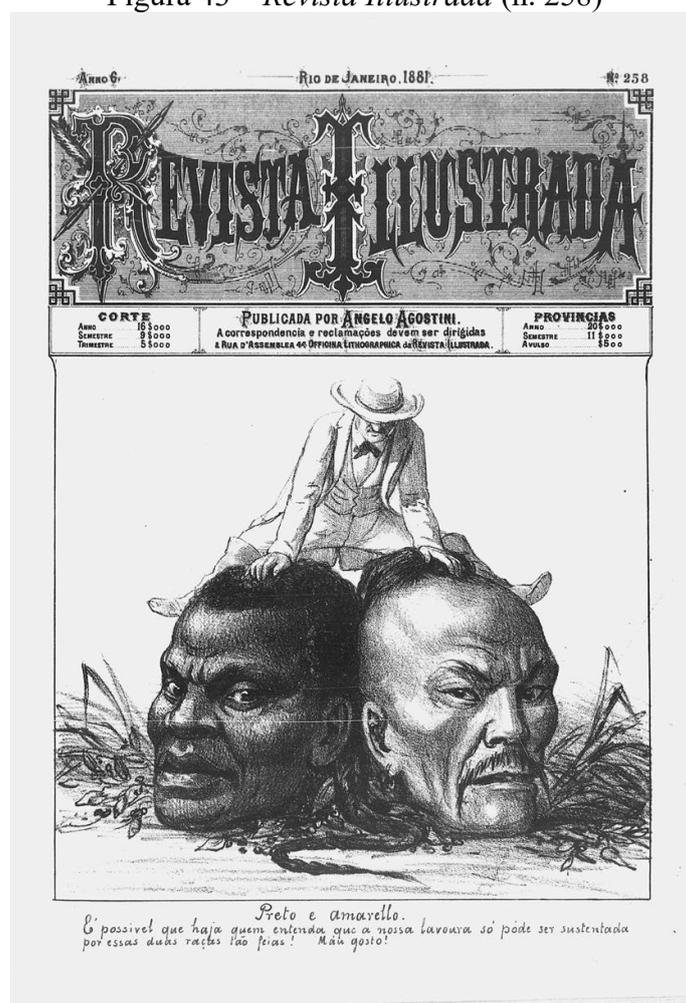
Na edição 175 da *Revista Illustrada*, de 1879, o conteúdo e a capa tratavam da “colonização chinesa, como perturbadora da paz domestica dos gallinheiros d’esta Côrte e suburbios”. Em uma charge em que as aves reclamavam pela vinda dos “ladrões de galinhas”.

Figura 42 – *Revista Illustrada* (n. 175)



Fonte: *Revista Illustrada*, n.175, 1879. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/332747/1236>>. Último acesso em 14/02/2018.

Ainda, dentre outras, uma edição de 1879 trouxe a lavoura representada por uma mulher sendo atacada por um trabalhador chinês e um africano, com a legenda: “Pobre lavoura! Já não bastava o preto, vaes ter o amarello!” (REVISTA ILLUSTRADA, n. 175, 1879). Mas foi em 1881 que a revista publicou uma das imagens mais emblemáticas da situação: um fazendeiro montado sobre duas grandes cabeças, de um africano e um chinês, com a legenda: “Preto e amarello. É possível que haja quem entenda que a nossa lavoura só pode ser sustentada por essas duas raças tão feias! Mau gosto!”.

Figura 43 – *Revista Illustrada* (n. 258)

Fonte: *Revista Illustrada*, n. 258, 1881. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/332747/1830>>. Último acesso em 14/02/2018.

O Congresso Agrícola do Rio de Janeiro foi um dos principais momentos do debate público sobre a reorganização da mão de obra no Brasil no qual o trabalhador asiático teve centralidade. O debate se intensificou, mobilizando fazendeiros favoráveis e contrários, possíveis investidores em empresas de imigração, abolicionistas, políticos e jornalistas. Ficava evidente que o projeto de colonização dava prioridade à vinda de europeus, que colaborariam para o branqueamento e progresso almejados no século XIX. Mas nesse contexto, os interessados tinham urgência na resolução da questão do trabalho e percebiam que não era mais possível a dependência brasileira de intermediários europeus e estadunidenses, e mesmo diante das críticas, a efetivação de um tratado com a China se tornava uma demanda incontornável.

4.4 TRATADO DE AMIZADE, COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO ENTRE BRASIL E CHINA

No Congresso Agrícola do Rio de Janeiro, João Baptista Brasiel, representante dos lavradores de Rezende (RJ) solicitou uma ação do governo para efetivar a vinda dos trabalhadores ao Brasil:

A cousa unica que os lavradores supplicam á S. Ex. é que o Governo Imperial, pelos meios que forem mais apropriados, faça um tratado com o imperio da China, para que os mesmos trabalhadores possam vir a este paiz. Isto não é pedir subvenção ao Governo, não é pedir colonisação official, não é pedir cousa impossível ou mesmo difficil; porque, si o ministério da agricultura no seu ultimo relatorio apresentou uma despesa de 5.000 e tantos contos com colonisação e obras publicas, não é possivel que de tão grande quantia possa tirar-se uma parte minima para se mandar um diplomata á China fazer esse tratado? Não póde isto onerar os cofres publicos, além de que o Governo ainda póde estabelecer um imposto qualquer sobre a introducção dos trabalhadores asiaticos, e assim resarcirá a despesa que fizer mandando á China uma embaixada para obter essa introducção. (CONGRESSO, 1988[1878], p. 229)

Como aumentasse o interesse por esses trabalhadores, uma missão diplomática foi enviada à China na circum-navegação da corveta *Vital de Oliveira* que saiu em 1879. A missão tinha por fim negociar um tratado que facilitasse a vinda de imigrantes ao Brasil. Os trâmites foram difíceis, pois o governo chinês se mantinha atento às estratégias estrangeiras para assinatura de tratados desiguais e contratação de trabalhadores com acordos desfavoráveis.

O financiamento da missão diplomática fora solicitado à Câmara dos Deputados pelo então ministro dos Negócios Estrangeiros, Antônio Moreira de Barros (RÉ, 2018, p. 823). Na sessão de 1º de setembro de 1879, Joaquim Nabuco mostrou-se contrário às intenções da missão, por entendê-la como parte de um projeto que visava promover “uma verdadeira emigração asiática para o Brasil, e essas relações diplomáticas que se quer abrir não têm outro fim, não têm outro intuito senão mongolizar o nosso país” (NABUCO, 2010[1879], p. 215). Ele denunciava igualmente as artimanhas para burlar as leis antiescravistas, advertindo que “o que se chama transição para o trabalho livre não é ainda o período em que o trabalho escravo acaba e o trabalho livre começa” e, por isso, “não se pode chamar período de transição, senhores, um tempo em que a escravidão está em toda a sua força, em que os senhores estão ainda armados de todos os poderes e direitos excepcionais que possuem sobre os escravos” (p. 223). Considerava ainda o problema

racial no Brasil, questionando: “sabe a Câmara por que motivo o *chim* é mais feito para a luta da vida do que as raças superiores do Ocidente?” Como resposta, utilizou um argumento elaborado no Congresso de Berlim (1878): “na luta da vida o *chim* acha-se preparado com relação ao europeu tão favoravelmente como o europeu se achava preparado com relação aos selvagens do novo continente” (p. 233). As razões para isso eram o fato de serem “mais onívoros”, “mais sóbrios”, e “se contentam com menos”. Nabuco relacionava essa adaptabilidade às teorias de Thomas Malthus, explicando que os chineses “hão de multiplicar a nossa produção, podem fazer uma economia de subsistência, uma economia de alimentação, que nenhuma outra raça pode fazer” (p. 234). Mas pouco a pouco, “a nossa civilização progressiva e ocidental teria que tornar-se uma civilização imóvel e asiática” (p. 235).

Como destacou Skidmore (2012, p. 63), “em nenhuma outra área a crença dos abolicionistas no branqueamento ficou mais clara do que na reação à proposta de trabalhadores chineses”. O debate fez com que favoráveis e contrários à vinda de chineses, malaios, indianos e japoneses revelassem seus julgamentos raciais. Nabuco reforçava seus argumentos:

O dia em que for tentado o primeiro ensaio com a garantia do país; o dia em que, sob a nossa bandeira, se iniciar a nova imigração será marcado com uma cruz preta na nossa história, porque ou teremos feito sacrifícios imensos para acarretar para o país decepções, desapontamentos, ou desar, no caso de não dar resultado a presente tentativa – ou, no caso de serem coroados de sucesso os desejos do governo, teremos promovido um verdadeiro tráfico de asiáticos para constituir, no meio da escravatura existente, uma escravidão pior que a dos africanos. (NABUCO, 2010[1879], p. 240)

Apesar de tudo, o tratado com a China era uma demanda de setores da elite nacional. E logo a missão partiria rumo à Ásia.

4.4.1 A VIAGEM DA *VITAL DE OLIVEIRA*

Em 1879, o periódico carioca *O Mequetrefe* (18/03/1879) publicou:

Consta-nos que a fallada viagem ao Japão que vai fazer um dos vasos da nossa esquadra, foi sugerida ao Sr. ministro da marinha pela leitura da *França ao Japão* do Dr. Almeida. A este ultimo portanto, é a quem devemos responsabilizar pelo que dér e vier com tal viagem (...) ... que o Dr. Almeida vai ser nomeado para a embaixada do Celeste Imperio, afim de escrever – *Do Brazil ao Japão*, livro que hade dar pancas.

O relato de Francisco Antônio de Almeida se tornava referência no debate sobre asiáticos no Brasil, e o autor passava a ser um interlocutor importante. A futura missão à China era associada à viagem de Almeida ao Japão, pois como veremos há intersecções neste processo.

Em 1879, a corveta *Vital de Oliveira* foi enviada pelo governo imperial para uma circum-navegação da Marinha brasileira, a fim de “proporcionar aos officiaes embarcados no referido navio a instrucção profissional que se adquire nas viagens de longo curso” (REVISTA MARITIMA, 1881, p. 406). Partindo do Rio de Janeiro, o trajeto compreendia portos de Lisboa, Gibraltar, Toulon, Malta, Port-Said, Ismaília, Suez, Aden, Ponta de Galles, Singapura, Hong Kong, Nagasaki, Yokohama, Califórnia, Acapulco, Valparaíso, Patagônia, Punta-Arenas, Montevidéu e Rio de Janeiro novamente. A corveta partiu em 19 de novembro de 1879 e, “à 2 de janeiro de 1881, apoz uma ausencia de 430 dias, dos quaes 268 passados no mar e 162 nos portos, regressou [...] a este porto” (REVISTA MARITIMA, 1882, p. 16). A *Revista Marítima Brasileira* publicou em trechos o *Relatório da viagem de circumnavegação da corveta Vital de Oliveira*, nas cinco edições consecutivas entre 1881 e 1883. O relatório era assinado pelo capitão Julio Cezar de Noronha, caracterizado por linguagem e informações técnicas, dialogando com outras obras de viagem especializadas, como o relato do engenheiro naval Scott Russel. Os textos descreveram as dificuldades em trânsito, não apenas mecânicas, mas de alimentação, higiene, doenças. Ao chegar a São Francisco (EUA), por exemplo, Noronha contabilizou “23 beri-bericos e 6 mortos. Total de 40 doentes” (REVISTA MARITIMA, 1882, p. 333). O capitão creditou o mau estado sanitário aos climas chuvosos de trechos como o do Estreito de Malaca ao Japão, somados a má alimentação e falta de vestimentas apropriadas.

Entre outras questões, o texto tratou dos eventos oficiais de recepção dos representantes do império brasileiro. Eles vivenciaram encontros em Portugal, onde foram recebidos pelo rei D. Luiz I, num baile no Palácio da Ajuda, em Lisboa; e no Uruguai, onde o governo republicano ofereceu-lhes uma recepção, deixando à disposição oito carruagens. Hong Kong, Nagasaki e Yokohama receberam alguns comentários mais detalhados no relato, em especial quanto à movimentação estrangeira nestes portos. Da primeira cidade japonesa foram destacados os templos, as ruas estreitas, o bairro europeu e a porcelana. Um parágrafo foi dedicado aos mártires cristãos: a “horrrível carnificina

contra o christianismo”. Em Yokohama, comentou sobre a arquitetura europeia que tornava o local mais “civilizado”. Sobre o processo de abertura do país, além do expressivo número de estrangeiros vivendo na cidade, registrava o investimento na defesa e na marinha, e o desenvolvimento da comunicação pelas vias telegráficas (REVISTA MARITIMA, 1882).

Para o empreendimento da missão diplomática, em Lisboa subiram a bordo os ministros Plenipotenciários do Brasil afim de concluir as “negociações de que forão incumbidos pelo Ministerio dos Negocios Estrangeiros” (REVISTA MARITIMA, 1881, p.406). Na ida para Hong Kong, o capitão comentou sobre os chineses naquele local e expôs sua opinião sobre a migração para o Brasil:

Estes homens, comquanto na maior parte fortes e robustos, não gozam de boa reputação. Um audacioso attentado praticado, há poucos annos, a bordo do vapor ingles *Spark* que serve de correio entre Hong-Kong, Cantão e Macáu, attentado cruento do qual resultára a morte do capitão e de alguns estrangeiros e o roubo do carregamento, tornou vedada toda a comunicação entre os passageiros estrangeiros e os Chins que são encerrados em um compartimento á parte. No caso de ataque promovido por aquelles piratas, os passageiros encontram no salão revolvers e espingardas já carregadas, das quaes podem lançar mão.

Assim nos expressando, não nos alistamos no numero dos que consideram desvantajosa a immigração chinesa; ao contrario, acreditamos firmemente que os Chines sendo vigorosos, intelligente, sobrios, submissos, com aptidão para trabalhos de toda a sorte, reúnem em si excellentes predicados para serem uteis ao engrandecimento da lavoura, primeiro manancial da nossa riqueza. Comquanto o espirito mercantil seja o traço dominante do seu character, o Chim é, sob todos os pontos de vista, superior ao Africano de cujo serviço nos temos utilizado com vantagem.

Em nossa opinião, a questão unica está na escolha dos imigrantes, que devem ter o habito do trabalho para o qual são chamados em um paiz como o nosso, de um solo uberrimo, mas em luta com a carencia de braços. (REVISTA MARITIMA, 1882, p.202)

Sobre a chegada da representação brasileira em seu destino, em 1880, ficou registrado na *Revista Maritima Brasileira*:

Em Hong-Kong desembarcou todo o pessoal da missão diplomática, seguindo immediatamente para Shangai o Exm. Sr. Ministro Dr. Eduardo Callado e sua digna familia.

Sua Ex. o Sr. Ministro, chefe de divisão Arthur Silveira da Motta, desembarcado no dia de nossa partida, teve a delicada atenção de acompanhar-nos em uma lancha a vapor até perto da barra de Leste. Antes de seu desembarque, o illustrado chefe, nosso antigo mestre, enviou-nos os dous officios que ora transcrevemos. (REVISTA MARITIMA, 1882, p.203)

A primeira carta do ministro Arthur Silveira da Motta abordava o trajeto e detalhes sobre a navegação; a segunda era de agradecimentos e elogios à tripulação da corveta. Na qualidade de oficial da Marinha e brasileiro, “ufano-me de haver testemunhado da boa impressão deixada em todos os portos do nosso itinerario pelo primeiro vaso de guerra brasileiro a que foi commettida a gloriosa empresa de uma viagem de circumnavegação” (p. 205). Assim chegava a missão à China, empenhada em assinar um tratado que estivesse de acordo com as demandas levantadas no Congresso Agrícola do Rio de Janeiro (1878).

4.4.2 A MISSÃO ESPECIAL BRASILEIRA À CHINA

A missão brasileira desembarcou em Hong Kong, comandada por Artur Silveira da Mota e Eduardo Callado. Além deles, Henrique Carlos Ribeiro Lisboa foi nomeado secretário e Luís Felipe Saldanha da Gama e Alexandrino Faria de Alencar foram nomeados adidos militares.⁶⁵ Segundo o dicionário bibliográfico de Argeu Guimarães (1938), Silveira da Mota, barão de Jaceguay, “passou transitoriamente pela diplomacia, em missão especial á China, numa época em que o Celeste Imperio começava a despertar curiosidade entre nós, pela viagem do astrónomo Francisco Antonio de Almeida em 1874” e o “objetivo essencial era discutir com o governo chim uma projectada immigração de coolies para o Brasil”. Isto demonstra a continuidade dos fatos e a importância que as experiências de diversos sujeitos tiveram na aproximação com países asiáticos quais, de quase desconhecidos, permitiriam, em poucos anos, um projeto real de vinda de trabalhadores ao Brasil.

O objetivo da missão enviada pelo império brasileiro à China era “concluir um tratado que assegurasse ao Brasil os benefícios da colonização”, como foi reafirmado para Artur Silveira da Mota e Eduardo Callado em despacho enviado por Antônio Moreira de Barros, ministro dos Negócios Estrangeiros⁶⁶. A missão deveria buscar acordos vantajosos especialmente nos artigos sobre emigração; deveria também compor um relatório com documentos sobre colonização e tratados reunidos na China, além das possibilidades de estabelecimento de brasileiros e consulados naquele país. Em ofício enviado de Paris, a comitiva informava que procuraria “chegar a um acordo com o

⁶⁵Despacho de 6 dez. 1879. (BRASIL, 2012, p. 27).

⁶⁶Despacho de 6 dez. 1879. (BRASIL, 2012, p.27).

governo chinês, acordo que facilite ao Brasil a obtenção de trabalhadores asiáticos”⁶⁷ e que havia entrado em contato com o representante da China na Inglaterra, o marquês Tseng – do qual receberam a oferta de “cartas de recomendação para os principais funcionários de Pequim”⁶⁸ – e com o ministro dos Negócios Estrangeiros da França, que lhes cedeu um intérprete para a missão.⁶⁹

Os brasileiros chegaram à cidade de Tien Tsin em 8 de julho de 1880⁷⁰, onde se reuniram com Li Hung Chang (Li Hongzhang), “o estadista de mais prestígio da China”. Em ofício ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Pedro Luís Pereira de Sousa, informaram sobre a curiosidade que o governo chinês tinha sobre o Brasil:

Depois de conversarmos algum tempo sobre a nossa longa viagem até aqui, fez-nos S. Exa. uma série de perguntas a respeito da situação geográfica do Brasil, sua extensão territorial, população, produtos e origem da nação brasileira, mostrando-se sobremodo admirado de que só contássemos 58 anos de existência como nação independente, sendo que a China, disse-o S. Exa. com visíveis sinais de orgulho, já era um Estado soberano há quatro mil anos!

A nós, o que causou admiração foi a ignorância completa do vice- -rei em matéria de geografia; pois, entre muitas questões pueris que propôs, relativamente aos nossos limites, perguntou se o Brasil era banhado por algum mar.

Passando a outra ordem de ideias, quis S. Exa. saber por que razão não havíamos, há mais tempo, procurado abrir relações com a China.

Respondemos que, sendo o Brasil um país novo, só agora o desenvolvimento gradual do seu comércio e da sua indústria, e da riqueza pública em geral, haviam indicado a oportunidade e utilidade de estabelecerem-se relações diretas entre os dois países, sob a garantia de um tratado solene.

No intuito evidente de provocar-nos a declarar que o nosso principal objeto era de facilitar a emigração de chins para o Brasil, propôs o vice-rei uma série de questões especiais sobre os benefícios imediatos que esperamos da celebração de um tratado com a China.⁷¹

Os brasileiros ficaram surpresos com o suposto desconhecimento sobre o Brasil – embora tratando-se de um reconhecido estadista chinês não parecia desinteressado seu questionamento sobre as intenções do tratado naquele momento – sobre o que buscaram formular seus interesses, escamoteando a questão dos trabalhadores como demanda primária, chegando mesmo a aludir a ideia, tão negativa no Brasil, de uma possível colonização. Continuavam:

⁶⁷Ofício de 17 jan. 1880. (BRASIL, 2012, p.43).

⁶⁸Ofício de 8 dez. 1879. (BRASIL, 2012, p.34).

⁶⁹Ofício de 20 fev. 1880. (BRASIL, 2012, p.45).

⁷⁰Ofício de 19 jul. 1880. (BRASIL, 2012, p.52).

⁷¹Ofício de 19 jul. 1880. (BRASIL, 2012, p.54).

De nossa parte, durante aquela difusa interlocução, mantivemos o propósito em que havíamos assentado: de demonstrar que as vantagens que o Governo Imperial esperava obter do comércio direto entre os dois países tinham sido o móvel principal da nossa missão e, apenas incidentalmente, entre os benéficos resultados que poderão provir do tratado, observamos que não seria para nós somenos o de induzir os laboriosos chins a procurarem o nosso país, que tanto carece de população.

Manifestou-se o vice-rei surpreendido ao dizermos que, no Brasil, já existia crescido número de chins e quis saber como, e de onde, tinham ido para ali.

Informamos que, na maior parte, procediam das colônias chinesas de São Francisco, do Peru, de Demerara e de Cuba, e que para o Brasil haviam ido por sua própria conta.

Não perdeu S. Exa. a oportunidade de aludir ao mau tratamento que, disse ele, recebem os chins no Peru e em Cuba, o que tem trazido graves dificuldades e desgostos ao seu governo.⁷²

Preocupados com um possível desconhecimento dos chineses sobre o Brasil, Eduardo Callado solicitou que o redator de um periódico em Shangai publicasse trechos da obra *O Brasil na Exposição de Filadélfia*⁷³.

Cabe atentarmos aos fatos apresentados inicialmente neste capítulo, de que o tráfico de chineses era um problema combatido pelo governo local e, portanto, este desconhecimento sobre a situação além-mar parecia apenas uma estratégia. É muito provável que os representantes da China estivessem a par dos interesses brasileiros, informados por exemplo pela sociedade abolicionista inglesa *British and Foreign Anti-Slavery Society*. O *Anti-Slavery Reporter*, seu órgão oficial, chegou a publicar discursos de políticos brasileiros, na Câmara e no Senado. Embora não fosse difícil saber das intenções quanto à imigração a partir de publicações em jornais, dispostas aos interessados. De acordo com Henrique Ré (2018, p. 826), o comitê da sociedade inglesa abolicionista enviou uma carta ao marquês Tseng, em agosto de 1879, informando que os brasileiros estavam a caminho da Inglaterra para negociar a importação de trabalhadores; lembrava que era um país escravocrata, portanto, havia o perigo de que tais imigrantes fossem também escravizados. Assim, antes da chegada da missão brasileira, os chineses conheciam as intenções de substituição da mão de obra, bem como os debates sobre as formas de exploração. A *British and Foreign Anti-Slavery Society* não se preocupava apenas com o caso brasileiro, pois, “desde a década de 1840, a BFASS sempre denunciou no seu jornal a adoção de trabalho contratado de *coolies* chineses e indianos pelas colônias

⁷²Ofício de 19 jul. 1880. (BRASIL, 2012, p.55).

⁷³Ofício de 30 ago. 1880. (BRASIL, 2012, p.62).

européias do Caribe e de outras partes do mundo” (RÉ, 2018, p. 825). Cabe lembrar, entretanto, que os britânicos também disputavam portos na China e que os trabalhadores asiáticos foram utilizados em suas próprias colônias.

Através de uma rede de informações internacionais, os chineses estavam cientes do debate brasileiro sobre a mão de obra e da precariedade de condições. Ainda em 1879, o visconde de Sinimbu, ministro da Agricultura e entusiasta da imigração chinesa, defendia no Senado que:

Esse trabalhador faz temível concorrência ao trabalhador europeu, que, comquanto seja mais inteligente, todavia não tem os mesmos hábitos de sobriedade de que resulta menor dispendio com o trabalho. O trabalhador chinês, sendo mais sóbrio, recebe menor salário, e deixa maior soma de lucros ao proprietário ou àquelle que o tem a seu serviço. É esta precisamente uma das razões por que devemos desejar o para o nosso país.

Em situação como a nossa, em que os processos agrícolas são ainda tão imperfeitos, em que, podemos dizer-o, a força muscular deve suprir a falta de inteligência e a imperfeição dos métodos empregados, convém-nos sem dúvida trabalhadores cujo salário seja módico, e é o que se dá com o chinês⁷⁴.

Sinimbu foi questionado sobre as “intrigas” levantadas pela *Anti-Slavery* “para desacreditar o Brasil e dificultar esta imigração”, e declarou naquela mesma sessão que não as receava, lembrando que os ingleses haviam sido incentivadores da introdução de trabalhadores *coolies* no Brasil na primeira metade daquele século.

Mesmo diante da defesa desta imigração, por conta de fatores como menores salários, no artigo publicado em Shanghai sobre o Brasil, o país era apresentado como lugar de “grande equidade”, “nenhuma tirania” e com terras férteis, mas poucos habitantes, incluindo o convite: “O Imperador está neste momento tratando de atrair os estrangeiros (imigração). As leis relativas ao tratamento dos imigrantes são-lhes favoráveis e liberais”. Explicava-se a chegada no Rio de Janeiro na Hospedaria de Imigrantes, a possibilidade de cultivo de terras no interior, de trabalho assalariado no Estado, julgando inclusive que “os seus salários são brilhantes”⁷⁵. Portanto,

Aqueles que sofrem pela acumulação de população devem, portanto, dirigir-se ao Brasil e ali acharão o melhor tratamento, e se faltarem dinheiro para o seu transporte, aqui está como podem supri-lo.

Esse país tem cônsules em todos os portos da Europa, funcionários que fretam navios e encarregam-se interinamente do sustento e da mobília.

⁷⁴BRASIL. Senado Imperial. *Annaes do Senado do Imperio do Brazil*. Anno de 1879. Livro 10. Transcrição pela Subsecretaria de Anais do Senado Federal. 1879, p.5.

⁷⁵Ofício de 30 ago. 1880. (BRASIL, 2012, p.63-4).

Se os emigrantes decidiram de antemão ir para o interior do país, ocupar-se em trabalhos agrícolas, todas as despesas de transporte são pagas pelas autoridades brasileiras. Tal é o resumo do que se refere ao Brasil e sua imigração.

Hoje os enviados do Brasil vêm à China pela primeira vez; não sabemos qual é o seu objeto, supomos, porém, que, na sua mente, o comércio não tem nada de urgente, enquanto que o incremento da imigração é cousa que não podem esquecer-se.⁷⁶

No dia 5 de setembro de 1880, o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação foi assinado em Tien Tsin, mas eram citadas dificuldades para negociar e definir as cláusulas sobre a emigração.

Um projeto de tratado contendo cláusulas relativas à emigração, estava fora de questão depois das declarações feitas pelo marquês Tseng, em Londres, e dos avisos que recebemos, ao chegarmos aqui, de várias pessoas que haviam conversado com o vice-rei Li, a respeito da missão brasileira.⁷⁷

Mesmo demonstrando-se dispostos a assumir “quaisquer estipulações” para inibir abusos contra trabalhadores enviados ao Brasil, as propostas dos brasileiros não surtiam o efeito desejado, pois os chineses estavam irredutíveis. Nas palavras de Eduardo Callado e Artur Silveira da Mota:

Replicamos que a nossa insistência sobre este assunto fundava-se justamente nos precedentes da nossa missão; pois a exclusão, no tratado, de qualquer cláusula relativa à emigração, indicava que, nas nossas negociações, haviam prevalecido as prevenções desairosas para o nosso país, que procurou criar uma sociedade particular inglesa (a Antislavery Society), na memória dirigida ao marquês Tseng e publicada na imprensa europeia; memória em que se nos atribuía o desígnio de querermos perpetuar, com *coolies*, a escravidão dos negros que tendia a extinguir-se no Brasil.⁷⁸

Os representantes do governo brasileiro na China demonstravam-se incomodados com o fato de que as denúncias da sociedade inglesa – quanto ao trabalho escravo – estivessem sendo consideradas nas negociações, mesmo diante de seus esforços em demonstrar que se tratava de trabalho livre. Seguiu-se a dificultosa negociação, e os enviados lamentavam que “negociado em circunstâncias tão desvantajosas, o tratado que assinamos nesta cidade no dia 5 do corrente não pode deixar de ressentir-se – somos os

⁷⁶Ofício de 30 ago. 1880. (BRASIL, 2012, p.64).

⁷⁷Ofício de 15 set. 1880. (BRASIL, 2012, p.66).

⁷⁸Ofício de 15 set. 1880. (BRASIL, 2012, p.70).

primeiros a reconhecê-lo – de algumas lacunas e, principalmente, de defeitos de forma”⁷⁹. Entenderam que a missão estava concluída e anunciaram a partida da China no dia 30 de outubro de 1880.⁸⁰

Eduardo Callado ficou no país, encarregado de reunir dados e organizar a introdução de trabalhadores chineses no Brasil. Em abril de 1881, ele recebeu um telegrama remetido pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, a respeito das modificações a serem introduzidas no tratado negociado no ano anterior. Para isso, encontrou-se com o “vice-rei” Li Hung Chang (Li Hongzhang) a fim de propor ajustes, após mais seis meses de negociações, via telegramas, cartas, reuniões, um novo tratado foi assinado, em 3 de outubro de 1881. Este estabelecia equiparações com os acordos assinados entre a China e outras nações (França, Inglaterra, Estados Unidos, Japão, Peru, Alemanha), mesmo que ainda não fosse aquele idealizado pelo governo brasileiro.

Callado continuava a buscar alternativas para a “emigração asiática espontânea”.⁸¹ Inclusive estabeleceu contatos com os diretores da companhia chinesa de transportes *China Merchants’ Steam Navigations*, interessada em uma linha regular entre os dois países⁸². O Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre Brasil e China, foi promulgado pelo decreto n. 8651, de 24 de agosto de 1882 e publicado no *Relatório do Ministério das Relações Exteriores* daquele mesmo ano. Pelo acordo, garantiu-se que os súditos de ambos os impérios

poderão ir livremente de um para o outro Estado das duas altas partes contratantes e ahi residir. Em cada um dos dous paizes obterão plena e inteira proteção para suas pessoas, famílias e bens e gozarão de todos os direitos, vantagens e franquezas concedidos aos subditos da nação mais favorecida.⁸³

Porém,

em virtude de instabilidades políticas internas do Brasil, de ingerências de certas potências ocidentais e de experiências anteriores malogradas em tentativas de introdução de chineses no Brasil, submetidos a

⁷⁹Ofício de 15 set. 1880. (BRASIL, 2012, p.79).

⁸⁰Ofício de 29 out. 1880. (BRASIL, 2012, p.101).

⁸¹Ofício de 11 jan. 1882. (BRASIL, 2012, p.140).

⁸²Com vapores com capacidade para 1000 a 1200 passageiros, em seis viagens anuais. A empresa de navegação solicitava ao governo, para isso, subvenção anual de 100.000 dólares por três anos e outras vantagens, variando ainda o valor se as viagens fossem até Cuba, outro lugar interessado nestes trabalhadores. [Ofício de 11 jan. 1882. (BRASIL, 2012, p.140)]. Assim, o Brasil “terceirizaria” os trâmites e não se responsabilizaria diretamente pelas condições dos trabalhadores durante a viagem – isso ficaria a cargo da companhia de transportes. Mas, ao que tudo indica, a negociação não teve resultados.

⁸³BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Relatorio do ano de 1882 apresentado à Assembleia Geral Legislativa (...) publicado em 1883**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883. p.43.

precárias e desumanadas condições, aliado a denúncias, sobretudo da Sociedade Positivista, de que os mesmos seriam submetidos a um regime de escravidão, a imigração chinesa não vingou. Em outras palavras, por meio do rótulo de “tratado de amizade”, estava sendo ensejado um novo programa de exploração humana internacional, atestando a repugnante deslealdade e a imoralidade presente no jogo das relações internacionais. (YAMAMURA, 1996, p. 140)

O esforço para um acordo com a China não ficou restrito às iniciativas governamentais. No mesmo ano de 1881, paralelamente à missão oficial, fazendeiros paulistas tentaram outro meio para introdução da mão de obra chinesa, enviando o engenheiro José Custódio Alves de Lima aos Estados Unidos para contratar três mil trabalhadores chineses, sem sucesso (RÉ, 2018, p. 837). Ele publicou o relato *Estados-Unidos e Norte-Americanos acompanhado de algumas considerações sobre a imigração chinesa no Imperio do Brazil* (1886)⁸⁴, no qual descreveu chineses com “olhos parecidos com almondega (sic) e rasgados para dentro, tendo por companheiro o inseparável rabicho, como symbolo de fidelidade á mãe-pátria” (LIMA, J., 1886, p.151). Ele também fez considerações sobre a dificuldade para vinda de europeus ao Brasil, por conta do “clima tórrido”; para Lima, a menos que houvesse vantagens como a possibilidade de os trabalhadores se tornarem proprietários, o Brasil não estaria “em condições de preferir uma nacionalidade a outra, muito pelo contrario, deve facilitar a vinda de todos quantos lhe possam ser uteis, quer pelo lado intellectual, quer pelo lado material” (p.145).

O Tratado de Amizade não facilitou significativamente a possibilidade de vinda de trabalhadores. Sendo assim, a missão especial enviada à China e as tentativas de acordos com o governo chinês a partir de 1879 fracassaram em seu principal objetivo, embora fossem reavivadas em outros momentos mesmo após a proclamação república. Este cenário foi resumido por Joaquim Nabuco (2010[1888], p. 529) que criticou aquela que considerou uma “uma ostentosa comissão à China” na qual “procurou-se obter daquele governo as suas boas graças, o seu favor, a sua intervenção, para este plano de reorganização asiática no Brasil”. Para ele, e para os demais que acompanhavam os

⁸⁴No relato, José Custódio Alves de Lima (1886) reiterava pontos comuns desse debate: as críticas sobre o trabalho dos libertos – “que não dão o devido valor á liberdade que os brancos lhes concederam (...). E o que se há de esperar de uma raça acostumada na escravidão desde longos annos, sem outro estímulo senão o medo e o latego do senhor?” (p. 9) -, o vício do ópio – “esse veneno com que a Inglaterra mata milhates de chinezes por anno” (p.181) -, a dificuldade do idioma, as relações familiares, apego à cultura de origem e o trabalho civilizatório do cristianismo.

trâmites, havia sido “um tremendo fiasco o que se deu em 1879, porque, desde então até hoje, não veio um só asiático para o nosso país”.

4.4.3 “A CHINA E OS CHINS”: A QUESTÃO SOB A ÓTICA DO DIPLOMATA HENRIQUE CARLOS LISBOA

Henrique Carlos Lisboa atuou como secretário na missão brasileira enviada à China em 1880 e foi responsável pela legação brasileira no Japão em 1897. A partir da primeira experiência, escreveu *A China e os Chins: Recordações de viagem*, publicado em 1888. No livro, Lisboa apresentou que o objetivo da legação e do Tratado de Amizade foi a vinda de trabalhadores chineses ao Brasil, e que ele se dedicou também à realização de uma pesquisa, com informações e relatórios capazes de subsidiar ações do governo e outros interessados. Esta publicação junto com *Os Chins de Tetartos* (1894) “cumpriram o papel de informar os brasileiros sobre diferentes aspectos da China e explorar eventuais possibilidades de uma mudança de posicionamento do Brasil a respeito do país asiático” (AZEVEDO, R., 2016, p. 9). Lisboa (2016 [1888], p.19) afirma que a viagem para a China também vinha “satisfazer a curiosidade, desde a infância alimentada, de conhecer a pátria dos pacientes fabricantes de mil admiráveis artefatos”. Mas sua ida tinha outro propósito:

Dois são os fins que tenho em vista ao submeter esta obra ao juízo do público. Um é confiar, simplesmente, as impressões de quem visitou o curioso Império do Meio e procurou estudar conscienciosamente o caráter e os costumes dos seus habitantes. O outro é concorrer, na medida das minhas forças e de conformidade com as minhas convicções, para a resolução do árduo problema que, há alguns anos, conserva em crise permanente a sociedade brasileira: “A transformação do trabalho” (p. 15)

Ele caracterizava as mudanças do trabalho no Brasil como uma “crise permanente” e buscava adensar o debate sobre os chineses para vários interessados – o político, no que tangia às questões administrativas da China; o fazendeiro, no melhor proveito do trabalhador para o cultivo da terra; o proprietário de minas; o construtor de estradas de ferro; o comerciante e outros brasileiros interessados em formar opinião sobre o tema. Destacava em sua narrativa os ataques contra os estrangeiros e registrava que “sangrentos atentados são simultaneamente cometidos em Cantão, Macau, Ning-pó. Mesmo em Hong Kong produz-se uma tentativa de revolta que leva a consternação à sua laboriosa população europeia” (LISBOA, 2016[1888], p. 23). Ele considerava que a

inserção do liberto no Brasil não era a melhor opção. Acreditava em uma “lenta desapareção da raça negra” nos países onde havia escravidão e não se eximia de julgar o que considerava o “pouco valor do que se chama trabalho nacional” (p. 316-7). Para ele, os trabalhadores nacionais eram pouco assíduos e indolentes, que só trabalhavam o suficiente para seu sustento, e que “são de uma independência invejável e de uma suscetibilidade das mais melindrosas; à menor contestação com o patrão lembram-lhe que não são escravos e raras vezes aceitam que os que os empregam os tratem senão como iguais” (p. 317). Afirmava que, mesmo nos locais onde viviam com “luxo”, isto não alterava “os hábitos primitivos dos negros” (p. 317).

Nesse sentido, um dos capítulos de *A China e os Chins: Recordações de viagem* foi intitulado como *Raça, caráter e costumes*, no qual Lisboa debateu a diversidade racial dentro da China, incluindo ilustrações com as diferenciações; em outro capítulo, *Emigração Chinesa*, o autor indicou que “os emigrantes externos avaliam-se em três milhões, sendo 1.800.000 nos Estados Asiáticos e 1.200.000 nos países dominados pela raça europeia, na Ásia, Oceania, África e América” (p. 283), e ainda diferenciava imigração por contrato e imigração livre. Comentava que, na imigração por contrato para Havana, os recrutadores “iludiam os infelizes *coolies*” (p. 284) e se colocava contra o processo violento desse tráfico. Como não havia grande experiência com estes trabalhadores no Brasil, a ideia dos contratos de trabalhadores asiáticos vinha com falsos ares de liberdade. Quando o governo chinês, sustentado pelas grandes potências, pressionou o governo brasileiro em relação à esta espinhosa questão, o que vemos é uma tentativa de adequação legal para conseguir trazer o trabalhador, fosse nos documentos da missão ou nos produzidos posteriormente; mas no debate nacional, os interesses e interessados eram os mesmos.

Lisboa defendia a emigração livre, “que levou o útil trabalho chinês a distintas regiões do globo”, citou experiências em diversas colônias, especialmente na Ásia, mas também nas américas. Para ele, “as pessoas que se interessam no Brasil pela questão da imigração chinesa leram, sem dúvida, o excelente livro publicado em 1879 pelo nosso digno cônsul em Nova York, sr. Salvador de Mendonça”, afirmando que só poderiam “desconhecer as vantagens do trabalho chinês os que não leram aquele livro ou os que, por uma obstinação, infelizmente bastante comum, não querem abrir os olhos à evidência”. Lisboa trouxe à luz a questão “poderá essa imigração *mongolizar-nos*, na expressão dos que classificam os chins entre a raça mongólica? É essa outra fase da

questão que desejo estudar” (p. 309). Considerava que o chinês não era um “povo colonizador” e o trabalho temporário, ao invés da *mongolização* do Brasil, abriria precedente para uma “corrente de vai e vem” (p. 310), vantajosa para a economia nacional. E, caso fosse um insucesso essa vinda dos trabalhadores,

a distância que nos separa da China, as maiores despesas da viagem e a má sorte dos primeiros que vierem serão suficientes razões para que não venham mais. Os poucos introduzidos desaparecerão por si só, como já desapareceram quase todos os importados pelo visconde de Bom Retiro (p. 310).

Os entusiastas da vinda dos trabalhadores temporários permaneceram buscando alternativas e, ao fim da década de 1880, ainda era presente no debate nacional o projeto que havia sido incentivado em 1879. Defendia-se a importância destes asiáticos pelo trabalho na lavoura, incentivo a empresas de navegação, trocas comerciais. O que havia ainda era o esforço na manutenção de um sistema de exploração do trabalho, que articulava o debate racial para satisfazer suas necessidades. Mas o projeto estava longe de ser de aceitação unânime, como vimos com Joaquim Nabuco, outro caso expressivo da contraposição aos trabalhadores asiáticos era a Sociedade Central de Imigração.

4.5 OS ASIÁTICOS NA *SOCIEDADE CENTRAL DE IMMIGRAÇÃO*

Favoráveis e contrários aos trabalhadores asiáticos tendiam a concordar que o imigrante ideal era o europeu e, mais do que isso, que só a ele caberia o lugar de colono. Esse terceiro elemento, asiático, no debate sobre mão de obra no Brasil oitocentista, encontrou diversas oposições, como vimos com Angelo Agostini e vozes dissonantes nos Congressos Agrícolas do Rio de Janeiro e do Recife. Em termos de grupo, a Sociedade Central de Imigração estava empenhada em efetivar a imigração de europeus, sendo reconhecida também pela crítica ao projeto de vinda dos trabalhadores da Ásia.

A Sociedade Central de Imigração iniciou suas atividades em 1883, portanto após a assinatura do Tratado com a China, e se posicionava contrária aos projetos como o da Sociedade Importadora de Trabalhadores Asiáticos. Para Michael Hall (1976, p. 153), “a meta principal da Sociedade Central era a criação de uma forte classe média rural composta de imigrantes europeus que seriam agricultores independentes”, por isso sua bandeira contra o latifúndio e a favor da imigração espontânea. Havia sido fundada por

três imigrantes alemães, “Karl von Koseritz, jornalista e deputado provincial do Rio Grande do Sul, Hermann Blumenau, o fundador da colônia do mesmo nome em Santa Catarina, e Hugo Gruber, diretor do jornal *Allgemeine Deutsche Zeitung* do Rio de Janeiro” (p. 148). Em seu próprio periódico, *A Imigração*, publicado no Rio de Janeiro entre 1883 e 1891, a sociedade expunha seus manifestos, atas e reprodução de notícias de outros periódicos para fornecer subsídios a seus leitores e apresentar-lhes seus principais debates acerca dos projetos de imigração.

Como visto, ideias racialistas do exterior circulavam no país. De acordo com Thomas Skidmore, o francês Louis Couty colaborou com líderes da Sociedade Central, como o visconde de Taunay. Publicou *O Brasil em 1884: Esboços Sociológicos*, no qual afirmava: “tentei provar que foi a colonização pelos africanos escravizados que produziu todos os males do Brasil, e indiquei a colonização por homens livres da Europa como o único remédio possível” (COUTY apud SKIDMORE, 2012, p. 72). Sua proposição se alinhava com o ideal da Sociedade Central, de que a vinda de europeus era a solução para o sucesso nacional.

Um dos mais atuantes no propósito da Sociedade Central era o visconde de Taunay⁸⁵ que havia se ocupado, na Câmara dos Deputados, “da questão da imigração europeia, de preferencia a outra qualquer, pois vê nella o remédio para todos os males e atrasos em que temos vivido” (A IMMIGRAÇÃO, 12/1883-08/1884). Entre os membros da Sociedade também constavam André Rebouças e Antônio Ennes de Souza; ambos professores na Escola Politécnica, e o diretor do periódico *Gazeta de Notícias*, Ferreira de Araújo. Como destacou Michael Hall (1976, p. 153):

A Sociedade Central foi, portanto, em geral, dirigida por indivíduos da nova classe média-alta urbana, sobretudo intelectuais, profissionais independentes com treinamento científico e técnico, altos funcionários públicos e negociantes envolvidos no comércio externo. Praticamente todos os líderes tinham filiação com a Europa, através de nascimento, família, educação ou negócios. Pela sua eloquência, auto-confiança e treinamento técnico, eles demonstraram ser uma nova força na vida brasileira: um grupo de classe média consciente de seus interesses próprios e donos de uma crítica coerente e cabal da sociedade tradicional brasileira.

A meta principal da Sociedade Central era a criação de uma forte classe média rural composta de imigrantes europeus que seriam agricultores independentes. A Sociedade criticava com veemência o sistema da

⁸⁵De acordo com Michael Hall (1976, p.150) “foi, em geral, uma figura excêntrica e de influência limitada dentro do partido conservador, onde suas opiniões desinibidas sobre a imigração e questões relacionadas, e um descaso ocasional pelas regras do partido, não eram bem vistos pelos seus chefes. O apoio que deu a várias reformas liberais contribuiu enormemente para o seu isolamento parlamentar”.

grande lavoura que era característico da agricultura brasileira desde o século XVI.

Assim, faziam sentido as reivindicações da Sociedade contra o latifúndio, que para seus membros representava o atraso. Suas falas contra os chineses não se dirigiam somente às permanências da escravidão, mas vinculava-se aos preconceitos raciais contra os asiáticos, sobre o que os qualificativos negativos não deixavam dúvidas. Sua demanda inicial não era, necessariamente, um apelo abolicionista. De acordo com Hall (1976, p.161), apenas em 1885 a Sociedade Central se posicionou a favor da abolição, pois “mesmo o seu desejo de ver a grande propriedade em colapso foi insuficiente para que ela tomasse uma posição mais avançada sobre a questão abolicionista. Além disso, a existência da escravidão não era considerada como um sério obstáculo ao tipo de imigração que a Sociedade tinha em mente”.

Nas publicações da Sociedade Central de Imigração eram recorrentes reivindicações por reformas, sob a justificativa da necessidade de um ambiente propício para a vinda de europeus para as áreas rurais brasileiras. Isso estava exposto em seus *Estatutos da sociedade*, que tinham como primeiro objetivo “promover, por todos os meios directos e indirectos ao seu alcance, o aumento da emigração europeia para o Brazil”. (A IMMIGRAÇÃO, 12/1883-08/1884). Estabeleciam como missão aconselhar imigrantes, fiscalizar o tratamento a estes dispensados nos navios e nas hospedarias, influir para reformas necessárias para seu bem estar no país, garantir a atribuição de terras em extensão suficiente, manter diálogo com as sociedades estrangeiras para que incentivassem a vinda para o Brasil, criar um órgão de propaganda para “formar opinião no paiz e exercer conveniente influencia sobre a marcha das cousas publicas em relação á immigração europeia” e, por fim, levar esta propaganda nos países europeus “que melhores imigrantes forneçam” (A IMMIGRAÇÃO, 12/1883-08/1884).

A contraposição ao latifúndio ou a luta pela “democracia rural” se vinculava à vinda de imigrantes europeus que almejassem a propriedade de terras. O principal projeto da Sociedade era garantir condições para a vinda dessas famílias imigrantes, incluindo a concessão de títulos provisórios de propriedade. Nesse sentido, os esforços voltados à vinda dos trabalhadores chineses atrasariam o desenvolvimento deste projeto.⁸⁶ Para o visconde de Taunay:

⁸⁶Ainda nesta sessão, Koseritz “combateu com energia a idéa da introdução de trabalhadores chineses, cuja colaboração no trabalho nacional será, se fôr, proveitosa para muito poucos e meramente transitória,

Não enxertem nas dificuldades, que nos oneram já, mais esta e de ordem tão grave. Não acreditem que vão encontrar no chim o succedaneo do negro. Estão patentes aos inconvenientes do trabalho escravo, e esses avultarão ainda no trabalho chinês, que precisa ainda de uma inspecção rigorosa e de todos os instantes. Nem se admita como aceitavel a idéa da docilidade chinesa, a ponto de aturar, sem reagir, castigos corporaes. Além de ser uma idéa falsa, é isto aviltante para os sentimentos nacionais. Estejam bem certos que essa pretendida mansidão dará de si cópia inesperada.

As raças amesquinhas têm vivo o estímulo de vingança, e não poucos perigos e incitamentos sanguinarias enxerga o orador, no contacto do escravo brasileiro, este de uma docilidade enternecedora, com o elemento chinês, cujo odio a raça branca é innato. Demais procuremos por todos os modos levantar o espirito nacional. Meias soluções não servem para os problemas que agitam hoje em dia a nação. A inquietação que a sobressalta, é, sem comparação, muito mais conveniente que a estagnação que produziria o fatal engano de que estava achado o meio de fazer a transição do serviço escravo por meio do chim, isto na melhor das hypotheses. Falla-se muito na California. Alli trabalhavam os *coolies* em massa, ao passo que os fazendeiros os querem esparços e disseminados. Verificaram então que a sua força de produção e atividade é minima. O conjunto do esforço commum avulta; não assim o serviço de pequenos grupos da gente fraca e sua natureza corrupta e debil. (A IMMIGRAÇÃO, 12/1883-08/1884)

Considerava ainda que, “basta, com effeito, o simples annuncio de que os chins vão ser importados para o Brazil, para que a Europa cesse qualquer movimento emigratorio” (A IMMIGRAÇÃO, 12/1883-08/1884). Havia um forte sentimento antichinês que transparecia em suas afirmações, como a caracterização de “os decrepitos filhos do Celeste Imperio”. A Sociedade publicou o manifesto *Contra a introdução de Chins, cúlis e proletários asiáticos*, no qual esclarecia:

Não intentamos trocar a escravidão negra pela escravidão amarella e substituir o misero captivo, sujeito ao chicote e ao tronco, pelo mal aventurado asiatico, que, tangido da terra natal pela mais profunda miseria, curva-se resignado ao bambú e às vilanias dos seus feitores, até ao momento em que o desespero e o odio os levam ao suicidio ou aos mais atrozes crimes, ao envenenamento em massa e ao incendio de engenhos, fazendas, colheitas e plantações.

Dizem os sophistas: “Não é humano fechar-se o Brazil a uma raça infeliz”. Mas elles calam que as suas sympathias pelo Chim não são para educal-o e instruil-o; não são para elevel-o na escala moral e social; não são para lhe dar familia e propriedade territorial; mas sim e unicamente para atiral-o ao soalheiro eito do café, ao humido cannavial, ás pestilentas varzeas do arrozal, ou ás vallas de drenagem,

ao passo que o paiz perderá muito de sua energia e atividade, já de si frouxas, e que têm de ser retemperadas com o contacto das raças fortes e vigorosas e não abastardadas e viciosas” (A IMMIGRAÇÃO, 12/1883-08/1884).

como rebanho humano destinado ás intemperies, ás enfermidades e á morte.

Vejamos! Nada de tergiversações e falsidades, nesta conjuntura tão grave e decisiva, em que estamos todos empenhados na constituição da nova patria brasileira. Quereis tratar o chim, o cúli, o asiatico, emfim, como o immigrante europeu? Ou quereis sempre e tão sómente fazer delleum instrumento de trabalho, um animal, para as vossas fazendas e engenhos?

Impõe-se fatalmente o dilemma – No primeiro caso pretendeis – risivel absurdo – preferir uma raça decrepita e gasta aos povos intelligentes e progressistas da Europa. No segundo, commeteis um attentado de reescrevisação e aviltamento da nacionalidade brasileira no proprio anno em que ella se redimiou tão gloriosa e resolutamente da macula trisecular.

Na sessão de 11 de abril de 1885, Taunay propôs um protesto contra as ideias do senador Silveira Martins, propondo um “Brazil dividido em zonas, conforme os climas”, sendo que a cada local caberia diferentes imigrações, incluindo a asiática. Taunay se opunha a “essa idéa de chins e agora, ha pouco tempo, de japonezes – mascara que serviria para, na pluralidade dos casos, encobrir os filhos do Celeste Imperio, trazendo de lá os rebotalhos dos exercitos quando esses se dissolverem”. Citando o exemplo das Ilhas Sandwich, concluía: “o japonez será o disfarce do simples chim, e nada mais; caso os fazendeiros não se habilitem a reconhecer as distincções ethnicas e moraes, o idioma, etc. – É unanimemente aprovado” (A IMMIGRAÇÃO, 06/1885). Mesmo o debate racial sendo dominante no período, aqui a diferença relaciona-se à cultura e à classe, afinal havia uma desigualdade política e econômica entre os dois países asiáticos, nas quais se baseavam estas distincções.

No *Manifesto aos Immigrantes já estabelecidos no Brazil* (A IMMIGRAÇÃO, 01/1886) afirmava-se que “logo ao nascer, a Sociedade Central de Imigração matou a escravidão amarella, disfarçada na importação de chinezes e de japonezes”. Entretanto, a imigração europeia não ocorria apenas nos moldes desejados por eles, pois os europeus tornavam-se trabalhadores nos cafezais paulistas em expansão, e não pequenos proprietários. Michael Hall acompanhou o embate dos líderes da Sociedade, que enviaram uma carta ao presidente da província de São Paulo, em 1889, condenando o projeto de imigração com poucos colonos permanentes; em resposta, Antonio Prado, fazendeiro paulista, defendia que os próprios imigrantes preferiam o sistema condenado pela Sociedade e criticava a posição muito teórica e pouco prática, julgando defenderem uma “imigração doutrinária” (HALL, 1976, p. 169).

Diante da busca por trabalhadores, mesmo com iniciativas como a da Sociedade Central, os últimos anos da década de 1880 foram marcados pela tentativa de favorecer a imagem do asiático no Brasil, com publicação de artigos em jornais, panfletos e organização de grupos favoráveis. Contudo, a maior parte foram “tentativas frustradas de imigração chinesa” (COSTA, E. 2010, p. 313)⁸⁷.

Se foram “frustradas” as tentativas de imigração chinesa, não teve maior sucesso os planos destes que se colocaram diretamente no ataque a ela. Embora algumas de suas reivindicações tenham se efetivado nos anos seguintes, a principal delas não ocorreu como almejado, pois o Brasil não se tornou um país “embranchado” e com pequenas propriedades. Assim, a imigração ocorreu de modo que “ela não veio a criar um novo Brasil, como tantos ensejavam, porém serviu para escorar a enfraquecida estrutura do velho” (HALL, 1976, p.169), como receava a Sociedade.

4.6 ATUAÇÃO DE FRANCISCO ANTÔNIO DE ALMEIDA

Retornaremos aqui ao nosso primeiro viajante, Francisco Antônio de Almeida. Na década de 1880, após voltar dos estudos na Europa, era reconhecido pela publicação de *Da França ao Japão*, voz legitimada no debate sobre a Ásia no Brasil, com uma participação política crescente. Em 1888, o *Jornal do Agricultor* publicou o artigo *A imigração chinesa*, declarando serem contrários a esta e indicando que o conhecimento sobre o tema era importante para demonstrar seus pontos negativos. O grupo do jornal partilhava da opinião do deputado provincial do Rio de Janeiro, Oscar Varady, que defendia o investimento na vinda de colonos europeus. Para fundamentar sua posição contrária à imigração asiática, Varady explicava ter lido muitas obras que julgava mais legítimas que sua própria opinião: “V. Ex. podem allegar que nunca tive ocasião de viajar a China, mas tenho lido trabalhos onde encontro opiniões valiosas a respeito”. Assim, os chineses trariam seus vícios e não serviriam como colonos. Os que defendiam sua vinda estariam buscando apenas um sucessor do escravo. Além disso, o deputado considerava que o país deveria se livrar das “raças inferiores”, como a asiática e a africana. Para embasar sua fala, frisou as palavras de um brasileiro, que conferia legitimidade dentro do

⁸⁷ Como a Companhia Comércio e Imigração Chinesa, que encerrou suas atividades em 14 de novembro de 1883, após a partida de Ti-Kung-Sing, responsável pelas negociações. (COSTA, E. 2010, p. 314)

debate, ao contrário de estrangeiros que tratavam do tema, mas não conheciam a realidade brasileira. Sua “carta na manga” era Francisco Antonio de Almeida:

Vou citar um Brasileiro distincto, o Sr. Francisco Antonio de Almeida que foi addido do governo imperial á commissão do governo francez, que verificou a passagem de Venus no Japão e que, fallando da China, na opinião que expende, não é também favoravel á immigração chineza: elle descreve os vicios a que os chins se entregam, bem como a paixão pelo jogo, e mostra a quantidade de opio que consomem e quanto augmenta diariamente este vicio, e diz que “uma terça parte da população se entrega desordenadamente a esse infame vicio”; mostra os diversos modos em que é usado, que por uns é fumado, por outros é mascado, e para os mais viciosos é ingerido em pilulas. (JORNAL DO AGRICULTOR, 1888, n.492, p. 403)

Tratava-se de uma leitura seletiva da obra de Almeida, num momento em que os japoneses eram cada vez mais presentes como possibilidade.

Distinguindo o japonez do chinez, acha que o primeiro é mais sobrio. Diz que é contristador ver-se nas lojas de venda chinezas o chefe da casa e todos os seus empregados embriagados, abatidos em busca de estupidas emoções e lascivos sonhos.

Diz o mesmo escriptor que as cidades chinezas têm ar viciado e putrido. N’este ponto quase todos os autores estão de accôrdo e mesmo aquelles que são citados pelo nobre deputado como defensores da immigração chineza reconhecem a falta de asseio e a immundice que se encontra nas ruas das cidades.

Fallando das mulheres, confirma o facto conhecido de que deformam os pés; o que vem em apoio do que disse quando asseverei que não nos podriam servir para o trabalho agricola, mesmo que viessem em tão grande numero como o de homens. (JORNAL DO AGRICULTOR, 1888, n.492, p. 403)

O deputado Varady concluía, considerando a validade daquele relato pela experiência *in loco*:

O grande odio que tem aos europeus, que se manifesta em constantes attentados de que são victimas e que para prova basta ler-se as palavras citadas pelo Sr. Almeida, o que não lerei para não estender por demais o meu discurso.

A opinião do Sr. Almeida deve valer muito para esta assembléa, e, sendo assim, deveria bastar para que considerasse a immigração chineza perigosa. (JORNAL DO AGRICULTOR, 1888, n.492, p.405)

Este foi um dos momentos em que Francisco Antônio de Almeida foi apresentado como voz autorizada sobre os asiáticos. A apropriação que se fez do seu relato se deu de acordo com as demandas dos interessados na vinda dos trabalhadores no final do século

XIX. Em 1891, o *Diario de Noticias* do Rio de Janeiro publicou o artigo *O Perigo Amarelo*:

Aos lavradores inteligentes e a todo o povo do Estado do Rio, agora ameaçado de uma invasão chinesa, oferecemos o bello artigo que se vae ler e que foi publicado no *Diario Official* de 6 de setembro ultimo. O autor d'esse artigo é o ilustrado diretor do *Diario Official*, dr. Francisco Antonio de Almeida, laureado autor do livro *Da França ao Japão*. O dr. Francisco Antonio de Almeida esteve na China estudando esse paiz, sua população e seus costumes, e é assim uma autoridade no assumpto. (DIARIO DE NOTICIAS, 14/10/1891)

O artigo em questão era *Coolies*, publicado por um Almeida com mais idade, indicado para cargos públicos no Rio de Janeiro e atuante politicamente. Mais de uma década após sua viagem, não tinha a mesma crítica de 1874, mas mantinha-se contrário à vinda dos trabalhadores chineses por entendê-la continuidade da escravidão. Citava problemas da imigração chinesa nos Estados Unidos, julgando-a malsucedida. O artigo, publicado em 1891, era influenciado pelo movimento antichinês que vinha daquele país.⁸⁸

No artigo, Almeida traçava paralelos entre sua atualidade e sua experiência de viagem em 1874:

Vimos, no litoral da China, em 1874, essas misérias de que fala a imprensa americana e sorprehe-nos qualquer tentativa no sentido de estabelecer-se a immigração chinesa para o Brazil; seria um grave erro, de sérias consequências, muito mais graves do que as denunciadas pelos escriptores americanos. Nem mesmo convém aos interesses do paiz a economia que pode resultar da concorrência do trabalho chinéz. Partindo do principio moral e econômico de que todo trabalho deve ser justamente retribuído, sendo a paga proporcional ao valor produzido, é intuitivo que a concorrência pelo vil preço da maõ de obra só serviria para degradar o operário inteligente que tivesse maior somma de necessidades do que o chim, e, nas condições actuaes do paiz, uma tal concorrência afugentaria a immigração europea. Se não tivéssemos observado nas cidades da China a mais condemnavel desídia em tudo quanto se refere aos serviços urbanos, se não tivéssemos sentido profunda repugnância por esses homens imundos, quase nus, moços e velhos, que aos milhares mendigam pelas ruas cheias de lama, exhalando o cheiro putrefacto das decomposições

⁸⁸Em 1882, os Estados Unidos haviam promulgado a Lei de Exclusão de Chineses, proibindo sua imigração. Mas de acordo com a historiadora Beth Lew Williams (2014), foi em 1888 que se efetivou uma política real de exclusão. O artigo de Francisco Antônio de Almeida não apenas usava os Estados Unidos como exemplo, mas era influenciado por este debate internacional contra os chineses. Exemplar é o caso do filipino José Rizal que, ao retornar da Europa em 1888, vivenciou esse momento de política antichinesa. De acordo com Benedict Anderson (2014, p.90), ele “chegou a São Francisco durante o período eleitoral, quando a demagogia antiasiática esteve em seu ápice” e em decorrência dessa política segregacionista ficou “mantido a bordo por dias a fio em razão da ‘quarentena’ – o navio transportava cerca de 650 chineses, muitos úteis para a campanha racista anti-imigração”, portanto o viajante “apressou o passo para atravessar o continente o mais rápido possível.”.

orgânicas, ficaríamos indecisos ante as refutações publicadas em muitos jornaes contra as acusações aqui reproduzidas; mas ainda assim, convém notar que os defensores da raça amarella refesrem-se geralmente a toda a população da China, enquanto que os chins que emigram são habitantes das cidades do litoral, para onde são repelidos, pelas autoridades da capital e do interior, os mendigos, os delinquentes de contravenções e mesmo os criminosos sahidos das prisões.

Verificamos todos estes factos durante a nossa estada na china, com informações colhidas de pessoas fidedignas, e, principalmente, com as que nos foram graciosamente ministradas pelo consul geral da França em Shangai.

A discussão travada durante longos mezes entre os jornaes de S. Francisco da California e os de Nova York, foi largamente alimentada pela Companhia de Navegação do Pacífico, ferida seriamente em seus interesses com a suspensão da immigração chineza.

Seria motivo de luto nacional dirigir-se uma corrente de immigração chineza para o paiz; de coolies que só poderiam ser recrutados no litoral da China.

Temos já sérios problemas anthropologicos para cuja solução só podemos contar com a acção do tempo.

Inocular-se no sangue do brasileiro o vírus dos representantes da miséria da China, é uma ideia tão infeliz, que consideramol-a anti-patriótica. Veja a lavoura fluminense, veja todo o Estado do Rio o perigo que os ameaça.

Guerra ao chim!

Guerra aos escravistas amarells! (DIARIO DE NOTICIAS, 14/10/1891)

Em *Da França ao Japão* (1879, p. 96), Almeida afirmou que julgar o estado moral e intelectual dos chineses a partir da imagem do litoral era um equívoco; valorizando sua postura de cientista, explicou que tais julgamentos levariam a “faltarmos á verdade, por fraqueza de espirito ou intolerável egoismo”; mais do que isso, relacionou a situação precária à violência imperialista estrangeira e ainda teceu alguns elogios aos trabalhadores, o que pôde ser visto no primeiro capítulo deste trabalho. Mas naquele final de século XIX, sua pretensão de neutralidade dava lugar a uma subordinação à demanda política, sob uma postura de oposição a uma nova escravidão, atrelada a uma série de acusações e preconceitos antes questionados por ele mesmo.

4.7 UM PROJETO SEM SUCESSO

Entre as décadas de 1870 e 1880, o debate político sobre o contrato de trabalhadores asiáticos estava no auge. Seus defensores afirmavam tratar-se de uma forma de trabalho livre, apontando a necessidade de um acordo com a China para efetivar a

imigração. Não esperavam, entretanto, que os chineses estivessem atentos à exploração de seus trabalhadores e à dinâmica escravista ainda presente no Brasil, à qual se pretendia submeter os súditos do império chinês. Na negociação do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, a mudança discursiva do governo brasileiro e dos fazendeiros e empresários ficava cada vez mais confusa, pois buscava criar uma ruptura com a imagem do país escravista, e apontar a vinda dos asiáticos como trabalhadores livres – mas as condições oferecidas aos imigrantes demonstravam o contrário.

Em 1888, após a assinatura da lei abolindo a escravidão, o deputado Joaquim Nabuco retomava as falas contrárias à imigração chinesa para contrapor-se a uma emenda que auxiliaria a introdução de trabalhadores de qualquer origem no país, favorecendo a subvenção para a vinda de chineses.⁸⁹ A abolição então não era mais um projeto futuro, ela já estava assinada.

teria sido muito melhor resolver esse problema do trabalho livre pela população nacional que se libertou com esforço, para levantá-la pela moralidade, pela família e pela propriedade, do que importar novos elementos de população estrangeira, elementos heterogêneos de moralidade duvidosa (NABUCO, 2010[1888], p. 528).

Ele também citou a pretensão de vinda daqueles trabalhadores como “uma ilusão daqueles que não se querem conformar com a lei de 13 de maio” (p. 530). Sua fala servia como protesto contra a permanência da exploração do trabalho escravo e de exclusão dos libertos. A conclusão de seu discurso apontou que “o principal dever para uma nação não é acumular sacas de café, mas levantar o nível moral das populações, e é em nome desse dever que o orador rejeita essa emenda, que faz com que o trabalho dos emancipados pela lei de 13 de maio seja substituído pelo trabalho de uma raça inferior” (p. 534).

No Brasil, a presença do trabalhador asiático até então era mais uma intenção do que uma realidade. Uma intenção de permanência da escravidão sob novos acordos jurídicos, denunciada não necessariamente pela defesa dos trabalhadores, mas pelo medo de que o “elemento asiático” acabasse fazendo parte da constituição racial de um país que tinha como projeto o branqueamento da população. Não se viam com bons olhos os

⁸⁹“Pela verba de 10.000:000\$, destinada a terras publicas, colonisação nacional e estrangeira, o governo auxiliará aos agricultores na introdução de trabalhadores, qualquer que seja a sua origem e nacionalidade; não podendo o auxilio exceder o preço das passagens dos colonos e immigrants europeus.” (BRASIL. Senado Imperial. **Annaes do Senado do Imperio do Brazil**. Anno de 1888. Livro 6. Transcrição pela Subsecretaria de Anais do Senado Federal. 1888. p.452).

indianos, malaios, japoneses e, especialmente, os chineses. Além disso, as sucessivas proibições e fiscalizações contra o tráfico fizeram com que os encaminhamentos brasileiros para acordos com a China, de forma geral, não obtivessem sucesso. Mas o debate estava posto e havia consolidado opiniões e estereótipos.

5. A REPÚBLICA E A VIAGEM DE CUSTÓDIO DE MELLO

Na década de 1880, tanto Brasil quanto Japão buscavam se consolidar como nações modernas e se destacar internacionalmente, com o impeditivo de estarem fora da Europa ou da América do Norte. Mas o movimento ocorria mesmo fora desta circunscrição, como questionou Hobsbawm: “o que era a Restauração Meiji, senão o aparecimento de uma nova e orgulhosa ‘nação’ no Japão?” (HOBSBAWM, 1982, p. 98). Além disso, o final do século XIX também foi de mudanças no Brasil, e os grupos interessados em debater a vinda de trabalhadores asiáticos demonstraram a necessidade de rearticulação econômica e social para que o país pudesse se adaptar às novas demandas sobre o trabalho livre. Nossos três principais viajantes foram atuantes nesse novo contexto político, inclusive participando dos mesmos eventos, mas nem sempre do mesmo lado.

A partir da década de 1870, quando iniciamos nossa análise, era também o momento em que as ideias republicanas ganharam maior espaço, fomentadas pelo Manifesto Republicano, representativo da crise do império. Com D. Pedro II, mudanças importantes ocorreram, criando um cenário mais dinâmico, decorrente do capitalismo industrial. No final do império, havia nove mil quilômetros de estrada de ferro, significativas no escoamento de produção e transporte, e ocorria a substituição dos barcos à vela pelo vapor (COSTA, E., 2010, p. 465). Além disso, o número de indústrias no país, que era de 175 em 1874, de onde partimos, foi para mais de seiscentas na década seguinte (p. 466), quando ocorreu a viagem de Custódio de Mello:

A economia brasileira tornou-se mais diversificada e complexa. A população passou de pouco mais de três milhões, em 1822, para cerca de quatorze milhões na década de 1880. Concomitantemente às transformações econômicas, assistiu-se, em certas regiões, a um fenômeno de urbanização.

Esboçava-se a formação de um mercado interno. Surgiam perspectivas de novos empreendimentos. A agricultura não era mais o único empreendimento possível. Os capitais começavam a ser aplicados em outros setores: construção de vias férreas, organização de instituições de crédito, estabelecimentos industriais, principalmente no campo da fiação e tecelagem. (COSTA, E., 2010, p.466)

De Almeida à Custódio, acompanhamos o cenário dos anos finais do império e as crescentes demandas econômicas e sociais, com participação de fazendeiros, jornalistas, políticos; com posicionamentos sobre o abolicionismo, republicanismo, imigração, progresso industrial. Mas não se tratava de um projeto homogêneo, havia “discordâncias

a respeito dos fundamentos da nacionalidade, da amplitude da cidadania, do papel reservado à educação, entre muitas outras” e elas “revelavam os diferentes projetos a respeito das novas relações entre o *Populus* e a plebe, engrossada pelos ex-escravos e pelos imigrantes, na nova nação republicana” (MATTOS, 1989, p. 171). Foi em meio a essas mudanças, com os debates já consolidados na sociedade e seus resultados mais visíveis, que ocorreu a viagem de Custódio de Mello, a bordo do navio *Almirante Barroso*, iniciada em 1888.

5.1 CUSTÓDIO DE MELLO EM “VINTE E UM MEZES AO REDOR DO PLANETA”

Custódio José de Mello nasceu na Bahia, em 1840. Seu pai era tenente-coronel, e ele próprio iniciou a carreira militar aos dezesseis anos, sendo condecorado em diversos momentos, incluindo pela atuação na guerra contra o Paraguai (BLAKE, 1970, p. 145). Foi eleito deputado constituinte da República pelo estado da Bahia em 1890, esteve presente na elaboração e promulgação da Constituição de 1891 e, além disso, ocupou cargos de ministro da Marinha, das Relações Exteriores e da Guerra. Sua atuação mais simbólica foi a participação na Revolta da Armada, em 1891, contra Deodoro da Fonseca; e na de 1893, contra Floriano Peixoto.

Em 1888, comandou a circum-navegação a bordo do cruzador *Almirante Barroso*, numa viagem de vinte e um meses, passando pelo Japão e levando a bordo Augusto Leopoldo de Saxe-Coburgo e Brangança, neto do imperador Pedro II. Como a República brasileira foi proclamada durante a viagem, este não retornou mais ao Brasil.

A viagem de circum-navegação foi designada pela Marinha Imperial Brasileira, com o objetivo principal de instrução. De acordo com o almirante e historiador naval Hélio Leôncio Martins, a viagem do *Almirante Barroso* fazia parte da retomada das atividades da Marinha, após o período de operações fluviais na guerra contra o Paraguai (1864-1870), assim como de seu desenvolvimento técnico – tendo o próprio Custódio de Mello atualizado-se na Europa quanto às novas adaptações tecnológicas. Nesse cenário:

Simultaneamente, cruzadores mistos realizavam grandes cruzeiros marítimos de readaptação do nosso pessoal às lides oceânicas. Só viagens de circunavegação foram duas; nelas também teve Custódio sua parte, comandando o *Almirante Barroso* nos 21 meses em que navegou em torno do planeta (foi promovido ao almirantado em viagem, transmitindo o comando ao imediato). Ao passar pela Índia, recebeu a

informação de que a República havia sido proclamada no Brasil. (MARTINS, H., 1997, p.119)

Após a viagem, Custódio de Mello escreveu *Vinte e um mezes ao redor do planeta: Descrição da viagem de circumnavegação do cruzador “Almirante Barroso”*, publicado pela editora Cunha & Irmão, no Rio de Janeiro, em 1896. O livro descreve o percurso, apresentando capítulos sobre as paradas e a travessia, com dados técnicos de navegação. Esta especificidade justifica-se pelo caráter de teste e estudo da viagem, bem como pelo interesse do autor e do governo no desenvolvimento tecnológico da Marinha. Tratando-se de um evento de interesse nacional, a viagem do *Almirante Barroso* foi acompanhada pelos periódicos, que publicavam as notas enviadas pelo comandante. A *Gazeta de Notícias*, por exemplo, reportou as etapas da viagem desde a preparação, as sucessivas paradas, detalhes sobre a tripulação e os eventos mais marcantes. Isto não era incomum, especialmente nas viagens oficiais.

Buscando demarcar sua competência na Marinha e a indispensabilidade de seus serviços, Custódio de Mello iniciou o relato narrando sua surpresa com a nomeação para comandar o cruzador *Almirante Barroso* que soube por meio de uma notícia do *Jornal do Comércio*, no dia 07 de outubro de 1888. Reclamava ainda das condições materiais da embarcação, do pouco espaço para a tripulação e também da “falta de conforto e de distrações” (MELLO, 1896, p. 7). O comandante foi um personagem político atuante, e sua obra, incluindo outros escritos como *Apontamentos para a História da Revolução de 23 de novembro de 1891* (1895) e *O Governo Provisorio e a Revolução de 1893* (1938), deixam evidente a pretensão de construir sua memória. Entendendo-se como “representante da nação”, como ele mesmo afirmou, não se via apenas como um viajante relatando suas impressões, mas como embaixador legítimo do Brasil no exterior.

Em *Vinte e um mezes ao redor do planeta* transparece seu incômodo no interesse demonstrado por representantes estrangeiros no neto do imperador, D. Augusto Leopoldo, que integrava a tripulação como segundo-tenente. Descreveu uma cena ocorrida no Uruguai: diante de um coronel incumbido de cumprimentar o tripulante real, Custódio de Mello o fez “sentir que o príncipe agradecia a honra que por tal fôrma lhe dava o Exm. Presidente da República, mas que elle viajava, não como membro da familia reinante do Brazil, mas como simples 2º tenente, e que só neste character devia ser considerado” (p. 7). Contudo, em visitas oficiais, apresentava-se em sua companhia – mesmo porque, pelo caráter dos convites, o príncipe era o personagem central e não um

coadjuvante, como o comandante Custódio de Mello o caracterizava. Fato semelhante ocorreu em Valparaíso, no Chile, quando um general local foi posto às ordens do príncipe Augusto. O comandante Custódio negou a oferta, reiterando a função que o tripulante cumpria naquela viagem. Mas o general insistiu “em cumprir a ordem que lhe fôra dada, a ponto de declarar-me graciosamente que, maó grado meu, elle daria desempenho a essa ordem, entendi que seria requintada grosseria não submetter-me a tão doce, quão gentil, ameaça” (MELLO, 1896, p. 72). Na Austrália, um convite dirigido ao príncipe foi recusado pelo próprio Custódio, que acabou cedendo, com a condição de que D. Augusto fosse na qualidade de seu “ajudante de ordens”.

A publicação de Custódio de Mello traz anexadas as listas de despesas do cruzador, entre 26 de outubro de 1888 e junho de 1890, com soldos dos oficiais, gratificação especial à D. Augusto, munições, medicamentos, fretes, enterros, combustível, bailes, publicações, carruagens, entre outros. Esta prestação de contas parecia feita como resposta aos questionamentos do ministro da Marinha, o barão de Ladário, como quando foi cobrado de Custódio na passagem por Valparaíso “os gastos effectuados com a devida retribuição dos memoráveis obséquios que recebemos do governo e do povo chileno” (p.74).⁹⁰

O periódico carioca *O Paiz* (27/07/1889) publicou, a respeito da cobrança:

Vimos todos com que severidade S. Ex. procedeu contra o capitão de mar e guerra Custodio de Mello, a quem castigou com a pena de restituição dos 4:341\$666, despendidos no Chile pela officialidade do *Almirante Barroso*, em honra ao nome brasileiro.

Afivelando ao seu odio velho contra aquelle comandante a mascara da inteireza, o Sr. barão de Ladario quis em seguida dar-se ares de escrupuloso econômico dos dinheiros publicos e em 22 de junho expediu um aviso mandando cessar as gratificações não consignadas no orçamento.

Outros casos se sucederam. Em Hong Kong, os valores solicitados pelo comandante para limpeza e pintura do navio foram recusados. Custódio então informou que o navio ficaria em más condições até retornar ao Rio de Janeiro, não fosse a saída do barão de Ladário do Ministério, o que ocorreu com a Proclamação da República. Anos depois, em 1891, o próprio Custódio de Mello assumiria o Ministério da Marinha.

⁹⁰Hélio Leôncio Martins (1997, p.123) explicou que os desentendimentos entre Custódio de Mello e José da Costa Azevedo, o Barão de Ladário, iniciaram por volta de 1885 quando estavam envolvidos na construção da embarcação *Aquidabã*.

Nos vinte e um meses de viagem, o *Almirante Barroso* passou por Montevideo, Buenos Aires, Punta Arena, Valparaíso, Sidney, Yokohama, Nagasaki, Shangai, Hong Kong, Singapura, Jacarta, Colombo (Sri Lanka), Bombaim (Mumbai), Aden (Iêmen), Alexandria, Constantinopla (Istambul), Brindizi, Trieste, Veneza, Nápoles, Spezzia, Gênova, Toulon, Barcelona, Gibraltar, Tenerife, Cadiz, Lisboa, Portsmouth, Plymouth, Brest, Cherbourg, Bahia e Rio de Janeiro. O *Jornal do Commercio* de 2 de outubro de 1888 noticiou que, pela primeira vez, a bandeira brasileira esteve nas águas da Austrália.

Não eram raros os momentos em que os relatos de viagem dialogavam com outras produções de viajantes. Por conta da especificidade técnica, Custódio de Mello lançou mão de obras como a do capitão Saldanha da Gama, anteriormente comandante do *Almirante Barroso* em viagem aos Estados Unidos (MELLO, 1896, p. 6). Como os relatos completos são elaborados posteriormente às viagens, percebe-se que seus autores, colocavam-se como observadores da própria experiência, ressignificando-a diante do momento político. Neste caso, a viagem foi iniciada no império e terminou já durante o início da república.

Como Almeida, Custódio de Mello percebeu que o relato de viagem poderia servir a outros viajantes, na medida em que trouxesse informações cotidianas sobre os lugares que conhecia em seu trânsito intercontinental. Ele narrou situações similares às de Almeida com relação aos comerciantes, principalmente nos portos

Um official comprou algumas duzias de garrafas de agua de Seltz, e disse ao vendedor que lh'as remetesse para o bordo do *Almirante Barroso*. A bordo foi, com effeito, recebido um caixão que dizia contelas; mas quando já caminho de Yokohama, o official fêl-o abrir, e encontrou agua de gönos (purgativa, creio eu) em vez da que havia comprado e pago! (MELLO, 1896, p.130)

Estas experiências e curiosidades compõem, ao nosso ver, uma das principais características do relato de viagem. Além disso, seu autor também contava a história de naufragos, apresentava a diversidade dos portos, projeções sobre as relações diplomáticas e considerações acerca das populações que encontrava, mesmo que a descrição dos “tipos” e a análise de “usos e costumes” não fosse a intenção deste militar.

A publicação de *Vinte e um mezes ao redor do planeta* foi igualmente divulgada em periódicos no final do século XIX, especialmente do Rio de Janeiro. Um dos debates mais presentes em torno da obra era sobre sua qualidade literária – ou, mais especificamente, sobre a falta dela. A recepção do livro não foi positiva como a de *Da*

França ao Japão. Mesmo que as críticas destacassem que o livro tinha importância para a Marinha, estas também questionavam o estilo da escrita de Custódio de Mello, inferindo que não despertaria o interesse dos leitores em geral.

Uma das críticas mais severas foi a de Valentim Magalhães, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras (ABL), publicada na coluna *Semana Litteraria* do *A Noticia*:

Vinte e um mezes ao redor do planeta intitula-se o livro que acaba de publicar o Sr. contra-almirante Custodio de Mello, aquelle mesmo que etc. e tal.

É um grosso, um formidavel volume *in quarto* de 420 paginas.

Julio Verne não teria encontrado titulo mais feliz; mas este livro não é um romance, nem mesmo um livro de impressões de viagem, mas apenas – *hélas!* – a “descripção da viagem de circumnavegação do cruzador *Almirante Barroso*”.

Manda minha habitual lealdade declarar que eu não li deste formidando *bouquin* mais do que algumas, bem poucas, paginas. Em primeiro lugar, não tive tempo de lê-lo todo do dia do recebimento ao de hoje; e depois não o li porque o Sr. Custodio não quis que eu o lesse. Sim, meus senhores; positivamente, não quis. É esquisito, é extraordinário, bem sei, mas é isto mesmo. Ora digam-me, que faz quem quer agradar? Torna-se agradável, não é assim? Que faz quem quer ser lido? Procura attrahir e prender o leitor, evitando enfadal-o, buscando todos os meios de obrigar-o docemente a receber-lhe o recado por extenso que seja; e, por isso, começa por escrever o livro com alguma grammatica, porque livros sem ella não agradam nem mesmo aos analphabetos.

(...)

E venhamos ao livro do Sr. Custodio de Mello. Faltam-lhe cinco cousas indispensaveis a uma obra desta natureza: a) um índice das materias; b) um mappa-roteiro da viagem; c) divisão dos assumptos por capítulos, methodo expositivo de qualquer espécie; d) estylo; e) grammatica.

Quiz acompanhar a interessantissima excursão e não pude, porque a obra está escripta em forma de relatorio, mas de relatorio á nossa moda, relatorio passóca, sem disposição capitular das materias, sem ordem, sem feitio, e porque não tem um mappa planisférico – falta inexplicavel. Servi-me de um atlas, mas a primeira falta apontada impossibilitou-me o trabalho.

Basta dizer que o livro não tem prefacio, nem introduccão, nem signal de que alli começa a primeira parte do trabalho...nada.

(...)

E n’esse estylo de realejo velho, continua S. Ex. durante quatrocentas paginas, sem parar, sem tomar folego, sem abrir capitulo, nem divisão de nenhuma espécie, sempre moendo, moendo sempre.

A esta censura capital pansará talvez S. Ex. responder victoriosamente alegando que a dua obra não é um livro de *touriste*, mas sim um simples relatorio de viagem, o seu diário de bordo.

Mas a alegação não procede. Não é isto um relatorio, pois S. Ex. não o endereça nem apresenta ao ministro da matinha, nem seria sete annos depois de feita a viagem que S. Ex. apresentaria o relatorio dela e, ainda – e esta é a principal razão – nada impede um relatorio de ter methodo e fôrma, de ser dividido em capitulos, com uma certa ordem e harmonia.

E que não é um mero relatório se vê nas observações múltiplas, e algumas bem curiosas, com que S. Ex. entresacha a sua narrativa batida e ininterrupta e que são apenas do *touriste*.

Folheando o livro, lendo aqui um pagina, duas mais adiante, verifiquei que há nelle muita cousa interessante e muita cousa util. Eu, porém, só leio livros bem escriptos, acompanhando assim não sei que illustre confrade que affirma ser de maior nocividade para a hygiene mental ler obras mal escriptas, utilissimas embora.

Vou chegando ao extremo de não admittir mesmo que um escriptor tenha má lettra, que escreva mal materialmente. E transmitto esta observação – que a maioria dos nossos bons escriptores tem uma lettra excelente – Olvo Bilac, Raymundo Corrêa, Coelho Netto, Alberto de Oliveira, Magalhães de Azeredo, Filinto de Almeida, Arthur Azevedo etc. têm uma caligrafia primorosa.

Por ultimo e, como um dever de lealdade, desclaro que há muito que aprender nas paginas d’esta gorda brochura e que, quem não for exigente como eu, n’ella encontrará com que fartamente se entretenha e distraia. Ora, isto elogio de somenos valor. (A NOTICIA, 15/04/1896)

Na *Gazeta da Tarde*, também do Rio de Janeiro, foi publicada uma resposta à crítica de Valentim Magalhães, em uma coluna sem assinatura. Ali, acusou-se o acadêmico de ter agredido Custódio de Mello sem ao menos ter lido sua publicação, além de estar “estudando-o por uma face falsa – como obra litteraria”, coisa que a coluna anônima considerava uma “uma sandice de critica”. Magalhães também foi questionado quanto a suas definições do que seriam bons escritores nacionais. Por fim, a coluna terminava citando a avaliação de outro periódico: “é ‘um bom livro porque preenche o fim para que foi escripto’, segundo a insuspeita opinião d’O Paiz” (GAZETA DA TARDE, 17/04/1896). Na *Revista Brasileira*, então dirigida por José Veríssimo, reiterava-se que o livro de Custódio de Mello não era uma obra literária. Porém, como um relatório de viagem, “perece-nos possuir as qualidades de exactidão, precisão e minuciosidade que em taes peças se deve oficialmente exigir, como obra literaria, o que me parece não tem pretensão de ser, deixa muito a desejar” (REVISTA BRAZILEIRA, 1896, p. 140).

Trata-se de julgamentos de grupos específicos de membros de ABL e jornalistas, que demonstram que a qualidade literária não foi necessariamente a principal preocupação ou chamariz para estes relatos de viagem. Anteriormente, *Da França ao Japão* foi considerado um livro de interesse instrutivo, mas que “resinte-se a obra de descuido de estylo e linguagem” (O PAIZ, 22/03/1879). Nem Almeida nem Custódio de Mello eram escritores profissionais, seus relatos não eram passíveis de serem analisados pela qualidade literária, diante dela seriam inevitavelmente postos como inferiores.

5.2 O JAPÃO

O nome – *Yapão* – deriva de duas palavras chinesas, *Yih* e *Pun*, que significam origem do sol, ou lugar de onde emerge o sol, denotando assim a situação do império no extremo oriente. (MELLO, 1896, p.147)

Uma entre as paradas do *Almirante Barroso*, o Japão foi considerado “bello e excepcional”, rendendo mais descrições de Custódio de Mello em *Vinte e um mezes ao redor do planeta*. O autor conferiu a cada lugar a quantidade e a densidade de detalhes proporcionais aos seus interesses, e o Japão chava atenção especialmente pela trajetória que o país traçava para a constituição de um estado-nação moderno.

Há pontos comuns entre os relatos de Almeida e de Custódio, alguns dos quais é importante destacarmos, como o interesse pela história do Japão. No relato de Custódio de Mello (1896, p. 152), esta se inicia com a chegada de Marco Polo, “o primeiro que no occidente deu noticia deste rico paiz”, depois com a passagem do português Fernão Mendes Pinto, a missão de Francisco Xavier e a disputa entre portugueses e holandeses, que acabaram por se tornar os únicos europeus com os quais os japoneses mantinham relações comerciais no período de isolamento. A mitologia japonesa e suas divindades ganharam algumas linhas, passando-se ao período Meiji, momento que “data o renascimento do Japão, o qual entrou desde então para o gremio da civilização moderna” (p. 155). Destavaca a chegada ao país do comodoro Perry (1854), com sua esquadra “para intimidar a côrte japoneza, obrigou-a a auctorisar permutas com os Estados Unidos, aos quaes seguiram-se a Inglaterra, Russia, França, Hollanda e Portugal” (p. 153). Nesta apresentação permanece a centralidade no cristianismo no Japão e a noção do país como exemplar pela forma como se adequava aos costumes e conhecimentos das grandes potências.

Yokohama foi a primeira parada do *Almirante Barroso* no Japão, vindo de Sidney, na Austrália. A missão se deparou com recifes, ciclones e monções, a intenção era registrar tais fenômenos e fornecer indicações para viagens posteriores:

O dever, porém, leva-nos a afrontar a sangue frio todos esses perigos, passeando por ahi a bandeira brasileira, e ir surprehender o império do extremo oriente em seu período de renascimento, já se hovendo apropriado de grande parte da civilização occidental. (p. 132)

Havia grande expectativa de chegar ao Japão, por conta do processo de reabertura do país, que ganhava mais protagonismo e recebia cada vez mais esquadras estrangeiras; Custódio reencontrou nos portos de Yokohama e Nagasaki marinheiros ingleses e estadunidenses que conhecera em missões anteriores. A tripulação do *Almirante Barroso* avistou o porto de Yokohama no dia 19 de julho de 1889 (p. 147); ali permaneceram por quatorze dias (p. 170), partiram para Nagasaki, e de lá para Shangai, em 14 de agosto (p. 185).

Em Yokohama, Custódio de Mello foi recebido, como representante do império brasileiro, por Ori Morikata⁹¹, “governador em Yokohama, o qual veio a bordo com seu secretario encarregado dos negócios estrangeiros, Mr. Percival Osborn, inglez de nascimento, e, ao que disseram-me, homem muito intelligente e instruido” (p. 152). Brasileiros e japoneses se comunicavam por intermédio de intérpretes, em francês ou inglês; após o desenvolvimento do contato com o exterior, Custódio comentou que o inglês era “o idioma mais fallado em toda a Asia, ainda mais que a lingua vernacula e dialectos dos respectivos paizes, de sorte que póde-se dizer que nessa parte do mundo constitue elle a lingua universal” (p. 167).⁹²

O representante de Portugal no Japão, José Loureiro, recebeu a tripulação e promoveu o encontro entre os representantes brasileiros e japoneses:

Não nos teria sido facil conseguirmos do governo japonéz permissão para vermos alguma cousa que nos pudesse interessar, não fossem os bons officios do illustre Encarregado de Negocios de Portugal, o Sr. José Loureiro, que muito gentil e espontaneamente offereceu-me seu valioso prestimo, dizendo que, como não houvesse alli um representante brasileiro acreditado junto ao governo do paiz, punha-se elle á minha disposição para quanto precisassemos; offerecimento que acceitei, tendo sido pela benefica intervenção de tão distincto cavalheiro que obtive uma audiencia do Mikado para mim e oito officiaes, e que nos foi dado visitarmos o arsenal de Yokosuka. Prestounos, pois, o Exm. Sr. Loureiro os melhores serviços, pelos quaes dei-lhe, em nome do governo do Brazil, os mais sinceros agradecimentos e, em meu nome individualmente, a S. Ex. e sua Exma. familia, que para comnosco demasiaram-se em gentileza e amabilidade, deixando-nos captivado o coração por eterno reconhecimento. (p. 164)

⁹¹Tratava-se provavelmente do governador de Kanagawa, Oki Morikata.

⁹² Como foi visto no segundo capítulo, desde a década de 1860, o holandês que era o idioma estrangeiro mais presente no país foi perdendo espaço para o inglês com a política de abertura (SUKETIRO, 1989, p. 438).

Assim como Francisco Antônio de Almeida anteriormente, Custódio de Mello e oito oficiais, incluindo D. Augusto, reuniram-se com políticos japoneses, na condição de missão oficial brasileira. Por conta da presença do neto de D. Pedro II na tripulação, a viagem marcou o único encontro entre representantes das famílias imperiais japonesa e brasileira, no qual falaram do interesse em estabelecer relações oficiais:

Communicando-me o digno representante portuguez que o Mikado accedera ao meu pedido, concedendo-nos uma audiencia, no dia designado eu e oito officiaes por mim indicados mettemo-nos em um trem do caminho de ferro, que vae de Yokohama á Tokio, com destino a esta cidade, levando comnosco nossos uniformes. Á hora marcada para a audiencia nos achámos em o novo e esplendoroso palacio imperial, sendo transportados do hotel, onde nos hospedamos, em carruagens para tal fim postas á nossa disposição pelo governo japonez. Após uma espera, que não durou mais de cinco minutos, si tanto, fomos introduzidos pelo mestre de cerimoniaes, o ministro da casa imperial, visconde H. Hijikata, á presença do Mikado, que trajava o uniforme de general, enquanto aquelle seu ministro trazia casaca. Sua Magestade saudou-nos muito amavelmente e por intermedio do mestre de cerimoniaes, que dirigiu-nos a palavra em francez, perguntou-me qual o itinerario da nossa viagem, assim como disse-nos que muito desejava estabelecer com o Brazil relações de commercio e amizade; e como lhe perguntasse eu, sempre pelo orgão do visconde de Hijikata, porque não mandava ao nosso paiz um navio de guerra, respondeu-me que era muito longe, e então redarguindo-lhe que tão longe ficava para os brasileiros o Japão quanto o Brazil para os japonezes, riu-se Sua Magestade ao ouvir do mestre de cerimoniaes a objecção que lhe vinha de fazer. Ao principe D. Augusto, que era um dos oito officiaes, perguntou o Mikado pela saude do ex-imperador, depois de o haver Sua Alteza cumprimentado da parte deste.

Finda a audiencia, cumprimentámos Sua Magestade e passámos a percorrer o palacio, acompanhado pelo mesmo personagem, o visconde H. Hijikata, cavalheiro demasiado amavel e de alta distincção. Ficámos realmente extaticos e deslumbrados do luxo, esplendor, gosto esthetico e riqueza desse palacio, que, sem exagero, é uma maravilha, particularmente a sala do throno, onde á mais aprimorada elegancia aliam-se uma opulencia e luxo archi-orientaes, formando um conjunto admirável. Em a sala de espera onde estivemos antes de sermos introduzidos ao Mikado, a qual é mobiliada á européa e á japoneza, vimos objectos de arte japonezes de um primor peregrino. (p.164-5)

Chama atenção nesta passagem a permanência das “cenas de transição” descritas por Almeida, como as roupas e a arquitetura, mesmo que várias mudanças tivessem ocorrido desde então. O principal evento da missão foi a reunião com o imperador Meiji, que se estendeu a encontros com ministros da Marinha, da Instrução Pública e dos Negócios Estrangeiros, além nobres e políticos. Alguns membros da missão brasileira haviam participado da recepção à tripulação do *Vital de Oliveira*, anos antes.

A atividade marítima havia se intensificado nos anos que separaram as duas viagens, entre 1874 e 1888. Embora poucos brasileiros tivessem chegado ao Japão até aquele momento, a partir da década de 1870 criou-se uma rede de contatos, com facilitadores para as posteriores missões oficiais e comerciais. Segundo Custódio:

Pouco depois de fundarmos, nesse porto, veio a bordo o Sr. J. A. da Fonseca, portuguez, natural de Macáo, o qual entregou-me uma carta do consul brasileiro em Hong-Kong, m'o recommendando para fornecedor do *Almirante Barroso*, pedido que eu não fiz duvida em satisfazer, não só em vista da recommendação, sinão tambem porque vim no conhecimento de que esse mesmo cavalheiro fora o fornecedor da *Vital de Oliveira*, quando naquelas aguas este vaso de guerra brasileiro. (p.163)

O fato de um membro da família real integrar o grupo brasileiro foi importante naquele país que também contava com um império, como demonstra a visita recebida a bordo do *Almirante Barroso*, em Yokohama:

Vinte e quatro horas após nossa chegada visitei o Exm. Sr. Jiro Nakamura, o secretario da prefeitura de Nagasaki, o qual o estava servindo interinamente de governador, por estar licenciado o effectivo. Um dia depois essa auctoridade retribuiu-nos a visita, mas em o dia em que devíamos partir veio de novo a bordo afim de despedir-se do principe D. Augusto, e isto ás 4 horas e meia da manhã, por lhe haver eu dito que sahiríamos mal que clareasse o dia; e como estivesse ainda escuro e não fosse illuminada a cidade, o Sr. Nakamura trazia na mão uma lanterna de papel accesa, em a qual distinguiam-se duas cores encarnada e amarella, e assim saltou a bordo, dizendo-me elle, nessa ocasião, que o encarnado era distinctivo official, e que, quanto mais larga fosse a faixa dessa côr, tanto mais elevada era a categoria da auctoridade. (p. 185)

Após os quatorze dias em Yokohama, o *Almirante Barroso* partiu para Nagasaki. Mais do que referências ao passado, importava naquele momento a crescente movimentação comercial, com a qual vinham os bancos e as linhas de paquetes a vapor. Com a circulação de estrangeiros, consolidava-se igualmente uma estrutura de recepção e lazer para os viajantes, reforçando a circulação entre os continentes:

As ruas da parte indigena da cidade não têm, em geral, calçamento, e são estreitas, sendo situado em amphiteatro o lado oriental deste bairro. Na parte mixta há cinco hoteis, quasi todos ordinarios, sendo os melhores o Belle Vue e o Cook, em o qual nos hospedámos, eu e os officiaes. Ahi existem tambem dous clubs, o Nagasaki Club e o Nagasaki Bowling Club, os quaes mandaram convites a mim e aos officiaes, para os frequentarmos emquanto estivéssemos no porto. A directoria da primeira destas sociedades, por proposta do consul americano, M. John M. Birch, distincto e mui amavel cavalheiro,

offereceu-nos um sarão na casa do club, tocando então a banda do cruzador, a pedido deste consul, a quem offereci a bordo um almoço. (p. 184)

Ao comentar sobre os riquixás, Custódio de Mello se mostrou espantado pelo fato de o veículo ser puxado por homens, muito velozes, sem descanso, o que provava o “evidente do vigor da raça japoneza” (p. 167). Embora considerasse um “ingrato officio”, sua conclusão contribuía para uma imagem positiva do trabalhador japonês. O meio de locomoção característico se tornava um negócio lucrativo naquele final de século com a demanda de transportes nos países asiáticos. De acordo com o historiador Jürgen Osterhammel (2014, p. 305):

Na Ásia, não eram cavalos, mas homens que forneciam energia para transportar pessoas para a ferrovia. O riquixá japonês (também chamado de *kuruma*), uma espécie de cadeira sobre duas rodas, foi inventado em 1870 e logo entrou em produção em massa; na década de 1880, estava sendo exportado para China, Coréia e Sudeste Asiático. Grandes empresas agiram rapidamente para organizar o comércio de riquixás nas grandes cidades do Japão, travando disputas de preços entre si. Em 1898, mais de 500 riquixás aguardavam clientes fora da estação ferroviária de Osaka. Em 1900, Tóquio tinha uma força de 50.000 puxadores. (tradução nossa)

Custódio de Mello notou que a mudança institucional do país não configurava, necessariamente, um apagamento dos hábitos anteriores à abertura, o que seria uma das principais características da modernização japonesa. Nesse sentido, o viajante registrou seu estranhamento em relação a alimentação, vestimentas, o costume de sentar sobre almofadas no chão, retirar os sapatos, o modo de se beber o chá e as divisórias dos ambientes internos feitas com seda ou papel:

Os nobres vivem nas cidades principaes, em casas, como já foi dito, construidas e mobiladas á européa; os demais habitantes, porém, ainda conservam suas casas edificadas no estylo primitivo. Estas são todas de madeira e cobertas de telhas, e, excepto nas grandes cidades, raro encontram-se casas de mais de dous andares, si bem os hotéis e hospedarias tenham geralmente quatro. Ao rez do chão, o soalho é levantado do solo cerca de 18 pollegadas e esteirado; as paredes divisorias nessas casas são quadros de madeira forrados a papel e as portas corredias; em casas de primeira ordem, porém, emprega-se nas salas principaes, em vez de papel, seda para forrar as paredes. Não há mobília nas casas, comem e dormem no chão, e sentam-se em almofadas; assim, quando entra uma visita, a criada ou criado oferece-lhe logo a almofada, tendo-se antes collocado na postura, já descripta, de respeitosa cortesia, e após a almofada vem sem detença o classico chá verde sem assucar, servido em pequenissima chicara de fina porcellana. Assim nas casas particulares, como nos hoteis, ninguem

entra sem primeiro descalçar-se á porta da rua, sendo os sapatos entregues a um criado alli postado para recebê-los, supõe-se que como medida de asseio e economia, para evitar que se suje e estrague a esteira com que alcatificam o soalho. (p.162-3)

Em sua visita a um clube de oficiais, o autor do relato comentou sobre a música, “executada por uma banda japonesa, a qual, em todo o correr do *lunch*, abarrotou-nos os ouvidos com musicas indigenas, em geral monotonas, mais proprias de um funeral que de um festim” (p. 169), concordando com Almeida. A arte japonesa era recorrentemente tratada como meio de diferenciação, fosse na música, na pintura ou no teatro; mas enquanto estas duas últimas eram elogiadas pelos viajantes, o mesmo não ocorria com a primeira.⁹³

O Japão em desenvolvimento se tornava um país-modelo por suas rápidas adequações institucionais e industrialização. Faltava ao país, entretanto, a república. Custódio de Mello, que se definia como republicano, criticou a hereditariedade nas atividades políticas, primando sobre as capacidades intelectuais:

Duas cousas causaram-me reparo entre os homens que compunham o governo: uma, serem titulares, condes e viscondes, todos os ministros, o que faz crer que os mais altos cargos da governança são alli apanagio da nobreza, e que a competencia para elles mede-se antes pela hierarchia genealogica, que pelo valor intellectual, defeito que tem ainda uns longes do velho feudalismo japonez. (p. 166)

No âmbito militar, Custódio julgava a Marinha japonesa superior à brasileira em termos materiais. Era frequente a ida de japoneses ao exterior para estudar, mas o que chamou atenção de Custódio foi a presença dos próprios japoneses instruídos de acordo com as técnicas “modernas”, em cargos de engenheiros, marinheiros, chefes de trem.

Ao contrário do que ocorria no momento em que Francisco Antônio de Almeida esteve no Japão, a contratação de estrangeiros pelo governo japonês já havia diminuído, pois era crescente a capacitação de japoneses. De acordo com a pesquisa de Hirakawa Sukehiro (1989, p. 468)

o número de funcionários estrangeiros no governo chegou em 1875 a aproximadamente 520 pessoas, mas em 1894 e depois, o total anual era

⁹³ Neste processo da arte como medida da civilização, os chineses retornavam como elemento de comparação com os japoneses: “Como eu disse, não agradou-me em geral a musica japoneza; mas, no entanto, nella, descobri harmonia, de cuja ausencia resente-se absolutamente a musica chinesa, que nem mesmo tal nome merece, e póde-se dizer uma trapalhada de sons, uma verdadeira ataxia musical; sendo que esta é, de ordinario, estridente e detestavel, enquanto a outra, a japoneza, é plangente, uniforme e grave, mas não inteiramente falha de melodia”. (p. 169)

inferior a 100. Por outro lado, o número de estrangeiros em empregos privados era inicialmente menor, mas atingiu aproximadamente 760 pessoas em 1897. (tradução nossa).

Assim, o que Almeida presenciara pode ser visto como um plano temporário de emprego de estrangeiros, cujas funções deveriam ser substituídas, tendo em vista fatores como a formação de 411 engenheiros, de 1879 a 1885, na Universidade Imperial de Tóquio (SUKEHIRO, 1989, p. 470). Diante de mudanças como esta, Custódio de Mello notava maior protagonismo nos japoneses do que Almeida.

Mesmo diante das mudanças, mantinha-se a imagem do japonês como servil e dócil, ainda em contraposição aos chineses:

O japonês é robusto, bravo sem crueldades, affavel e delicado sem astúcia, curioso, deixando-se apaixonar por toda sorte de conhecimentos, trabalhador e industrioso; razão por que vê se allí tão poucos vagabundos e raros mendigos e bebedos, que aliás na China são encontrados em grande cópia. Quem, como nós, houver viajado os paizes da Asia e Oceania, ha de convir em que o japonês é o povo mais amavel, hospitaleiro, sympathico e de melhor indole, e sobretudo cortez, de todo o oriente, e mesmo mais que certos povos da civilisada Europa e da America. A urbanidade especialmente é levada ao excesso e se ha tornado proverbial naquela gente. Quando se entra em um restaurante ou em uma casa particular, é-se recebido pelos homens e as mulheres prostrados de joelhos, as mãos no chão, e o rosto quase a tocal-o; posição de comprimento e respeito aos hospedes. (MELLO, 1896, p. 161)

Este tipo de análise era mais do que uma consideração sobre o que havia visto nos japoneses, mesmo que seja inevitável levar em consideração que a cosmovisão e os costumes daquele povo valorizassem condutas de hospitalidade, respeito às hierarquias, valorização do trabalho; eram também favorecidas as noções de progresso e civilização nas quais o país buscava moldar suas instituições políticas e militares. A manutenção de uma leitura positiva fazia com que a exposição da mulher permanecesse como exemplar daquela sociedade:

As japonezas trazem salientemente estampado na sympathica physionomia seu carater bondoso, simples e leviano ao mesmo tempo, sem que sejam indifferentes aos reclamos da natureza; tanto assim que nada allí é mais commum do que casarem-se mulheres temporariamente, mesmo por dias, com estrangeiros e nativos, sendo as condições previamente estipuladas e religiosamente cumpridas; e terminado o tempo do contracto, fica livre aos ex-conjuges contrahirem novos enlacs, temporarios ou perpetuos, sendo que allí tambem ha a instituição da familia. Nem homens nem mulheres, no Japão, sabem o que seja pudor, e é a cousa mais natural do mundo andarem em plena

rua e á luz do dia moças com os seios inteiramente a descoberto e homens completamente nus, e, o que mais é, nos banheiros publicos homens e mulheres de todas as idades banham-se nus na mais santa e primitiva promiscuidade; assim como não é raro ver-se mulheres banhando-se nús nas ruas, junto ás portas das respectivas casas, sob as vistas cúpidas de muitos transeuntes! Entretanto, apesar de toda essa innocencia, que recorda a beatificada convivencia do paraíso antes das solicitações da *serpente*, as japonezas casadas á perpetuidade têm o costume de, *ad cautelam*, distinguirem-se das demais, tingindo de negro as respectivas dentaduras. (p.161-2)

As justificativas sobre determinados costumes, que em outras sociedades eram condenados como perversão, demonstram que se trata de uma narrativa carregada de significados políticos, pois a partir dela, se elabora uma visão que torna as diferenças mais ou menos aceitáveis para os leitores. O relato de viagem entrega ao leitor não apenas descrições, mas julgamentos que conduzem a percepções sobre aquele que é observado e aqui o caráter positivo dos julgamentos é relacionado à crescente modernização do país.

Se antes, os aspectos positivos da sociedade japonesa se relacionavam à conversão cristã, o trecho a seguir demonstra que no momento em que Custódio de Mello escrevia, a compreensão sobre os japoneses não era alheia às disputas políticas e econômicas e destacava as mudanças específicas de um projeto que se tornaria modelo de progresso:

Muito ha feito, sem duvida, o governo do Japão para arraigar no paiz a civilização moderna e impulsal-o na larga estrada do progresso; e, comquanto não pequenos resultados já hajam brotado de seus esforços, comtudo ha ainda graves senões a destruir, e, cumpre-lhe extirpar de vez esses e outros costumes primitivos, o que não será difficil, porquanto não se conhece povo algum que possa competir com os japonezes na facilidade de amoldar-se a novos habitos e instituições. E, na verdade, são disto um exemplo os nobres, que ainda ha dez annos odiavam cordialmente aos estrangeiros, e, no entanto, foram os primeiros a trocar pelas vestes europeas suas vestimentas tão pittorescas quão ridiculas, bem como quase todos os costumes indigenas, pelos da Europa. Assim é que vivem em casa de estylo europeu, e mobiladas à europeá, e suas mulheres e filhas dansam polkas, quadrilhas e valsas, e vestem se *à la mode de Paris*. Em seus collegios ensinam-se as sciencias modernas, e já fallam, em suas reuniões, a lingua universal, o inglez, e, no entanto, são apenas decorridos trinta annos depois que os japonezes consentiram na entrada dos estrangeiros no territorio do imperio, e uns dez somente depois que extinguiram o feudalismo, sob cujo jugo esteve por seculos o paiz. (p. 162)

Termos como modernização, civilização, urbanização, escolarização e progresso eram as palavras de ordem para definir o desenvolvimento do Japão, e essas ideias animavam os viajantes. Se estas questões foram apresentadas por Francisco Antônio de

Almeida em 1874, com Custódio de Mello elas ganharam novo fôlego por estarem com seus resultados mais visíveis diante de mudanças mais consistentes nas instituições japonesas.

5.2.1 A MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES JAPONESAS

O mais poderoso legado cultural do imperialismo foi uma educação em moldes ocidentais para minorias de vários tipos: para os pouco favorecidos que se alfabetizaram, descobrindo, portanto, com ou sem a ajuda da conversão cristã, o caminho mais direto para a ambição, que usava o colarinho branco dos clérigos, professores, burocratas ou funcionários de escritório. Em algumas regiões também se incluíam aqueles que haviam adquirido novos costumes, como soldados e policiais dos novos governantes, envergando suas roupas, adotando suas idéias peculiares de tempo, de lugar e de organização doméstica. (HOBSBAWM, 2006, p. 117)

Em 1889, o Japão promulgou sua primeira constituição considerada “moderna”. Esta formalização era importante para que o país pudesse ser visto como nação capaz de dialogar com as grandes potências e, com isso, rever os tratados desiguais que haviam sido firmados desde a abertura na década de 1850. A revisão dos tratados era de amplo conhecimento, pois eram característicos da subjugação das nações periféricas, deixando evidente a assimetria de poder.

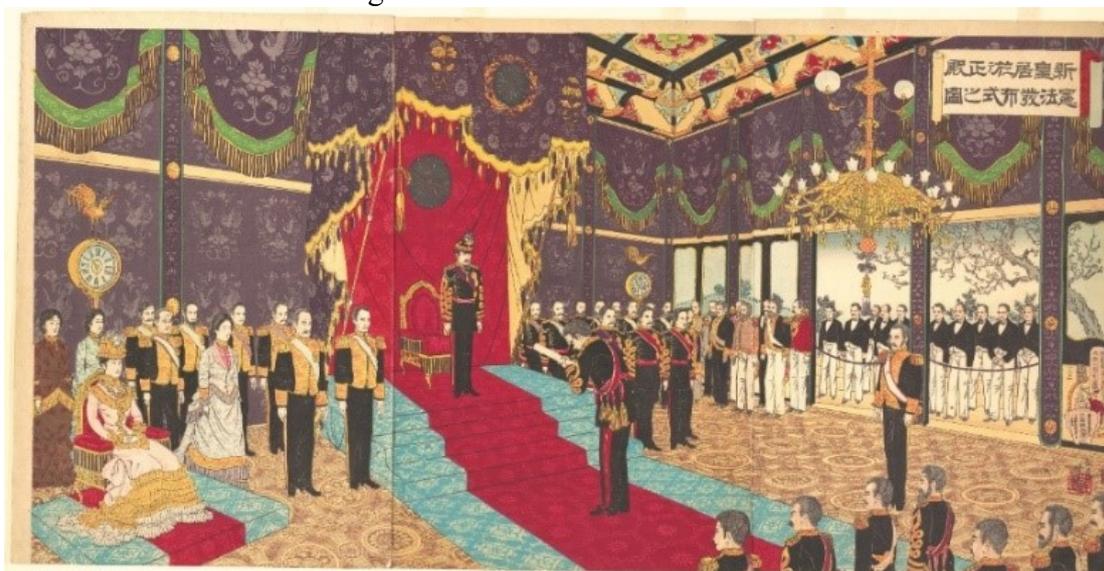
Desde 1887 que o governo japonês tratava da revisão dos tratados, no intuito de abolir as leis exteriores e de jurisdição estrangeira, isto é, de anular a cláusula, inserida nos tratados com as nações estrangeiras, em a qual estava estatuido que os estrangeiros residentes no país não reconheceriam outra jurisdição que não a de seus respectivos representantes, prometendo, em compensação, abrir todos os portos do império e franquear-os aos estrangeiros de qualquer procedência. Após algumas sessões, havidas em Tokio, a questão ficara no *status quo*, em consequência de dificuldades opostas pelas pequenas nações, que faziam maioria naquelas sessões, e que não queriam abrir mão do que ellas chamavam seus direitos. (MELLO, 1896, p. 154)

Um dos fatores mais emblemáticos então foi a elaboração da constituição. “Ocidentalizar” a política era importante para revisar os tratados que faziam o Japão renunciar à sua autonomia tarifária e garantiam extraterritorialidade aos estrangeiros

(SUKEHIRO, 1989, p. 473). A iniciativa era parte de um projeto mais amplo, que incluiu tradução de códigos legais, contratação de advogados estrangeiros, delegações japoneses enviadas ao exterior para estudar diferentes modelos constitucionais e, ao final, “a Constituição japonesa de 1889 foi o clímax da formação do estado Meiji como um híbrido nipo-europeu” (OSTERHAMMEL, 2014, p. 598, tradução nossa).

Na imagem a seguir, vê-se a entrega da Constituição no Palácio Imperial, numa imagem de Adachi Ginkō, de 1889:

Figura 44 – Arte de Adachi Ginkō



GINKO, Adachi. **View of the Issuance of the State Constitution in the State Chamber of the New Imperial Palace.** 1889. In: The Metropolitan Museum of Art. Disponível em: <<https://www.metmuseum.org/art/collection/search/55247>>. Último acesso em 13/08/2020.

A imagem permite visualizar que não se tratava apenas de uma questão burocrática, mas da demonstração pública da capacidade de alcançar as nações estrangeiras em pouco tempo. Os uniformes europeus se tornaram simbólicos, obrigatórios a partir de 1872. A roupa ocidental tornava-se “moda entre os progressistas” (HENSHALL, 2008, p. 114), aparecendo de forma recorrente na arte japonesa, que também representava mulheres com vestidos característicos da nobreza europeia. Chama a atenção igualmente na imagem a presença de dois relógios, pois mesmo que o relógio mecânico já existisse no Japão desde o século XVI, o sistema horário era diferente dos representados com os números romanos⁹⁴. O relógio se tornou um símbolo da civilização

⁹⁴Ver: HASHIMOTO, Takehiko. Japanese clocks and the History of Punctuality in Modern Japan. In: **East Asian Science, Technology and Society: an International Journal**. Taiwan, 2008. p.123-133.

ocidental e, pelo seu valor, o imperador Meiji apresentava os melhores estudantes com relógios de bolso importados dos Estados Unidos (OSTERHAMMEL, 2014, p. 72).

A Constituição japonesa de 1889 é complexa, não apenas uma cópia de modelos europeus. Foi formulada na tentativa de colocar os princípios japoneses no sistema mais adequado às suas necessidades (NISH, 2003). A partir de um esforço de análise das leis europeias, o Japão demonstrava que era capaz de articular e desenvolver seu próprio projeto de nação moderna.

[...] o Japão no período Meiji tinha um gênio nacional para a assimilação controlada de ideias do exterior. Eu chamo isso de “gênio nacional” porque parece ser relativamente difundido em toda a comunidade e uma característica tanto do século XX quanto do XIX. Essa foi uma “assimilação” controlada porque os líderes Meiji formulam suas próprias ideias e exerceram sua escolha de assimilar ou rejeitar. Este não foi um processo apressado e direto: foi lento, doloroso e deliberado e frequentemente envolvia uma investigação meticulosa. Em sua implementação, as reformas geralmente envolviam uma grande quantidade de tentativas e erros. Foi ainda mais complicada por elementos partidários, tanto entre os líderes Meiji quanto entre os burocratas que os guiavam. Todo o processo foi influenciado pelas pressões e intervenções externas; mas, se este artigo argumentou corretamente, os japoneses mantiveram um domínio firme sobre seu destino. (NISH, 2003, p. 46-7, tradução nossa)

Aqui, este argumento é significativo para percebermos a complexidade do Japão do final do século XIX. Nesse sentido, a disputa e os investimentos em torno da Constituição são representativos do esforço do país em controlar suas relações exteriores, bem como as influências que vinham com ela. Trata-se, sobretudo, de compreendermos que dinâmicas em níveis mundiais ocorriam para consolidar a imagem de um país modelo. Portanto, o que formava a imagem do Japão no Brasil e o que encontraram nossos viajantes foi mais do que nos informa a ideia de um país que saía do isolamento para encontrar, maravilhado, o “Ocidente”.

Custódio de Mello considerava que o país estava

encarrilhando no caminho de um progresso indefinido. Hoje possui o império uma constituição liberal, promulgada no dia 11 de Fevereiro de 1889, aniversário da coroação do primeiro imperador, Jinmu Tenno, tendo sido um ano depois (11 de Fevereiro de 1890) inaugurado o parlamento, que compõe-se de duas câmaras: uma alta ou dos nobres, e outra baixa ou dos comuns. Demais, abriu seus portos ao estrangeiro, o que é sem dúvida um largo passo para o progresso e civilização, si bem que isso muito ocorrerá, a meu aviso, para tirar a esse país sua originalidade, seus encantos e atractivos. (MELLO, 1896, p.156)

Para Hirakawa Sukehiro (1989, p. 489), o final da década de 1880 foi marcado pelo “retorno a ser japonês”, não como xenofobia, mas como resposta à chamada “ocidentalização” das primeiras décadas de abertura. Marco desse processo foi o Édito Imperial de Educação, promulgado em 1890, tendo como foco os valores japoneses, visando defender a unidade nacional e dando centralidade à figura do imperador. Este objeto de controle social era obrigatório nas escolas e foi parte importante do espraiamento do nacionalismo japonês.

Nos vinte e quatro anos que separam as experiências dos viajantes brasileiros, o que temos, mais do que um projeto de abertura, é a consolidação das instituições modernas no Japão. Sobre as duas viagens, propriamente ditas, as trajetórias foram, em parte, inversas. Inclusive, a primeira foi da China ao Japão e esta segunda do Japão a China. Mas na construção dos julgamentos em uma narrativa sobre a Ásia, manteve-se em ambos os relatos a importância da passagem pelos dois países, reiterando a comparação. Não se trata destes asiáticos vistos de forma genérica, mas como indissociáveis para seu conhecimento; assim, se o *eu* é entendido em contraposição ao *outro*, como apresenta Tzvetan Todorov (2006), neste caso, esses *outros* eram postos em contraposição entre si, para que suas especificidades fossem compreendidas.

5.3 A VINDA DE WASABURO OTAKE

Embarcado para o Brasil em 1889, espontaneamente e sem outro motivo senão a curiosidade de conhecer um país distante que falava à sua imaginação, o Sr. Otake foi o precursor, de facto, da corrente que, vinte anos depois, ia contribuir para o estabelecimento em nossa terra dos melhores agentes da amizade criada entre as duas nações. Refiro-me aos imigrantes japonezes. (VELLOSO, 1973 [1937])

A circum-navegação do *Almirante Barroso* trouxe ao Brasil um dos principais personagens da imigração japonesa no país. Considerando que, para tanto, não se dependia apenas de empresas que faziam o transporte, mas de condições de comunicação tanto para o estabelecimento dos contatos entre os governos, quanto para adaptação dos imigrantes. Wasaburo Otake nasceu em 1872, no início da Era Meiji, e faleceu em 1944. Sua formação seguia os novos rumos do Japão: ele vivia em Yokohama, estudava inglês e mantinha contato com os estrangeiros que chegavam ao porto, servindo às vezes como

intérprete (MACK, 2010). Era conhecido também como Thomas Wasaburo Otake, embora em suas obras constem apenas nome e sobrenome japoneses.

De acordo com o pesquisador Masato Ninomiya (2015), o jovem de 17 anos foi um dos intérpretes da tripulação brasileira em sua estadia no Japão, tendo vindo ao Brasil a convite do príncipe D. Augusto. Ninomiya ainda nos informa que outros jovens haviam sido convidados, mas apenas Otake aceitara o convite. Segundo Edward Mack (2010, p. 48), “o príncipe, que era contemporâneo de Otake, simpatizou com o intérprete e sugeriu que retornasse ao Brasil com eles. Otake tomou sua extraordinária decisão de partir e, em 4 de agosto de 1889, deixou o Japão a bordo do navio” (tradução nossa).

Otake não foi o primeiro japonês em terras brasileiras, houve os náufragos do *Wakamiya Maru*, por exemplo. Ele tampouco o primeiro intérprete de japonês-português, pois já havia essa troca linguística entre Portugal e Japão, com a entrada de jesuítas, mas suas publicações seriam de grande importância no Brasil. Neste país permaneceu por sete anos e teve acesso a lugares reservados para brasileiros. De acordo com Ninomiya (2015, p. 54):

Otake obteve a nacionalidade brasileira porque estava a bordo do navio de guerra brasileiro quando ocorreu essa mudança política. Por conta disso, ele pôde estudar em escola para formação de oficiais subalternos e assim obter conhecimento que, posteriormente, seriam a base da fluência para editar o dicionário Japonês-Português.

Ao analisar materiais doados pela família de Otake ao Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil, Ninomiya percebeu no *Diploma de Maquinista de Quarta Classe*, de 1893, que ele não fora aluno da Academia da Marinha do Brasil, mas que integrara um curso de formação específico. Acrescentamos que, antes disso, em 1891, encontramos seu nome numa lista de aprovados no exame de “aritmética especial” do Liceu Literário Português, no Rio de Janeiro (JORNAL DO COMMERCIO, 26/12/1891), onde provavelmente aperfeiçoou seus conhecimentos da língua portuguesa.

A vida de Otake no Brasil, contudo, não foi apenas em contato com altos escalões:

Os anos restantes de Otake no Brasil foram gastos em atividades mais mundanas em companhias menos ilustres. Ele atuou como engenheiro mecânico em uma fábrica têxtil no Rio de Janeiro, mas logo mudou-se para uma empresa agrícola americana em São Paulo. Depois de atuar nesta empresa, Otake soube da Guerra Sino-Japonesa e decidiu voltar ao Japão. Chegou em 1896, sete anos depois de deixar o porto de Yokohama. Aqui seu destino foi mais uma vez influenciado por um poderoso patrono. Graças a recomendação do estadista Okuma Shigenobu, que tinha conhecido, Otake foi empregado pela Legação

Brasileira, que abriu em Tóquio em 1897. Ele trabalhou como intérprete oficial na Legação até 1942, quando as relações políticas entre Brasil e Japão foram cortadas em decorrência da guerra. (MACK, 2010, p. 49, tradução nossa)

Pouco antes da Segunda Guerra Mundial, Otake constava na lista de funcionários contratados pelo serviço diplomático brasileiro, elaborada pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil em 1938. Ele aparece no grupo de “Archivistas, dactylographos e intérpretes das missões diplomáticas”, provavelmente atuando na última função, a partir de janeiro de 1937, em Tóquio.⁹⁵

Otake publicou três dicionários,⁹⁶ especialmente úteis para as relações entre Brasil e Japão, os primeiros organizados para o uso entre estes países e largamente utilizados por imigrantes japoneses. São o *Dicionário Português-Japonês*, de 1918, o *Dicionário Japonês-Português*, de 1925, e o *Novo Dicionário Português-Japonês*, de 1937. O jornal carioca *Correio da Manhã* (30/07/1937) noticiou a publicação deste último no artigo *Trabalho paciente do intérprete da embaixada brasileira*, destacando a importância da iniciativa:

Trabalhando incessantemente durante nove anos, Wasaburo Otake, de sessenta e quatro anos de idade, interprete official da embaixada brasileira em Tokio, acabou finalmente a compilação de um volumoso dicionário portuguez-japonez contendo 100.000 palavras portuguezas. Esse dicionário será brevemente publicado em um volume de mil paginas, “in-octavo”. Ao contrario do que succede com os dictionarios portuguez-inglez e portuguez-allemao já publicados, o sr. Otake introduz uma classificação das palavras portuguezas antiguidas e modernas. Além disso contém algumas sentenças simples, utilizadas frequentemente na conversa diaria.

O autor publicou dictionarios portuguez-japonez e japonez-portuguez no período entre 1918 e 1935. Para comemorar o seu 55º aniversario natalício, em julho de 1928, elle deu inicio á compilação de seu novo dictionario.

Representa, pois um longo trabalho, no qual o seu autor não consultou nenhuma das suas anteriores publicações.

O sr. Otake é o primeiro japonez que emigrou para o Brasil. Visitando a terra do café em 1891, elle permaneceu alli durante sete annos, lançando as bases em que assentou a colonização japoneza ulterior.

⁹⁵BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Almanaque do pessoal**. Rio de Janeiro: Villas Boas & C., 1938.

⁹⁶Wasaburo Otake é considerado responsável pelo primeiro dicionário para o público brasileiro e japonês no Brasil. Entretanto, já havia dicionários desde o período do expansionismo português, como o *Vocabulario da Lingoa de Iapan*. Eliza Atsuko Tashiro Perez e Jun Shirai, da USP, encontraram no Brasil um exemplar deste dicionário bilíngue, publicado em 1603 pela Companhia de Jesus em Nagasaki; foi o primeiro encontrado no continente americano. A descoberta foi apresentada em 2018. Disponível em <<https://www.fllch.usp.br/971>>. Último acesso em 06/04/2019.

Logo em seguida ao seu regresso, foi estabelecida em Tokio uma Legação do Brasil. Otake foi feito interprete official e desde então está em relações com as representações diplomaticas do Brasil.

Seu sentimento de solidariedade para com os duzentos mil japonezes que se acham estabelecidos presentemente em terras brasileiras, e que soffrem os inconvenientes de não possuir um dictionario portuguez-japonez, levou o sr. Otake a compilar um volumoso dictionario. (CORREIO DA MANHÃ, 30/07/1937)

Em 1938, a trajetória de Otake foi lembrada na *Gazeta de Noticias* do Rio de Janeiro, sob o título *Uma aventura deveras sensacional*, no qual foi considerado figura importante nas relações entre Brasil e Japão, com atuação inigualável para o estabelecimento dos imigrantes japoneses no Brasil até a Segunda Guerra Mundial.

Officialmente o inicio das relações teve logar em 1895, quando ao Rio chegou acompanhado do pessoal da Legação, o primeiro ministro japonez acreditado junto ao Governo do Brasil.

Antes porém, o cruzador “Almirante Barroso” em 1889, em passando pelo Japão, no seu cruzeiro de instrucção empheendida à volta do planeta, trouxe para a Guanabara um menino japonez que aqui viveu muitos annos chegando mesmo a fazer o curso da nossa Escola Naval. Em tornando o Japão, já então homem feito, o pequeno protegido da tripulação do “Barroso”, em breve conquistou grande renome, publicando o primeiro dictionario japonez-portuguez, obra que ainda hoje preenche perfeitamente a sua finalidade e da qual vem de ser publicada uma nova edição com um honroso prefacio do Embaixador Leão Velloso.

Os sobreviventes da viagem da belonave brasileira ainda se recordam perfeitamente de Wasaburo Otake e delle falam frequentemente com saudades. Otake vive em Tokio e durante mais de trinta annos foi na Embaixada do Brasil no Japão um auxiliar insubstituivel. (GAZETA DE NOTICIAS, 25/5/1938)

Na apresentação do *Novo Dicionário Português-Japonês*, o embaixador do Brasil no Japão, Pedro Leão Velloso, definiu Otake como um dos principais articuladores da aproximação entre os países, com uma “vida inteira consagrada ao serviço do Brasil, no interesse de suas relações com o Japão. (...) Não existe seguramente quem, com mais modestia e maior espirito de sacrificio, se tenha dedicado á mesma de uma maneira mais util” (VELLOSO, 1973 [1937]). A trajetória de Wasaburo Otake como intérprete de estrangeiros é significativa do momento vivido pelo Japão no final do século XIX, de suas novas relações, do crescimento dos estudos da língua inglesa e do interesse pelo exterior e, também importante, da relevância destes trânsitos anteriores ao século XX.

5.4 A CHINA

De Nagasaki, o *Almirante Barroso* partiu para Shangai, onde chegou após três dias de viagem, enfrentando ciclones e tufões. Custódio de Mello relatou ter ficado impressionado com o intenso comércio naquele porto (seda, chá, arroz, algodão, palha e açúcar). Sua descrição da China incluía estereótipos moldados e espriados pelo imperialismo inglês. A questão do ópio foi também um dos principais comentários de Custódio, levando em conta a violência comercial estrangeira neste processo:

No commercio de importação entra em larga escala o opio, cuja introdução no imperio chinez constitue uma das paginas mais negras da historia comercial da Inglaterra; porquanto os inglezes, que pretendem passar por altruistas, e chegam mesmo a mostrar-se protectores extremos dos animaes, muito embora seja a caça um passatempo de sua predilecção, não trepidam, no entanto, em rainar a existencia de um povo inteiro, atrofiando-lhe o physico, entorpecendo-lhe a intelligencia e produzindo-lhe a degradação moral!

A quantidade de opio importado do estrangeiro pela China em 1888, quase todo procedente da India, foi de 82.700,11 *piculs*. Além do opio importado, consome-se alli o produzido no paiz, que, ao que dizem os competentes, é inferior áquelle. (MELLO, 1896, p.207)

Sua descrição do depósito de ópio concentrou-se na violência daqueles lugares de passagem, dando pistas sobre o habitante do litoral corrompido pela exploração capitalista. Nota-se que a presença dos estrangeiros em Shangai foi descrita de maneira diversa daquela no Japão, e isso contribui para entendermos a diferença entre as imagens construídas sobre esses países e seus povos. Em outras questões, o relato de Custódio é menos detalhado que o de Almeida, mas o consumo do ópio é descrito em seus pormenores, demonstrando como era relevante na imagem associada aos chineses:

Fundado no porto de Shangai estava, em frente mesmo á Concessão ingleza, um portão pintado de amarello, o qual serve alli de deposito de opio. Esta côr que, como se sabe, é a da bandeira de quarentena, parece-me a mais apropriada para aquella morada da morte, receptaculo de uma substancia toxica destinada ao uso de seres humanos! Eu não olhava para esse navio, em cujo bojo encerrava-se o aniquilamento de um povo, que não se me afigurasse ver uma dessas victimas do narcotismo chronico, um chin anguloso, esqualido, idiotico, de magreza esqueletico, e côr de óca, verdadeira mumia semovente, como tantos exemplares que vi nas casas de fumar opio, ou antes, lugubres dormitorios, que visitei em Shanghai, onde os ha em grande numero, alguns bastante grandes.

Estas casas possuem grandes salões para o narcotismo em commum, e quartos particulares para os viciosos mais recatados, onde sorve-se a

largos haustos os vapores desprendidos do inebriante succo do *papaver somniferum* e lentamente com elles a morte moral e depois a physica. Salões e quartos offerecem aos *habitués* leitos convidativos, os quaes consistem, nos salões, em um grande estrado elevado um metro a um metro e meio do chão e dividido em compartimentos separados uns dos outros por anteparos de madeira de 70 a 80 cm de altura. Os compartimentos são outras tantas camas, para uma pessoa cada um, e têm por toda mobilia, cada um deles, um travesseiro de páo e uma lampada de vidro, onde de continuo arde uma torcida embebida em alcool que se contém no reservatorio da lampada. Nos quartos ha camas semelhantes às dos salões, mas sómente uma ou duas em cada um. Quem quer fumar dirige-se ao dono do estabelecimento, ou ao caixeiro, que está assentado por detraz de um balcão em um lugar reservado, aluga um cachimbo appropriado, por tempo determinado, por uma ou mais horas, compra uma certa quantidade de opio e, recolhendo-se ao compartimento que lhe é destinado, prepara o cachimbo pondo-lhe opio e deita-se; após o que, encosta o cachimbo á chamma da lampada e vae fumando até queimar-se todo o opio alli contido. Repete-se a operação uma ou mais vezes, segundo a tolerancia do fumante, o qual fica, afinal, preso nos braços do somno por um tempo mais ou menos longo. (MELLO, 1896, p. 207-9)

Há na narrativa uma crítica: a de que os ingleses, além de lucrarem com o ópio, eram responsáveis pelas considerações negativas a respeito dos chineses. Além disso, o viajante buscava demonstrar que o vício em opióides não era um problema exclusivamente chinês:

Disse-me o proprietario de uma dessas casas que alli costumavam tambem fumar marinheiros de navios de guerra inglezes e norte-americanos, o que não deve causar admiração a quem tem noticia do abuso que, na Inglaterra e alguns outros paizes, fazem da morfina muitos representantes do *high-life*, de um e outro sexo; não fumam opio, mas injectam-se a morphina pela via subcutanea até produzirem-se o morphinismo, cujas consequencias não differem das do abuso do opio. Li em um jornal que raro não se encontra uma seringa de Pravaz no toucador das damas da aristocracia ingleza. Si a noticia exprime a verdade, é caso de dizer-se, a proposito do lento envenenamento dos infelizes chins pelos inglezes: - “quem com ferro fere.....” Além de que, na Inglaterra, o consumo de bebidas alcoolicas, sem embargo das sociedades de temperança alli existentes, é maior que em qualquer outra parte do mundo, e até conta-se que o presidente de uma dessas sociedades compareceu a uma sessão debaixo de *chuva* torrencial. É sabido igualmente que, em a velha *Albion*, a gotta é o triste apanágio dos lordes e argentarios. Pode-se, pois, proclamar: A China está vingada! (MELLO, 1896, p. 209)

Com isso, desarticulava uma das principais críticas aos chineses e a denunciava como parte de uma estratégia do imperialismo inglês:

Por vezes tem o governo chinês tomado medidas severas no sentido de coibir o hábito do opio; mas todas ellas têm sido infructíferas, mesmo porque os ingleses as não contrariaram, mantendo o commercio do soporífero e, dest'arte, alimentando o funesto vicio, do qual não pequenas sommas lhes advêm. Assim também são certos costumes que na China estão adoptados, alguns dos quaes, si não trazem a morte, com certeza martyrisam, causam verdadeiras deformidades, crêam uma situação intoleravel, impossivel mesmo. (p. 209)

Entre os costumes chineses, um dos mais presentes nas narrativas estrangeiras é o dos pés das chinesas da aristocracia, condicionados a ficarem pequenos, observado por Custódio como “processo inorthopedico dos mais simples, mas tambem dos mais inquisitorios” (MELLO, 1896, p. 210), levando-o a um paralelo com a situação política da China frente os demais países:

Si tal uso na China fosse geral, poder se-ia chamar o Imperio da Imobilidade; assim como tal denominação se dá agora com relação ao progresso, que alli é nenhum sob todos os pontos de vista. Os chins, effectivamente, adiantaram-se muito nas artes e industrias, e ainda hoje são inimitaveis a certos respeitos; attribue-se-lhes mesmo a descoberta da polvora antes de nossa éra, e ha tambem quem affirme que elles, antes de qualquer outro povo, já conheciam a bussola e a imprensa. Mas certo é que ha seculos chegaram a essa gráo de adiantamento e ahi pararam, até hoje não mais deram um só passo ávante.

(...)

Finalmente, sob o ponto de vista intellectual e moral, é a China um dos paizes mais atrasados do mundo.

É caso de se dizer que Confucio e Fó perderam o tempo e o latim; suas doutrinas acabaram-se por misturar-se com um sem conto de superstições, como estão hoje alli, e, apesar dos esforços do imperador Lien-Long, a litteratura e a sciencia estacaram no Imperio do Meio ou no meio do imperio. Assim é que, naquelle vastissimo e populoso paiz, os instrumentos de astronomia, a polvora, o bussola, a imprensa etc., são ainda hoje o que foram na primitiva. (MELLO, 1896, p. 210-1)

Custódio descreveu Shangai dividida em quatro partes: a cidade chinesa e as três concessões, inglesa, americana e francesa. Considerava as áreas e propriedades estrangeiras melhores, destacando a inglesa, onde ele julgava que havia melhores habitações, clubes e jardins. Em cada uma das concessões havia uma parte reservada aos chineses, geralmente para comércio. Sobre estas áreas, Custódio de Mello (p. 213) fez a seguinte descrição:

A parte propriamente chinesa de Shangai é o que ha de mais imumndo em todo o globo, e na America não existe um só logar que possa comparar-se; nem mesmo nossa Bahia, que, no tocante á hygiene, eu até então supunha ser o monturo do mundo. Uma feita ensejei visitar esse bairro, chamado a cidade chinesa; mas, mal dera alguns passos,

tive logo de retroceder, tal a fedentina que d'alli se exhalava e que para logo senti. No pequeno espaço que percorri pude ver nas ruas toda a sorte de immundicies: tripas de peixe, pennas de gallinha, cascas de fructas, materias fecaes, etc., e tudo isto em estado de decomposição; e não sei por que os estrangeiros residentes em Shangai não procuram, ao menos por amor a si proprios, educar aquella gente nos habitos de asseio, fazendo-lhes sentir as grandes vantagens que d'ahi advêm para a saude, e pedindo a intervenção da policia chinesa nesse sentido. Accresce que naquelle bairro as ruas são tão estreitas e irregulares e o trafego tão consideravel, que a cada instante o transeunte corre o risco de ser lançado por terra ou, pelo menos, de levar algum encontrão; sendo preciso muito cuidado para por alli andar-se sem perigo.

O viajante brasileiro reforçava a ideia de uma predisposição chinesa ao vício, em ambientes insalubres, colocando aquela população num nível baixo do padrão hierarquizador de civilização. Para ele, permanecia necessária a presença de agentes externos, como os missionários jesuítas, “apostolos da caridade e da civilização” (MELLO, 1896, p. 217).

Custódio também tratou da questão do tráfico de chineses. Como citado, desde meados do século XIX, o tráfico de trabalhadores era um mercado rentável. Na viagem de Custódio de Mello no final da década de 1880, o tráfico de Macau já não era mais frequente como era na viagem de Almeida, na década anterior. Esta diminuição teve a contribuição dos ingleses, e no final do século XIX havia a desconfiança de se tratar de uma estratégia para terem domínio da atividade no porto de Hong Kong:

Foi incontestavelmente o florescimento de Hong-Kong que trouxe a decadencia e a morte de Macáo, que presentemente é para Portugal antes um grande onus que uma fonte de rendas; e tal estado é tambem devido á cessação da exportação de *coolis*, que d'alli se fazia para as Republicas do Perú e da Bolivia e ilhas do Pacifico septentrional, em virtude de um tratado celebrado entre os governos inglez e portuguez. Entretanto ouvi em Macáo muitas queixas e protestos contra este ultimo governo, pela celebração de semelhante pacto, que não tem sido cumprido pelos inglezes, pois que, dizia-se naquella colonia portugueza, de Macáo não sahem *coolis*, mas sahem de Hong-Kong com sciencia das respectivas auctoridades, que fecham os olhos a tal abuso. (MELLO, 1896, p. 232)

Os trabalhadores traficados eram geralmente pobres. Custódio de Mello notava que artesãos e comerciantes viviam em boas condições no entorno dos estrangeiros, alguns adotavam referências europeias como forma de distinção: “trajavam á chineza, excepto o chapéo, que era europeu e de feltro, e em cuja copa escondiam o enrolado o indefectivel rabicho” (MELLO, 1896, p. 249). Diferenciavam-se dos de “classe mais

baixa”, como os que puxavam os riquixás, vistos “com o mais soberano desprezo pelos ingleses, que tratam esses chins ilotas como cães leprosos, ao mesmo tempo que a polícia trata-os de continuo amassados a cacete” (p. 236).

Na década de 1880, por conta do debate sobre o trabalho, muito já tinha sido apresentado no Brasil a respeito dos chineses, além disso, a circulação de informações permitia com que Custódio de Mello tivesse maior acesso ao contexto recente daquele país. É compreensível que sua perspectiva viesse a acirrar a crítica à ação dos estrangeiros na China, incluindo o conhecimento sobre o uso do ópio e o tráfico nos diferentes portos, e era ainda mais assertiva nas referências contemporâneas. Se, por um lado, tinha maior percepção sobre os mecanismos de dominação e violência, por outro, suas caracterizações dos chineses não eram mais amenas, aumentando a diferença em relação ao que descrevia dos japoneses.

5.5 A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Ao final do século XIX, o Brasil via na transformação do Japão um exemplo a ser seguido. Para nossos viajantes, que puderam ver as mudanças *in loco*, as comparações pareciam inevitáveis.

Emquanto que no extremo Oriente da Asia a monarchia absoluta do Japão cedia ao influxo civilizador do Occidente, realisava reformas liberaes e reconhecia os direitos politicos do cidadão; na livre America, um decreto trazendo a assinatura do Snr. D. Pedro 2^a era promulgada condemnando o povo brasileiro a sorte dos parias, confiscando-lhe o sagrado e inviolavel direito do voto, que a constituição reconhecia, direito que elle conquistara pelo seu patriotismo, a custa do seu sangue tantas vezes derramado. (ALMEIDA, 1889, p. 46)

Nos últimos momentos do império, Custódio de Mello comandava a missão de circum-navegação, enquanto Francisco Antônio de Almeida publicava *A Federação e a Monarchia* (1889), livro no qual afirmou sua crença na soberania nacional; considerava a federação como o início do separatismo – era crítico do federalismo estadunidense⁹⁷ –, defendia o voto e a abolição assim como se preocupava com os direitos dos senhores de escravos. Mas sua crítica mais intensa se dirigia-se à monarquia:

⁹⁷ Defendido posteriormente pelos republicanos de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul (CARVALHO, 2014, p.25b).

Regimen político que só admite as instituições que lhe são próprias, a monarchia constitucional não é susceptível de serias modificações que tenham por fim garantir as liberdades políticas. Olygarchia odiosa que não tem a coragem de mostrar-se tal qual ella é, fingindo amar a democracia, que a tem tantas vezes derrubado, a monarchia é de facto o governo da falsidade e da hypocrisia. (ALMEIDA, 1889, p. 11)

Julgava os monarcas como “execráveis parasitas” que abusavam do dinheiro público, sem preocupações com o país, sendo que “para livral-a de todas essas immundices só existe um remedio: é a revolução da democracia precedendo a proclamação da grande República Brasileira” (ALMEIDA, 1889, p. 38).

Havia vários projetos republicanos e disputas acerca deles. Mas de maneira geral, para seus defensores

a proclamação da República fora a correção necessária dos vícios do regime monárquico: os abusos do Poder Pessoal, vitaliciedade do Senado, centralização excessiva, fraude eleitoral que possibilitava ao governo vencer sempre as eleições etc. Correspondendo a uma aspiração nacional, o movimento republicano teria uma força irresistível. Ao proclamar a República, os militares seriam intérpretes do povo. Ao partido republicano e ao Exército cabiam as glórias do movimento. (COSTA, E., 2010, p. 451)

Para positivistas como Almeida, a república era parte de um processo progressista do desenvolvimento político. Também era para Custódio de Mello, crítico da centralização no imperador, do poder hereditário e dos favorecimentos políticos na monarquia. Veterano da guerra contra o Paraguai, ele ressaltava o caráter militar da proclamação. Seus livros foram publicados nos primeiros tempos da República, momento em que os militares contavam com mais prestígio político (MATTOS, 1989, p. 166).

Como visto, o relato de viagem não foi a única obra de Custódio. Publicação póstuma, *O Governo Provisorio e a Revolução de 1893: de 29 de novembro de 1889 a 5 de setembro de 1893*, organizada pela Companhia Editora Nacional em 1938, reuniu “artigos revistos e ampliados, que saíram á luz na Imprensa sob o titulo: *O Contra-Almirante Custodio de Mello ao Publico*” (MELLO, 1938, p. 7). Os textos desta publicação dialogam com o relato de viagem, e falam da proclamação e dos primeiros anos da república.

Custódio afirmou que não havia sido surpresa a notícia da proclamação que recebeu durante a circum-navegação: “Estavamos em viagem de circumnavegação, commandando o cruzador ‘Almirante Barroso’ quando, ao chegarmos a Acheem, na parte

noroeste da ilha de Sumatra, no dia 29 de Novembro de 1889, isto é, quatorze dias após o advento da Republica, fomos informados pelo Commandante da Divisão Naval Holandesa, ali estacionada, da transformação politica que se operara na nossa Patria” (MELLO, 1938, p. 17-8). Como tratava-se de uma representação oficial do Brasil, em Colombo (Sri-Lanka), receberam um telegrama do Brasil com ordens para retirar a coroa da bandeira nacional e instruções para receber a nova, da república, em Nápoles. Havia ordens para que D. Augusto deixasse a missão (MELLO, 1938, p. 20). A partir deste telegrama as duas primeiras mudanças foram efetivadas: a troca da bandeira e o afastamento do príncipe. A primeira mais fácil que a segunda, pois incidia nas relações entre a tripulação. Mais fácil, mas não menos simbólica, pois demonstrava que o Brasil não estava mais sob as ordens da família imperial:

Em virtude dos ultimos e do primeiro telegramma acima transcriptos, duas ordens tinhamos de fazer executar em Colombo: a relativa á modificação da Bandeira e a referente ao pedido de demissão do serviço, a ser feito por D. Augusto. Quanto à primeira, nada mais simples. Mandámos chamar o official Immediato e lhe dissemos que a fizesse cumprir fazendo executar a indicada alteração em certo numero de bandeiras nacionais, quer de navio quer de escaler, existentes a bordo, devendo-se desde logo modificar uma para ser içada no mais curto lapso possivel. No tocante, porém, á outra ordem, a coisa mudava de figura: limitámo-nos a mostrar a D. Augusto o telegramma em que ella estava exarada, visto que, em face da lei, outro procedimento não nos era licito observar. Este official, depois de haver lido o despacho telegraphico, disse nos que ia consultar seu avô, o ex-Imeprador, sobre o que deveria fazer; ao que, lhe respondemos: “Vossa Alteza faça o que entender”. Nem diversa poderia ser nossa linguagem, pois o telegramma ministerial não nos autorizava a fazer mais do que fizemos; além do que, no exercicio de nossas funções, não nos sabemos haver senão de conformidade com a justiça e a lei. (MELLO, 1938, p. 21)

D. Augusto solicitou, por orientações da princesa Isabel, do conde d’Eu e de D. Pedro II, uma licença de seis meses. A resposta do Ministro da Marinha do Governo Provisório, Eduardo Wandekolk, veio por telegrama: “Príncipe peça demissão serviço, concedo licença”. A determinação era para que o representante da família real não ficasse a bordo do navio que representava o país, a partir de então, uma república. Custódio de Mello esclareceu que “o Príncipe permaneceu sob a Bandeira da República até a vespera de nossa sahida do porto de Colombo, pois só então desembarcou”. Organizou-se um banquete de despedida, sobre o qual o comandante esclareceu não ter tido iniciativa, mas sim a tripulação, diante da despedida de um “simples camarada, um companheiro de trabalho e fadigas, que, sob o peso da desgraça, não cessava de chorar sua separação da

Patria e dos amigos” (p. 23). D. Augusto desembarcou em Colombo, e a tripulação do *Almirante Barroso*, com Wasaburo Otake a bordo, seguiu viagem.

Satisfeito com a proclamação, o comandante concluía, “É aquella Bandeira, symbolo sagrado das liberdades patrias, que de hoje em diante nos cumpre defender á custa do proprio sangue, si tanto fôr mister”. (p. 22). Custódio de Mello acreditava que a república, com sua base constitucional, era um avanço em relação à monarquia. Mas contrapunha-se ao Governo Provisório, a respeito do qual soube, ainda na viagem, que havia aumentado os vencimentos do Exército e da Armada, julgando a medida como uma recompensa “pouco digna”. Elogiava Deodoro da Fonseca enquanto militar, mas considerava-o alheio aos movimentos políticos, “não dispunha, siquer, de rudimentos da sciencia de governar” (p.28), motivos que adensavam sua oposição ao governo do marechal.

5.6 10 DE ABRIL DE 1892: OS VIAJANTES E A REPÚBLICA

A proclamação da república ocorreu em um momento de grande especulação financeira provocada pelo aumento da emissão de dinheiro, com subsequente cenário de autoritarismo e instabilidade política. Rapidamente, a tão esperada república se tornava uma desilusão, e a dificuldade de sua implantação efetiva preocupava os republicanos. Em 1891, foi promulgada a primeira Constituição da república brasileira, na qual o federalismo e o direito ao voto, ainda excludente, eram algumas das novidades. De qualquer forma, a república que nascera de um golpe não traria estabilidade ao país.

Um dos exemplos dessa instabilidade política foi o pedido de demissão feito pela equipe do ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em janeiro de 1891, por oposição ao autoritarismo do presidente Deodoro da Fonseca.⁹⁸ Henrique Pereira de Lucena assumiu o cargo de ministro e se tornou um dos principais nomes do governo, assumindo também outras pastas. Um dos momentos mais emblemáticos do período foi o fechamento do Congresso Nacional, em 3 de novembro de 1891. Enquanto isso,

⁹⁸O pedido de demissão ocorreu em 1891, pelo fato de Deodoro dar garantias para obras públicas sem aceitar o processo democrático de decisão. Neste caso, propôs a garantia de juros para construção de um porto no Rio Grande do Sul, a pedido de seu amigo Trajano Viriato. O evento era significativo dos atritos do governo provisório (MARTINS, H., 1997, p. 52).

Francisco Antonio de Almeida, definindo-se como republicano, abolicionista e deodorista, esclarecia na *Gazeta de Noticias* sua participação no governo:

A minha república não era a do Sr. Lucena; servi ao governo do venerado patriota o Sr. marechal Deodoro como serviram os mais puros extremados republicanos e se tive a tibieza de não demitir-me no dia 3 de novembro do cargo de diretor do *Diario Official*, confesso publicamente, que este acto de fraqueza me serve hoje de lição para me afastar resolutamente, sem atender a quaisquer considerações dos homens que foram a vergonha do paiz, que provocaram a indignação da humanidade inteira, que foram os corruptores da monarchia, os auctores e comparsas das cenas revoltantes da escravidão e que são, quer eles queiram quer não queiram, os representantes tradicionaes da inquisição negra. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 13/02/1892)

De acordo com a pesquisadora Maria de Lourdes Janotti, um grupo de monarquistas percebeu o momento como favorável para reunir os descontentes com a república em torno de um membro da família real. O príncipe D. Augusto representava a esperança para alguns, tendo retornado até o Rio da Prata em 1891. O que se planejava era um encontro – ou reencontro – com Custódio de Mello, que se organizava contra o governo. Mas o monarquista, sem sucesso, retornou à Europa, “desiludido e desiludindo a todos que esperavam algum resultado dessa viagem malograda” (JANOTTI, 1986, p. 48). Custódio de Mello, que havia se declarado como opositor do governo e caracterizara o marechal como ditador (MELLO, 1938), liderou uma ação que ameaçou bombardear o Rio de Janeiro e tornou-se um dos principais nomes da Revolta da Armada de 1891.

Deodoro renunciou em 23 de novembro de 1891. Como não houvesse novas eleições, o vice Floriano Peixoto assumiu a presidência. De acordo com Janotti (1986, p. 52), “os meses iniciais do governo florianista caracterizaram-se pela insegurança e enfrentamento das facções. (...) Deodoristas perdiam cargos e, pelos jornais, desenvolviam campanhas contra Floriano Peixoto e Custódio de Mello.” A república brasileira se iniciava marcada pelo autoritarismo, e então, foi a vez de Floriano Peixoto negar-se a convocar novas eleições:

A esta fase golpista segue-se a parlamentar: a oposição levanta a questão da constitucionalidade do governo. Campos Sales tenta convencer o Contra-Almirante Wandenkolk a aceitar o mandato de Floriano até o fim do período (1894), o que ele recusa embora não deseje participar da conspiração armada (fevereiro e março/1892). A pressão a favor de eleições presidenciais aumenta paralelamente ao de preparo da revolução por civis e alguns elementos do exército. A crise avoluma-se e certos atos precipitados anunciam o golpe: no dia 6 de abril, 13 generais lançam um ultimato a Floriano, e já no dia 10 estala

e a rebelião nas ruas. O Congresso imediatamente decreta o estado de sítio e abafa a tentativa de retorno de Deodoro. (CARONE, 1976, p. 25)

Dentre os marcos do descontentamento com os atos desse segundo governo, destaca-se o *Manifesto dos Treze Generais*⁹⁹, reivindicando novas eleições. Houve “novo período de instabilidade e de perseguições políticas” (JANOTTI, 1986, p. 55), da qual destacamos a manifestação deodorista de 10 de abril de 1892. No mesmo dia, foi assinado o Decreto n. 791, determinando estado de sítio no Rio de Janeiro e suspendendo as garantias constitucionais por 72 horas.

Naquela manifestação estavam os três personagens que acompanhamos, Custódio de Mello atuava no governo de Floriano Peixoto, Francisco Antonio de Almeida foi preso como manifestante e o futuro viajante analisado neste trabalho, Aluísio Azevedo, “devia estar então menos envolvido que seus companheiros, pois não foi molestado durante a violenta repressão que se abateu sobre os antiflorianistas” (MÉRIAN, 2013, p. 353). Mas seu envolvimento com o movimento de oposição era evidente, uma das paradas da manifestação em favor de Deodoro foi a sede de *O Combate*, periódico no qual ele atuava ao lado dos jornalistas Pardal Mallet e Olavo Bilac. Nas colunas da publicação, “eles não tinham palavras que fossem duras o bastante para se opor aos florianistas” (p. 351).

Sobre a manifestação, ocorrida no dia 10 de abril de 1892, a *Gazeta de Notícias* do dia seguinte descreveu na primeira página que panfletos haviam sido espalhados pela cidade durante a noite, convocando os deodoristas para uma manifestação em apoio ao marechal. O grupo foi acompanhado por uma banda de música e, após passarem pela casa do ex-presidente, dirigiram-se até a redação de *O Combate* e seguiram de bonde para o largo de São Francisco de Paula, onde foram surpreendidos por militares armados, que receberam reforço da cavalaria e do corpo de lanceiros. A matéria da *Gazeta de Notícias* encerrava explicando que “a noite de hontem foi de verdadeiro panico n’esta cidade. Pelo

⁹⁹“Os abaixo assignados, officiaes generaes do exercito e da armada, não querendo, pelo silencio, co-participar da responsabilidade moral da actual desorganisação em que se acham os Estados, devido a indébita intervenção da força armada nas deposições dos respectivos governadores, dando em resultado a morte de inúmeros cidadãos, implantando o terror, a duvida e o luto no seio das famílias, appellam para vós, marechal, para que façais cessar tão lamentavel situação. A continuar por mais tempo semelhante estado de desorganisação geral do paiz, será convertida a obra de 15 de novembro de 1889 na mais completa anarchia. E os abaixo assignados, crentes, como estão, que só com a eleição do presidente da Republica, feita quanto antes como determina a constituição federal e eleitoral, feita, porém, livremente sem a pressão da força armada, se poderá restabelecer prontamente a confiança, o socego e a tranquillidade da familia brasileira, e bem assim o conceito da Republica no exterior, hoje tão abalados, esperam e contam que neste sentido dareis as vosas acertadas ordens, e que não vacilareis em reunir este importante serviço cívico aos muitos que nos campos de batalha já prestates á Patria”(DIARIO DE NOTICIAS, 23/04/1892).

bulício, correrias, gritos e movimentação de tropas e de populares, poder-se-ia afirmar que a revolução estava na rua” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 11/04/1892).

Os manifestantes foram acusados de crime de sedição e conspiração contra o presidente Floriano Peixoto. Nos jornais, um comunicado do governo justificava que, dada a situação de instabilidade e reorganização política no país, a “rigorosa repressão” era necessária para a manutenção da “paz pública” (A ORDEM, 20/04/1892). O comunicado foi assinado por Floriano Peixoto e seis de seus ministros, incluindo Custódio de Mello.

Os manifestantes foram presos ou desterrados. Francisco Antônio de Almeida foi enviado para Fortaleza de Villegagnon¹⁰⁰, segundo consta no *Diário Oficial* de 14 de abril de 1892¹⁰¹. Posteriormente, seu nome esteve na lista de anistiados naquele mesmo ano, juntamente com o escritor Olavo Bilac. Foi Rui Barbosa quem entrou com pedido de *habeas corpus* para os presos, considerando que o estado de sítio e a prisão eram ilegais, que a manifestação fora pacífica, “não houve uma agressão, uma gota de sangue derramado, nem uma arma dirigida contra ninguém. O entusiasmo dos manifestantes expande-se em aclamações” (BARBOSA, 1892, p. 50). Concluía que sem haver “perigo geral para a pátria, e perigo imminente, é constitucionalmente ilegítima a suspensão de garantias” e que a violação da constituição pelo governo era mais escandalosa e perturbadora do que a ação dos acusados¹⁰² (p. 51). O pedido foi negado pelo Supremo Tribunal Federal. Entre os réus listados estavam o vice-almirante Eduardo Wandenkolk, Olavo Bilac, Pardal Mallet e José do Patrocínio. Os envolvidos na manifestação de 10 de

¹⁰⁰De acordo com Blake, como apresentado inicialmente, Almeida teria sido levado à fortaleza de São José (1970, p.390).

¹⁰¹Cabe aqui explicar que a trajetória de Francisco Antonio de Almeida contou ainda com nomeações para cargos públicos e ativa participação nos debates sobre a república. O cientista que inicialmente foi apresentado como engenheiro e astrônomo, dedicado à pesquisa, teve homônimos contemporâneos que também foram politicamente atuantes, permitindo confusões mais recorrentemente por muitas vezes não usar o nome “Junior”. Entretanto, sua assinatura manuscrita nos documentos da década de 1870, referentes à viagem ao Japão, e em cartas ao marechal Deodoro reclamando de sua exoneração mantém a mesma grafia; além da publicação de *A Federação e a Monarquia*, comprovam a atuação de Almeida nessas diversas esferas.

¹⁰²Considerava que “se incidentes ridículos e nullos, como o da tarde de 10, assumem as proporções jurídicas de perigo imminente da pátria e commoção intestina da republica; se o estado de sítio, declarado sob pretextos insignificantes, como esse, vinga fôros de constitucional, ou se não se admite á justiça federal o direito de não lhe reconhecer esse character, e proteger contra as consequencias dessa adulteração do nosso regimen o individuo e a liberdade, então, senhores juizes, a vossa abdicação estará firmada, como a abdicação do Congresso, que terá na dictadura permanente do executivo o filtro depurador das suas deliberações, como vós tereis nella o fiscal soberano da vossa independencia.” (BARBOSA, 1892, p.55).

abril só seriam anistiados pelo decreto de 5 de agosto de 1892.¹⁰³ A anistia trouxe calma momentânea, mas logo seguida por uma revolta antiflorianista encabeçada pela Marinha.

Em 1893, o momento da Segunda Revolta da Armada, também teve Custódio de Mello à frente.¹⁰⁴ Dele dizia-se que pretendia a presidência da república, especulação desmentida num manifesto de 6 de setembro de 1893: “nenhuma sugestão de poder, nenhum desejo de governo, nenhuma aspiração de exercer mandatos por esforço violento da própria individualidade, me levam à Revolução” (MELLO apud CARONE, 1976, p. 28). Seja como for, mais organizada, a revolta de 1893 chegou a bombardear fortes do Rio de Janeiro e a se aproximar dos federalistas do sul do país.

Nesse evento, os três viajantes que movem esta análise se encontraram, demonstrando que os republicanos não eram um grupo homogêneo e principalmente que o Brasil também vivenciava um importante momento de transformação política. O Brasil não era mais um império, tentava se organizar como república. Daquele momento em diante, as viagens para o Japão teriam outras configurações diplomáticas, pois se tratavam de dois países buscando seu lugar como nações modernas no cenário internacional.

5.7 A LEGAÇÃO BRASILEIRA NA CHINA E A CHEGADA DO *TETARTOS*

Os processos nacionais e internacionais que estamos acompanhando eram simultâneos e se imbricavam. A questão do trabalho permanecia e continuava mobilizando as demandas da iniciante república. A entrada de asiáticos, proibida no Brasil pelo Decreto n. 528, de 28 de junho de 1890, passou a ser autorizada pela Lei n. 97 de 5 de outubro de 1892. Em 1893, uma legação brasileira foi enviada à China, ainda a fim de negociar a imigração, e contava com a indicação de Francisco Antônio de Almeida para integrá-la. Em 5 de abril daquele ano, sob o pseudônimo Fantasio, Olavo Bilac publicou uma crônica sobre a missão. O texto foi publicado no periódico *Cidade do Rio*, de José do Patrocínio:

Noticiando hontem a nomeação de mais um auxiliar para a patriotica e povoadora embaixada, - um moço que já conhece que farte a China e o Japão, - acrescentam os jornaes:

¹⁰³BRASIL. Decreto nº 72-b, de 5 de agosto de 1892. Concede amnistia aos cidadãos implicados nos acontecimentos políticos de 10 de abril do mesmo anno, bem como nas revoltas das fortalezas da Lage e Santa Cruz, ocorridas em janeiro de 1892. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1892.

¹⁰⁴De acordo com Hélio Leoncio Martins (1997), Custódio inicialmente recusou dirigir a revolta, mas posteriormente foi convencido pelo Almirante Jaceguai.

“O sr. Fulano foi principalmente encarregado de estudar as industrias chinezas e de indicar os meios práticos de introduzir no Brazil aquellas que se adaptarem ás nossas condições.”

(...)

Louvido seja Confucio, já que, emfim, vamos ter acclimadas, na estufa da nossa abominavel civilização, as artes e as industrias chinezas. Quando, de volta da sua embaixada á China, o Dr. Francisco Antonio de Almeida (escapou-me o nome do eleito!) desembarcar no caes Pharouxm vel-o-emos tirar do bolso, como um magico inexgotavel, todos os milhares e milhares de especimes das *quinquilherias* e *japonezerias*... E concordaremos em que sempre vale a pena passar quatro mezes n’uma fortaleza, para poder depois injectar na sornice da industria patria o sangue amarello da industria opiada. (CIDADE DO RIO, 05/04/1893, p. 1)

Bilac criticava o projeto da “povoadora embaixada” de trazer os asiáticos – especialmente chinezes – baseado em argumentos como “sangue amarello” e “rabichos mandarinescos”. Continuava:

As industrias da China não se limitam a explorar o fabrico dos leques, a construcção dos chalets, o preparo do chá e a pintura das porcellanas. Não! ha outras industrias em que a China excelle... Por exemplo, duas: a indústria de esvasiar os galinheiros alheios e a de...

Como é pobre a lingua pontugueza que creaste, Luiz de Camões! Como dizer a outra industria generosa em que os chinezes execelem? Como explicar ao publico o que é essa desinteressada industria, para cuja exploração dão os chinezes alguma cousa que não deu para dar-se a natureza?

Digamos: uma industria destinada a fazer de um supplicio um vicio... Comprehende-se agora que os capitaes tenham medo. Porque o capitalista está sempre disposto a gastar dinheiro em seu favor, e nunca contrasi. Supponhamos que eu, capitalista, de o meu dinheiro para que com elle, em fórmula de *bonus*, se protejam as industrias chinezas. Si com o meu dinheiro se proteger as industrias dos leques ou das porcellanas, tudo irá bem, e dentro em pouco auferirei lucros consoladores. Mas, si os bonus em que se dissolver o meu dinheiro forem dados para proteger as duas singulares industrias que citei, ver-me-hei na dolorosa contingencia de subsidiar o trabalho dos que me roubaram as gallinhas, e longe de receber juros, - no caso de ter curso forçado a segunda das industrias occultas, - terei de ser empalado á custa do meu proprio dinheiro.

Si digo eu, é por hypothese. Não tenho capitaes, não tenho gallinhas...e não tenho medo do reste. Fallo pelos capitaes dos outros. Tenho medo das industrias novas.

Sejamos prudentes, embaixadores e auxiliares! Se as industrias que tem de vir são apenas as de porcellana, dos chalets, dos leques, e da exploração do chá, - bem hajam, Confucio! Mas, si têm de vir as outras duas industrias, amigos, - ponhamos de molho as barbas, as gallinhas e o resto! (CIDADE DO RIO, 05/04/1893)

Mais uma vez associados a ladrões de galinha e ao vício do ópio, os chineses eram apresentados aos leitores como passivos diante da escolha que poderia se fazer em relação à imigração. Ou seja, mesmo com as dificuldades de negociação de um tratado com a China, mantinha-se um discurso que invisibilizava a agência dos chineses e seu governo diante da escolha brasileira e que, por fim, os reduzia às características que os colocavam como inferiores às outras opções.

Em 24 de março de 1893, o decreto n. 1331 concedia verbas para a efetivação do tratado já firmado com a China, a elaboração de um tratado com o Japão, além “do estabelecimento de agentes diplomaticos e consulares nesses paizes, para manutenção de suas boas relações, e especialmente encarregados esses e outros agentes de fiscalisar a emigração que daquelles paizes se dirigir para o Brazil.”¹⁰⁵ A legação brasileira na China foi criada pelo decreto n. 1429, de 10 de junho de 1893. No quadro do corpo diplomático, José da Costa Azevedo, o barão de Ladário, e Joaquim Francisco de Assis Brazil, estavam como enviados extraordinários e ministros plenipotenciários. Havia também três secretários¹⁰⁶ e Francisco Antônio de Almeida, nomeado “auxiliar da embaixada brasileira que tem de ir à China (...) e encarregado de estudar todas as industrias do Japão applicaveis ao Brazil” (JORNAL DO BRAZIL, 04/04/1893).

No quadro despesas da missão, consta que Almeida “regressou de Pariz, deixando de seguir para o seu posto”¹⁰⁷. Mesmo no Brasil, continuava vinculado à missão, e em 3 de setembro de 1893, enviou ao presidente Floriano Peixoto o relatório intitulado *Memória apresentada à V. Ex^a o Sr. Marechal Vice-Presidente da República sobre a Imigração chinesa, seguida de um projecto de fiscalização pelo Dr. Francisco Antonio de Almeida*¹⁰⁸. O documento reiterava a presença e a legitimidade de Almeida no debate sobre a Ásia e os asiáticos, bem como justificava o pagamento recebido para participar da missão. Em sua análise sobre a imigração, indicou modalidades de fiscalização nos

¹⁰⁵BRASIL. Decreto nº 1.331, de 24 de março de 1893. Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas um crédito extraordinario de 150:000\$000 ao cambio de 27 ds. por 1\$000 para dar cumprimento ao disposto no art. 2º da lei n. 97 de 5 de outubro de 1892. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1893.

¹⁰⁶José Cordeiro do Rego Barros, Dario Galvão e Luiz de Moraes.

¹⁰⁷“Quadro demonstrativo das despesas com o pessoal da missão especial à China”. Disponível em: **Missão especial do Celeste Imperio, confiada a direção do Barão de Ladário. 1893-1894**. Correspondências e textos impressos do acervo da Biblioteca Nacional.

¹⁰⁸Offícios referentes ao serviço de terras e colonização do governo do estado do Rio Grande do Sul; memorial sobre a hospedaria de Pinheiro; memória e projeto de fiscalização sobre a imigração chinesa; relatório da comissão de propaganda de imigração e colonização do norte do Brasil. 28/08/1893-21/06/1894. Referência: BR AN, RIO Q6.LEG.ADM,MIV.1059. Disponível no Arquivo Nacional.

locais de partida e no estabelecimento no Brasil. Ele manteve o discurso sobre as diferenças raciais e a opinião de que os habitantes do litoral eram física e moralmente degradados, mas mais facilmente arregimentados; os do interior continuavam a ser considerados “chins de pura raça” e “homens trabalhadores”. Para evitar o embarque da população que caracterizaria a “completa desmoralização da imigração asiática”, sugeria a presença de representantes do governo nos postos de embarque. Baseava-se em relatos de outros viajantes e em seu próprio.¹⁰⁹ Almeida ponderava que “sendo bem sucedida a imigração chinesa no Brasil” seria possível trazer trabalhadores de regiões de difícil acesso, porém com populações que considerava mais aptas. Nessa diferença mantida de seu discurso de *Da França ao Japão*, considerava que sem a devida seleção dos imigrantes “seria um verdadeiro desastre se as primeiras levas de colonos fossem compostas de typos rachíticos, malaios ou mestiços, como sucedeu em outras epochas, tendo ocasionado o descredito do chim como trabalhador agrícola”.

Em 1893, o ministério das Relações Exteriores publicou seu relatório com um item dedicado à China, *Immigração. Missão Especial*. Ali foram destacados o envio da missão brasileira àquele país e a chegada dos imigrantes chineses no vapor *Tetartos*. Assim como havia ficado evidente nas negociações do Tratado de Amizade assinado em 1881, os chineses estavam atentos à exploração internacional de trabalhadores.

O caso do navio *Tertatos* foi simbólico da relação entre Brasil e China. Em Macau, Júlio Benavides (da Companhia Metropolitana do Rio de Janeiro) organizou o embarque de 475 trabalhadores. Segundo Henrique Lisboa (2018, p. 48), em contraposição ao “preconceito tão frequentemente invocado pelos adversários da imigração chinesa”, os trabalhadores eram gente “robusta, sadia e bem disposta para os trabalhos agrícolas”. Contudo, a vinda deste navio com os trabalhadores parece ter acirrado as dificuldades nas relações entre os dois países. De acordo com a tradução da nota do “Encarregado de Negócios da China” apresentada no *Relatório do Ministério das Relações Exteriores*, a impressão que o governo chinês tivera da iniciativa de recrutar emigrantes sem sua permissão poderia criar dificuldades com a negociação dos acordos para vinda regular dos mesmos, como era o objetivo da legação brasileira. Diante disto, o representante da China pediu que fosse vedado o desembarque dos chineses que vinham no *Tetartos* ou,

¹⁰⁹“Pelas informações que me foi possível fazer nas publicações de viagem de diversos exploradores e pelos conhecimentos que adquiri durante a minha viagem a China em 1874-1875, posso afirmar que o trabalhador manchú é melhor, sob todos os pontos de vista, aos demais que habitam a China”. (ALMEIDA, 1893).

se caso já tivessem desembarcado, que fossem repatriados¹¹⁰. O governo brasileiro frisou que os imigrantes haviam embarcado livremente, após contratos regulares, sob fiscalização de autoridades portuguesas em Macau. Afirmando, por fim, que não impediriam o desembarque no Brasil nem os mandaria retornar “depois de tão longa viagem”¹¹¹ por já estarem estes trabalhadores designados para diferentes fazendas do Rio de Janeiro.

O representante chinês replicou duramente, como foi anexado no mesmo *Relatório*, demonstrando a contrariedade do seu país diante do tratamento dado pelo governo brasileiro ao caso dos trabalhadores traficados:

os 475 passageiros do *Tetartos* são subditos Chinezes; para assegurar a sua inteira liberdade de acção e resguardar os seus direitos era necessario que antes da sua partida fossem as competentes autoridades Chinezas habilitadas a entender-se com o representante do Brazil na China e para estabelecerem os regulamentos destinados a dar aos seus contractos as garantias indispensaveis. Eu tinha comprehendido que o Governo dos Estados Unidos do Brazil tambem assim pensava quando, por meio de V.E., nos pediu a abertura de negociações para o recrutamento de trabalhadores chinezes. Tal é pelo menos o sentido do *memorandum* mandado de Londres em 27 de julho de 1893 pelo Sr. Barão de Ladario, na vespera de sua partida para a China e que está archivado nesta Legação. Ora, o incidente do *Tetartos* não foi precedido de communicação regular entre o representante do Governo Brasileiro e os do Governo Imperial. Bem que responsaveis perante o Governo Central, as Altas autoridades da Provincia do Cantão não intervieram validamente na questão e nenhuma autorização deram. Estas circunstancias bastam para explicar a impressão desfavoravel que se sentiu na China (MINISTÉRIO DA RELAÇÕES EXTERIORES, 1894, p. 32).¹¹²

Houve um movimento de bloqueio dos chineses em relação aos interesses brasileiros, um afastamento em nível governamental, mais do que apenas um desinteresse pessoal dos representantes de ambos os países. Além disso, havia a positivação da imagem do Japão construída desde sua abertura, fazendo com que o país se destacasse como possibilidade de acordos comerciais.

¹¹⁰BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Relatório do ano de 1893 apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil (...) em maio de 1894**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894, p.28.

¹¹¹BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Relatório do ano de 1893 apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil (...) em maio de 1894**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894, p.30.

¹¹²BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Relatório do ano de 1893 apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil (...) em maio de 1894**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894, p. 32.

No dia 23 de maio de 1894, Costa Azevedo, barão de Ladário, redigiu em Hong Kong uma carta ao marechal Floriano Peixoto, insistindo na importância de assinar um tratado com o Japão baseado em termos de reciprocidade. Mencionou a dificuldade nos contatos com a China e as possibilidades que se anunciavam com relação ao Japão, sendo a vinda dos trabalhadores o ponto central para o estabelecimento de acordos oficiais:

Desde logo, vendo que da China não conseguiremos cedo essa imigração, e reconhecendo sob todos os pontos por que se encare a questão a superioridade dos japonezes sobre os chinezes, no proposito que tem-se em vista, tratei por modo officioso de saber das disposições do governo do Japão em vir ao encontro de nossas necessidades alludidas, que felizmente não se oppõe, antes estão acordes, com as desse imperio, de tirar de seu solo essa superabundancia de população, que já traz serias dificuldades ao paiz.

Aquella secretaria expuz a conveniencia de sem demora, endentermos-nos com o mesmo governo, antes de ir a Missão a Pekim, para tambem achar-se ella ali em melhores condições quando tiver de funcionar: mas isto, só concedendo-se no tratado a se fazer a justa exigência de perfeita reciprocidade; o que parece a mesma secretaria uma inconveniência, resultando não haver sido aceito o meu juizo a respeito.

(...)

Temer a reciprocidade num tratado com o Japão, por poder alcançar a algumas dezenas de brasileiros a legislação local quando ali, cerrando as vistas para não descobrir as vantagens do supprimento imediato de trabalhadores, em larga escala e a preços menores de quantos poderemos obter qualquer que seja o paiz, é tão singular ideia que escapa á minha comprehensão.

De mais, Senhor Presidente o Japão de hoje não é aquelle paiz de uns 40 annos atraz, quando por violencias de paizes varios, imposerão-lhe tratados que, são uma injuria á soberania desse imperio. O Japão está no caminho de um progresso febril tem leis tribunaes e juizes até certos pontos iguaes aos dos paizes dos mais adiantados.¹¹³

Respondendo o conselho sobre o tratado com base na reciprocidade, Alexandre Cassiano do Nascimento, ministro das Relações Exteriores, contestou-o: “Respeito a vossa opinião, mas não posso ter a satisfação de dizer-vos que o vosso conselho é aceito. Este assumpto foi examinado cuidadosamente e resolvido como sabeis”¹¹⁴.

A opinião do barão de Ladário se dava diante de fatos concretos em relação à emigração de trabalhadores japoneses que também ocorria para as Américas no fim do

¹¹³Cartas comunicando que foi nomeado ministro da Marinha e convidando o destinatário a permanecer no gabinete; solicitando nomeações de terceiros; informando a saída do primeiro secretário da missão especial do Brasil na China, da qual o autor é encarregado; e expondo idéias sobre emigração de trabalhadores. Data: 08/06/1889-23/05/1894. Referência: BR AN, RIO Q6.LEG.COR,CAR.217. Disponível no Arquivo Nacional.

¹¹⁴Carta do ministro Alexandre Cassiano do Nascimento enviada ao Almirante José de Costa Azevedo em 28 de maio de 1894. Disponível em: **Missão especial do Celeste Imperio, confiada a direção do Barão de Ladário. 1893-1894.** Correspondências e textos impressos do acervo da Biblioteca Nacional.

século XIX. De acordo com o pesquisador Hiroshi Saito (1961, p.21), os primeiros trabalhadores japoneses no Havaí chegaram em 1868 e “como se tratasse de imigração ilegal, não precedida de entendimentos oficiais, deu origem a um conflito entre os dois países em questão”, solucionado em 1871 com a assinatura de um Tratado de Amizade possibilitando a imigração regular, iniciada em 1875. Para além do tratado, os officios da missão brasileira atendiam à questão da imigração japonesa. Como demonstra a carta do arquivo da missão em Hong Kong, direcionada ao barão de Ladário, de 7 de junho de 1894¹¹⁵:

Agradeço a V. E. sua carta de 23 de abril ultimo e folgo em saber que V.E. tem na máxima importancia a conclusão de um Tratado entre o Brasil e o Japão. Tratado que nos abra as portas para a imigração japonesa.

(...)

Contamos com o esforço patriotico de V.E. e com o apoio do Ex. Vice Presidente da República cuja solicitude por esse assumpto é notória, deixo em Paris as cousas preparadas para que possa a introdução de imigrantes japoneses ter lugar logo após a celebração do Tratado entre os dous paises. ¹¹⁶

De acordo com Jeffrey Lesser (2001, p. 156), ao voltar-se para o Japão, o enviado brasileiro “sabotou sua própria missão de tratado na China” e, naquele momento, “o governo Qing tinha tão pouco interesse no Brasil quanto Costa Azevedo tinha na China” (p. 66). Contudo, o que se nota na documentação é mais um desdobramento das relações com a China, como as negociações do tratado de 1881 e o descontentamento com a saída dos trabalhadores a bordo do *Tetartos*, do que propriamente desinteresse.

O decreto n. 1896, de 23 de novembro de 1894, que determinava o retorno da missão enviada à China, comunicava a exoneração do astrônomo Francisco Antônio de Almeida. A missão foi cancelada em função da guerra sino-japonesa: “A guerra com o Japão, apesar das victorias que este tem alcançado, póde durar ainda algum tempo e as

¹¹⁵Ao que nossas pesquisas indicam, o remetente trata-se do Conde de Figueiredo, fundador do Banco Nacional Brasileiro. No papel da carta estava timbrado a marca da sede de Paris do Banco Nacional Brasileiro e, dois meses após a escrita da mesma, onde dizia que em breve retornaria ao seu país, foi noticiado no periódico *O Pharol* que “vindo da Europa, acha-se no Rio de Janeiro o sr. Conde de Figueiredo, presidente do Banco Nacional Brasileiro” (01/08/1894).

¹¹⁶Carta do Almirante José da Costa Azevedo enviada em 7 de junho de 1894. Disponível em: **Missão especial do Celeste Imperio, confiada a direção do Barão de Ladário. 1893-1894**. Correspondências e textos impressos do acervo da Biblioteca Nacional.

suas desastrosas consequências não de ocupar depois da paz toda a atenção do Governo chinês. Tem portanto de ser adiada a projectada negociação”¹¹⁷.

5.7.1 CHINESES E JAPONESES EM *CHINS DO TETARTOS*

Esforço-me, nesse estudo, por emitir um juízo correto e imparcial sem deixar-me influir pela justificada preferência que poderia merecer-me a imigração chinesa, há tantos anos estudada e aproveitada, posta em paralelo com a japonesa, só recentemente experimentada. (LISBOA, 2018[1894], p. 16)

No mesmo ano do fim da missão à China, 1894, o diplomata Henrique Lisboa, que já havia escrito *A China e os Chins* (1888), publicou *Os chins do Tetartos*. Este livro inicia com uma “resenha histórica”, voltada para os acontecimentos desde a assinatura do Tratado de Amizade entre Brasil e China, em 1881, até a década de 1890; a partir daí, há considerações e projetos para introdução dos trabalhadores chineses, desde o engajamento na China, transporte, colocação no Brasil, os sistemas de imigração, terminando com uma análise sobre a imigração japonesa, que ia “encontrando aceitação entre os fazendeiros” (LISBOA, 2018[1894], p. 16). Os japoneses não apareciam apenas ao final da obra, pois o debate sobre a imigração era feito em consonância com a lei de 1892, que permitia a imigração chinesa e japonesa, e com a previsão de tratado com o Japão.

Se o Congresso Agrícola (1878) fora o momento para se pensar sobre a vinda e o trabalho dos chineses no Brasil, a obra de Lisboa trazia respostas dos primeiros fazendeiros a receberem estes trabalhadores com certa fiscalização, como um teste e fase de ajuste destes planos. Chama a atenção que um destes relatos é de uma proprietária de fazenda, Amelia Gomes de Azevedo, que administrava com sua mãe a fazenda Monte Himalaia (LISBOA, 2018[1894], p. 62). Amelia Azevedo dizia-se observadora da transição e das diferenças entre os trabalhadores nacional, europeu e chinês, fazendo duras críticas ao primeiro e, na tentativa de dispensá-los, o último surgia como opção. Eram “motor reacionário e pacificador” pois “o pessoal tornou-se mais submisso, ao compreender que havia um competidor”, situação antes anunciada nas páginas da *Revista*

¹¹⁷BRASIL. Decreto nº 1.896, de 23 de novembro de 1894. Adia os serviços autorizados pela lei n. 97 de 5 de outubro de 1892 e manda retirar a Missão à China. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1894.

Illustrada, por Angelo Agostini. Defensora da vinda dos chineses, Amelia Azevedo os considerava fortes, asseados, honestos, dóceis, obedientes, inteligentes, esforçados, silenciosos e, grande vantagem, de baixo custo. Ela trazia para o debate a importância da paciência com as dificuldades de idioma, alimentação e outros costumes que dificultavam a adaptação no início. Destacava como importante para o bom convívio ganhar-lhes a confiança, pois “com a brandura e o jeito consegue-se tudo deles, o que já não acontece com a aspereza ou a violência” (p. 67). Por fim, a proprietária rural buscava diferenciá-los dos demais imigrantes e do trabalho escravo:

Além de ser mais barato o trabalho do chim, devemos levar em conta a paz do espírito que sua brandura nos proporciona. Dizer-se que o chim vem substituir o elemento servil e representar um segundo período de escravidão em um país livre é uma ideia sem fundamento. O chim não se sujeitará a ser tratado como escravo; usará sempre das prerrogativas de sua liberdade, porque é livre e ele o sabe. Sua inteligência não é inculta. Todos os nossos sabem ler, inclusive o menino de 11 anos. Não é isto um belo exemplo, vemos como está a instrução introduzida na China entre o proletariado que precisa emigrar para ganhar a vida? Não há, pois, escravidão possível para quem tem as luzes da instrução e o poderio da inteligência. (LISBOA, 2018[1894], p. 70)

Henrique Lisboa, como provocação e defesa, dizia que nos relatos “não são, pois, os mesmos chins com que nos ameaçavam a Sociedade Central de Imigração e o sr. José do Patrocínio. Ninguém os achou raquíticos, viciados, imorais, facinorosos, ou bestializados pelo ópio. Já devemos dar graças a Deus!” (p. 78). A análise de Lisboa sobre um período experimental antes da abertura da imigração espontânea depositava esperanças em relação aos primeiros resultados e destacava a necessidade de mecanismos de acompanhamento, proteção e fiscalização do processo. Lisboa (p. 81) considerava cinco sistemas de imigração possíveis:

- 1º. Imigração contratada por conta direta dos fazendeiros;
- 2º. Imigração contratada ou livre por conta de empresas comerciais;
- 3º. Imigração contratada ou livre por conta dos governos estaduais;
- 4º. Imigração livre por conta da União;
- 5º. Imigração espontânea e livre.

O autor incentivava a segunda modalidade. Ele considerava que a imigração espontânea e livre necessitava de maior preparo. Acreditava serem necessárias limitações, para que o processo não alcançasse proporções que “nos obrigassem a tomar mais tarde desagradáveis medidas de repressão” (p. 96). Via nos chineses bons trabalhadores

temporários, apesar de serem uma presença indesejada na composição nacional. O fato é que mudava o discurso em função da nova demanda da opinião pública pós-abolição, incluindo as demandas internacionais (mesmo as chinesas), sobre regulamentação do trabalho livre; mas o projeto em muito se assemelhava ao que era proposto na década de 1870.

A vinda do vapor *Tetartos* para o Brasil e a missão à China, ambos em 1893, foram centrais para o desencadeamento do debate sobre a mudança de foco dos chineses para os japoneses como imigrantes. Foi fazendo referência ao romance do autor francês Pierre Loti, *Madame Chrysantème*¹¹⁸ (1887), que Henrique Lisboa iniciou seu capítulo sobre o Japão:

Quando penso na deliciosa pátria de *mme. Chrysantème*, a minha imaginação só pode vê-la coberta de coloridas e mimosas flores e inundada de alegres raios solares, por meio de cujos reflexos cruzam com voo ligeiro e incerto, essas elegantes mariposas pintadas nos seus biombos e *kakimonos* (p.101).

A construção das imagens sobre os estrangeiros mantinha como subsídio as narrativas de viajantes, especialmente os “viajantes contemporâneos” do fim do oitocentos, como o francês Albert Tissandier e o inglês Henry Norman. Quase duas décadas depois da primeira publicação que acompanhamos, o Japão estava cada vez mais conhecido, entretanto, mantinha-se a imagem romantizada de sua população: vivendo para suas alegrias, delicados, caprichosos. Para Lisboa, “comparando essas disposições do caráter japonês com as do chinês, está-se tentado de condensar os termos do paralelo em duas simples palavras: poesia e espírito prático”. Contribuía para a diferenciação o idioma, “a língua (falada) japonesa é polissilábica, de vozes doces e demoradas; a chinesa é monossilábica, gutural, estridente” (p. 101).

Aqui o debate racial e de gênero que vinha sendo formulado como impressões de viajantes ganhava utilidades práticas, lembrando que, nos debates sobre imigração, a questão familiar era importante para a manutenção dos trabalhadores nas fazendas. Isto servia para a defesa da vinda de famílias, mantendo os imigrantes mais satisfeitos e dificultando tentativas de desertar ou encontrar outros serviços. Além disso, as mulheres

¹¹⁸O livro de Pierre Loti, publicado em 1887, teve sucesso e foi traduzido para trinta e seis línguas (OKAMOTO, 2002, p.85). Para Celina Kuniyoshi (1998, p.86), ele foi o inaugurador da literatura japonista. A história foi inspirada em seus três meses no Japão, em 1885, “mais especificamente na cidade portuária de Nagasaki, onde casou-se, na vida real, com uma japonesa de dezoito anos chamada Okane” (OKAMOTO, 2002, p.86).

poderiam ser úteis para o trabalho, levando em conta “a conveniência econômica que talvez encontrássemos no concurso da mulher japonesa para mil rendosos labores em que excelam os seus mimosos, porém hábeis dedos” (p. 115).

Lisboa julgava que “o trabalho japonês está em condições de prestar valioso auxílio à lavoura do Brasil”, embora “o recurso ao trabalho chinês merece, sem dúvida, alguma preferência pela maior perseverança, submissão e espírito prático da raça chinesa” (p. 103). Um dos argumentos centrais nos elogios aos japoneses era também motivo para fazê-los serem preteridos em relação aos chineses, afinal não havia de fato uma ruptura em relação aos projetos a respeito dos trabalhadores asiáticos; o que muitos almejavam era trabalhadores que se assemelhassem aos do sistema abolido e não ao assalariado livre:

Por último a ocidentalização das instituições japonesas veio a dar ali ao proletário maiores liberdades e facilidades para conseguir um bem-estar que a opressão dos mandarins não permite ao proletário chinês. Por todos esses motivos, creio que nos seria de maior benefício receber da China o considerável número de braços de que precisamos e que o Japão dificilmente nos poderá fornecer (p. 103)

A diferença de processos e possibilidades de abertura e resistência da China e do Japão ao imperialismo ocidental no século XIX conferia a cada um deles características que os tornavam mais ou menos atrativos. Desta forma, a exploração sofrida pela China era vista como positiva para determinados projetos brasileiros que, na prática, procuravam os trabalhadores com menos condições de reivindicar melhores condições. Na balança, este fator pesava e demonstrava que o debate racial muitas vezes serviu como estratégia de discurso.

Entretanto, visto a urgência que considerava haver da lavoura, Henrique Lisboa defendia que com o Japão não ocorria a morosidade burocrática que havia na China, e, portanto, colocava-se favorável à vinda dos japoneses:

Em todo o caso, com ou sem tratado, a imigração japonesa apresenta-se à lavoura como um recurso mais pronto do que a chinesa e é nesse sentido que advogo a sua preferência. Tanto mais quanto a sua iniciação constituirá um poderoso incentivo para que sejam apressadas pelo governo chinês as diligências necessárias, a fim de impedir que o seu tradicional rival roube à China um tão vasto campo para o escoamento de uma população superabundante. Reconhecida, pois, a utilidade do trabalhador japonês e a facilidade que temos de consegui-lo em prazo muito mais breve do que o chinês, estudemos a forma de encaminhá-lo para o Brasil, valendo-nos para isso da experiência dessa imigração para outros países. (p. 106)

Faltava, então, assinar o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação com o Japão. O governo brasileiro consultara o governo japonês em 1892, e este demonstrou interesse em um acordo com base na reciprocidade – situação que não era a idealizada no Brasil. Mas, ainda naquele fim de século, conseguiria assinar o Tratado e enviar uma legação diplomática, estabelecendo, oficialmente, o contato com o Japão.

6. ALUÍSIO AZEVEDO E A LEGAÇÃO BRASILEIRA AO JAPÃO

Este último capítulo trata da experiência de Aluísio Azevedo após a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação com o Japão (1895). O debate sobre os asiáticos no Brasil já havia então caminhado muito, em relação àquele do período da viagem de Francisco Antônio de Almeida. As tentativas frustradas de imigração chinesa haviam, em parte, desestimulado os interessados, e cada vez mais, as relações com o Japão se consolidavam. Aluísio Azevedo viajou como funcionário do governo brasileiro na primeira legação oficial enviada em 1897, estabelecendo-se em Yokohama como vice-cônsul. Como ele não era principiante, mas um autor reconhecido, havia uma expectativa acerca do livro sobre o Japão que estava escrevendo. Encontrado como esboços do que seria uma obra tardia, o texto foi editado e impresso apenas em 1984.

Azevedo vivenciou o início da expansão japonesa nos anos 1890, portanto, para entender suas considerações e sua estadia no país, é necessário entender o crescimento do Japão no plano internacional e a continuidade das iniciativas brasileiras em direção aos trabalhadores asiáticos, a partir de então com uma nova configuração. Se no Brasil, “substituir um governo e construir uma nação (...) era a tarefa que os republicanos tinham de enfrentar” (CARVALHO, 2014b, p. 24), em linhas gerais a frase servia também para o Japão sob o governo Meiji.

6.1 O MOMENTO É JAPONÊS

A novidade no século XIX era que os não-europeus e suas sociedades eram crescente e geralmente tratados como inferiores, indesejáveis, fracos e atrasados, ou mesmo infantis. Eles eram objetos perfeitos de conquista, ou ao menos de conversão aos valores da única *verdadeira* civilização, aquela representada por comerciantes, missionários e grupos de homens equipados com armas de fogo e aguardente. E, em um certo sentido, os valores das sociedades tradicionais não-ocidentais tornaram-se cada vez mais irrelevantes para sua sobrevivência, numa era em que apenas contavam a força e a tecnologia militar. A sofisticação da Pequim imperial por acaso evitou que os bárbaros ocidentais queimassem e saqueassem o Palácio de Verão mais de uma vez? A elegância da cultura de elite em Mughal, a capital em declínio, retratada com tanta beleza por Saty ajit Ray em *Os Enxadristas*, impediu o avanço dos britânicos? Para o europeu médio, essas pessoas se tornaram objeto de desprezo. Os únicos não-europeus que mereciam sua estima eram os guerreiros, de preferência os que podiam ser recrutados para seus próprios exércitos coloniais (sikhs, gurkas, montanhese bérberes, afegãos, beduínos). O Império Otomano

conquistou o respeito, concedido a contragosto, porque mesmo em seu declínio tinha uma infantaria capaz de resistir aos exércitos europeus. O Japão começou a ser tratado como um igual quando começou a ganhar guerras. (HOBSBAWM, 2006, p. 118-9)

Na última década do século XIX, o Brasil havia se tornado república. O Japão não era mais o país recém-aberto ao exterior; a euforia com as novidades e os acordos desiguais davam lugar à reafirmação de uma identidade e à busca pelo protagonismo em suas relações internacionais. Quando os dois países assinaram o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação em 1895, a imprensa brasileira tornava mais evidente a construção da diferença entre a China e o Japão, situação favorecida pela primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-5). A disputa entre os países interessados na Coreia contribuiu para a consolidação da imagem forte do Japão no exterior e foi um marco da expansão do império. Em 1895, Japão e China assinaram o armistício pelo Tratado de Shimonoseki, findando a guerra. Entre outros acordos, garantiu-se a independência da Coreia, que a China pagasse uma indenização ao Japão e que este teria domínio sobre a Manchúria, Taiwan e Ilhas Pescadores, antes sob posse chinesa (SAKURAI, 2008, p. 164). Para o historiador Jürgen Osterhammel (2014, p. 483), o país ganhou respeito como um poder regional depois da vitória sobre a China, mas só a vitória sobre o império czarista, em 1905, o fez entrar no círculo das Grandes Potências. Para Kyu Hyun Kim (2012, p. 20-1), uma “comunidade imaginada” foi consolidada no Japão a partir da experiência da guerra, da luta contra o inimigo estrangeiro, das informações partilhadas, da união física ou mesmo figurativa.

O glamour imperialista alimentou o entusiasmo nacionalista, a “febre da guerra”. Melhoras nas tecnologias de comunicação, o desenvolvimento dos meios de informação e a incorporação de diversas localidades em uma matriz nacional, todos tiveram seus papéis críticos nessa confluência explosiva de expansão imperialista e integração nacional (tradução nossa).

No exterior, a vitória coroava a imagem do Japão forte, capaz de vencer a grande China. No Brasil, a imagem de um continuava sendo contruída em paralelo ao outro.

Para além dos documentos oficiais e relatos de viajantes, autores como Machado de Assis também escreveram sobre a China e o Japão. Naquele momento, o escritor

atuava como funcionário público e assinava a coluna de crônicas *A Semana* (1892-1897), no jornal *Gazeta de Notícias*¹¹⁹.

Tratar destes temas nas crônicas correspondia à agenda de interesses internacionais em diálogo com as demandas nacionais, especialmente em relação à imigração, ao debate racial e à política externa.¹²⁰ Um dos textos de Machado de Assis no qual podemos compreender esta dinâmica foi publicado em 28 de outubro de 1894:

O momento é japonês. Vêde o contraste d'aquelle povo que, emquanto acorda o mundo com o annuncio de uma nova potencia militar e politica, manda um commissario ver as terras de São Paulo, para cá estabelecer alguns dos seus braços de paz. Esse commisario, que se chama Sho Nemotre, escreveu uma carta ao *Correio Paulistano* dizendo as impressões que leva d'aquella parte do Brasil. “Levo, da minha visita ao Estado de S. Paulo, as impressões mais favoraveis, e não vacillo em affirmar que acho esta região uma das mais bellas e ricas do mundo. Pela minha visita posso afiançar que o Brasil e o Japão farão feliz amisade, a emigração será em breve encerada e o commercio será reciprocamente grande. (MACHADO DE ASSIS, 28/10/1894, p. 1)

O “momento é japonês” fazia referência ao poder militar e político que o Japão demonstrava na guerra, em seu primeiro ano, apresentando-se ao mundo como nova potência. Para Eric Hobsbawm (1982, p. 160), o país se tornou o modelo de sucesso e também a maior surpresa em um momento no qual europeus e estadunidenses dominavam a política internacional:

De todos os países não-europeus, apenas um foi bem-sucedido em encontrar e derrotar o Ocidente no terreno inimigo. Este país foi o Japão, para uma certa surpresa dos observadores da época. Para eles, era talvez o menos conhecido de todos os países desenvolvidos, já que havia sido virtualmente fechado ao contato direto com o Oeste no século XVII, mantendo apenas um único ponto de mútua observação, por onde os holandeses tinham recebido permissão para manter um comercio em escala restrita. Em meados do século XIX, o país não parecia ao Oeste diferente de qualquer outro país oriental, ou em outras palavras, estava igualmente destinado ao atraso econômico e à inferioridade militar para tornar-se vítima do capitalismo.

¹¹⁹Foi utilizada a versão disponível pelo projeto de digitalização das obras de Machado de Assis realizado na Universidade Federal de Santa Catarina, referentes à *Obra Completa* de Machado de Assis. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, Vol. III, 1994. Disponível em: <<http://www.machadodeassis.ufsc.br>> Acessado em 24 de junho de 2017.

¹²⁰ Sobre a imigração chinesa nas crônicas de Machado de Assis ver também: HASHIMOTO, Shirlei Lica. **As representações dos japoneses nos textos modernistas brasileiros**: Mario de Andrade, Oswald de Andrade e Juó Bananére. 2012. 362 f. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012; RAMOS, Ana Flávia Cernic. Das batalhas literárias e sociais surge o “método”: escravidão, trabalho livre e imigração nas crônicas de Machado de Assis (1878-1883). In: **Machado de Assis em Linha**, v.11, n.23. Universidade de São Paulo: Jan/Abr, 2018.

Em poucos anos, na segunda metade do século XIX o Japão não só criou uma estrutura interna condizente com o padrão das grandes potências, como demonstraria que era um agente dominante nas disputas internacionais. Machado de Assis afirmou que trocava um Tratado de Tien Tsin, referindo-se aos chineses¹²¹, por um de Yokohama, com o Japão. O escritor dialogava com o que era publicado nos periódicos sobre a chegada de um representante japonês. Como, por exemplo, no *Correio Paulistano* de 20 de outubro de 1894 onde estava a matéria *Sho Nemoto em S. Paulo: visita do enviado especial do governo do Japão ao Estado de S. Paulo*. A vinda de Sho Nemoto visava o estabelecimento de relações diplomáticas, das quais decorreriam a imigração japonesa. Para Lesser (2001, p. 154), “a busca por mão-de-obra submissa casava-se bem com a afirmação nada sutil de Sho Nemoto, de que os japoneses eram os ‘brancos’ da Ásia”. O diplomata teria apresentado uma imagem dos japoneses como “quietos, trabalhadores e ansiosos por se tornarem brasileiros”.

Ainda no texto de 28 de outubro de 1894, Machado de Assis apresentou um posicionamento favorável a esta imigração na *Gazeta de Notícias*:

Ao mesmo tempo, o Sr. Dr. Lacerda Werneck, um dos nossos lavradores esclarecidos e competentes, acaba de publicar um artigo commemorando os esforços empregados para a próxima vinda de trabalhadores japonezes. “É do Japão (diz elle) que nos ha de vir a restauração da nossa lavoura.” S. Ex. falla com enthusiasmo d’aquella nação civilisada e prospera, e das suas recentes victorias sobre a China (p. 1).

Manoel Peixoto de Lacerda Werneck¹²² apoiava a vinda dos japoneses de forma interessada. Como pode ser visto nos jornais, ele era um dos diretores da Companhia Oriental de Imigração e Commercio, cuja finalidade era promover a imigração da China e do Japão; ou seja, era diretamente beneficiado por estes acordos internacionais. Sobre os trabalhadores chineses, Machado de Assis observou:

A tristeza é natural que a tenham agora, se acaso o intérprete lhes lê os jornaes; mas é provável que não os leia. Melhor é que ignorem e trabalhem. Antes plantar café no Brasil que “plantar figueira” na

¹²¹Havia diversos tratados com o mesmo nome, todos assinados com a China. Um deles era o Tratado de Tien Tsin que havia sido assinado durante a Segunda Guerra do Ópio devido aos interesses comerciais estrangeiros, em especial ingleses, em 1858. Em relação ao Brasil, o Tratado de Amizade assinado em 1880 entre Eduardo Callado e Arthur Silveira da Mota e o Governo chinês foi popularmente chamado pelo mesmo nome.

¹²²Manoel Peixoto de Lacerda Werneck, é considerado um “ardoroso pró-chinês” (LESSER, 2001, p.73). De acordo com Jeffrey Lesser, Luiz Peixoto de Lacerda Werneck, por outro lado, foi um dos agentes no ataque à imigração chinesa para o Brasil (p.44).

Coréia, perseguidos pelo marechal Yamagata. Já este nome é célebre! Já o almirante Ito é famoso! Do primeiro disse a *Gazeta* que é o Moltke do Japão. Um e outro vão dando galhardamente o recado que a consciencia nacional lhes encommendou para fins historicos. (28/10/1894, p. 1)

A dificuldade com a língua acarretava a impossibilidade de reação que, possivelmente, os chineses teriam acerca do que era debatido nacionalmente sobre eles. “Melhor é que ignorem e trabalhem”, ponderou o autor. Ciente do debate sobre as más condições nas quais viviam os chineses que migravam para outros países, o escritor brasileiro as questionava por meio da ironia de seus textos¹²³. Continuando a crônica, o escritor afirmava:

Não sou nenhuma alma ingrata que negue ao chim os seus poucos meritos; confesso-os, e chego a applaudir alguns. O maior d’eles é o chá, merecimento grande, que vale ainda mais que a philosophia e a porcellana. E o maior valor da porcellana, para mim, é justamente servir de vehiculo ao chá. O chá é o unico parceiro digno do café. Temos tentado fazer com que o primeiro venha plantar o segundo, e ainda me lembra a primeira entrada de chins, vestidos de azul, que deram para vender pescado, com uma vara ao hombro e dous cestos pendentes, — o mesmo apparelho dos actuaes peixeiros italianos. Agora mesmo ha fazendas que adoptaram o chim, e, não há muitas semanas, vi aqui uns tres que pareciam alegres, — por bocca do interprete, é verdade, e das traduções falladas se pode dizer o mesmo que das escriptas, que as ha lindas e perfidas. De resto, que nos importa a alegria ou a tristeza dos chins? (28/10/1894, p. 1)

Machado de Assis dava visibilidade para a situação precária do trabalhador chinês, muitas vezes análoga à escravidão. Nesse sentido, a dificuldade de comunicação aparece nas crônicas como estratégia de manipulação não só dos imigrantes, mas daqueles que sabiam de suas opiniões por meio da tradução, que poderia ser “pérfida”, escamoteando a realidade. Comentando sobre a vinda de japoneses, o narrador conclui:

O momento é japonéz. Que esses braços venham lavrar a terra, e plantar, não só o café, mas também o chá, se quizerem. Se forem muitos e trouxerem os seus jornaes, livros e revistas de clubs, e até as suas

¹²³Exemplar desta ironia é a crônica publicada em 23 de outubro de 1883, na série *Balas de Estalo*. Nela Machado de Assis criou um ofício do “vice-rei da Índia ao Conde Granville”, que teria sido “impresso na *Gazeta de Londres*”. Comparando o termo *chim* a *chimpanzé*, o “vice-rei”, afirmava: “A primeira vantagem do chim-panzé é que é muito mais sobrio que o chim commum. (...) O chim-panzé não usa roupa, calçado ou chapéo. Não vive com os olhos na patria; ao contrário, Sir John Sterling e seus parentes affirmam que têm conseguido fazer com que os chim-panzés mortos sejam comidos pelos sobreviventes, e a economia resultante d’este meio de sepultura póde subir, n’uma plantação de dois mil trabalhadores, a duzentas libras por anno. Não tendo os chim-panzés nenhuma especie de sociedade, nem instituições, não ha em parte alguma embaixadas nem consulados; o que quer dizer que não ha nenhuma especie de reclamação diplomatica, e póde V. Ex. calcular o socego que este facto traz ao trabalho e aos trabalhadores”.

moças, alguma necessidade haverá de aprender a língua delles. O padre Lucena escreveu, ha tres seculos, que é língua superior á latina, e tal opinião, em bocca de padre, vale por vinte academias. Tenho pena de não estar em idade de a aprender também. Estudaria com o próprio comissário Sho Nemotre, que esteve agora em S. Paulo; ensinar-lhe-hia a nossa lingua, e chegaríamos á convicção de que o almirante Ito é descendente de uma família de Itú, e que os japonezes foram os primeiros povoadores do Brasil, tanto que aqui deixaram a japona. Ruim trocadilho; mas o melhor escripto deve parecer-se com a vida, e a vida é, muitas vezes um trocadilho ordinário. (28/10/1894, p. 1)

Meses depois, Machado de Assis (21/04/1895) voltou a citar o Japão e sua língua por intermédio do Padre Lucena: “Segundo um velho frade que narrou as viagens de S. Francisco Xavier por aquellas terras, ha alli diversos vocabularios para uso das pessoas que fallam, a quem fallam, de que fallam, que idade tem quando fallam e quantos anos tem aquellas a quem fallam”. A *História da vida do padre Francisco de Xavier, e do que fizeram na India os mais religiosos da Companhia de Jesus*, do Padre Lucena foi publicada em 1600 na cidade de Lisboa. Um de seus exemplares foi comercializado, no Brasil, em 1895, entre “obras de grandes escriptores classicos”, anunciado a partir da venda em quatro volumes (GAZETA DE NOTICIAS, 19/01/1885). Em *A Semana*, Machado de Assis citou a publicação em outros momentos, sublinhando aspectos como o trabalhador chinês, a língua japonesa e as religiões asiáticas.

De modo geral, construía-se uma imagem favorável em relação aos japoneses, especialmente no fim do século XIX. Machado comentava sobre a produção dos irmãos Goncourt e o japonismo na França; escreveu que o Japão “inventava-se a si mesmo”. Para Machado, o Japão “forjava a espada que um dia viria pôr na balança dos destinos da Ásia” (28/10/1894).

Eram constantes as notícias sobre os países asiáticos nos principais periódicos brasileiros. Na *Gazeta de Notícias* foi criada a coluna *China e Japão*, para informar sobre o andamento da guerra. Eram, majoritariamente, notícias do Japão vindas “das folhas europeas recém-chegadas” (GAZETA DE NOTICIAS, 25/10/1894) ou de telegramas traduzidos para o público brasileiro. Assim, quando a crônica de Machado de Assis apontava que “o momento é japonês”, ela se alinhava aos debates e notícias sobre a guerra e o expansionismo japonês, não se abstendo de críticas às formas de trabalho nem de comentários sobre a possibilidade de imigração.

6.2 O TRATADO DE AMIZADE, COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO ENTRE BRASIL E JAPÃO

O Japão na década de 1890 era personagem consolidado na política internacional. Suas relações exteriores eram parte importante da reestruturação iniciada na década de 1850, afinal era justamente a abertura ao exterior o fator central da mudança. Nos anos iniciais, a balança pendia mais fortemente para as grandes potências, que negociaram tratados desiguais incluindo direitos de extraterritorialidade, e por anos, o Japão buscou remodelar suas instituições e a própria imagem no exterior, a fim de se colocar como igual em tais acordos. Além disso, era importante para o país criar uma política externa como

instrumento para consecução dos interesses nacionais de modernização e competitividade do país, perante um cenário internacional cada vez mais agressivo, do qual o Japão não poderia mais se eximir sem correr o risco de ser mais um quintal da competição imperialista (YAMAMURA, 1996, p. 134).

Foi neste momento de revisão que o país negociou seu tratado com o Brasil. A entrada de asiáticos no Brasil havia sido proibida pelo decreto n. 528, de 28 de junho de 1890. O primeiro artigo do capítulo sobre introdução de imigrantes determinava:

É inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos individuos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos á acção criminal do seu paiz, exceptuados os indigenas da Asia, ou da Africa que sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de accordo com as condições que forem então estipuladas.¹²⁴

Dois anos depois, a Lei n. 97, de 5 de outubro de 1892, autorizou o governo a executar o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação com a China, permitir a entrada de imigrantes chineses e japoneses e a firmar um tratado com o Japão. O primeiro artigo desta lei determinava que

é permittida a livre entrada, no territorio da República, a immigrantes de nacionalidade chinesa e japoneza, comtanto que, não sendo indigentes, mendigos, piratas, nem sujeitos à acção criminal em seus paizes, sejam válidos e aptos para trabalhos de qualquer industria¹²⁵.

¹²⁴BRASIL. Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890. Regularisa o serviço da introducção e localisação de immigrantes na Republica dos Estados Unidos do Brazil. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1890.

¹²⁵BRASIL. Lei nº 97, de 5 de outubro de 1892. Permite livre entrada no territorio da Republica de immigrantes de nacionalidade chinesa e japoneza; autorisa o Governo a promover a execução do tratado de 5 de setembro de 1890 com a China; a celebrar tratado de commercio, paz e amizade com o Japão, e dá outras providencias attinentes á immigração daquellas procedencias. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1892.

Nesta mesma lei, o governo brasileiro autorizava o estabelecimento de agentes diplomáticos e consulares na China e no Japão, para manutenção das relações e para fiscalizar a emigração para o Brasil, correspondendo às reivindicações feitas na China durante as negociações do Tratado de Amizade finalizado em 1881.

Grupos se organizavam no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais para tirar proveito da lei (LISBOA, 2018, p. 25). Em 1892, o jornal *O Paiz* (29/12/1892) comunicava que um grupo sob o nome “Sindicato Paulista” planejava introduzir trabalhadores chineses e japoneses no sudeste, avisando que, para garantir a segurança na escolha e engajamento dos trabalhadores, seria enviado um de seus membros a estes países. No mesmo ano, um ato do poder legislativo do Rio de Janeiro decretou a contratação de “cem mil a cento e vinte mil imigrantes procedentes da China e do Japão” (JORNAL DO COMMERCIO, 15/11/1892).

Em 1893, a Associação Promotora de Imigração Asiática buscava incorporadores para financiar a contratação de companhias para transporte, hospedaria e fiscalização para vinda de chineses e japoneses ao Brasil. Também os direcionaria aos interessados, fossem particulares ou companhias, podendo trabalhar em construção de estradas, dessecamento de pântanos, desobstrução de rios, construções hidráulicas; em contratos de no máximo cinco anos (O PAIZ, 27/02/1893). No ano seguinte, a Companhia Oriental de Imigração e Commercio também buscava incorporadores para comprar ações negócios semelhantes, visando “promover a imigração e o commercio da China e do Japão com o Brasil e outros paizes da America do Sul”, mas destacando a possibilidade de introdução de trabalhadores japoneses também por contratos. Destacava os “lucros prováveis” dos investimentos, levando em conta que o engajamento de japoneses seria feito independente da celebração de um tratado com o país (GAZETA DE NOTICIAS, 20/10/1894).

Mesmo com a permissão para a assinatura do tratado com o Japão em 1892, este só foi assinado três anos depois. No *Relatório do Ministério de Relações Exteriores* de 1895, havia uma sessão intitulada *China e Japão*, uma vez que o debate sobre estes países estava interconectado, com o subtítulo *Imigração, procedimento do governo*. No texto sobre a China, foram destacados o insucesso da missão de José da Costa Azevedo, barão de Ladário, de 1893, incluindo motivos como a Guerra Sino-Japonesa, a peste bubônica

e “por vos parecer preferível o serviço japonéz, resolvestes que a missão não tivesse seguimento” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 1895, p. 43).

A respeito do Japão, o relatório, reiterava a necessidade de o governo brasileiro aceitar a assinatura de um tratado com base na reciprocidade, lembrando que:

Aqui mesmo vai-se formando a convicção de que esse paiz offerece aos estrangeiros garantias sufficientes. O Almirante Costa Azevedo, que por alli passou em caminho para a China, assim pensa e na sua correspondencia com este Ministerio declarou-se firmemente pela immigração Japoneza.

Ocorre ainda, que o Governo daquelle Imperio resolveu ultimamente não permittir a emigração para os paizes que não queiram sujeitar os seus subditos á jurisdicção local.

Da conformidade com o vosso pensamento, recommendei ao Ministro em Pariz, que por meio do seu collega do Japão procurasse saber si este ainda está disposto a tratar conosco, e si concorda em fazer a negociação naquella capital.

O Ministro Japonéz ainda não recebeu resposta, e eu não estranho a demora, porque a guerra com a China, que felizmente está terminada, absorvia naturalmente toda a atenção do seu Governo (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 1895, p. 43).

Antes, em sua missão à China, Costa Azevedo havia recebido um officio demonstrando a contrariedade do governo brasileiro em assinar um tratado baseado na reciprocidade com o Japão¹²⁶. Diferentemente do que ocorrera com a China, para o Japão não foi enviada missão especial para a assinatura do tratado, afinal o contato fora realizado nas últimas missões que sondaram igualmente as possíveis relações com o Japão. O governo brasileiro solicitou que seu representante em Paris consultasse o representante japonês para saber se seu governo estaria disposto em firmar o acordo na capital francesa. O pedido demorou alguns meses para ser aceito, e a demora foi atribuída à guerra contra a China (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 1896, p. 186). O *Relatório do Ministério das Relações Exteriores* (1896, p. 187) também informava que não era necessário artigo específico em relação à imigração, uma vez que “o Governo Japonéz resolveu, como sabeis, não permittir-a para os Paizes que não tivessem com elle Tratados de reciprocidade” e “temos Tratado, e pois elle, que é interessado em diminuir o excesso de sua população, não nos creará difficuldades”.

¹²⁶Carta do ministro Alexandre Cassiano do Nascimento enviada ao Almirante José da Costa Azevedo em 28 de maio de 1894. Disponível em: **Missão especial do Celeste Imperio, confiada a direção do Barão de Ladário. 1893-1894**. Correspondências e textos impressos do acervo da Biblioteca Nacional.

Em 5 de novembro de 1895, foi assinado em Paris o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre Brasil e Japão, por Gabriel de Toledo Piza e Almeida, representando o Brasil, e Sone Arasuke, representando o Japão; ambos ministros plenipotenciários de seus países em Paris¹²⁷. O tratado contava 15 artigos, com permissões para o estabelecimento de consulados e a liberdade de trânsito e comércio, com a garantia de que, em ambos os países, os estrangeiros teriam que se sujeitar às leis e jurisdição locais. Nesse sentido, o Brasil seguia uma medida já adotada pelas grandes potências, que, diante do crescimento do Japão, abriam mão de seus privilégios colonialistas.

O tratado com o Japão oficializou as relações diplomáticas entre os países, mas sua aprovação foi sancionada com a Lei n. 419, de 27 de novembro de 1896. Incluía-se que, para execução da Lei n. 97 de 1892, “na parte que se refere ao Imperio do Japão, é autorizado o Presidente da Republica a mandar um enviado extraordinario com o respectivo pessoal da Legação, abrindo para isto os creditos necessarios, bem como para o estabelecimento dos Consulados”. No ano seguinte, pelo Decreto n. 2489, de 31 de março de 1897, determinou-se a execução do tratado com o Japão¹²⁸.

A missão diplomática, agora pronta para se estabelecer, foi enviada em 1897, ano em que a delegação japonesa representada por Sutemi Chinda se instalou no Brasil. O diplomata japonês foi apresentado ao público brasileiro pelo *Jornal do Commercio* (18/08/1897):

O Ministro do Japão acreditado junto ao nosso governo, o Sr. Sutemi Chinda, tem cerca de 43 annos de idade e já é considerado um dos diplomatas mais hábeis do seu país. Foi educado nos Estados-Unidos e, depois de viajar por toda a Europa, encetou a sua carreira como funcionário público nas repartições governamentais de seu paiz, ocupando depois os cargos de consul em S. Francisco da California e Shangai. Espirito educado à moderna, tem muita cultura litteraria e fala fluentemente as línguas inglesa, franceza, allemã e chinesa, além da própria. É bem provável que a viaje no interior do nosso paiz. S. ex. vem acompanhado por cinco secretários. Traz o seu cozinheiro japonez, apezar de usar de cozinha europeia.

¹²⁷BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Relatorio do ano de 1895 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil (...) em 30 de abril de 1896**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896, p.193.

¹²⁸BRASIL. **Decreto nº 2.489, de 31 de março de 1897**. Manda executar o Tratado de Amizade, Commercio e Navegação celebrado entre o Brazil e o Japão em 5 de novembro de 1895. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1897.

Cabe perceber neste excerto que o ministro japonês foi apresentado em função da imagem de modernização construída pelo seu país, em direção à ordem das grandes potências. Nesse sentido, Sutemi Chinda foi um representante do processo de abertura do Japão apresentado pelos viajantes: educado no exterior, conhecedor das instituições estrangeiras, fluente em outros idiomas; mesmo seu cozinheiro era especializado na culinária europeia.

A legação brasileira teve como ministro plenipotenciário Henrique Carlos Ribeiro Lisboa, que já havia participado da missão brasileira à China e publicado livros sobre os trabalhadores dos países asiáticos. Desta vez, Aluísio Azevedo integraria o grupo, inserido diretamente na questão dos trabalhadores, atuando provavelmente como “agente de imigração”, função cujo objetivo era “incentivar e organizar a imigração para o Brasil, fornecendo mão de obra barata” (VEJMELKA, 2013, p. 404).

6.3 ALUÍSIO AZEVEDO E A CARREIRA DIPLOMÁTICA

O escritor Aluísio Azevedo, nome importante da literatura nacional é, entre os sujeitos desta análise, o mais conhecido e pesquisado¹²⁹. Nasceu no Maranhão em 1857, filho dos portugueses Emília Amália Pinto de Magalhães e David Gonçalves de Azevedo. Ele e seu irmão, Artur Azevedo, tiveram acesso ao teatro e à literatura desde jovens, por conta da circulação cultural no Maranhão, do convívio com intelectuais e pela influência de seus pais. De acordo com seu biógrafo,

não teve o privilégio de ter uma família rica, o que mais tarde dificultaria seus estudos na época em que poderia ter frequentado a universidade de Recife ou do Rio de Janeiro, mas teve a sorte de viver numa das famílias mais cultas de São Luís. Seu pai e sua mãe foram seus primeiros mestres. (MÉRIAN, 2013, p.46)

Seu pai, viúvo de um primeiro casamento, era comerciante, havia sido vice-presidente da Sociedade Dramática Maranhense, foi criador do gabinete Português de Leitura¹³⁰(1852) e tornou-se vice-cônsul de Portugal em 1859. A mãe havia recebido

¹²⁹Portanto, focaremos não na sua trajetória literária, mas em alguns elementos importantes para compreender sua ida para carreira diplomática e atuação no Japão. Entre as biografias do escritor, utilizamos aqui a de Jean-Yves Mérian, intitulada *Aluizio Azevedo: vida e obra (1857-1913)*.

¹³⁰“O Gabinete Português de Leitura possuía, em 1867, 4.892 volumes. Eram essencialmente romances, folhetins, contos, poesias em português ou traduzidas do francês. Algumas dessas obras haviam sido traduzidas e publicadas em São Luís mesmo. Rapidamente adquiriam-se as obras mais recentes: em alguns

educação formal; teve de se submeter a um casamento arranjado com o primeiro marido, de quem fugiu, levando sua filha. Quando ela e David Azevedo se casaram, tiveram que resistir “a todas as manifestações de hostilidade” (MÉRIAN, 2013, p. 39).

No início, Aluísio Azevedo havia tentado a vida de caixeiro, depois realizou trabalhos temporários, foi guarda-livros, professor de gramática e de desenho (p. 87). Em 1876, aos 19 anos, foi para o Rio de Janeiro, onde seu irmão Artur se estabelecera; inscreveu-se na Academia de Belas Artes e logo passou a trabalhar como caricaturista e cenarista de teatro (p. 96). Retornou a São Luís em 1878, quando seu pai faleceu.

No Maranhão, passou aos textos jornalísticos e literários, tendo publicado seu primeiro livro, *Uma lágrima de mulher*, em 1879. Retornou ao Rio de Janeiro em 1881, estabelecido como escritor; ali, se envolveu em causas políticas, como a manifestação antiflorianista de 1892 que acompanhamos. De acordo com seu biógrafo, o sucesso entre as décadas de 1880 a 1890 com seus romances-folhetim fez com que se tornasse, naquele período, “o único escritor brasileiro a viver, embora com dificuldades, de sua pena” (MÉRIAN, 2013, p. 14) e mesmo que sua elegância sustentasse uma imagem de prosperidade, chegou a viver em casas de cômodos¹³¹, como em seu texto homônimo.

Em 25 de novembro de 1884, escreveu a Afonso Celso¹³², pedindo que lhe ajudasse a assumir um cargo público:

É para evitar semelhante catástrofe que venho pedir a tua proteção. Há certos lugares, certos cargos, certos empregos, dos quais só os próprios políticos têm notícia quando eles ainda se acham vagos, e que, ao transpirem cá fora, ao caírem no conhecimento do público, vêm logo, como uma mulher bonita, escoltado por um enxame de cobiçosos e guardados à vista pelo feliz mortal que mereceu a preferência e já traz a nomeação no bolso.

Ora, dessa forma, só fazendo como neste momento faço: vindo a ti e pedindo-te que, logo que te passe pelos olhos um desses cargos, lhe ponhas a mão em cima e me atires com êle, que eu o receberei com melhor vontade do que a de um náufrago ao receber uma tábua de salvação. Repito: seja lá o que fôr – tudo serve; contanto que eu não tenha de fabricar *Mistérios da Tijuca* e possa escrever *Casa de Pensão*. (AZEVEDO, 1961[1884], p.192)

casos a diferença cronológica com a Europa era de algumas semanas apenas, o tempo da travessia” (MÉRIAN, 2013, p.46-7).

¹³¹As casas de cômodo “eram, em geral, casas antigas, divididas numa multitude de quartos alugados, com mobília ou não, aos que, operários, artistas ou jornalistas, não dispunham de recursos suficientes para alugar um apartamento” (MÉRIAN, 2013, p. 413).

¹³² Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior (1860-1938), filho do visconde de Ouro Preto, eleito deputado por Minas Gerais, foi jornalista, escritor e um dos membros fundadores da Academia Brasileira de Letras.

Esse final comunica sobre a pretensão de Azevedo em relação ao trabalho de escritor. Desejava “escrever” literatura, considerando a recepção positiva de *Casa de Pensão*, ao invés de “fabricar” romances-folhetim, que eram tidos como textos menores inclusive pela sua vinculação com o jornal. Na mesma carta, ele insistiu numa colocação “seja onde fôr, ainda que na China ou em Mato Grosso, contanto que me sirva de pretexto para continuar a existir e continuar a sarroliscar os meus pobres romances, sem ser preciso fazê-los *au jour le jour*” (AZEVEDO, 1961[1884], p. 192). Ao contrário da romantização da vida boêmia, Azevedo concluiu a carta a Afonso Celso, dizendo:

Talvez te pareça feio e até ridículo o que acabo de fazer; não sei, mas, desnordeado como estou, sôfrego por acentuar esta maldida existência de boêmio que já se me vai tornando insuportável, agarro-me a ti, por julgar-te mais perto de mim e mais apto do que outro qualquer, para compreender a sinceridade e o desespero do que estou dizendo. Se com isso desmereço a teus olhos e me faço ainda menor do que era, paciência! Lançarei mais esse desastre na minha grande adição de prejuízos dêste ano. (p.192)

Embora sua condição fosse facilitada pelo mecenato que amenizava suas dificuldades financeiras, não era a situação que julgava ideal. Azevedo contava com “um aristocrata abastado que o ajudava nos momentos difíceis”, João Gomes de Carvalho, visconde de Barra Mansa (MÉRIAN, 2013, p. 415). As tentativas para conseguir uma vaga no funcionalismo público demonstravam que “não foi um escritor ‘profissional’, nem um boêmio por livre escolha. Ele foi forçado a isso tanto pela falta de qualificação profissional, como por causas políticas” (p. 374).

Em seu livro sobre o Japão este tema retornava como crítica. Azevedo era um admirador do Japão antes da abertura ao exterior; entre outras questões, elogiava a valorização da arte. Ao escrever sobre o país durante seu isolamento, o escritor expunha seu incômodo em relação à produção artística pós-abertura, voltada para o comércio:

É, com efeito, durante aquela extensão pacífica que atingiram a sua mais linda plenitude as artes e as indústrias japonesas, caindo depois vertiginosamente com a revolução e ameaçando hoje em dia desaparecer para sempre, estioladas de todo pela macaqueação da arte europeia e do industrialismo cosmopolita e banal. Os artistas japoneses, então diretamente protegidos pelos daimos senhoriais não faziam obra de afogadilho destinada ao comércio, que só em muito pequena escala existia no Japão. Como tinham vida garantida pelo príncipe a que serviam, e absolutamente despreocupada de necessidades materiais ou de ambições burguesas, trabalhavam sem impaciência, sem pressa de acabar, e só cuidadosos da perfeição e requintado esmero. Daí essas inverossímeis maravilhas de laca, de bronze, de esmalte, de mosaico, de porcelana, e todas as outras mil inapreciáveis coisas, das quais neste

sincero livro muito tenho que vos referir; coisas que nunca mais se repetiram depois daquele tempo áureo e que, - infelizes dos olhos futuros! – Nunca mais se farão em parte alguma do mundo. (AZEVEDO, 2010[189?], p. 90-1)

A arte aqui é favorecida pelo autor pois não teria vinculação econômica. Essa questão era importante na própria trajetória de Azevedo.

Sobre os anos iniciais da república no Brasil, Olavo Bilac publicou uma crônica em *A Cigarra*, demonstrando-se desiludido diante do novo contexto, perguntando-se “que remédio descobriríamos hoje, bastante forte, que nos premunisse a alta contra a infecção da política? E como não há de a gente perturbar-se com o que vê e com o que ouve, se não há mais garantia nenhuma, nem para o Sonho, nem para a Vida?”. O sonho incluía a possibilidade da juventude boêmia e a previsão de uma outra política; o autor questionava, um a um, os intelectuais de seu grupo, incluindo o futuro cônsul:

Lembras-te tu, Aluizio Azevedo, dos tempos em que atravessavas a vida, de olhos e ouvidos cerrados ao barulho e ao espectáculo do mundo, porque a tua alma, carregada de sonhos, vivia fechada consigo mesma, concentrada no grande trabalho da gestação da tua obra? (BILAC, 18/07/1895, p. 2).

De acordo com José Murilo de Carvalho (2014b, p. 33), diante da expectativa em relação à República “os propagandistas e os principais participantes do movimento republicano rapidamente perceberam que não se tratava da república de seus sonhos”. Azevedo era um “republicano de primeira hora” (MÉRIAN, 2013, p. 372) e, com a proclamação, esperava um cenário mais promissor.

A busca de estabilidade financeira no serviço público foi auxiliada por seu amigo Graça Aranha que, além de interceder por ele durante sua trajetória no exterior, “lhe ensinou os elementos de direito necessários para os concursos administrativos [quando] ele se preparou para o concurso aberto, pelo Ministério das Relações Exteriores, para o cargo de cônsul de carreira” em que “foi aprovado com distinção e louvor” (MÉRIAN, 2013, p. 373-4). Azevedo seguiu uma carreira semelhante a de seu pai, que havia sido vice-cônsul de Portugal no Maranhão (p. 546).

Em outra crônica d’*A Cigarra*, em 1895, Olavo Bilac escreveu sobre a nomeação de Azevedo, desencantado pela carreira burocrática que o amigo seguiria, em vez de uma valorização literária:

Em outro qualquer paiz, quem se chamasse Aluizio Azevedo, e tivesse escripto a *Casa de Pensão*, *O Mulato*, *O Homem*, *O Cortiço*, *O livro de*

uma Sogra (oh! Magalhães! Vem esse livro ou não vem?), *Os mysterios da Tijuca*, *A Philomena Borges*, *Os Demonios*, e outros tantos livros em que o illustre moço tem gasto a mocidade e a saude para honrar o Brasil, - quem tivesse na sua fé de officio tantos títulos de recommendação á gratidão e ao amor de seus compatriotas, não careceria de fazer concurso para mostrar que sabe...

Mas, enfim, foi preciso fazer concurso, e elle o fez, brilhantissimo. Resta agora que a sua nomeação venha. O illustre ministro das Relações Exteriores, que é um homem de letras, e que acaba agora mesmo de firmar a reputação do seu talento e do seu patriotismo com a luminosissima discussão do caso da Trindade, lembrar-se-á de que ninguem com mais honra para todos nós é capaz de representar em qualquer parte o nome brasileiro, - do que este trabalhador infatigavel, cujo talento tem o esplendor do nosso céu e a fecundidade sagrada e perpetua do nosso sólo. (BILAC, 01/08/1895, p. 2)

A primeira atuação de Aluísio Azevedo na carreira diplomática foi como vice-cônsul do Brasil em Vigo, na Espanha, em 1895. Fazia questão de ir à Europa, “porque é minha intenção desenvolver os meus magros cabedais literários e fazer em boas condições a reimpressão de todos os meus livros”, escrevia à Eduardo Ribeiro (AZEVEDO, 1961[1896], p.119). A carreira diplomática parece ter marcado o fim, mesmo que não intencional, da carreira literária¹³³, mesmo que houvesse a expectativa de mais publicações, tanto do escritor quanto de seus amigos. Para Jean-Yves Mérian (2013, p. 550),

o exame de sua correspondência durante os dezesseis anos em que exerceu o cargo do cônsul mostrará que ele não deixou de publicar por falta de inspiração, nem por desencanto com as letras, em razão de seu afastamento do Brasil, mas, pelo contrário, por causa das novas condições de vida da carreira de diplomata.

Azevedo frisava seu esforço para ir à Europa, “poderia ter obtido um mau consulado em algumas das bibocas republicanas da América do Sul, mas fiz questão de ir para a Europa” (AZEVEDO, 1961[1896], p. 119), mesmo que tivesse sido mais fácil permanecer no seu continente de origem, por causa da crescente aproximação do Brasil com os países vizinhos e os Estados Unidos (CERVO; BUENO, 2012, p. 177).¹³⁴

¹³³Henrique Coelho Neto (apud MÉRIAN, 2013, p.547) descreveu que Aluísio Azevedo, desiludido, havia comentado que desejava viver somente da diplomacia, dizia “Que romances, contos?...estás doido! Vou ser cônsul e nada mais. De literatura estou farto”.

¹³⁴No processo de reorientação da política externa dos primeiros anos da república, de acordo com Clodoaldo Bueno (2012, p.175), tentaram suprimir várias legações brasileiras. Nas palavras do pesquisador “os deputados eivados de jacobinismo tinham preconceito contra formas de governo não republicanas e contra países europeus em geral”. Eles pediam, inclusive, que fossem extintas as da Rússia e do Japão, “sob a alegação de que faltavam ao Brasil interesses nesses países”.

Azevedo partiu para Europa em 1896. Chegou a Lisboa¹³⁵ e de lá seguiu para Vigo. Julgou a cidade espanhola atrasada e sentia falta da vida cultural que tinha no Brasil, chegando a comentar que “bestializava-se” e sentia “brotarem ferraduras por todo o corpo e até na alma já me repontaram orelhas de burro” (AZEVEDO, 1961[1896], p. 127). Num momento de expansão da extração e comercialização de borracha, Azevedo escreveu a Eduardo Ribeiro, governador do Amazonas, solicitando um cargo como agente de imigração, a fim de melhorar seus vencimentos (p. 118); ele tornou-se então “auxiliar de imigração” (DANTAS, 1984, p.10). Após tentativas para sair de Vigo, Azevedo foi nomeado vice-cônsul em Yokohama em 1897¹³⁶. Partiria para a Ásia com expectativas positivas em relação ao Japão, publicadas no jornal *O Paiz*:

Diz o nosso correspondente em Paris:
 “Estivemos aqui ha dias com o nosso distincto collega Aluizio de Azevedo, ex-consul do Brazil em Vigo e hoje consul no Japão, e ao mesmo tempo um dos mais illustres escriptores brasileiros.
 Aluizio de Azevedo está encantado de Paris, onde tem sido muito bem recebido e vai muito satisfeito de sua transferencia para o Japão, para a patria das *musumés*, dos *obis*, das rosas negras aveludadas...
 Boa viagem... e aventuras românticas” (O PAIZ, 09/09/1897)

A trajetória de Azevedo na vida diplomática apresenta as dificuldades brasileiras na organização das relações exteriores. O escritor chegara ao Japão no final de 1897 e contou em carta ao seu irmão que, pouco tempo depois, recebeu um telegrama do governo para retornar ao Brasil (O PAIZ, 02/05/1898). Azevedo então embarcou no navio inglês *Coptic* e, em sua passagem pela Califórnia, recebeu um novo telegrama do governo dizendo que voltasse ao Japão. No início de 1898, o periódico maranhense *Pacotilha* (01/02/1898, p. 3) publicou a nota *Filhotismo*, acusando: “Ao passo que Aluizio Azevedo é demittido de consul do Japão, nomea-se vice-consul em Marselha o Sr. Marcolino Moraes Borros, conhecido apenas pelo appellido da familia que o denuncia como um filhote do Sr. Presidente da república”.

Em 1898, Henrique Lisboa sugeria que um novo consulado fosse localizado em Kobe e indicava que seria positiva a nomeação de Azevedo para atuar nele:

Acrescentei esta observação por estar convencido da vantagem de ser conservado no Japão o sr. Aluísio Azevedo, o qual, com a inteligência e o amor ao trabalho que se lhe conhece, tem-se aplicado ao estudo deste

¹³⁵Aluísio Azevedo esteve em Lisboa e nessa breve passagem encontrou, entre outros, o ilustrador português que esteve no Brasil e trabalhou em *Da França ao Japão*, Bordalo Pinheiro, sobre o qual afirmou: “Como o Bordalo é doido!” (AZEVEDO apud MÉRIAN, 2013, p.551).

¹³⁶Ofício de 10 set. 1897. (BRASIL, 2012, p.169).

país e dos costumes dos seus habitantes, com a intenção de habilitar-se a prestar úteis serviços logo que se inicie a emigração.

Pelas conversas que sobre esse assunto tenho tido com o sr. Azevedo, capacitei-me de que as suas vistas são idênticas às minhas, isto é, que liga ele a maior importância aos primeiros passos que derem na iniciação da emigração.

Apreciando devidamente o caráter circunspecto do sr. Azevedo e reconhecendo a sinceridade das suas disposições de não poupar sacrifício no desempenho das suas funções para evitar os grandes abusos a que costuma dar lugar o serviço de emigração, pareceu-me lástima perder um auxiliar tão útil e por isso ainda tentei um esforço para que fosse ele conservado.¹³⁷

No Brasil, o senador Bernardo Antonio de Mendonça Sobrinho sugeria a divisão do consulado no Japão em dois consulados, possivelmente atendendo a um pedido (CONGRESSO NACIONAL, 1898, p. 321). Contudo, foi Manoel Jacinto Ferreira da Cunha o nomeado ao cargo de cônsul em Kobe¹³⁸.

Azevedo narrou sua trajetória em carta ao seu amigo, Lúcio de Mendonça¹³⁹, escrita em 1900:

Em 1895 fiz exame para cônsul de carreira na Secretaria do Exterior por sinal que me saí bem a ponto de me darem DISTINÇÃO – upa! O Carlos de Carvalho, então ministro, não tendo um consulado vago para me dar, nomeou-me vice-cônsul em Vigo, com ordenado e gratificação fixos e lugar no quadro consular, prometendo promover-me na primeira ocasião. – Depois de ano e meio de curtir a convivência dos (com perdão da palavra) galegos, o general Dionísio, sucessor do Carvalho, resolveu, sem dúvida por lástima de me ver crivado de ferraduras e orelhas de burro, nomear-me Cônsul no Japão, desde que o Congresso criasse esse lugar. Criou-se o lugar, e o Dionísio, por falta de verba ou por economia, decidiu fazer-me seguir para o Japão ainda na qualidade de vice-cônsul, percebendo eu apenas as ajudas de custas a essa categoria correspondentes, mas com a promessa formal de que, desde que eu lá estivesse, seria promovido a Cônsul. Fui, e só ao fim de um ano, graças a meu irmão Artur e ao meu bom amigo Graça Aranha, o Senado, de acôrdo com o Dionísio, resolveu, em minha intenção e só para me valer, transformar o Consulado Geral em Yokohama em dois consulados simples, suprimindo um chanceler e um vice-cônsul, de modo a não haver nenhuma alteração na verba orçamentária votada para despesas consulares naquele Império. E só faltava a sanção da Grande Bêsta que, aliás, tinha sido previamente ouvido sobre o caso pelo respectivo ministro. – O Aranha e o Artur davam a cousa por feita e escreveram-me nesse sentido; mas o Salafório, em vez de me nomear, nomeou o Jacinto Ferreira da Cunha, sobrecarregando dêsse modo o tesouro com uma ajuda de custas de cônsul para o Extremo Oriente, que é a mais cara do Corpo Consular, e ainda com os gastos da minha

¹³⁷Ofício de 2 jan. 1898. (BRASIL, 2012, p.195).

¹³⁸Ofício de 30 mar. 1898. (BRASIL, 2012, p.211).

¹³⁹ Lúcio de Mendonça (1854-1909) era formado em Direito, foi jornalista, escritor e um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras.

repatriação, equivalente a metade da outra despesa; despesas que se evitariam se as cousas seguissem o rumo ajustado. (AZEVEDO, 1961[1900], p. 134-6)

Azevedo considerava que sua carreira havia sido prejudicada por uma publicação satírica de seu irmão. Assim como a literatura servia como justificativa para a não nomeação, sua obra em processo sobre o Japão servia como motivo para mantê-lo no país:

E quando o general Dionísio, depois de ceder à pressão presidencial, perguntou ao Salafório porque lhe fizera faltar ao prometido, arredando um candidato que lhe parecia digno, o Salafório lhe respondeu que “A pedra da bexiga passara para o sapato...” referindo-se a uma quadrinha de *Gavroche* no *Pais* a respeito da enfermidade vesical daquela bêsta, quando o Manuel Vitorino acabava de receber o formidável coice que o pôs fora do Governo. – De sorte que, porque meu irmão publicou uma quadrinha, satirizando aquêlo tipo, o tipo, nem só não me deu o lugar que se criou para mim, como ainda me prejudicou seriamente no meu futuro, como agora se vê da carta do Olinto. – E a cousa chegou a este extremo pelo seguinte processo: A nomeação do tal Cunha era *ipso-facto* a minha exoneração por extinção de lugar. O Henrique Lisboa, então ministro no Japão, telegrafou ao Dionísio sobre as desvantagens da minha retirada daquele país (conhecia êle de leitura o livro que eu estava engendrando sobre *Dai Nippon*) e o Dionísio que me julgava lesado, resolveu conservar-me como vice-cônsul honorário, pago, com os mesmos vencimentos anteriores, pela verba de Extraordinários do Exterior. Consultou-me sobre o caso por telegrama, e eu resolvi ficar para poder continuar a fazer o meu livro. Note-se que o telegrama me surpreendeu já em S. Francisco da Califórnia, perdendo eu três meses nesse passeio forçado, e quase naufragando à volta, a bordo do vapor inglês *Coptic* (AZEVEDO, 1961[1900], p.136-7)

Por “grande besta” e “salafório” Azevedo se referia ao presidente Prudente de Moraes (MÉRIAN, 2013, p. 556); o escritor demonstrava sua indignação com a escolha de outro nome para ocupar o cargo consular. Mas não se tratava somente de uma questão pessoal, pois a própria manutenção da legação brasileira no Japão estava ameaçada pelos cortes do governo e, portanto, ela permaneceria apenas até 1899. Até lá, o vice-cônsul guardaria grande interesse pelo país e, sobre este, planejava a publicação de um livro.

6.4 UMA OBRA SOBRE O JAPÃO DAS LETRAS DE ALUÍSIO AZEVEDO

Mais que um projeto literário malogrado, foi o instantâneo que se perdeu. (DANTAS, 1984, p. 23)

Aluísio Azevedo foi eleito para ocupar a cadeira número quatro da Academia Brasileira de Letras em 1897, mesmo ano em que foi para Yokohama. Um livro sobre o Japão estava nos planos do escritor – se não antes, logo nos primeiros momentos da estadia naquele país. Como ele era conhecido nos meios literário e jornalístico, sua chegada ao Japão foi anunciada na imprensa, que também criava uma expectativa pela obra:

Por cartas recebidas de Port-Said, sabemos que já se deve achar no Japão o Sr. Aluizio Azevedo, nosso vice-consul em Yokohama. O Sr. Aluizio Azevedo mostra-se muito satisfeito com a sua recente transferencia para o Japão, cuja curiosa e sorprendente civilização pretende estudar em um livro, em que analysará detidamente os seus aspectos mais interessantes. Estamos certos que a presença do Sr. Aluizio Azevedo em Yokohama, com as facilidades a que lhe dá juz a natureza do cargo que ora desempenha, em muito contribuirá para o bom commercio das nossas relações, ora encetadas com tanta satisfação reciproca com a grande nação do Extremo Oriente. (JORNAL DO COMMERCIO, 29/10/1897)

Sob o pseudônimo Emilio Lettrado, o escritor Leopoldo Brigido escreveu sobre Aluísio Azevedo na coluna *Apontamentos para um dictionario de celebridades* (1900). Incluiu na descrição o interesse de Azevedo pelo Japão, mesmo que este já tivesse experiências em outros países, decorrente de sua carreira diplomática:

Azevedo (Aluisio), irmão do precedente, homem de letras, filiou-se á escola naturalista do romance, produzindo diversas obras em que os santos principios da moral catholica são esquecidos, sob pretexto de estudo psychologico e natural. Este pretense progresso do romance deve ter quanto antes um paradeiro no Brasil, senão ai! Nós não precisamos mais que das novellas de Julio Diniz e de Macedo e dos romances do genial Escrich, para casto entretenimento das donzelas nacionais. O sr. Aluisio Azevedo não é doutor. É da Academia, e pertence á diplomacia, que permittiu fizesse ao aos paizes amarelllos uma bella viagem, voltando um furioso amator de japonnices. Parabens ao Japão. (REVISTA DO BRAZIL, 1900, p.382)

Azevedo não era apenas amator, como também dedicado a ser intérprete da história e da cultura japonesa na obra que pretendia lançar no Brasil – *O Japão*. Ele, porém, não pretendia escrever um relato de viagem. Para Renato Ortiz (1997, p. 93), trata-

se de um “romance”, incluindo as aspas. Embora o qualifique também de “relato”, é enfático em sua delimitação: “*O Japão* não é um livro de viagens. Nele o autor não se preocupa em relatar suas experiências cotidianas”. Para Fábio Lima (2010, p. 14), “seria seu primeiro trabalho de não-ficção.”. Contudo, há em *O Japão* características semelhantes às que apontamos sobre os relatos, como a dedicação a uma experiência circunscrita fora de seu local de origem e comentários sobre essa vivência. Artur Azevedo escreveu para *O Paiz*, em janeiro de 1898, comentando que seu irmão

seduzido com a promessa de um *consulado* no Japão (..) atirou-se ao estudo pratico da lingua ingleza (...). Entrementes, consummiam-se-lhe as magras economias na compra de livros que o instruíam sobre a história, a geografia, os usos e costumes do Japão, afim de lá não ir tão despercebido de conhecimento como qualquer *commis-voyageur* (O PAIZ, 08/01/1898).

Certamente as obras lidas por Azevedo neste momento foram importantes para a elaboração de seu texto. Por exemplo, o livro de Georges Bousquet, *Le Japon de nos jours et les échelles de l'Extrême Orient* (1877); o autor esteve no Japão em 1872, como conselheiro do governo japonês no processo de adequação das instituições políticas.

Vinte e três anos depois da viagem de Francisco Antônio de Almeida, o país aonde Azevedo foi enviado era, sem dúvidas, muito mais conhecido e explorado. Luiz Dantas (1984, p.21) resume em uma questão as experiências e adesões naturalistas de Azevedo: “Como compreender que a Itália das ilhas Lípari e de Nápoles, sonhada em *Uma lágrima de mulher*, o primeiro romance, e as raízes do Extremo Oriente, desvendadas em *O Japão*, possam se harmonizar no interior da obra do discípulo brasileiro de Emile Zola?”. Ele esclarece que era comum aos escritores do oitocentos o interesse pelo exotismo e o “desejo de descobrir o novo e o estranho, e de representá-lo” (p. 21).

No final do século XIX, o *japonismo* havia se tornado “moda” nas artes e na literatura. Na pintura há referências que possivelmente chegaram ao escritor, como as obras dos impressionistas, com evidente inspiração nas estampas japonesas. No retrato do escritor Émile Zola, o pintor impressionista Édouard Manet chegou a inserir na tela uma estampa de Utagawa Kuniaki II (que aparece ao lado de seu outro quadro *Olympia* e o *Baco* de Velasquez), além de um biombo japonês:

Figura 45 - Émile Zola (Édouard Manet, 1868)



Fonte: MANET, Edouard. **Emile Zola**. 1868. Disponível em <https://www.musee-orsay.fr/en/collections/index-of-works/notice.html?no_cache=1&numid=713>. Último acesso em 13/08/2020.

Azevedo também quis ser um intérprete do Japão, inserindo sua narrativa entre as demais, mas buscando uma originalidade.

Escrever sobre o Japão no final do século XIX implicava aderir a uma tendência artística, a um gosto, cuja primeira característica era a de ser cosmopolita. Europeus, americanos do norte e do sul, homens de letras ou artistas plásticos, o público cultivado em geral, achavam-se sensibilizados, fascinados, pela última grande descoberta do Ocidente, por sua última grande viagem – o Japão. E a reação a esse encontro, que vai da *Madame Butterfly* de Puccini aos escritos de Lafcadio Hearn, da decoração dos interiores *fin de siècle* à grande revolução da pintura, que é o impressionismo, é o que se poderia chamar de japonismo. (DANTAS, 1984, p.20)

Dantas ainda apresentou que as obras literárias de inspiração japonesa apareceram cerca de trinta anos após os primeiros tratados do Japão com países do exterior, colocando

como pontos-chave as obras dos escritores ocidentais Edmond Goncourt, Lafcadio Hearn, Pierre Loti e Wenceslau de Moraes (com publicações entre 1887 e 1928). A facilidade de comunicação e acesso aos países estrangeiros intensificou o contato, para Hobsbawm (2006, p.119) o período imperialista aumentou o número de escritores que escolheram ser “intermediários” entre o “mundo ocidental” e o “exótico”.

Além de Loti, Lafcadio Hearn¹⁴⁰ foi um dos mais conhecidos estrangeiros que buscou interpretar o Japão, iniciando em 1894, com *Glimpses of unfamiliar Japan*. Chegou no país em 1890, como correspondente do *Harper's Magazine*, de Nova Iorque; casou-se e fixou residência no Japão, tendo publicado vários livros sobre o país: *Glimpses of unfamiliar Japan* (1894), *Kokoro: Hints and echoes of Japanese inner life* (1896), *In ghostly Japan* (1899), *Kotto* (1902), *Kwaidan* (1904) e *Japan: an attempt of interpretation* (1904) (KUNIYOSHI, 1998, p. 88). Na análise de *Glimpses of unfamiliar Japan*, a pesquisadora Rie Askew (2009) considerou que naquele momento a demanda por livros sobre o Japão tinha se enraizado no mundo Ocidental, interesse desencadeado pelo japonismo.

Para Luiz Dantas (1984, p. 24), se concretizasse sua publicação, Azevedo “se colocaria entre os pioneiros”, considerando que *Madame Chrysanthème* (1887) e *Japoneries d'automne* (1889) de Pierre Loti “pertencem a um gênero mais romanesco que ‘científico’”. O livro *O Japão* se encaixaria, desta forma, em um “continuum” (p. 20) de aproximação e vulgarização do conhecimento sobre o local. Era justamente esse o problema, na medida em que a cada nova publicação sobre o assunto, menor era o ineditismo. Nessa perspectiva, a demora na publicação teria sido central para que Azevedo desistisse de seu projeto de publicar o livro no início do século XX. Em 1900, em La Plata, na Argentina, Azevedo enviou uma carta para Lúcio de Mendonça, a quem contou sobre sua tentativa para ser nomeado a um cargo em Portugal “porque isso, segundo a otimista opinião do solicitador, traria a vantagem de poder eu imprimir lá o meu livro já pronto sobre o Japão” (AZEVEDO, 1961[1900], p.132). Onze anos depois, ainda se mantinha a expectativa, como era demonstrado no *Jornal do Recife*:

Sómente então soube que o nosso grande Aluizio para seu bem e nosso mal deixára definitivamente de escrever, ideando em todo caso ainda uma obra impressionista e forte, sobre o Japão passado, a terra curiosa e singular das gueishas, quimonos e jiu-jitsu.

¹⁴⁰“Lafcadio Hearn, grego de nascimento, filho de pai irlandês, mas de origem romena, e de mãe grega, cidadão americano tendo vivido muito tempo nas Antilhas antes de ir ao Japão, onde se casou e se converteu ao budismo.” (DANTAS, 1984, p.22).

Apesar de já se terem passado hoje uns largos dois annos destes régios projectos de trabalho, continuamos anciosamente a esperal-o ainda. Esse livro, ao par da obra magistral e profundamente sociologica de Oliveira Lima, seria, certo, o que de melhor se disse já daquella civilização original. Iriamos ter o lado curioso e esthetico daquella raça exquisita, para o completo desmoronamento das torpezas de Pierre Loti na sua “Chrisanthème” hedionda e da literatura ainda bem mais lamentavel de Tokutomi. Emquanto, porém, estas cousas anciadas e dignas se não realisam o nosso caro amigo se distrahe da nostalgia da arte em torpesas generosas. (JORNAL DO RECIFE, 20/03/1911)

De acordo com Jean-Yves Mérian, “se concluído, o livro poderia ter sido a primeira obra de um escritor brasileiro sobre o Japão moderno” (2013, p. 17). Ao que parece, era esse ineditismo que Azevedo buscava, mas é pouco provável que não tivesse conhecimento de *Da França ao Japão*, por exemplo. Como a obra de Francisco Antônio de Almeida não era exclusivamente sobre o Japão, nem literária, o livro de Azevedo seria mais acessível e reconhecido, mesmo que não o primeiro sobre o tema.

O fato é que o livro de Azevedo não foi publicado no início do século XX. Logo se sucederam outras obras sobre o tema, de acordo com Afrânio Peixoto, amigo do escritor,

dia a dia o livro ia sendo conhecido e sabido por todo o mundo sem que fosse impresso e lido. Um livro esgotado e inédito. Agora já parecia feito de lugares comuns e as deduções e profecias seriam cousas passadas: a novidade e a perspicácia de observação seriam até pela malicia havidas como arranjo e embuste, pela crítica como desinteressantes e ociosas. Aluísio, desgostoso, não quis mais escrever. (PEIXOTO apud DANTAS, 1984, p. 14-5).

O próprio Jacinto Ferreira da Cunha, que esteve no consulado brasileiro no Japão naquele fim de século, publicou *Memórias de um cônsul no Japão* em 1902, e Oliveira Lima, também do corpo diplomático, publicou *No Japão*, em 1903.

Com o tempo, Azevedo estava com o manuscrito de uma obra que acreditava já não trazer grandes novidades e, embora isto parece ter pesado no fato de seu livro não ter sido publicado, problemas de ordem material também foram relevantes. De acordo com Afrânio Peixoto, Aluísio Azevedo pretendia imprimir o livro no Japão com o dinheiro da venda dos direitos de toda sua obra ao editor Garnier. Graça Aranha foi seu procurador nas negociações e, ao final, investiu o valor recebido pela venda na compra de propriedades em Copacabana. Assim, desiludido, “estava Aluísio proprietário, e o livro

sobre o Japão, já que não podia mais ser publicado, como o desejara, não o seria mediocrementemente” (PEIXOTO apud DANTAS, 1984, p. 14).

O livro *O Japão* ao qual temos acesso atualmente, é uma publicação póstuma dos escritos de Aluísio Azevedo. A transcrição do manuscrito foi feita e analisada por Luiz Dantas como parte de seu doutorado, concluído em 1980, na Universidade de Aix-en-Provence. A publicação saiu em 1984, pela editora Roswitha Kempf, com apoio da Japan Foundation. O manuscrito foi preparado por Fernando Nery, secretário da biblioteca da Academia Brasileira de Letras entre 1923 e 1948 (DANTAS, 1984, p. 37). A segunda edição de *O Japão* foi impressa na coleção *Cadernos da Biblioteca Nacional*, em 2010, com organização de Fábio Lima. O título do livro já suscita questões de uma obra não finalizada, pois não se sabe ao certo se esta era a escolha do autor. De acordo com Luiz Dantas, optou-se por conservar o título citado por um dos biógrafos do escritor, Raimundo de Menezes. Contudo, isto não era unanimidade:

Já outro crítico, e amigo do romancista, Afrânio Peixoto, refere-se ao inédito japonês como *Agonia de uma raça*. E para encerrar a lista, a biografia mais recente de Aluísio Azevedo, a de Jean-Yves Mérian, designa os cadernos que os herdeiros do escritor conservam em Buenos Aires, contendo apontamentos e esboços, pelo nome de *O Japão tal como ele é*. Essa multiplicidade de títulos faz supor, evidentemente, que Aluísio Azevedo, enquanto vivo, não fixara sua escolha sobre nenhum deles, para um livro que nunca pôde publicar, nem concluir completamente. (DANTAS, 1984, p. 36-7)

O livro tem cinco capítulos, os dois primeiros dedicados ao período anterior à abertura do país, desde o mito de origem do Japão; o terceiro capítulo se inicia a partir da chegada do Comodoro Perry e os dois últimos, que foram divididos por conta das anotações do autor, tratam do contexto de abertura ao exterior. Como obra inacabada, é possível que os demais capítulos fossem dedicados ao Japão contemporâneo do escritor.

Quando Antonio Candido (1993, p. 125) analisou *O Cortiço* (1890), afirmou que a obra de Azevedo é um “texto primeiro na medida em que filtra o meio; texto segundo na medida em que vê o meio com lentes tomadas de empréstimo”, neste caso pela inspiração na escrita de Émile Zola. Podemos pegar de empréstimo, guardadas as devidas proporções, esta percepção de Candido para a relação que as obras que analisamos mantêm com a realidade na qual foram elaboradas. Isso porque são “textos primeiros”, pela pretensão de descrever uma realidade específica, de registrar; mas são “textos segundos”, pela filiação que mantêm com outras obras sobre o Japão, tanto integrando

uma continuidade sobre o tema quanto revisitando e muitas vezes repetindo perspectivas já consolidadas nas visões europeia e estadunidense.

Mesmo que dando espaço privilegiado ao meio e à raça, desnudando os problemas sociais e econômicos, o naturalismo brasileiro tinha suas especificidades. Azevedo articulou estes elementos como condicionantes das ações em sua narrativa ambientada no *Cortiço*. Para Candido, “em nenhum outro romance do Brasil tinha aparecido semelhante coexistência de todos os nossos tipos raciais” (p. 138). Nesse sentido,

esta Bertoleza, aliás, que era cafuza, serve para surpreendermos o narrador em pleno racismo, corrente no seu tempo com apoio numa pseudo-ciência antropológica que angustiava os intelectuais brasileiros quando pensavam na mestiçagem local. João Romão propõe a Bertoleza morarem juntos, e ela aceita, feliz, “porque, como toda a cafuza (...) não queria sujeitar-se a negros e procurava instintivamente o homem numa raça superior à sua”.

Nada falta, como se vê: o *instinto* racial, a raça *inferior*, o desejo de *melhorá-la*, o contacto redentor com a raça *superior*. (CANDIDO, 1993, p. 143-4)

Quando Azevedo foi ao Japão, já tinha experiência de escrita e observação de brasileiros e sobre o país, isto conferia a ele uma noção detalhada do projeto ao qual se vinculava e no qual se inseririam os imigrantes no Brasil. De acordo com Marília Rodrigues (2009, p. 48), em *O Mulato* (1881) a narrativa de Azevedo já era “repleta das teorias sobre o determinismo do meio e dos instintos sobre a ação dos homens, degradantes muitas vezes”. Sua perspectiva literária, prévia à da viagem, conferia ao autor um prisma privilegiado de percepção social e política. Nesse sentido, em *O Mulato* estavam presente “os ideais republicanos, abolicionistas e de necessidade de construção de uma nacionalidade verdadeira” (p. 49). Quase duas décadas depois, mesmo com a república estabelecida, esta última questão subsistia nas preocupações de Azevedo.

6.4.1 O JAPÃO OU AGONIA DE UMA RAÇA, DE ALUÍSIO AZEVEDO

Em 14 de agosto de 1898, já instalado em Yokohama, Azevedo escreveu ao seu irmão sobre sua experiência e pretensões sobre a narrativa que elaborava¹⁴¹:

¹⁴¹Para Dantas (1984), esta é a única carta conhecida enviada por Aluisio Azevedo durante o período em que esteve em Yokohama; contudo, encontramos outras publicadas pelo seu irmão Artur Azevedo, inclusive apresentadas anteriormente nesta análise.

Querido Artur,
 Deixei Mito anteontem e com ele ficou a estrada de ferro; agora viajo em congo e cá estou em Oda, província de Mitachi, onde a pobre população me olha como se fosse um bicho raro. Deixei a minha mala em Mito e só trouxe uma maleta de mão; lá se me ficou também o tinteiro e o papel, obrigando-me a escrever-te a pincel e nanquim. Este papel em que te escrevo é feito em rolo donde vai se gastando à proporção que se precisa (estava bom para Rui Barbosa) e o tinteiro correspondente é muito curioso, é uma caixinha de tinta.
 Desta mania de ficar conhecendo o verdadeiro Japão e a legítima vida japonesa tenho experimentado das boas. Do que eu trazia de provisão da comida europeia, nada mais me resta e começo a familiarizar-me com a pitação japonesa. O grande caso é que meu livro há de ser verdadeiro, porque hei de entrar no coração do japonês como estou penetrando no íntimo do seu país e dos seus costumes. Imagina que meu quarto é do tamanho de uma cama e que me não deixam dormir às escuras, para não ser perseguido pelos maus espíritos. (AZEVEDO apud DANTAS, 1984, p. 16)

A primeira frase da carta era significativa, pela ideia de voltar-se ao interior do país, que o próprio autor viajante considera como verdadeiro. Azevedo procurava o que era anterior à abertura. Quando ele foi ao Japão, a imagem de um país intocado era presente, e seria “nos cantos do país poupados pelas transformações” que os viajantes buscariam encontrar um Japão pretensamente sem influências exteriores. Nessa busca, o militar Wenceslau de Moraes mudou-se para a cidade de Tokushima, o escritor Lafcadio Hearn viveu no interior do país e Aluísio Azevedo empreendeu viagens a fim de procurar o “verdadeiro Japão” (DANTAS, 1984, p. 29). No trecho: “Deixei Mito anteontem e com ele ficou a estrada de ferro”, está o símbolo do contato e, conseqüentemente, da mudança pela industrialização¹⁴².

Entretanto, mesmo contrapondo-se aos estereótipos de Pierre Loti, a narrativa de Azevedo reproduz uma visão romantizada dos japoneses, afinal são as referências mais recorrentes no momento de sua estadia. Mesmo dando maior protagonismo e visibilidade à história do Japão antes dos europeus, o escritor seguiu a lógica eurocêntrica, afirmando que o Japão fora “descoberto acidentalmente” (DANTAS, 1984, p. 62) pelos portugueses; e utiliza termos da história europeia, como feudalismo, suserano, vassalo e Idade Média para caracterizar diferentes momentos do Japão. Em sua imersão no interior, estranhava a reação da população pouco acostumada com a curiosidade dos estrangeiros que

¹⁴²Nas palavras de Eric Hobsbawm: “A chegada da estrada de ferro era em si mesmo um símbolo, já que a construção do planeta como uma economia única era, de várias formas, o aspecto mais espetacular e de maior alcance da industrialização” (HOBSBAWM, 1982, p.56).

fotografavam e anotavam, como se vissem “um bicho raro”. Assim como Susan Sontag (2018, p. 17) afirmou que há uma agressão implícita no uso da câmera fotográfica, pode-se dizer que também era agressivo o modo como o viajante observador analisava os povos que descrevia. O desconforto de Azevedo, portanto, não deveria ser maior do que aqueles que tinham suas ruas invadidas por estrangeiros em busca de curiosidades.

Tamanha a estranheza dos hábitos, que o viajante carregava sua “comida europeia”; mas, mesmo mantendo estas distâncias, seu objetivo era “entrar no coração japonês” (AZEVEDO apud DANTAS, 1984, p. 16), e aqui se diferencia dos viajantes anteriores que tratamos. Enquanto Francisco Antônio de Almeida buscava uma análise baseada na “verdade” com conotação científica, de descrição objetiva da história e do que via, e Custódio de Mello elaborava uma espécie de diário de bordo, com sequência de datas e fatos, Azevedo tentava compreender os valores e sentimentos japoneses; nesse sentido, o escritor tratava a história do Japão buscando explicar as motivações dos personagens.

Já instalado em Yokohama e atuando no consulado, Azevedo enviou, em setembro de 1898, uma carta ao seu irmão que foi publicada no jornal *O Paiz*:

Aluizio Azevedo escreveu-me do Japão, dizendo que trabalha activamente n'uma obra sobre os usos e costumes daquelle paiz.

“Oh! livro difficil de fazer! diz elle. Imagina que a maior parte das coisas que se lêem sobre o Japão são verdadeiras patranhas, e eu quero dizer a verdade... Com certeza quem passará por mentiroso hei de ser eu, porque todos acreditam em Pierre Loti *et reliqua*”

E mais adiante:

“O meu livro está muito adiantado, quero ver se imprimo aqui mesmo, com estampas japonezas. Por elle verás a impressão que me tem produzido este original paiz e os seus habitantes, em geral meigos e bons.”

Não me furto o prazer de copiar as seguintes linhas:

“Faz agora (8 de julho) um calor mais intenso que o do Rio de Janeiro. E pensar que ha cinco mezes a neve embranquecia tudo! É o que tem de mais impressionador o Japão – é assim uma especie de indice do mundo.

Aqui se encontram todas as fructas dos trópicos e todas as fructas da Europa. Hoje tens a manga, o ananaz, o cambucá, - amanhã a ginja, o alperce, o damasco, - apenas deixam de ser tão saborosas como na Europa, na América e na África.

Mas não são só as fructas: aqui ha todas as aves: o faisão é tão commum como a gallinha e o peru; ha todos os peixes, e o salmão anda ao alcance de todas as bolsas; ha todas as flores e, posto que menos odorantes, são mais bellas e decorativas que em parte nenhuma do mundo.

A paisagem em geral é encantadora, as cidades é que são feias, monótonas, pouco divertidas.

No meu livro dou conta de tudo com uma sinceridade que talvez não seja bem compreendida pelos leitores. Mas ora adeus! para fazer *Madame Chrysanthème* não vale a pena vir ao Japão.

O que me desconsola é esta falta de língua que se entenda. Não sei o que me parece estar a gente a escrever os seus livros em portuguez, quando nem mesmo os portuguezes tomam a serio o que na lingua delles se escreve no Brazil. Ao fazer-se um livro já se tem certeza de que elle, por melhor que seja, nunca será um livro illustro.”

As linhas que ahí ficam são destinadas aos numerosos amigos que constantemente me pedem notícias de Aluizio Azevedo.

A.A. (O PAIZ, 12/09/1898, p. 1)

A obra à qual Azevedo se contrapunha, *Madame Chrysanthème*, foi uma das principais sobre o Japão no fim do século XIX, com 222 edições, desde sua publicação em 1887 até a morte de Pierre Loti, seu autor, em 1924 (DANTAS, 1984, p. 24). Há uma série de adjetivos utilizados por Loti que determinam sua descrição sobre o Japão: “todo ele em torno dos campos semânticos de ‘pequeno’, ‘artificial’, ‘polido’, ‘animal’, ‘monótono’, ‘frágil’, ‘velho’, ‘cerimonioso’, ‘numeroso’, ‘servil’, ‘simples’, ‘limpo’, ‘amarelo’, etc” (ONO apud DANTAS, 1984, p. 24), termos que formavam um estereótipo e que influenciaram nas escolhas dos próximos escritores. O livro aparecia nos comentários de brasileiros como Rui Barbosa, que falava sobre o país “pintado com esmero”, a fazer o leitor enxergar pouco mais do que “um semi-conto de fadas”, não era inteiramente verídico, pois “a guerra actual, porém como um clangor forte de trombetas da alvorada no meio de um sonho retardado, veio descobrir de súbito á Europa a grande realidade oriental” (REVISTA MARITIMA, 04/1895). Isto demonstra não só a circulação das imagens sobre o Japão criado por Loti, mas que aquela imagem não chegaria sem modificações no final do século, após a guerra contra a China.

Sobre o momento de elaboração e publicação de sua obra, o próprio Azevedo explicou:

Graças à recente vulgarização das crônicas japonesas, dantes inacessíveis a todo e qualquer estranho, poucos segredos haverá de virgindade inteira sobre o Japão remoto, e nenhum absolutamente a respeito dos fatos políticos que no moderno determinaram a restauração micadoal, podendo-se num punhado de capítulos despreziosos dar exata notícia do que foi aquele passado, outrora tão misterioso e sem fundo, e do que vem a ser ao justo essa famosa revolução que num momento de frenesi histórico derrocou, em nossos dias, um mundo insondável de tradições acumuladas durante vinte e dois séculos de sigilo nacional. (AZEVEDO, 1984[189?], p. 41)

As “crônicas japonesas” e “crônicas indígenas” estavam presentes na obra de George Bousquet, a quem Azevedo se refere em *O Japão* e, segundo Dantas, isso era possível pelas traduções para o inglês de *Kojiki* (narrativa das coisas antigas) e *Nihongi* (Crônicas do Japão)¹⁴³. Estas obras, concluídas nos anos de 712 e 720, respectivamente, são “textos mitológicos e históricos contando a origem do universo, a aparição dos seres e dos deuses, a instituição da nação japonesa e o reinado dos primeiros imperadores” (DANTAS, 1984, p. 143). Esta apresentação resume o tema dos primeiros capítulos de *O Japão*, em que Azevedo inicia com o mito de origem, com suas divindades e acontecimentos fantásticos, as disputas pelo trono até chegar ao Xogunato Tokugawa. Luiz Dantas (1984, p. 145) compara com os escritos de Bousquet notando a semelhança: “as imprecisões se mantêm, e os dois períodos, quase idênticos, só se diferenciam pelo partido literário que toma o nosso autor”. De acordo com a pesquisadora Monica Okamoto (2010, p. 45), Bousquet também “acreditava que esse Japão feudal que ainda resistia no interior seria a fonte de explicações para o Japão moderno”. Para Azevedo, o retorno ao passado longínquo do Japão era necessário e “indispensável para clareza do resto desta singela obra de impressões pessoais”, além de ser um caso

de si bonito e novo, pois começa poeticamente por uma lenda maravilhosa e risonha, palpitante de quimeras e ficções divinas e acaba na mais engravatada e burocrática monarquia constitucional, com os seus ministérios de casaca bordada, com as suas secretarias de Estado e os seus competentes amanuenses de calças puídas, e até, acreditai se quiseres! com o pálido bacharel apenas desabrochado da academia sem outro ideal na vida além de apanhar por empenho qualquer emprego público. (AZEVEDO, 1984[189?], p. 41)

Na continuação desta elaboração, o período antes da abertura também foi descrito positivamente, uma crítica ao processo de modernização europeia, cuja reflexão também servia ao Brasil. Tal perspectiva crítica era facilitada pelo processo que o próprio Japão passava naquela fase de abertura, em que buscava retomar a valorização de sua identidade. Desta forma, nota-se que, escrevendo sobre o Japão, Azevedo articulava questões da nacionalidade brasileira:

Na verdade, *O Japão* situa-se deliberadamente no passado. O livro termina alguns anos antes da Revolução Meiji com a incorporação dos japoneses à esfera ocidental. O embate entre Oriente/Ocidente é portanto permeado por um outro dilema: a questão nacional. Esta é uma preocupação que Aluísio de Azevedo traz de sua reflexão sobre o

¹⁴³De acordo com Luiz Dantas, as traduções de *Kojiki* e *Nihongi* foram feitas respectivamente por Basil Hall Chamberlain e William George Aston, publicadas em 1833 e 1896.

Brasil. O problema é análogo. Evitar a imitação (“macaqueação”) dos costumes estrangeiros e afirmar a especificidade de um “povo”. Com uma diferença, porém: o Brasil contava apenas com um futuro incerto. Povo “sem tradição”, ou melhor, com um passado que desencanta as elites brasileiras, ele somente ultrapassaria suas limitações no momento em que uma nova amálgama das raças produzisse um tipo mestiço capaz de suplantar os atavismos anteriores. Em relação à incerteza brasileira o Japão surge assim como um contraponto promissor. (ORTIZ, 1997, p. 91)

O Japão como nação se consolidava, no texto de Azevedo, como modelo a ser seguido – primeiro como capaz de modificar suas instituições, e depois, na forma como se tornava capaz de criar uma identidade nacional coesa, para um sentido à nação, no qual o passado tinha papel fundamental. Nessa narrativa há anacronismos, como na descrição morte de Tokugawa Iesada, em 1858, que Azevedo incluiu ao narrar o retorno dos americanos ao Japão em 1854 (DANTAS, 1984, p. 210). Para Renato Ortiz (1997, p. 80), “pode-se considerar essas imprecisões como pecados veniais”, “comprometedoras”. Mais interessante, entretanto, é o que Ortiz aponta não sobre erro, mas sobre versão; o que implica em uma escolha do autor para colaborar com determinado objetivo da narrativa.

Nossos viajantes anteriores também cometeram erros de informação, anacronismos e reducionismos da história do Japão, especialmente ao tratar do período anterior à abertura. Sobre este, havia uma concepção muitas vezes simplista, certamente recolhida de terceiros ou de informações transmitidas oralmente. Como vimos com Francisco Antônio de Almeida, era recorrente a consulta a traduções de obras estrangeiras, incorrendo em imprecisões não propositais¹⁴⁴. Além disso, no caso de Aluísio Azevedo, o escritor “não estava propondo ao público brasileiro um resumo de uma obra de vulgarização francesa” (DANTAS, 1984, p. 33), pois mantinha seu interesse literário de romancista. Para Dantas (1984, p. 33), em relação às consultas de Azevedo ao texto de Bousquet, “a contribuição do autor francês é sempre de caráter informativo, e nunca estilístico” excetuando algumas passagens, mas que no geral foram reelaboradas “para resultar num efeito, que poderíamos chamar de romanesco”. Azevedo prezava mais pela qualidade literária do que pelos fatos históricos propriamente ditos.

¹⁴⁴Uma questão importante é que muitas das informações das experiências não podem ser confirmadas, considerando ainda que alguns relatos foram escritos por *ghost writers* ou editados, como os da primeira expedição de James Cook por John Hawkesworth. E, mesmo que elaborados pelas mãos do viajante, quão fidedigna seria a descrição? Mesmo que as respostas sejam negativas, ela ainda nos propõe a pensar sobre o que se buscava informar e que era uma elaboração possível em sua época sobre a realidade visitada e sobre o próprio autor.

Mais do que datas e nomes, a construção da narrativa sobre o passado japonês é apresentada como uma saga heroica, inicialmente com os deuses, em seguida com guerreiros e sacrifícios pela honra. Azevedo apresentou a origem divina da família imperial até o imperador Mutsuhito, que, “apesar do seu prosaico uniforme de general de divisão, é nada menos do que descendente direto da formosa Deusa do Sol”, que lhe daria o direito de ser “cegamente respeitado” como “divindade que é e como foram todos os seus consubstanciais antepassados” (AZEVEDO, 2010[189?], p. 34). Mutsuhito é o Imperador Meiji, cuja fotografia aparece reproduzida em *Da França ao Japão*, com uniforme militar europeu. Trata-se de uma das imagens que tomavam a atenção do escritor brasileiro, sobre um Japão tradicional com novas roupagens e em intenso processo de disputa.

Em *O Japão*, é dado espaço às primeiras imigrações chinesas para o país, estendendo “pelos séculos novos a lenta e surda elaboração homogênea da raça, até conseguir fixar o seu tipo, depois da eterna luta etnológica, em que os elementos contrários se repelem entre si e os de afinidade eletiva se combinam e se fundem para sempre” (AZEVEDO, 2010[189?], p. 42). Daí se constituiria o “verdadeiro” japonês, a quem buscava compreender. A homogeneização racial e a formação de uma nação consideravelmente coesa faziam parte da explicação do sucesso japonês em seu projeto de reformulação política, elementos também reivindicados pelos brasileiros que viam na diversidade racial e na falta de unidade entre as regiões um problema a ser resolvido.

Azevedo também apontou uma série de interferências estrangeiras na longa história do Japão, como o budismo, que tomava lugar da religião local, o xintoísmo. Para o escritor, era uma estratégia política dos imperadores para manter seu caráter divino, ao mesmo tempo em que o povo cultuava Buda (AZEVEDO, 2010[189?], p. 35). Ele citou a influência da Coreia e da China em tecnologias como a escrita, bússola, papel e nanquim, moinho de pilar arroz, rodas hidráulicas, metalurgia e impressos, até chegarem por fim os estadunidenses. Sobre a religião, Azevedo condenou a “negativa preferência do Japonês pela religião alheia” (p. 35). Assim, mesmo que se propusesse a fazer uma obra diferente das demais, ele reiterava preconceitos comuns, como a de que os japoneses eram habituados à imitação.¹⁴⁵

¹⁴⁵Esta perspectiva, inclusive, estava em Bousquet que afirmava que a rápida difusão do budismo era possível pela “inclinação própria do temperamento japonês pela imitação” (DANTAS, 1984, p.156).

A liberdade religiosa havia sido permitida em 1873, e a religião fazia parte da estratégia social japonesa. De acordo com Célia Sakurai (2008, p. 146), o xintoísmo contribuiu para a ideia de disciplina, moderação e a valorização das origens familiares com os cultos aos antepassados; aliado a isto, o confucionismo reafirmava a nova ordem social, o poder do governo e a lealdade.¹⁴⁶ Estas concepções eram cotejadas com modelos ocidentais, buscando reforçar a identidade japonesa, a coesão nacional e fortalecer a figura do imperador.

Azevedo (2010[189?], p. 75) explicava que no início do período anterior ao Meiji (Xogunato Tokugawa [1603-1868]) foi imposto uma política restritiva que “penetra com a lei pelo íntimo da vida privada e regula como se deve comer, beber e até sentir”, dando uma “direção inteiramente nova (...) ao espírito de sua raça” (p. 80). Considerou um dos pontos positivos do período o que chamou de “renascença japonesa”, com plena alfabetização, desenvolvimento da arquitetura, das artes e da literatura:

Fechando ele ciosamente a sedutora pátria à curiosidade importuna e à grosseira cobiça dos ocidentais, foi que conseguiu fazer, nem só a unidade nacional, mas a glória artística do Japão. É a esse largo feriado de reclusão e de paz, durante o governo dos Tokugawas, que o mundo culto deve o século XVIII do Extremo Oriente, o século de Hokusai e Utamaro, para citar apenas dois nomes já vulgarizados por Edmond Goncourt; século em que o japonês se constituiu em primeiro e mais poderoso artista decorador de todos os tempos. (AZEVEDO, 2010[189?], p. 81)

Esses elementos teriam criado a coesão capaz de fazer emergir um país forte na Era Meiji. Para Azevedo, isto era o que faltava para que a república brasileira se tornasse uma nação forte. O escritor era um saudosista do período anterior à abertura, crítico da expansão capitalista e considerava que

o dinheiro ainda servia só para ser gasto e não para ser multiplicado pela tabuada dos filhos de Israel; o capital ainda não era capital, era coisa secundária, não se tinha transformado em força viva e roda dentada que engrena, arrasta, mastiga e babuja a moral, o talento, o amor e o caráter da melhor porção do mundo moderno (2010[189?], p. 93-4).

¹⁴⁶De acordo com Célia Sakurai (2008, p.147), a ideia de governo havia sido adicionada à original, nesta acreditava-se na importância da harmonia entre sistema terrestre e leis celestes, “defenderam, assim, a crença de uma relação profunda entre a harmonia e a existência dos governos, que são a forma de regular a convivência entre os homens.”, além disso naquele momento a ideia de lealdade foi destacada a fim de fortalecer a figura do imperador.

Ao mesmo tempo, Azevedo colocava-se contrário à narrativa em prol da chegada do Comodoro Perry, em 1853:

Bem sei que os europeus e norte-americanos, naturalmente por decoro, não contam deste modo nos seus livros sobre o Japão os fatos que aqui vou narrando; dizem todos os autores, pelo menos os meus conhecidos, que a revolução existia em estado latente no império japonês e que a chegada do comodoro Perry nada mais fizera do que precipitar-lhe os efeitos.

É preciso muito má fé, ou não ter sequer cheirado as crônicas japonesas, para sustentar semelhante falsidade histórica! nem sei como não afirmam logo que o pobre Japão se achava em viva guerra de extermínio e que eles, americanos, lá foram, impelidos pelos próprios sentimentos de humanidade. Seria desse modo a burla mais engenhosa e mais completa. (p. 97-8)

O escritor era enfático na crítica aos estrangeiros, a quem responsabilizava pela abertura do Japão e pelo fim de um período de estabilidade. Para ele,

a terrível guerra civil que se ia abrir, isto é, a luta de parte dos príncipes e parte do povo contra a dinastia dos Tokugawas (...) não tinham raízes em nenhum fator político precedente à chegada do Comodoro Perry, como pretendem os ocidentais nos seus livros sobre o Japão (AZEVEDO, 2010[189?], p. 121).

O embate entre o Xogunato e o imperador, e entre favoráveis e contrários à abertura, contribuiu para a hostilidade aos estrangeiros, com o lema “Honra ao micado! Fora os bárbaros!” (p. 120), do movimento *sonnō jōi* (“reverência ao imperador, expulsão aos bárbaros”), que se unia em torno de reivindicações contra os estrangeiros (KODET, 2016, p. 44). Ao conturbado período do início da abertura, Azevedo se deteve com maior afinco. Incorria em imprecisões, mas entregaria ao leitor uma narrativa com os detalhes de um romance com personagens heroicos, ação, drama, romance. Isso pode ser visto em trechos como: “O xogum, coitado! Esse arfava cabisbaixo e túbio, escondendo o rosto entre as duas mãos. Não sei se chorava” (AZEVEDO, 2010[189?], p. 108). O escritor preocupava-se mais com os valores e sentimentos do que com acontecimentos.

Um dos principais elementos do nacionalismo japonês era a centralização da figura do imperador, forte ao ponto de ser apropriada por Azevedo como um dos diferenciais de sua obra frente às anteriores. Mesmo após a Restauração de 1868, o imperador não tinha poder executivo, contudo, se tornara um símbolo divino, em torno do qual “passa a girar a vida da nação japonesa” (SAKURAI, 2008, p. 148). Chama atenção ainda o fato de, na própria Constituição de 1889, ele ser considerado “sagrado e

inviolável”, em uma concepção que remete à crença judaico-cristã de “deus todo poderoso” (p.150).

Algo que impressionava Azevedo era a presença de estrangeiros em espaços que, por cerca de duzentos anos, foram restritos aos japoneses. Isso gerava descontentamento popular. Para o escritor

esse contínuo gemido sem socorro pode transformar-se em uivo de tempestade feroz; aquele surdo e recalcado desespero pode de súbito fazer-se aspiração nacional e rebentar com fúria, devorando todos os poderes constituídos para só deixar firme e de pé as duas expressões sinceras da nação – o micado e o povo (AZEVEDO, 2010[189?], p. 128).

Como consequência dos conflitos internos pós-abertura, com as modificações institucionais e também de hábitos, houve ataques aos estrangeiros no Japão, como foi o caso do assassinato do negociante inglês Charles Richardson, em 1862. Segundo o pesquisador Roman Kodet (2016, p. 46):

Embora a ira dos proponentes da expulsão dos ocidentais tenha se voltado contra os oficiais do *bakufu*, eles também dirigiram sua fúria aos membros da comunidade estrangeira no Japão. Um jovem oficial e um marinheiro de navio de guerra russo foram pegos em uma emboscada e mortos nas ruas de Yokohama em 25 de agosto de 1859. Este foi o começo de uma série de ataques a estrangeiros ou seus empregados no Japão: em novembro de 1859 um funcionário chinês do vice-cônsul francês em Yokohama foi morto; em 1860, o intérprete japonês do ministro britânico no Japão, *sir* Rutherford Alcock, foi assassinado perto do portão da legação britânica em Edo; apenas um mês depois, dois capitães holandeses da frota mercante foram mortos em Yokohama; em outubro de 1860, um servo do ministro francês no Japão, Gustave Duchesne de Bellecourt, foi morto em Edo e, no início de 1861, o secretário da legação dos Estados Unidos da América foi assassinado quando retornava de um jantar na Embaixada da Prússia. (tradução nossa)

No caso de Richardson, relatos dão conta de que ele estava com outros três estrangeiros e que “foi assassinado à luz do dia sem – do ponto de vista ocidental – ter provocado qualquer incidente” (KODET, 2016, p. 50, tradução nossa). Já para os japoneses, teria sido ofensiva a atitude do europeu, ao “tentar passar direto por uma comitiva de *samurais* (algo que seria normal na China, onde os ocidentais olhavam para a população local como racialmente inferiores) sem prestar o respeito habitual de desmontar do cavalo” (p. 51, tradução nossa); tratava-se de uma comitiva importante, vinda do domínio de Satsuma. Conhecido como *Incidente de Namamugi*, o caso

demonstra a animosidade contra os estrangeiros, tendo gerado uma crise diplomática entre a Inglaterra e o Japão. Azevedo (2010[189?], p. 138) registrou suas impressões sobre os desdobramentos diplomáticos:

Em 15 de abril de 1863, o ministro plenipotenciário da Inglaterra, em termos arrogantes, reclama uma indenização de cem mil libras esterlinas pelo assassinio de Richardson, desculpas formais pedidas pelo governo japonês ao governo daquela potência, e a execução dos criminosos diante de uma força naval da Marinha britânica que iria à terra só para esse fim; e mais 25 mil libras pelos feridos em diversas ocasiões, e mais dez mil pelas duas sentinelas mortas no ataque à legação provisória, limitando em vinte dias o prazo para uma resposta categórica e declarando que, no caso de recusa ou negligência por parte do governo japonês, passaria a questão às mãos do comandante em chefe das forças navais de Sua Majestade britânica nas águas do Extremo Oriente, o almirante Kuper, para que tomasse estas medidas coercivas que lhe parecessem acertadas.

Mesmo diante de imprecisões do escritor, é fato que a Inglaterra pressionou o governo japonês. Permanecia a ameaça da política canhoneira. Mais do que habilidades diplomáticas, a solução viria da demonstração da superioridade bélica dos estrangeiros através da presença de frota armada (KODET, 2016, p. 58). Ao final, os ingleses bombardearam o Japão em agosto de 1863. Para Azevedo (2010[189?], p. 138), os estrangeiros, especialmente os ingleses, eram os maiores responsáveis pelos problemas sociais e políticos nos países asiáticos. Concordava com os japoneses que os denominavam de bárbaros: “com razão, porque bárbaro não é só o que comete barbarias, é também todo aquele que comete barbaridades”. E comparou a situação japonesa com a da China:

O leonino arreganho não produziu porém o efeito que esperava o leão, e as ovelhas acabaram por lhe fazer amargar um bem mau quarto de hora. Contavam sem dúvida os britânicos que as coisas se passariam como pouco antes na sua brutal e desumana expedição de Xangai. — Quia nominor leo! —, mas os japoneses não eram chineses, não tremeram de medo com as ameaças da Soberana dos Mares, ao contrário. (p.139)

A relação entre os dois continuava:

os chins durante muitos séculos tinham ensinado ao japonês o segredo da inalterável compostura do gesto, a fria ciência búdica de governar com a vontade a expressão do rosto no meio das mais fortes comoções morais, anestesiando os nervos condutores e impedindo-lhes levarem ao semblante nem a menos lúcida centelha do oculto incêndio, tapando a tempestade interior com uma indecifrável máscara de cadáver; triste e amarela ciência que é bem da Ásia, e que só poderia ter sido refinada

a tal extremo por uma raça velha, impassível e hipócrita como a raça chinesa. (p. 144)

O autor seleciona elementos do plano de expulsão de estrangeiros do Japão para elaborar uma narrativa que correspondesse a sua experiência e suas opiniões. Aqui, o mais importante não é se Azevedo pontuou corretamente as datas ou se as grafias dos nomes são precisas, mas seu interesse em escrever um livro a partir de sua compreensão sobre o Japão. Nesse sentido, chama a atenção sua crítica à intervenção das grandes potências no país, a ponto de tornar-se partidário do fechamento às demais nações e de atacar posturas e relatos de europeus e estadunidenses, e também a narrativa elogiosa em torno da exaltação dos elementos japoneses naquele final de século.

6.4.2 O JAPÃO COMO MODELO

Se em um primeiro momento o Japão se tornava modelo por conta da rápida modernização, a manutenção da identidade nacional, em consonância com as mudanças, também passou a chamar a atenção. Isto integrava o projeto de abertura, assim como o esforço para se apropriar de conhecimentos estrangeiros, inclusive investindo em missões ao exterior, na busca de garantir sua autonomia.

Cabe lembrar que a abertura não tinha aceitação unânime, nem mesmo grande participação popular.¹⁴⁷ Portanto, longe de uma perspectiva romantizada sobre a constituição do Japão pós abertura, é importante destacar que o regime foi considerado autoritário, tendo opositores políticos que demandavam sufrágio universal, sindicatos, direitos trabalhistas, reforma agrária (SAKURAI, 2008, p. 156-8). Entretanto, formar e manter uma identidade nacional e consolidar-se como nação moderna fazia o Japão tornar-se modelo quando se pensava no Brasil, também em processo de reorganização do Estado e em criação de uma identidade republicana.

A narrativa de Aluísio Azevedo mostra como a reafirmação da identidade a partir de elementos como xintoísmo, crença na natureza divina do imperador e nos mitos de origem eram importantes no Japão no final do século XIX. Essa convivência entre a

¹⁴⁷Sobre o descontentamento popular, Célia Sakurai (2008, p.154-57) apresentou 177 revoltas camponesas entre 1868 e 1873, em protesto contra o pagamento de impostos em dinheiro; havia também o problema da obrigatoriedade do serviço militar que afastava os jovens dos trabalhos no campo, as revoltas dos *samurais* contra o corte dos privilégios e, entre outros, a divergência dos que perderam poder político com a reestruturação da Restauração.

cosmovisão japonesa e a que vinha das grandes potências precisou ser remodelada para a manutenção da coesão nacional, assim, “com o tempo, os japoneses aceitaram os princípios ocidentais de igualdade e de liberdade, reforçando, concomitantemente e sem se acreditarem contraditórios, a hierarquia e a lealdade para com os superiores no modelo confuciano da harmonia” (SAKURAI, 2008, p. 152-3). Esse cenário animava o vice-cônsul Azevedo, que tinha defendido a república quando de sua proclamação, mas que se via descontente com seus rumos. Além disso, o desenvolvimento industrial e científico, caros à concepção positivista, tornava o Japão ainda mais interessante. No Brasil, o processo de construção nacional também ocorria, porém, mais do que manter o território, buscava-se a identificação dos cidadãos com a república. De acordo com José Murilo de Carvalho (2014b, p. 32), no início desta, não existia uma comunidade política, mesmo que a Guerra do Paraguai tivesse dado margem a um sentimento nacional e mesmo que o Brasil tivesse elementos fundamentais para a construção de uma identidade nacional, como língua, religião e unidade política:

Entretanto, uma das características do nacionalismo japonês era a xenofobia, que “se acentuou com a propaganda da nação japonesa como uma única e grande família, abrangendo todo o território e se distinguindo das outras por sua ligação com a linhagem imperial e, conseqüentemente, com Amaterasu, a deusa do sol” (SAKURAI, 2008, p.146). Para o nacionalismo, era importante um povo com uma cultura e um passado em comum. A ideia estava presente nos relatos dos viajantes anteriores, mas no texto de Azevedo, ganhava contornos de defesa do nacionalismo japonês, já que ele vivenciou o momento em que aquele projeto estava em curso, tendo sido igualmente influenciado por ele.

Assim como o Japão se esforçava para a formação de vínculos que mantivessem a coesão nacional na Era Meiji, no Brasil, buscava-se criar um imaginário republicano capaz de legitimar o novo governo ou “atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo”. Além disso tanto em uma quanto em outra realidade, essa elaboração do imaginário e identificações era central pois “é nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro” (CARVALHO, 2014b, p.10).

Entre a primeira e a última viagem que acompanhamos, os dois países viveram mudanças sociais e políticas que acarretaram a busca pela formação de nações modernas. O Japão foi capaz de formar tanto uma coesão social quanto desenvolver-se econômica e

institucionalmente com certa estabilidade. No Brasil, a instituição de um novo regime também aconteceu de forma autoritária, mas diante de uma realidade distinta e sem o mesmo sucesso em termos de criação de uma identificação nacional.

Apesar da admirável dedicação dos ortodoxos, suas propostas tiveram efeito reduzido e passageiro. O apelo à integração aos valores comunitários, feito nas circunstâncias de desigualdade social extrema, de luta insana pelo poder, de especulação financeira desregrada, caía no vazio. Algumas propostas, como as que se referiam à exaltação do papel da mulher e da família, estavam sem dúvida dentro de uma tradição cultural enraizada. Mas seus efeitos eram antes de natureza conservadora, na medida em que reforçavam o patriarcalismo vigente. Quanto à proposta de fazer do Estado, por intermédio da ditadura republicana, um agente de bem comum, um promotor de políticas sociais, um preparador da sociedade positivista baseada na harmonia das relações sociais, ela reforçava, na melhor das hipóteses, o paternalismo governamental. Na pior, acabava levando água para o moinho do autoritarismo tecnocrático, com ou sem os militares. Comunidade, afeto e amor tornavam-se meras palavras, se não mistificações. (CARVALHO, 2014b, p.31-2)

Azevedo se desiludiu com os primeiros anos da república brasileira e entendia o Japão como um modelo de sucesso. Como estivesse inserido naquele meio de valorização nacionalista, passou a incorporar alguns de seus elementos e a articular sua obra de forma a defendê-lo. Assim, a consolidação de um passado comum, a homogeneidade racial, a luta contra os estrangeiros em defesa da autodeterminação, o projeto de rápida mudança, a industrialização e a importância da educação formal passaram a ser elementos valorizados pelo escritor, por serem também algumas demandas e desejos do projeto republicano positivista que se buscava para o Brasil.

6.4.3 AS JAPONESAS

Na carta de 14 de agosto de 1898 ao irmão, Azevedo assumiu o papel de viajante e descreveu as mulheres que o acompanhavam:

Nunca estou só; tenho sempre ao meu lado duas ou três *musmês* encarregadas de afastarem o tédio que imaginam que eu tenha; já tomei banho com toda a família e tive a ocasião de rir amarelo na rua; apesar de já não sair senão de quimono, os garotos acompanham-me e alguns me dão surriada. Vim encontrar aqui a única japonesa verdadeiramente bonita de corpo que até agora tenho visto; é escultural apesar de pequenita; uma Vênus cor de âmbar, é risonha, com duas covinhas na face. O congo de que falei tem este feitio: (há um desenho como descrição, Aluísio Azevedo foi também caricaturista profissional) eis a

minha lanterna: (novo desenho). Trouxeram-me almoço (desenho). Pintei de preto (desenho) para fazer saber qual é a parte do corpo que fica nua. Até breve. Não posso continuar senão o papel não cabe no envelope. Teu Aluísio. (AZEVEDO apud DANTAS, 1984[1898], p. 16)

Quando estive em Mito, Azevedo apontou que estava sempre acompanhado por japonesas. Além disso, Afrânio Peixoto viu em seu gabinete de trabalho, em Nápoles, uma tela de seda com a imagem de “Satô, uma criatura formosa, quase ocidental na sua miúda face morena, mas com a graça tênue e sutil, de recato e de simplicidade, das *musumês*, já lendárias”, sugeria ainda que se tratava de um romance vivido por Azevedo que não pôde acompanhá-lo e que por “mais de dez anos, e outro mundo de permeio, não lhe privaram de uma saudade” (PEIXOTO apud DANTAS, 1984, p.15).

Em diversas passagens dos relatos de viajantes brasileiros, as mulheres foram entendidas como medida da civilização. Tratava-se do seu asseio pessoal, comportamento conjugal, danças, sexualidade, vestimentas. Dentre os que acompanhamos, o viajante que dedicou mais páginas às japonesas diante da chamada “ocidentalização” foi Aluísio Azevedo. Diferentemente dos outros viajantes, Azevedo inseriu em sua narrativa a figura da *musume*, termo usado na literatura francesa para as descrições sobre o Japão¹⁴⁸. O escritor descreveu que, antes da abertura, os holandeses importavam ovelhas e cabras para abate. Mas havia também outras negociações:

Assim, quando mais tarde, depois de muita lamúria, permitiu o xogum que as “musmês” da mais baixa extração fossem ter à ilha Dechima e isso somente na ausência do sol, o povo começou de alcunhá-las de “ovelhas” e “cabras”, qualificativo com que ainda agora grande parte dele estigmatiza a japonesa que partilha com qualquer ocidental o fruto do paraíso. (AZEVEDO, 2010 [189?], p.88)

Luiz Dantas (1984, p.199-200) explica que

a heroína do romance de Pierre Loti, *Madame Chrysanthème*, assim como Cio Cio San, personagem central da adaptação musical do romance, a ópera *Madame Butterfly* de Puccini, eram também *rashamen* (“carneiros”, ao pé da letra), mulheres galantes de condição humilde, destinadas especialmente aos estrangeiros .

¹⁴⁸A tradução do termo *musume* para o português brasileiro que temos mais próxima à viagem é a de Wasaburo Otake (1957, p.344): “filha, moça, donzela, rapariga, menina”.

As jovens japonesas, chamadas de musumes/*mousmés*, foram descritas por Pierre Loti, pintadas por Van Gogh¹⁴⁹, e também estavam na imaginação dos nossos viajantes. Quando Aluísio Azevedo embarcou para o Japão, o estereótipo sobre as japonesas vindo da literatura já era difundido. Em 1904, ele publicou o texto *Japonezas e norte-americanas (fragmento inédito)* no *Almanaque Brasileiro Garnier*. Cabe incluir que outro texto sobre a mulher japonesa foi publicado, sem indicação de autor, no mesmo almanaque, em 1906, sob o título *A mulher no Japão*. O texto já foi atribuído a Azevedo (LESSER, 2001, p.290), mas difere-se da perspectiva do primeiro assinado pelo autor e, ao que nos parece, é inspirado no livro *Le Japon d'aujourd'hui* (1904), de Georges Weulersse. Seu conteúdo era mais crítico em relação ao que se julgava da condição da mulher japonesa. Nele, afirma-se que elas “nada possuem que recorde o typo de belleza da Venus de Praxiteles”, que “os japonezes não são delicados, no seu paiz pelo menos, para com as mulheres”, que o “desprezo pela mulher é tradicional no Japão” e que sua vida se exprime em “gravidez e escravidão”.

Já o artigo *Japonezas e norte-americanas*, de Azevedo, possui outro tom. Para Luiz Dantas (1984, p. 17), o texto era “um tanto desconcertante, espantoso, por suas ideias arqui-conservadoras sobre a mulher”. Para Ortiz (1997, p. 85), há argumentos que demonstram uma “posição misógina e conservadora”. O texto de Azevedo reúne, de forma mais enfática, a percepção de desigualdade entre gêneros, no qual os elogios às japonesas eram acompanhados da valorização de sua submissão e da vida da mulher voltada ao ambiente doméstico. Para o escritor, “nada mais injusto do que essa caricatura que por ahi se faz da moral japoneza!”, e entende a mulher como medida dessa moral, em contraposição às francesas, inglesas, espanholas e, especialmente, estadunidenses. Ele cita exemplos a partir da literatura, da imprensa e das suas próprias experiências, julgando que europeias e estadunidenses eram “levianas e traiçoeiras”, tendo “macaqueado” atos masculinos como consumo de álcool, cigarros, a prática do flerte e do adultério:

Em quanto o ávido e activissimo marido corre esbaforidamente pelos bairros commerciaes de Nova-York ou de São Francisco atraz do milhão d'esse dia, a mulher vae matar tempo nos clubs políticos ou esportivos, ou simplesmente nas luxuosas tavernas subterraneas, entre o almoço e o jantar, bebendo, jogando, fumando e palestrando, como fazem os vadios da raça latina. (AZEVEDO, 1904[1902], p. 218)

¹⁴⁹O quadro de Vicent Van Gogh, *La Mousmé*, de 1888, está acessível no acervo digital da *National Gallery of Art* de Nova Yorque. Disponível em <<https://www.nga.gov/collection/art-object-page.46626.html>>. Último acesso em 13/08/2020.

Ciente da imagem de falta de liberdade das japonesas vivendo fechadas “no anel de ferro da restricta moral”, Azevedo questionava: “É odiosa a sua moral domestica, porque faz da mulher um objeto sem vontade?”; ele mesmo respondia que sim, mas ponderava que era positivo na medida em que promovia estabilidade familiar e evitava práticas como a da roda dos expostos, “enquanto a vontade de toda e qualquer mulher japonesa nada mais fôr do que o fiel reflexo da vontade do respectivo marido” (AZEVEDO, 1904[1902], p. 217).

A leitura de Azevedo parecia ir na direção de Bousquet, para quem “a mulher japonesa ocupa uma posição de escrava, enclausurada e muda na sociedade japonesa, sem direito a uma vida social” (OKAMOTO, 2010, p.81). Para o brasileiro, a ideia construída sobre a passividade da mulher foi considerada positiva. Esse texto reiterava seu discurso em relação aos males da entrada de estrangeiros, seus valores e modos de vida, no Japão. A mulher, assim como o país, corria o perigo de se degenerar e perder suas virtudes.

Cada qualificativo dado às mulheres correspondia a uma realidade social mais ampla. Nota-se que na narrativa de Alúcio Azevedo há menos espaço para o Japão exótico e inocente, os corpos aparentes, a casa de banho, as risadas, que vinham nas palavras e imagens de *Da França ao Japão* (1879). Já em meados do século XX não apenas a realidade no Japão era diferente, especialmente nos espaços acessados pelos estrangeiros, mas também outra perspectiva estava consolidada e influenciava as novas narrativas. Entretanto, permanecia o interesse dos viajantes pelo “erótico transracial” (PRATT, 1999, p. 148), pelas mulheres que lhes causavam estranhamento e de quem julgavam o comportamento como observadores brasileiros intelectualizados à europeia e conservadores.

6.5 A PRIMEIRA LEGAÇÃO BRASILEIRA NO JAPÃO

Em 22 de maio de 1897, o ministro das Relações Exteriores, Dionísio Cerqueira, enviou um despacho à Henrique Lisboa, comunicando que este havia sido creditado pelo presidente da República, Prudente de Moraes, como ministro plenipotenciário no Japão. O documento esclarece que o envio se dava pelo tratado entre os países, que permitia a permanência de uma legação brasileira no Japão.

Na comunicação entre o ministério das Relações Exteriores e a representação no Japão, os assuntos de interesse eram a imigração e o comércio direto. Os documentos indicam que o próprio Aluísio Azevedo tinha interesse no debate sobre a imigração de trabalhadores japoneses e, embora Luiz Dantas (1984) considere que seja impossível afirmar que o escritor tenha continuado atuando como agente de imigração, é importante considerar que Azevedo já tinha experiência nesta função durante a estadia em Vigo. Nas cartas da legação, Henrique Lisboa afirmava que os estudos de Azevedo sobre o Japão tinham intenção de “habilitar-se a prestar úteis serviços logo que se inicie a emigração” e que o escritor considerava de grande importância os “primeiros passos que derem na iniciação da emigração”¹⁵⁰. O fato é que a experiência de Azevedo no Japão não seria possível sem o longo debate e incentivo à vinda de trabalhadores asiáticos para o Brasil. Se o objetivo da missão brasileira, da qual ele participava, era a vinda de trabalhadores, isto estava presente em sua elaboração sobre os japoneses. Além disso, em termos práticos, foi esse objetivo que criou a oportunidade para a abertura da legação no Japão, daí a possibilidade de ir e escrever sobre o país e seus habitantes.

Os brasileiros da legação enviada em 1897 se viram diante das instituições japonesas em processo de consolidação das mudanças. O ministro das Relações Exteriores, Dionísio Cerqueira, enviou um comunicado à Henrique Lisboa avisando que mesmo que o Tratado de 1895 não tivesse estipulado nada a respeito da emigração “é certo que o governo japonês a permitirá”. A esta altura, o debate sobre as formas de imigração e quem custearia o processo já havia sido amplamente realizado quando se discutiu a possível vinda dos chineses, portanto, os encaminhamentos com relação ao Japão já estavam mais definidos. Nessas condições, o ministro dizia ao enviado brasileiro que “a emigração não há de ser promovida por conta do governo federal, que, por consequência, nenhuma responsabilidade toma. Há de ser de empresa particular; mas a legação e o consulado-geral farão o que estiver ao seu alcance para facilitá-la”¹⁵¹. Dentre as atividades que estavam ao alcance da legação, uma era a promoção de uma imagem positiva do Brasil. No final do século XIX esta divulgação era feita em países europeus, minimizando doenças, apresentando baixas taxas de mortalidade, apresentando um país pacífico, feliz, próspero e civilizado. Foi com essa intenção que, no Japão, Henrique Lisboa solicitou a redatores japoneses que publicassem textos buscando atrair “as

¹⁵⁰Ofício de 2 jan. 1898. (BRASIL, 2012, p.195).

¹⁵¹Despacho de 22 maio 1897. (BRASIL, 2012, p.163).

simpatias da sociedade japonesa, a fim de que se mantenha e robusteça a favorável opinião que já existe aqui quanto aos benefícios que poderão resultar para o Japão do cultivo de relações com o Brasil”¹⁵².

Tratava-se não apenas de conhecer o Japão, mas de tornar o Brasil conhecido aos japoneses. Segundo documentos da legação brasileira, a revista *Taigo*¹⁵³ publicou:

O Brasil é maior que a China, apenas tem uma população de dezesseis milhões, possui terrenos fertilíssimos, onde um homem trabalhador poderá obter fortuna facilmente; e ao Japão convém, pelo seu extraordinário aumento de população, mandar emigração para o estrangeiro.¹⁵⁴

Naquele momento, porém, o Brasil não tinha condições de trazer imigrantes japoneses. O próprio Henrique Lisboa lembrava que a situação financeira do país nos anos iniciais da república não favorecia esta imigração, mas o esforço seria importante para que pudesse ser realizada posteriormente. Cabe lembrar que os problemas financeiros do início da república atingiam as representações no exterior, incluindo os projetos relacionados à Ásia. De acordo com Boris Fausto (2010), a dívida externa havia sido herdada do império e agravou-se na década de 1890, com o aumento do déficit público.

De acordo com o pesquisador Hiroshi Saito (1961, p. 27), em 1897, um representante da empresa japonesa de imigração Kichisa Imin Kaisha foi enviado à São Paulo para negociar com a empresa Prado Jordão a vinda de trabalhadores japoneses. Acordaram então a vinda de “camponeses de 20 a 35 anos de idade, e que a primeira leva seria composta de 1500 a 2000 pessoas”. Naquele fim de século, 1500 japoneses foram recrutados pela empresa Toyo Imin Kaisha, o contrato estabelecia:

- a) o prazo de contrato de trabalho será de cinco anos, contando da data de chegada do imigrante ao local de trabalho;
- b) o salário mensal será de 30 shilling (cerca de 15 yen), cujo pagamento será feito metade no Brasil e outra metade no Japão; da parte a ser paga no Japão metade será depositada na Toyo Imin Kaisha e a restante remetida à família do imigrante;
- c) o horário de trabalho é dez horas diárias, excetuando o tempo de descanso; serão fornecidas duas mudas de roupa de trabalho por ano além da habitação com banheiro japonês; da passagem marítima, de ida

¹⁵²Ofício de 4 out. 1897. (BRASIL, 2012, p.173).

¹⁵³Não há nestes registros da data de publicação, informa-se apenas que se trata de uma revista japonesa quinzenal e redigida por homens importantes do país e que, portanto, era um veículo de informação considerado relevante naquele momento.

¹⁵⁴Ofício de 4 out. 1897. (BRASIL, 2012, p.176).

e volta bem como a alimentação a bordo correrá por conta da firma Prado Jordão.

Além dessas cláusulas, exigia-se do imigrante o pagamento a título de comissão à Toyo Imin na importância de 18 yen e mais cautela de 40 yen, como garantia da passagem de volta. (SAITO, 1961, p. 27)

A queda do preço do café e problemas econômicos fizeram com que os trabalhadores não pudessem emigrar, e a Prado Jordão teve que desfazer esta que foi considerada a “primeira tentativa” de vinda de imigrantes japoneses. Nota-se que, mesmo sem ser posto em prática, este acordo visava também contratos temporários com trabalhadores japoneses, com características semelhantes ao que vimos anteriormente.

A incapacidade de efetivação da imigração naquele momento não anulou os serviços da legação brasileira no Japão. Esta se dedicou a estudos sobre as técnicas de agricultura, o cultivo de arroz e a criação do bicho-da-seda, a contratos comerciais (para a venda de fósforo, seda, leques, chá e porcelana a negociantes brasileiros) e à apresentação do Brasil na imprensa japonesa. Acreditava-se, sobretudo, que os japoneses contribuiriam para o desenvolvimento de várias culturas e que eram bons trabalhadores tanto na agricultura quanto na indústria. Já nos primeiros ofícios da legação em 1897, os japoneses apareciam em comparação com o trabalhador chinês. Em comunicação sobre emigração e comércio, Lisboa escreveu ao ministro das Relações Exteriores:

Bem que a sua perseverança não alcance à que tanto distingue o trabalhador chinês, possui o japonês um espírito de iniciativa, invenção e adaptação, que lhe permite realizar, com rapidez, economia e perfeição, certos trabalhos que o trabalhador chinês só efetua com grande dispêndio de tempo e paciência.¹⁵⁵

Em 1898, Teikichi Tanaka, representante de uma companhia japonesa de emigração, expôs num artigo para o periódico *Japan Times* o alto preço da viagem como uma das dificuldades para a ida dos japoneses aos Brasil. Fez referência igualmente a outros “fatores não desejáveis, que vão pesar muito mais do que todas as conveniências”, citando como exemplo os imigrantes italianos estabelecidos no Brasil, que “tem-se dado a toda a sorte de hábitos vergonhosos, enquanto os proprietários de plantações não são, muitas vezes, pontuais no pagamento dos seus salários”¹⁵⁶. Contudo, havia interesse do governo japonês na emigração: em 1898, o cônsul brasileiro Henrique Lisboa comunicava à Olinto de Magalhães, agora ministro das Relações Exteriores, que “no intuito de dar

¹⁵⁵Ofício de 1 nov. 1897. (BRASIL, 2012, p.179).

¹⁵⁶O artigo aparece citado no Ofício de 18 fev. 1898. (BRASIL, 2012, p.208).

expansão a sempre crescente população deste arquipélago, não descansam os japoneses nos seus esforços para fundar colônias, mesmo em longínguas regiões”¹⁵⁷, em referência às negociações com o Peru, Guatemala, Malásia.

No Brasil, um dos grupos interessados nos trabalhadores japoneses era a Sociedade Nacional de Agricultura, que pretendia apresentar ao governo do Rio de Janeiro uma proposta de colonização com famílias japonesas. Lisboa enviara à Sociedade a *Lei para Proteger o ‘Imin’* assinada pelo governo japonês em 1896, determinando a necessidade de autorização do governo para emigração de japoneses. Em linhas gerais, a Lei de Proteção aos Emigrantes “incentiva a emigração oficial, passando os emigrantes a ter uma legislação que os ampara e os defende” (SAKURAI, 2000, p. 45). Havia também a delimitação quanto à natureza do trabalho dos imigrantes:

- a) Os que prestam serviço físico na agricultura, horticultura, pastoreio, pesca, mineração, manufaturas, trabalhos de engenharia, transporte construção etc.
- b) Os que se empregam em serviços domésticos, como cozinheiros, lavandeiros, alfaiates, camareiros, amas etc.¹⁵⁸

Determinava-se que os trabalhadores deveriam comunicar às autoridades japonesas o lugar para onde iriam e a duração da residência, contando ou não com os agenciadores. Nos contratos deveriam constar informações sobre as despesas, o trabalho, provimentos no destino, os meios de socorro e repatriação. O governo japonês deveria ser informado sobre todos os detalhes, mesmo sobre retornos e falecimentos.

A experiência da primeira legação brasileira no Japão não teve uma continuidade de projetos e ações sobre a imigração, e em poucos anos de funcionamento, ela foi desarticulada. Aluísio Azevedo informou em carta à Lúcio de Mendonça:

Instalo-me de novo em Yokohama, mas ao fim dum ano, o Congresso passa esponja na verba destinada à representação do Brasil no Japão, e eu rodo de lá com os demais, perdendo, segundo agora a opinião do Olinto, todos os direitos até então adquiridos nesta brilhante carreira. – Será tudo isso muito legal, mas acho injusto, e até odioso. (AZEVEDO, 1961[1900], p. 137)

Um ofício de 1º de janeiro de 1899, informou sobre o fechamento e determinou que os brasileiros deveriam retornar ao país, então no governo de Campos Salles. Henrique Lisboa escreveu, no dia 20 daquele mês, para ministro Olinto de Magalhães:

¹⁵⁷Ofício de 30 nov. 1898. (BRASIL, 2012, p.240).

¹⁵⁸Ofício de 20 dez. 1898. (BRASIL, 2012, p.247).

Senhor Ministro,

Desde o estabelecimento desta legação e do consulado em Yokohama, tanto eu como o sr. Ferraz Rego recebemos frequentes consultas com relação à emigração japonesa para o Brasil e ao comércio direto entre os dois países. Por outro lado, do Brasil tenho tido de satisfazer também a vários pedidos de informações sobre assuntos japoneses. A supressão desta legação e dos consulados no Japão, torna d'ora em diante impossível a satisfação de semelhantes requisições, que mais necessária se fará sentir agora que parecem encaminhar-se a uma solução prática os propósitos de iniciar a emigração e de estabelecer uma corrente de transações diretas entre este país e o nosso.¹⁵⁹

Com o fechamento da legação brasileira no Japão, Lisboa informava sobre a impossibilidade de continuar auxiliando a Sociedade Nacional de Agricultura, bem como os tratados comerciais que pareciam promissores entre os países. Para não romper as relações diplomáticas e para que as negociações que necessitassem de visto consular, inclusive de exportações, pudessem continuar sendo encaminhadas, propunha a nomeação de Hubert Victor Guielen, do consulado dinamarquês em Yokohama, como cônsul sem vencimento.¹⁶⁰ A proposta parece ter sido acatada, visto que Guielen aparece como “nosso cônsul em Yokohama” em ofício enviado de Tóquio, por Oliveira Lima, em 1901.¹⁶¹

Lisboa, demonstrando o descontentamento com a situação, apresentava a reação negativa com este desfecho quando “com a recepção de despachos do encarregado de negócios japonês nessa capital, informando que o sacrifício da nossa representação no Japão tinha sido especialmente determinado pelo desejo de obter recursos para o restabelecimento de outras legações, ainda mais magoados mostraram-se os japoneses”. Henrique Lisboa, referendo-se ao governo japonês, dizia ter buscado “suavizar o golpe que aquele ato desfechava no amor-próprio deste governo, justamente na ocasião em que ele trata de alargar as suas relações com os países civilizados”; para tanto:

Fiz sentir que o compromisso de honra tomado pelo governo brasileiro com os credores europeus exigia a eliminação de despesas que não eram de urgente necessidade; que esta legação e os consulados no Japão tinham sido fundados especialmente para o serviço da imigração, cuja realização estava e ficará paralisada enquanto perdurarem as nossas atuais condições financeiras, e que, portanto, nesse ato não podia haver desconsideração ao Japão, que sempre merecia grande estima do governo e povo brasileiros. O visconde Aoki, aceitando essas explicações, manifestou-me, entretanto, a sua hesitação em nomear

¹⁵⁹Ofício de 20 jan. 1899. (BRASIL, 2012, p.260).

¹⁶⁰Ofício de 20 jan. 1899. (BRASIL, 2012, p.260).

¹⁶¹Ofício de 28 jun. 1901. (BRASIL, 2012, p.275).

outro ministro japonês no Brasil em lugar no sr. Chinda, que vai ser removido para a Holanda. Animei-o a realizar essa nomeação fazendo-lhe sentir que a conservação da legação japonês no Brasil muito contribuiria para o restabelecimento da nossa representação diplomática aqui, desde que as circunstâncias o permitissem. Citei-lhes os exemplos da Rússia e da Áustria que tinham mantido os seus ministros no Brasil, apesar de suprimidas as nossas legações naqueles países. Os meus argumentos, felizmente confirmados por iguais seguranças que destes aí ao sr. Miura e que ele transmitiu a este governo em extenso telegrama, conseguiram modificar o ânimo do sr. Aoki, o qual prometeu-me trabalhar junto ao imperador e ao presidente do Conselho para que fosse feita a nomeação de um novo ministro no Brasil. Anteontem anunciou-me o visconde já estar isso decidido, tendo recaído a escolha no sr. Narinori Okoshi, o qual, além de outros cargos importantes na administração interna, exerceu funções consulares em Londres e Xangai.¹⁶²

O cônsul Henrique Lisboa defendeu a manutenção da legação brasileira, especialmente em relação aos planos estabelecidos para a ida de emigrantes japoneses ao Brasil, lembrando que os acordos de exportação seriam prejudicados com a mudança. Naquele momento, o cônsul japonês no Brasil, Sutemi Chinda, foi transferido para a Holanda. Com os novos encaminhamentos do governo brasileiro, o governo japonês hesitava em nomear outro representante no Brasil. Mas para manter as relações diplomáticas entre os países, o governo japonês optou por enviar o cônsul Narinori Okoshi.

O Brasil retirou do Japão, em 1899, os consulados que “tinham sido fundados especialmente para o serviço da imigração”, mesmo ano em que o primeiro grupo de imigrantes japoneses partiu para o Peru.¹⁶³ Aluísio Azevedo seguiu para La Plata, na Argentina, passando depois pelo Uruguai, Reino Unido e Itália, falecendo em 1913 na capital argentina.

Após a saída, as representações brasileiras no Japão retornariam em 1901, com Oliveira Lima, tendo Wasaburo Otake como intérprete da legação. Wasaburo Otake permaneceu atuante nas relações entre os dois países e sua contribuição foi considerada pelo diplomata Leão Velloso (1973 [1937]) como “fundamental para o entedimento entre os dois povos”.

¹⁶²Ofício de 1 mar. 1899. (BRASIL, 2012, p.264-5).

¹⁶³Ofício de 28 fev. 1899. (BRASIL, 2012, p.263).

Diferente de muitos dos seus antecessores, Oliveira Lima não era um entusiasta da vinda de japoneses ao Brasil¹⁶⁴, “tanto pelo perigo que oferece de uma maior mistura de raças inferiores na nossa população, como pela carência de experiência agrícola com modernos processos e utensílios”, mas sobretudo, pela “natureza psicológica e objetivo social que separa a raça ariana da mongólica”¹⁶⁵. Inclusive, em determinado momento ponderou que “o chinês é um trabalhador infinitamente mais acomodado e bem mais laborioso do que o japonês, e não existe, no seu caso, o perigo das reclamações diplomáticas que seria para temer por parte do governo japonês”¹⁶⁶.

Se a assinatura do Tratado de Amizade com o Japão havia sido postergada por conta da Guerra Sino-Japonesa, a vinda dos imigrantes teve interferência da Guerra Russo-Japonesa, em 1905. Ambos os eventos deixavam evidente que o Japão se construía como uma nova potência no cenário internacional. No Brasil, os contatos e as diferentes visões elaboradas sobre os japoneses e o Japão fizeram parte da dinâmica de aproximação entre os países e foram importantes para a construção do destaque dado ao Japão. Quando os primeiros imigrantes chegaram ao Brasil em 1908, sua imagem já não era nem aquela homogeneizadora do trabalhador asiático de meados do século XIX, tampouco a romantizada, do exotismo caro aos viajantes, mesmo que resquícios dessas duas visões tivessem permanecido.

6.6 OS JAPONESES NO BRASIL

O Japão assinou o Tratado de Amizade com o Brasil prevendo o envio de trabalhadores. Mas,

se, em grande medida, a introdução dos chineses fracassou em virtude das denúncias de que o asiático seria introduzido como um trabalhador semi-escravo, por que o governo japonês, obviamente ciente de tais denúncias, teria aceitado a assinatura do Tratado de 1895? (YAMAMURA, 1996, p. 142).

¹⁶⁴Ver: TAKEUCHI, Marcia Yumi. A diplomacia brasileira diante da imigração japonesa (1897-1942). **Estudos Japoneses**. n. 28, 2008. p. 99-112.

¹⁶⁵Ofício de 15 set. 1901. (BRASIL, 2012, p.309).

¹⁶⁶Ofício de 12 abr. 1902. (BRASIL, 2012, p.359).

Na década de 1890, como acompanhamos, o Japão elaborou sua Lei de Proteção aos Imigrantes. Posteriormente, haveria também a “tutela” (analisada pela pesquisadora Célia Sakurai) do governo japonês, com amparo aos emigrantes. Nesse sentido,

a imigração japonesa se diferencia das outras que escolhem o Brasil, por se estruturar sobre uma cadeia de relações montada a partir do topo da estrutura estatal japonesa até chegar aos imigrantes no Brasil. O governo japonês, através de seus diferentes ramos e agentes, participa explicitamente no processo de fixação desses imigrantes, para que ele ocorresse com sucesso (SAKURAI, 1998, p. 3).

A emigração para o Brasil se efetivou durante o período Meiji, durante o início da inserção de um Japão industrializado e urbanizado no mundo capitalista. Um fator que contribuiu para o estímulo da emigração foi o adensamento demográfico em algumas regiões e problemas de acesso à terra, mas a saída também foi favorecida pelo projeto de expansão ao exterior, como mostra Sakurai (2000, p. 44-7) em relação ao caráter político e simbólico da emigração. Dessa forma, a construção de um Japão diferente dos demais países asiáticos não era feita apenas por uma leitura do exterior, mas correspondia a um esforço nacional. Esse esforço ia além da política externa e abrangia a vida cotidiana, a formação intelectual dos japoneses e a remodelação das instituições políticas, como narraram os viajantes. A construção do nacionalismo japonês reforçava a ideia de uma nação forte com um passado comum, unida na figura do imperador e na noção de comunidade, com amparo no confucionismo e no xintoísmo.

Quando o Brasil atentou para o recém-aberto Japão na segunda metade do século XIX, este aparecia como um novo fornecedor de mão de obra, da mesma forma que supunham que fosse a China. A semelhança dos interesses das representações brasileiras nos dois países, dos contratos temporários, das atividades das empresas de imigração, das perspectivas dos fazendeiros e das noções comuns acerca dos “asiáticos” ou “amarelos” (incluindo o receio de sua miscigenação no Brasil) demonstram que, quando a vinda de trabalhadores japoneses passou a ser considerada, o debate a respeito inseriu-se na continuidade e em paralelo ao debate sobre os trabalhadores chineses.

Isto correspondia ao que ocorria em outros locais. De acordo com Saito (1961, p. 24), a entrada de japoneses no Peru, Estados Unidos, Havaí e Canadá teve como intuito suceder os trabalhadores chineses. Além do preconceito que sofriam como asiáticos, tinham em comum a intenção de retornar aos países de origem. O momento em que os trabalhadores japoneses começaram a vir ao Brasil foi tardio em relação aos demais

locais, e já havia questionamentos quanto aos contratos temporários – pela semelhança com as condições da escravidão, pela responsabilidade de garantir o retorno, pelos altos custos decorrentes da distância, pela necessidade de garantir que o trabalhador se estabelecesse num país cujas dimensões continentais não tornariam a ocupação um grande obstáculo.

A efetivação da vinda dos japoneses só ocorreria no século XX, com a recuperação após a crise do café em São Paulo e a suspensão da corrente migratória de italianos a partir de 1902 (SAITO, 1961, p. 28, 44). Além disso, em 1908 foi assinado o *Gentleman's Agreement*, pelo qual o Japão se comprometia a limitar a saída de emigrantes para o Estados Unidos, onde havia mais de cem mil residentes na colônia japonesa (p. 22). E, entre 1906 e 1907, “mais de 20 japoneses viajaram para o Brasil via Europa com objetivos variados. Entre eles estava o conhecido Ryu Mizuno, fundador da Kokoku Shokumin Kaisha, empresa que conseguiu introduzir a primeira leva de imigrantes” (p. 29). Em 1908, chegaram em Santos os primeiros 781 imigrantes contratados e 12 livres, a bordo do *Kasato Maru* (p. 29). Os japoneses interessados conseguiram negociar condições favoráveis, como subsídio de parte da passagem marítima pelo governo de São Paulo, que durou até 1914.¹⁶⁷

Para Saito (1961, p.114), a vinda dos japoneses ao Brasil foi favorecida especialmente pela pouca experiência com outras formas de emigração além da temporária; desta forma o trabalhador “nem sequer refletia sobre a eventualidade de abandonar sua terra natal de maneira definitiva”. Assim, no início, a vinda dos trabalhadores foi pensada a partir da mesma lógica dos países do norte, sob contratos temporários; o retorno mantinha-se nos planos, fazendo com que trabalhassem a fim de guardar finanças para isto. Mas havia fatores no Brasil que faziam com que a imigração temporária não tivesse sucesso, e as primeiras experiências demonstraram que a realidade econômica não permitia facilidades no trânsito, portanto, “aqui não era exequível o

¹⁶⁷Diante do fim do subsídio e do grande interesse das empresas de imigração, três empresas conseguiram junto ao governo nova concessão de 4 a 5 anos a partir de 1917, unidas sob o nome *Brasil Imin Kumiai*. Posteriormente, a empresa mais famosa de emigração seria a Kaigai Kokumin Kaisha (K.K.K.). De acordo com Saito (1961, p. 32), “este foi o primeiro passo que o governo nipônico dava no sentido de imprimir cunho nacional e estatal à política emigratória para o Brasil. A própria criação da empresa monopolizadora K.K.K. foi uma iniciativa tomada pelo gabinete chefiado pelo então Premier Terauchi”. O sistema de subsídio foi assumido em 1925 pelo próprio governo japonês e mantido até 1941. É de 1908 a 1925, portanto, que Saito recorta o primeiro período, experimental, da vinda de japoneses para o Brasil a fim de suprir a necessidade de trabalhadores nas lavouras de café. Seguiram-se outros momentos, de 1926 a 1941, com o subsídio japonês em uma política ativa de emigração até o rompimento por conta da Segunda Guerra Mundial. E, por fim, com a retomada a partir de 1953.

objetivo de migração temporária através do trabalho assalariado, por isso os que vieram mais tarde já substituíram seu objetivo por um de prazo mais ou menos longo” (SAITO, 1961, p. 115).

Na década de 1870, entraram 219.128 imigrantes europeus no Brasil; na década seguinte, foram 525.086, chegando a 1.129.315 na década de 1890 (SAITO, 1961, p. 41). De acordo com os dados do Departamento de Imigração e Colonização da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, estado que mais recebeu imigrantes japoneses no Brasil, na primeira metade do século XX foi contabilizada a entrada de mais de 190 mil deles.¹⁶⁸ Após um longo debate, contatos, iniciativas governamentais e privadas (muitas frustradas em relação aos trabalhadores asiáticos); mesmo tendo sido iniciada após os Estados Unidos ou outros países latino-americanos, a imigração japonesa para o Brasil correspondeu a mais de um terço do total para o continente e, ao invés de temporários, eles se estabeleceriam como colonos no país¹⁶⁹.

¹⁶⁸ Para termos dimensão desta quantidade em comparação com as demais populações estrangeiras, nota-se que, entre os anos de 1870 e 1952, foram registradas em São Paulo a entrada de 894.037 italianos, 406.448 espanhóis, 481.572 portugueses, 190.063 japoneses, 70.837 alemães e 39.693 austríacos. (SAITO, 1961, p. 43).

¹⁶⁹ De acordo com os Dados Estatísticos do Ministério de Relações Exteriores do Japão sobre a emigração japonesa entre 1885 e 1955, foram 241.709 imigrantes que vieram para países latino americanos, excluindo o Brasil; e 196.737 para este país (SAITO, 1961, p.23).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a integridade de uma obra, considerando fundamentalmente a relação entre texto e contexto é algo capaz de abrir diversos questionamentos. Esse modo de pensar a relação entre literatura e história pressupõe que há um processo dinâmico, no qual a obra não é mera narradora, mas parte e produto deste processo. Esse entendimento leva a refazer caminhos, buscar diferentes ângulos e fontes para preencher lacunas e responder questões abertas pela literatura.

Nos relatos que analisamos, por vezes precisamos atentar aos documentos paralelos com uma lupa; em outras, foi necessário expandir o panorama a fim de acompanhar determinada realidade e dar sentido a uma obra. Afinal, qual era o mundo visto e vivido pelos viajantes? Qual a especificidade do olhar de um brasileiro? Em que lugar se inseriam os japoneses nas demandas nacionais? E, como é próprio desta perspectiva, a realidade se mostra muito menos romântica do que se esperava.

Tratamos especialmente de um astrônomo, um militar da Marinha e um diplomata. Mas o que haveria em comum? No primeiro momento fomos em busca do *japonismo* e do interesse pelas artes e pela cultura, e isto estava sim nas obras. Entretanto, chamou atenção o vínculo com a questão do trabalho articulada com o debate racial e de constituição nacional, especificamente em relação ao asiático como uma possibilidade para “substituição” da mão de obra escrava projetada sobre alguém que não estava fisicamente no país.

Mesmo com motivações diferentes, as experiências dos viajantes em diálogo com as transformações que Brasil e Japão vivenciavam naquele período são relevadoras do estabelecimento das aproximações diplomáticas posteriores. Elas permitem perceber que os contatos se constituíram também pelas agências de sujeitos em situações diversas – além dos acordos formais. Assim, as três viagens se completam no mapeamento do processo inicial de aproximação entre os países na segunda metade do século XIX.

Os relatos fizeram perceber que o próprio debate sobre os japoneses no Brasil ocorreu de maneira semelhante ao de uma viagem, com diversas paragens e interferências. Ou seja, não foi num momento pontual que o Japão se tornou parte da nossa história, fosse esse momento o Tratado de Amizade, a viagem de Francisco Antônio de Almeida ou a chegada do *Kasato Maru*. As considerações se formaram em diálogo

com as experiências e interesses sobre os demais asiáticos, bem como sobre os imigrantes europeus, em vez de inaugurar um quadro de discussões sem precedentes.

Num certo sentido, é possível afirmar que nenhuma história é apenas local, pois entre o local e o global há sempre uma relação, um diálogo, com encontros e desencontros. Do século XVII até a metade do século XIX, o Japão viveu uma política de isolamento; quando iniciou o contato com o Brasil, já eram correntes discussões e experiências com outros países do mesmo continente. Por isso, esta pesquisa sobre viajantes brasileiros no Japão trata, por tantas vezes, de chineses, malaaios, indianos, e utiliza frequentemente o termo genérico “trabalhadores asiáticos”.

Os brasileiros, comumente vistos e descritos pelos viajantes europeus como os *outros*, naquele momento eram observadores e narradores. Mas isto não os tornava originários de uma grande potência, mas antes, demonstrava ambiguidades brasileiras. Os viajantes testemunharam o movimento do século XIX que trouxe a “moda” da “literatura de inspiração exótica”, e estar então no Japão era vivenciar este mundo diferente e em rápida mudança. Por mais que as obras às quais nos dedicamos tenham se baseado em leituras de textos estrangeiros, consideramos a experiência *in loco* como um grande diferencial, pois

Esses homens de letras, desejosos de empreender obras fieis à complexidade da civilização que tinham escolhido como assunto, encontravam-se na obrigação de recorrer a uma ciência mais aprofundada que a própria, nessa matéria. Não seria justo concluir afirmando que a viagem ao Japão se fazia no interior de suas bibliotecas, porque a experiência vivida e o conhecimento livresco se alternavam. (DANTAS, 1984, p. 26)

Além das leituras de outras obras, quando um viajante se propunha a participar de uma jornada intercontinental antes do século XX, era recorrente em seu relato o longo período em navios, a relação com a tripulação e os diversos encontros nos locais em que aportavam, tornando não apenas a chegada, mas a própria viagem uma aventura. Neste percurso, o viajante escritor alimentava sua curiosidade e elaborava suas considerações sobre aqueles que via como diferentes de si.

Esses relatos de viagem apresentam mais do que experiências pessoais e considerações sobre o “novo”, podem também contribuir para a construção de vínculos entre regiões separadas fisicamente e em nossas memórias. Ao acompanhar os debates paralelos à imigração japonesa e investimentos na vinda de diferentes grupos étnicos da China ou do Sudeste Asiático, percebemos que a história do contato entre Brasil e Japão

no século XIX nos possibilita acessar um cenário mais diverso e global, atentando para as diferentes conexões que foram estabelecidas nessas experiências.

No *Manifesto Comunista* (1848), Marx e Engels trataram do crescente mercado mundial, da expansão industrial e do desenvolvimento da burguesia. Seu texto, explicitamente político, demonstrava a dinâmica da qual tomaram parte os viajantes. Como documento histórico, a obra e a luta política são reveladoras das relações estabelecidas em prol da liberdade e do mercado, que foram mesmo denunciadas pelos três viajantes brasileiros, que pouco ou nada tinham de revolucionários, mas que se viram diante da situação, por vezes degradante, nos diversos portos que passaram. Exponentes na emergência da consciência crítica sobre esse processo, Marx e Engels denunciaram a exploração tanto de um indivíduo por outro, quanto de uma nação por outra. Nesse sentido, criticaram o que percebemos ao expandirmos o panorama: a necessidade de integração, por parte do mercado, até os lugares mais remotos, para obtenção de matérias-primas, para suprir as demandas criadas por produtos de países distantes, sustentar seus sistemas financeiros, tornando “a estreiteza e o isolamento nacionais (...) cada vez mais impossíveis” (p. 17). Como estratégia de dominação, também pudemos acompanhar a ação, pelo discurso, de levar a civilização como projeto de benfeitoria.

A necessidade de mercados sempre crescentes para seus produtos impele a burguesia a conquistar todo o globo terrestre. Ela precisa estabelecer-se, explorar e criar vínculos em todos os lugares.

(...)

Com a rápida melhora dos instrumentos de produção e das comunicações, a burguesia logra integrar na civilização até os povos mais bárbaros. Os preços baratos de suas mercadorias são a artilharia pesada com a qual ela derruba todas as muralhas da China e faz capitular até os povos bárbaros mais hostis aos estrangeiros. Sob a ameaça da ruína, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção; força-as a introduzir a assim chamada civilização, quer dizer, se tornarem burguesas. Em suma, ela cria um mundo à sua imagem e semelhança (p.16-7).

Criava-se um cenário hierarquizador e assimétrico, no qual o interesse das grandes potências integrava um contexto de dominação. E neste jogo, ganhava quem se aproximasse dos que tinham poder político e bélico, pondo-se à “imagem e semelhança” dos dominantes. Mais do que um processo pacífico e de interesse pelo *outro*, a expansão imperialista no século XIX teve consequências profundamente desiguais e violentas. A exploração do trabalhador era parte – fundamental – desta dinâmica.

Como havia mais do que visões românticas sobre os países distantes, os viajantes testemunharam realidades concretas com suas dificuldades materiais e estranhamentos, trazendo também em seus relatos a expansão imperialista e sua desigualdade. Essa assimetria produzia cenários de pobreza e violência nas relações de trabalho, na alimentação, no acesso às condições de saúde, na arquitetura, nas vestimentas, na educação. Nesse sentido, os brasileiros compreendiam aquela realidade a partir de “ferramentas europeias”, de uma perspectiva eurocentrada, mas não como colonizadores, já que vinham de um país que ainda convivía com os resquícios de uma colônia e tinham suas próprias demandas nacionais a responder. As discussões sobre nação e a negociação da identidade nacional eram temas importantes para a elite republicana; portanto, essa relação de alteridade é também uma forma de perceber como o Brasil era pensado. Ou seja, em certa medida, era sintomática da construção nacional frente aos demais países, fossem os imperialistas ou aqueles que estavam na periferia do capitalismo.

Mesmo diante do pouco acesso aos documentos asiáticos, buscamos construir uma perspectiva que questionasse a passividade dos “observados”. Por exemplo, diante das fotografias coloniais e demais imagens, percebemos que estas faziam circular estereótipos, mas quando compreendemos as etapas de sua elaboração, percebemos que havia escolhas e delimitações desses *outros*, afinal, a cobrança pelo retrato, a atuação na venda de imagens, a opção do que apresentar ao turista, a determinação da figura governamental a ser eternizada, todos esses movimentos demonstravam capacidade de ação. Além disso, quando vimos as inspirações e transcrições nos relatos dos viajantes (por vezes plágios), percebemos que ocorreram de forma seletiva e não sem critérios, a fim de reforçar determinada visão sobre o que era exposto, indo além da simples cópia.

Se as leituras vindas da Europa e dos Estados Unidos eram parte das influências dos viajantes, é importante salientar que, dispostas sobre outra experiência, tais leituras foram reelaboradas pelos brasileiros. Interessava a eles pensar sobre as demandas locais, como os projetos de colonização e, neste caso, havia o receio da miscigenação asiática com uma população considerada “totalmente mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia” (GOBINEAU apud SCHWARCZ, 2016, p. 17). Os três viajantes brasileiros não eram nem locais escrevendo diretamente sobre suas realidades de colonizados, nem colonizadores. A referência recorrente ao início da história dos países sobre os quais escreviam a partir da chegada dos europeus, por exemplo, configura uma narrativa “enquadrada pela colonialidade” (ANDERSON, 2014, p. 34) de obras anteriores

e das quais foram muitas vezes reprodutores, chegando a sentir-se parte da civilização europeia. Mas houve também a tentativa de romper com este processo, como na recorrente defesa dos povos locais contra os ataques das grandes potências. Por conseguinte, *eu* e *eles* não aparecem como algo estanque em seus relatos. O *eu* brasileiro não é sempre o colonizador, nem mesmo o “ocidental”; por vezes ele é o colonizado, o oposto das potências imperialistas, como demonstram as críticas à dominação inglesa. *Eles*, de forma semelhante, pode se referir aos asiáticos, mas também aos europeus ou estadunidenses. E *nós*, às vezes, compartilha dos hábitos civilizados, outras vezes se vê como vítima do imperialismo. Mas com relação ao trabalho, os asiáticos eram irremediavelmente os *outros*, logo, passíveis de servir ao *nosso* projeto naquele fim de século. Mesmo após a abolição da escravidão no Brasil, essa distinção permaneceu no debate, denotando como as medidas de coerção e disciplina eram apresentadas como necessárias para garantir a obediência do trabalhador, agora supostamente livre.

Naquele momento, no Brasil via-se os asiáticos como possibilidade intermediária entre africanos e europeus; e o discurso sobre eles era, em grande medida, racial. Nestas elaborações, foi perceptível que diversas categorias, a princípio científicas, foram mobilizadas com fins políticos, econômicos e adequadas às demandas dos seus emissores. Para além do campo de conhecimento biológico, a questão racial era articulada de forma a encaixar-se em diferentes discursos. Eram premissas abrangentes, que visavam ordenar o mundo natural e passaram a hierarquizar os seres humanos. Assim, a sistematização de raças das análises biológicas passou a ser um recurso utilizado para fins de divisão de classes. Como afirmou Anne McClintock (2010, p. 20), “o imperialismo e a invenção da raça foram aspectos fundamentais da modernidade industrial ocidental”, pois forjava-se uma justificativa de superioridade de alguns, enquanto mantinham-se as “classes perigosas” sob policiamento. O elemento histórico e as diferenças culturais, por sua vez, passaram a ser utilizados para construção da “diferença japonesa”; posteriormente, ficaria mais evidente as distinções étnicas entre chineses e japoneses, após a vinda dos imigrantes e a construção de suas identidades no século XX.

Com relação aos chineses no Brasil, o debate foi elaborado sobre a vinda de poucos trabalhadores, no início do século XIX, em consonância com as experiências nos Estados Unidos, Cuba e Peru, que eram favorecidas pelas ações imperialistas no país de origem. As análises sobre *coolies*, *chins*, malaios, indianos e depois sobre imigrantes

chineses e japoneses trouxeram para o debate nacional a figura do “asiático”, ora homogênea, ora buscando marcar diferenças.

Percebe-se que considerar estes trabalhadores temporários como livres foi uma contradição que necessitou de um amplo esforço retórico para ser construída, e foi perceptível na diferença de como eram compreendidos os trabalhadores asiáticos no Brasil e o que era apresentado sobre essa demanda na China e no Japão. A sociedade pós revolução industrial do século XIX foi ordenada a partir de uma racionalidade de mercado, guiada por uma noção de liberdade que embasaria as relações sociais. Contudo, mesmo internacionalmente, compensava manter o modelo desigual, afinal, lucros formavam-se às custas da exploração e da pobreza, visível nos portos, nas condições precárias dos trabalhadores e justificada pela relação entre raça e assimetria bélica e econômica. Se essa relação é mais recorrente entre as grandes potências e suas colônias, vimos que em determinados momentos o Brasil também buscou garantir privilégios deste processo nas construções de suas relações.

Ao final do século XIX, após a proclamação da república e a abolição da escravidão, pouco se comentava publicamente sobre o tráfico como forma de angariar trabalhadores asiáticos. Em um país onde prevalecia a economia agrária, estruturada sobre a escravidão, a vinda de outro trabalhador como “transição” para o trabalho livre mantinha mais proximidade com o sistema antigo do que com o novo. Assim, a questão racial foi igualmente mobilizada para assegurar a hierarquia social. Seu uso foi conivente com a manutenção da divisão socioeconômica e julgamentos sobre a cultura de pessoas de diversas origens.

Na década de 1880, quando o debate sobre o tráfico se transferiu para os acordos diplomáticos, os brasileiros tinham um conhecimento sobre a Ásia vindo de meios não oficiais e por investimentos do governo associado aos fazendeiros interessados na vinda de um trabalhador de baixo custo e com poucos direitos. Muitos acreditavam nas vantagens daquele que seria um elemento transitório entre a escravidão e o trabalho livre, entre o africano e o europeu – este último verdadeiramente desejado e o único passível de ser considerados colono no oitocentos.

Os imigrantes japoneses chegaram no Brasil no início do século XX, e as relações diplomáticas que antecederam ocorreram em paralelo com a que se buscava ter com a China. A propósito, este país manteve a defesa de seus trabalhadores contra os tratados desiguais e o tráfico, dos quais o governo brasileiro e os interessados particulares se

esforçaram para tirar vantagem. Diante do cenário internacional, o Japão já tinha se prevenido em relação à segurança de seus imigrantes, situação favorecida pelo modo como ocorria sua abertura política.

Se, por um lado, japoneses e chineses eram postos em paralelo como elementos não desejáveis ou apenas temporários, por outro, o Japão era modelo de desenvolvimento para o Brasil. No século XIX, o que havia era uma situação desigual entre a imagem do japonês como possível trabalhador e elemento de perigo racial, enquanto se formava uma imagem positiva do país, entre elogios do *japonismo* e o brilho da modernização crescente. O Japão se tornou uma potência aos olhos das grandes potências, especialmente após as guerra Sino-Japonesa (1894-1895) e Russo-Japonesa (1904-1905). Paulatinamente, o pequeno país insular se tornava central na Ásia. A construção de sua diferença demonstra que não são características inatas que hierarquizam as populações, mas as trajetórias de seus países e os interesses políticos e econômicos investidos na força física e na formação dos imaginários.

Quando os viajantes brasileiros descreveram o Japão em seus relatos, descreviam também o Brasil, permitindo reflexões ainda atuais sobre a imagem dos asiáticos no país. Pode parecer lugar comum afirmar que experiências históricas e culturais são mais preponderantes naquilo que somos e vivemos socialmente do que aspectos da nossa natureza biológica. Para além do que apresentamos, durante a história do Brasil, estas presunções supostamente científicas legitimaram outras formas de dominação, com consequências muito mais nocivas. Isso é especialmente importante para nos lembrar que os usos de tais elaborações carregam interesses, e que para subvertê-los é necessário questionar, independente do lugar que ocupamos nos julgamentos raciais ou étnicos, afinal, qualquer posicionamento não crítico nesta ótica significa a manutenção da própria hierarquia.

FONTES

ALMEIDA, Francisco Antonio de. **Da França ao Japão**: Narração de viagem e descrição histórica, usos e costumes dos habitantes da China, do Japão e de outros países da Ásia. Rio de Janeiro: Typ. Do Apostolo e Imperial Lithographia de A. Speltz, 1879.

_____. **A Federação e a Monarchia**. Recife: Typographia F. P. Boulitreau, 1889.

_____. **Memória apresentada à V. Ex^a o Sr. Marechal Vice-Presidente da República sobre a Imigração chinesa, seguida de um projecto de fiscalização pelo Dr. Francisco Antonio de Almeida**. 1893. In: Offícios referentes ao serviço de terras e colonização do governo do estado do Rio Grande do Sul; memorial sobre a hospedaria de Pinheiro; memória e projeto de fiscalização sobre a imigração chinesa; relatório da comissão de propaganda de imigração e colonização do norte do Brasil. 28/08/1893-21/06/1894. Arquivo Nacional. Referência: BR AN, RIO Q6.LEG.ADM,MIV.1059.

AZEVEDO, Aluísio. Japonezas e Norte-Americanas (fragmento inédito). **Almanaque Brasileiro Garnier**. Rio de Janeiro, p.217-220. 1904 [1902]. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/348449/877>> Último acesso em 13/08/2019.

_____. **O touro negro**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1961.

_____. **O Japão**: Apresentação e comentários por Luiz Dantas. São Paulo: Roswitha Kempf Editores. 1984[189?].

_____. **O Japão**. Cadernos da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 2010[189?].

BARBOSA, Ruy. **Habeas-Corpus**. Bahia: Typographia do Diario da Bahia, 1892.

BENDYSHE, Thomas (ed.). **The Anthropological Treatises of Blumenbach and Hunter**. London: Longman, Green, Longman, Roberts & Green, 1865.

BILAC, Olavo. Chronica. **Cidade do Rio**. Rio de Janeiro, p. 1. 05/04/1893 Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/085669/3436>> Último acesso em 11/08/2019

_____. Chronica. **A Cigarra**. Rio de Janeiro, p. 2. 18/07/1895. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/749591/83>> Último acesso em 12/08/2019.

_____. Chronica. **A Cigarra**. Rio de Janeiro, p. 2 01/08/1895. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/749591/99>> Último acesso em 12/08/2019.

BRASIL. Ministério do Imperio. **Documentos anexos ao Relatório do Ministerio do Imperio apresentado à Assembléa Geral Legislativa.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional. 1855.

_____. Câmara dos Deputados. **Annaes do Parlamento Brasileiro. Sessão de 1864. Tomo 2.** Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. C. Villeneuve, 1864.

_____. Ministério da Guerra. **Relatório da Repartição dos Negocios da Guerra.** Rio de Janeiro: Typographia Universal da Laemmert, 1872.

_____. Ministério da Guerra. **Relatório da Repartição dos Negocios da Guerra.** Rio de Janeiro: Typographia Carioca, 1875.

_____. Senado Imperial. **Annaes do Senado do Imperio do Brazil.** Anno de 1879. Livro 10. Transcrição pela Subsecretaria de Anais do Senado Federal. 1879

_____. Senado Imperial. **Annaes do Senado do Imperio do Brazil.** Anno de 1888. Livro 6. Transcrição pela Subsecretaria de Anais do Senado Federal. 1888.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Relatório do ano de 1882 apresentado à Assembleia Geral Legislativa (...) publicado em 1883.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Relatório do ano de 1893 apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil (...) em maio de 1894.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Relatório do ano de 1894 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil (...) em maio de 1895.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Relatório do ano de 1895 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil (...) em 30 de abril de 1896.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Relatório do ano de 1897 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil (...) em 12 de julho de 1898.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

_____. Congresso Nacional. **Annaes do Senado Federal.** Sessões de 1 de setembro a 30 de outubro de 1897. Vol. III. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Almanaque do pessoal**. Rio de Janeiro: Villas Boas & C., 1938.

_____. **Diário Oficial**, Brasília, 2 de março de 1984.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Cadernos do Centro de História e Documentação Diplomática**. Ano 11, n. 20. Rio de Janeiro/Brasília: Centro de Documentação Diplomática/Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

CARTAS comunicando que foi nomeado ministro da Marinha e convidando o destinatário a permanecer no gabinete; solicitando nomeações de terceiros; informando a saída do primeiro secretário da missão especial do Brasil na China, da qual o autor é encarregado; e expondo idéias sobre emigração de trabalhadores. Data: 08/06/1889-23/05/1894. Referência: BRAN,RIO Q6.LEG.COR,CAR.217. Disponível no Arquivo Nacional.

CONGRESSO Agrícola do Recife, 1878. (Edição fac-similar dos Anais publicado em 1879 pela Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco). Anais Introd. de Gadiel Perruci. Recife, CEPA-PE, 1978.

CONGRESSO Agrícola do Rio de Janeiro, 1878. (Edição fac-similar dos Anais publicado pela Typographia Nacional em 1878) Anais Introd. e notas de José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

GRAHAM, Maria. **Journal of a Voyage to Brazil and residence there, during part of the years 1821, 1822, 1823**. Londres, 1824.

HUTCHINSON, H. N.; GREGORY, J. W.; LYDEKKER, R. **The living Races of Mankind**. Vol. I. London: Hutchinson & CO., Paternoster Row., 1902. Disponível em <<https://archive.org/details/livingracesofman01hutchrich>> Último acesso em 23/09/2019.

LIMA, José Custodio Alves de. **Estados-Unidos e Norte-Americanos acompanhado de algumas considerações sobre a imigração chinesa no Imperio do Brazil**. São Paulo: Typographia a Vapor de Jorge Seckler & C., 1886.

LISBOA, Henrique Carlos Ribeiro. **A China e os Chins**: Recordações de viagem. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão/CHDD, 2016 [1888].

_____. **Os chins do Tetartos**. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão/CHDD, 2018 [1894].

LES MISSIONS CATHOLIQUES. **Bulletin hebdomadaire illustré de L'œuvre**. Œuvre pontificale missionnaire de la Propagation de la foi. Paris : Challamel, 1875. Disponível

em <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k105615n/f520.item>>. Último acesso em 13/07/2020.

MACHADO DE ASSIS. Balas de Estalo. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, p. 2, 23/10/1883. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/103730_02/6031> Último acesso em 14/03/2018.

_____. A Semana. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, p. 1, 28/10/1894. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/10723> Último acesso em 14/03/2018.

_____. A Semana. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, p. 1, 21/04/1895. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/103730_03/11735> Último acesso em 14/03/2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008[1848].

MAXIMILIANO, Príncipe de Wied Neuwied. **Viagem ao Brasil**. Tradução de Edgar Süssekind de Mendonça e Flavio Poppe de Figueiredo. São Paulo – Rio de Janeiro – Recife – Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1940[1820].

MELLO, José Custódio de. **Apontamentos para a História da Revolução de 23 de Novembro de 1891**. Rio de Janeiro: Cunha & Irmão editores. 1895.

_____. **Vinte e um mezes ao redor do planeta**: Descrição da viagem de circum-navegação do Cruzador “Almirante Barroso”. Rio de Janeiro: Cunha & Irmão editores. 1896.

_____. **O Governo Provisorio e a Revolução de 1893**. 1 Tomo. Companhia Editora Nacional, 1938.

MENDONÇA, Salvador de. **Trabalhadores asiaticos**. New York: Typographia do “Novo Mundo”, 1879.

MISSÃO ESPECIAL DO CELESTE IMPERIO, CONFIADA A DIREÇÃO DO BARÃO DE LADÁRIO. 1893-1894. Correspondências e textos impressos do acervo da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1452516/mss1452516.pdf> Último acesso em 01/05/2019.

NABUCO, Joaquim. **Joaquim Nabuco**. Textos de Munhoz da Rocha Netto e Gilberto Freire e seleção de discursos de Gilberto Freire. 2. ed. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010 [1879-1888].

OTAKE, Wasaburo. **Dicionário Japonês-Português**. Tokyo: Dainippon Insatsu Kabushiki Kaisha, 1957.

SOCIEDADE Importadora de trabalhadores asiáticos de procedência chinesa. **Demonstração das conveniências e vantagens á lavoura no Brasil pela introdução dos trabalhadores asiáticos (da China)**. Rio de Janeiro: Typ. de P. Braga & C^a, 1877.

SOUZA FILHO, Tarquínio de. **O Ensino Technico no Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887

THE CUBA COMMISSION REPORT. **A Hidden History of the Chinese in Cuba: The Original English-language Text of 1876**. Introduction by Denise Helly. The Johns Hopkins University Press, 1993.

VELLOSO, Paulo Leão. Prefácio. In: Otake, Wasaburo. **Novo Dicionário Português-Japonês**. Tokyo: Dai nippon Insatsu Kabushiki Kaisha, 1973 [1937].

PERIÓDICOS

A Cigarra, 1895.

A Imigração, 1883-1885.

A Ordem, 1892.

A Noticia, 1896.

Correio da Manhã, 1937.

Diario de Noticias, 1891-1892.

Diario de Pernambuco, 1829.

Die Gartenlaube, 1876.

Gazeta da Tarde, 1896.

Gazeta de Notícias, 1879-1895; 1938.

Jornal do Agricultor, 1888.

Jornal do Brazil, 1893.

Jornal do Commercio, 1888-1897.

Jornal do Recife, 1911.

O Apostolo, 1879.

O Liberal do Pará, 1875.

O Paiz, 1879-1898.

O Pharol, 1894.

Pacotilha, 1898.

Revista Brasileira, 1896.

Revista do Brazil, 1900.

Revista Maritima, 1881-1882; 1895.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves. **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)**. São Paulo: Editora FGV, 2015.
- AHMAD, Aijaz. Orientalismo e depois: ambivalências e posição metropolitana na obra de Edward Said. In: _____. **Linhagens do Presente**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- ALATAS, Syed Farid. The problem of academic dependency: Latin America and the Malay world. **Post-Regionalism in the Global Age: Multiculturalism and Cultural Circulation in Asia and Latin America**. Rio de Janeiro: Academia da Latinidade, 2014.
- ALBURQUERQUE, Luis. Los “libros de viajes” como género literário. In: GIRALDO, Manuel Lucena; PIMENTEL, Juan (orgs.). **Diez estudios sobre literatura de viajes**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2006.
- ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo**. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- _____. **Sob três bandeiras: Anarquismo e imaginação anticolonial**. Campinas: Editora da Unicamp/Fortaleza: Editora da Universidade Estadual do Ceará, 2014.
- AUGUSTO, Pedro; SOBRINHO, José L. **O transito de Venus e a Unidade Astronomica**. Grupo de Astronomia. Universidade da Madeira: nov, 2007.
- ASKEW, Rie. The critical reception of Lafcadio Hearn outside Japan. **New Zealand Journal of Asian Studies**, n. 11, 2009. p. 44-71.
- AZEVEDO, Ricardo Pereira de. Apresentação. In: LISBOA, Henrique Carlos Ribeiro. **A China e os Chins: Recordações de viagem**. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão/CHDD, 2016. p. 7-11
- AYUSAWA, Shintaro. Geography and Japanese Knowledge of World Geography. **Monumenta Niponica**. Vol.19, n. 3/4. Tóquio: Sophia University, 1964. p. 275-9.
- BALABAN, Marcelo. “Transição de cor”: Raça e abolição nas estampas de negros de Angelo Agostini na Revista *Illustrada*. **Topoi**. Rio de Janeiro. 2015, vol. 16, n. 31.

BISWAS, Sampa. Women of Ukiyo-e. **Changing Perceptions of Japan in South Asia in the New Asian Era**. International Symposium. International Research Center for Japanese Studies. November, 2009.

BLAKE, Sacramento, **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Reimpressão de Off-set, da edição de 1883-1902 - 2 Volume. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970.

BORM, Jan. Defining travel: on the travel book, travel writing and terminology. In: HOOPER, Glenn; YOUNGS, Tim (Ed.) **Perspectives on travel writing**. Aldershot: Ashgate, 2004.

BOTSMAN, Daniel V. Freedom without Slavery? “Coolies”, Prostitutes and Outcasts in Meiji Japan’s “Emancipation Moment”. **American Historical Review**. Dezembro, 2011. p.1323-1347.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. 1. ed. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

CAMARGO-MORO, Fernanda. Macau e o Brasil um diálogo antigo a ser aprofundado. **Revista de Cultura**. Edição em Português. n. 22. Macau: Instituto Cultural de Macau, Jan/mar, 1995. p. 51-8.

CAMPOS, José Adolfo Snajdauf de. **Engenheiros e Astrônomos: O Ensino de Astronomia aplicada e a prática de Astronomia observacional na Escola Politécnica/ Escola Nacional de Engenharia do Rio de Janeiro (1874 – 1965)**. 2012. Tese (Doutorado em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 1975. v. 1.

_____. De Cortiço a Cortiço. In: _____. **O discurso e a cidade**. São Paulo: Livraria Duas Cidades. 1993.

_____. O personagem do romance. In: _____. **A personagem de ficção**. São Paulo. Perspectiva, 2005.

_____. **Literatura e sociedade**. Estudos de Teoria e História Literária. 11ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CARONE, Edgard. **A Primeira República (1889-1930)**. 3 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1976.

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial.** 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014a.

_____. **A formação das Almas:** o imaginário da República no Brasil. 23ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2014b.

_____. **Os bestializados:** o Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil.** 4 edição revista e ampliada. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHEN, Shi. **Early chinese photographers from 1840 to 1870:** innovation and adaptation in the development of chinese photography. University of Florida, 2009.

COALDRAKE, Kimi. Fine arts versus decorative arts: the categorization of Japanese arts at the international expositions in Vienna (1873), Paris (1878) and Chicago (1893). **Japan Forum**, v.25, 2013, p.174-190.

COSTA, Carlos Roberto da. **A Revista no Brasil do Século XIX.** 2007, 292f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos.** 9ª edição. 4ª reimpressão. São Paulo: UNESP, 2010.

COSTA, Milton Carlos. **Joaquim Nabuco entre a política e a história.** São Paulo: Annablume, 2003.

DANTAS, Luiz. Apresentação/Chaves para compreender *O Japão* de Aluísio Azevedo. in: AZEVEDO, Aluísio. **O Japão.** São Paulo: Roswitha Kempf Editores. 1984[189?]. p.7-40 e p.139-229.

_____. Apresentação à primeira edição. In: AZEVEDO, Aluísio. **O Japão.** Cadernos da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 2010[189?]. p.163-220.

DEZEM, Rogério. **Matizes do Amarelo:** a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908). São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

DUARTE, Adriano Luiz. A criação do estranhamento e a construção do espaço público: os japoneses no estado novo. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, v. 10, n. 2, p. 129-146, 1997.

_____. De "Dentro do bosque" a Rashomon: história, literatura e cinema. *Artcultura*. v.14, n. 24. Uberlândia, 2012. p.168-183.

EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura: uma introdução**. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ELIAS, Maria José. Os debates sobre o trabalho dos chins e o problema da mão-de-obra no Brasil durante o século XIX. In: **Trabalho livre e trabalho escravo: Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**. São Paulo: ANPUH, 1973, p. 697-715.

FRANCO, Stella Maris Scatena. Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental. In: JUNQUEIRA, Many Anne; FRANCO, Stella M. Scatena. (Orgs.). **Cadernos de Seminários de Pesquisa**. vol II. São Paulo: Humanitas, 2011.

GREGORIO, Vitor Marcos. **Uma face de Jano: a navegação do Rio Amazonas e a formação do Estado brasileiro (1838-1867)**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 2008.

GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras histórias conectadas. **Topoi**, 2001.

_____. **A águia e o dragão: ambições europeias e mundialização no século XVI**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

GUIMARÃES, Argeu. **Diccionario bio-bibliographico brasileiro de diplomacia, política externa e direito internacional**. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1938.

GUIMARÃES, Valéria. Revistas francesas no Brasil caminhos da modernidade: catálogos e mediadores (Rio de Janeiro e São Paulo, século XIX e XX). **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 9, n. 2, jul. – dez., 2016.

HALL, Michael M. Reformadores de classe média no império brasileiro: A Sociedade Central de Imigração. **Revista de História**. n. 105. São Paulo, 1976. p.147-71.

HASHIMOTO, Madalena. **Pintura e escritura do mundo Flutuante: Hishikawa Moronobu e ukiyo-e Ihara Saikaku e ukiyo-zôshi**. São Paulo: Hedra, 2002.

HASHIMOTO, Shirlei Lica. **As representações dos japoneses nos textos modernistas brasileiros**: Mario de Andrade, Oswald de Andrade e Juó Bananére. 2012. 362 f. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

HASHIMOTO, Takehiko. Japanese clocks and the History of Punctuality in Modern Japan. **East Asian Science, Technology and Society: an International Journal**. Taiwan, 2008. p.123-33.

HENSHALL, Kenneth. **História do Japão**. 2 ed. Lisboa: Edições 70, 2008.

HIRAYAMA, Mikiko. The Emperor's New Clothes: Japanese Visuality and Imperial Portrait Photography. **History of Photography**, v. 33, n. 2, 2009, p. 165-84.

HOBSBAWM, Eric. **A Era do Capital (1848-1975)**, 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982

_____. **A Era dos Impérios (1875-1914)**. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

_____. **A Era das Revoluções: Europa (1789-1848)**. 21 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

_____. **Nações e nacionalismo desde 1780**. São Paulo: Saraiva de Bolso, 2011.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os subversivos da República**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

JONES, Michael J. 23rd september 1874 Typhoon. In: JONES, Michael J., **A History of Hong Kong Typhoons – From 1874**. Hong Kong: Regal Printing Limited, 2017.

JUNQUEIRA, Mary Anne. Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador. In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella M. Scatena. (Orgs.). **Cadernos de Seminários de Pesquisa**. vol II. São Paulo: Humanitas, 2011.

_____. **Velas ao Mar: U.S. Exploring Expedition (1838-1842)**. A viagem científica de circum-navegação dos nortes americanos. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2015.

KIM, Kyu Hyun. The Sino-Japanese War (1894-1895): Japanese National Integration and Construction of the Korean “Other”. **International Journal of Korean History**. vol.17, n. 1. 2012. p. 1-27.

KODET, Roman. Richardson Affaire: Great Britain and the Tokugawa Bakufu 1862–1863. **Prague Papers on the History of International Relations**. Prague: Charles University, 2016. p. 42-59.

KUNIYOSHI, Celina. **Imagens do Japão: Uma utopia de viajantes**. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP, 1998.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. **A Transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira: 1870-1920**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Campinas. Campinas, 1985.

LEE, Erika. The “Yellow Peril” and Asian Exclusion in the Americas. **Pacific Historical Review**. vol. 76. n. 4. University of California, 2007, p. 537-62.

LEITE, José Roberto Teixeira. **A China no Brasil: Influências, marcas, ecos e sobrevivências chinesas na arte e na sociedade do Brasil**. 1992. 698f. Tese (Doutorado) - Instituto de Artes da Unicamp. Campinas, 1992.

LESSER, Jeffrey. Tornando-se japonês: literatura de viagem em busca de identidade nacional. **Estudos Ibero-americanos**. v. xxv, n.2. PUCRS, 1999. p.175-184.

_____. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. Trad. Patrícia de Queiroz C. Zimbres. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

LIMA, Fábio. Um Japão que se perdeu. In: AZEVEDO, Aluísio. **O Japão**. Cadernos da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 2010. p. 7-22.

LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, n. 11, vol. 6, julho-dezembro de 2005.

LINS, Ivan. **História do Positivismo no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

LINDEN, Marcel Van der. História do trabalho: o Velho, o Novo e o Global. **Revista Mundos do Trabalho**, v.1, n. 1, janeiro-junho, 2009. p. 11-26.

_____. **Trabalhadores do mundo**. Ensaios para uma história global do trabalho. São Paulo: Editora da Unicamp, 2013.

MACHADO NETO, Antônio Luiz. **Estrutura social da República das Letras**. São Paulo: Editora da USP/ Editorial Grijalbo, 1973.

MACK, Edward. Otake Wasaburo's Dictionaries and the Japanese "Colonization" of Brazil. **Dictionaries: Journal of the Dictionary Society of North America**. 2010. p. 46-68.

MARTINS, Estevão de Rezende (org.). **A História Pensada: Teoria e Método na Historiografia Europeia de Século XIX**. São Paulo: Contexto, 2015.

MARTINS, Hélio Leôncio. **A Revolta da Armada**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Do Império à República. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro: FGV, 1989. p. 163-71.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial: Raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

MÉRIAN, Jean-Yves. **Alúcio Azevedo: vida e obra (1857-1913)**. 2a ed. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional: Garamond, 2013.

MOSCATO, Daniela Casoni. **O viajante não está só: a cultura científica em memórias sobre o Brasil e as ligações entre os naturalistas luso-brasileiros do século XVIII e os viajantes cientistas do século XIX**. 2017. 241f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

MOTA, Alvaro Samuel Guimarães da. **Gravuras de chinoiserie de Jean-Baptiste Pillemet**. Dissertação (Mestrado em História da Arte) - Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 1997.

MOURA, Carlos Francisco. Relações entre Macau e o Brasil no Século XIX. **Revista de Cultura**. Edição internacional. Instituto Cultural do Governo de Macau, 2001.

MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. **Dicionário Enciclopédico de Astronomia e Astronáutica**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

_____. The Brazilian contribution to the observations of the transit of Venus. In: KURTZ, D. W. (ed.). **Transit of Venus: New views of the solar system and galaxy**. Proceedings IAU Colloquim. N. 196, Cambridge University Press: Reino Unido, 2004.

_____. A influência da ciência do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, ano 170, n. 444, 2009.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça e etnia, racismo, identidade e etnia.** Cadernos PENESB. Niterói: UFF, 2004.

NINOMIYA, Masato. O centenário do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre Brasil e Japão. In: **Revista USP**, São Paulo, n. 28, p. 245-50, mar. 1996.

_____. Na história dos 120 anos do Tratado de Amizade Brasil-Japão, a presença de Thomas Wasaburo Otake, autor do dicionário Japonês-Português. **“Brasil e Japão: Convivência Multicultural Emergente Através de 120 Anos de Relações Diplomáticas e 30 Anos de Fenômeno Decasségui”**: Relatório do Encontro de Colaboradores Regionais do CIATE, 2015. p. 52-71.

NISH, Ian. Some thoughts on the origins of the Meiji Constitution, 1889. In: BOSCARO, Adriana; GATTI, Franco; RAVERI, Massimo (eds.). **Rethinking Japan: Social sciences, ideology and thought.** vol. II. London: Japan Library Limited, 2003, p. 42-7.

OKAMOTO, Monica Setuyo. **O discurso brasileiro sobre Japão via França.** Imigração, identidade e preconceito racial (1860-1945). 2010, 243f. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Literários e Tradutológicos em Francês. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

_____. Madame Chrysanthème, de Pierre Loti – Uma leitura francesa do Japão. **Estudos Japoneses.** n. 22, 2002. p. 85-90.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de; MASIERO, Gilmar. Estudos Asiáticos no Brasil: contextos e desafios. **Revista Brasileira de Política Internacional.** 2005. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. Ano 48. nº2. 2005. p.5-28.

ORTIZ, Renato. Aluísio de Azevedo e o Japão. Uma apreciação crítica. **Tempo social.** São Paulo, v.9, n.2 1997, p. 79-95.

OSTERHAMMEL, Jürgen. **The Transformation of the World: a Global History of the Nineteenth Century.** Princeton: Princeton University Press, 2014.

PINTO, Jacques Ferreira. **A paralaxe do outro: medidas de alteridade entre África e Ásia no primeiro relato de viagem de um brasileiro no Japão no século XIX.** 2018, 140f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018

POUTIGNAT, Philippe; STREIF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth.** 2 ed. São Paulo: UNESP, 2011.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. São Paulo: Edusc, 1999.

RÉ, Henrique Antonio. Os esforços dos abolicionistas britânicos contra a imigração de chineses para o Brasil no final do século XIX. **Varia Historia**. vol. 34, n. 66, Belo Horizonte: set/dez 2018. p. 817-48.

RIBEIRO, Roberto Carlos. Literatura de viagem e historiografia literária brasileira. **Revista Letras & Letras**, n. 23, jan/jun. 2007. p. 145-59.

RODRIGUES, Marília Mezzomo. **Filho de tigre sai pintado**: Medicina, hereditariedade e identidade nacional em textos de Erico Verissimo. 2009. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SAKURAI, Célia. Imigração Japonesa para o Brasil. Um exemplo de imigração tutelada 1908-1941. **XXII Encontro Nacional da ANPOCS**. Caxambu, Minas Gerais, 1998.

_____. **Imigração tutelada. Os japoneses no Brasil**. 2000, 204f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2000.

_____. **Os japoneses**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

SAID, Edward Wadie. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. 5ª reimpressão. São Paulo: Companhia Das Letras, 2015.

_____. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SAITO, Hiroshi. **O Japonês no Brasil**: Estudo de mobilidade e fixação. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1961.

SEABRA, Leonor Diaz de. Intercâmbio cultural entre Macau e Brasil. **Revista de Cultura**. Edição internacional. Instituto Cultural do Governo de Macau, n. 46, 2014. p. 6-19.

SEABRA, Leonor Diaz de; CONG, Liu. O Tráfico de Cules através do porto de Macau. **Revista de Cultura**. Edição internacional. Instituto Cultural do Governo de Macau, n. 55, 2017. p. 20-41.

SCHEMES, Elisa Freitas. **Oswaldo Cabral na “Terra da liberdade”**: relato de uma viagem na vigência da política de boa vizinhança. 2013, 134f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. 2ªed. 14ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

_____. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão racial no Brasil (1870-1930)**. 14 reim. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

SCHWARZ, Roberto. **Que horas são? Ensaio**. São Paulo, 3 reim. Companhia das Letras. 2002.

SCOTT, Rebecca J; HÉBRARD, Jean M. Joscelyne, Vera. **Provas de liberdade: uma odisseia atlântica na era da emancipação**. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

SOCIEDADE Brasileira de Cultura Japonesa. **Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. 10 reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

STRAUSS, André e WAIBORT, Ricardo. Sob o signo de Darwin? Sobre o mau uso de uma quimera. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol. 23, n. 68, outubro/2008. p. 125-34.

SUKEHIRO, Hirakawa. Japan's turn to the West. In: JANSEN, Marius B. (ed). **The Cambridge History of Japan**. vol. 5: The Nineteenth Century. Cambridge University Press, 1989, p. 432-98.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. **Entre Gueixas e Samurais: a imigração japonesa nas revistas ilustradas (1897-1945)**. 2009, 415f. Tese (Doutorado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2009.

_____. A diplomacia brasileira diante da imigração japonesa (1897-1942). **Estudos Japoneses**. n. 28, 2008. p. 99-112.

TINHORAO, Jose Ramos. **História Social da Música Popular Brasileira**. São Paulo: Editora 34, 1998.

TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

_____. A viagem e seu relato. **Revista de Letras**, São Paulo, v. 46, n.1, jan/jun. 2006.

VEJMELKA, Marcel. O Brasil no espelho de Amaterasu: O Japão de Aluísio Azevedo. **Brasiliana – Journal for Brazilian Studies**. vol. 2, n. 2, nov 2013.

WILLIAMS, Beth Lew. Before Restriction Became Exclusion: America's Experiment in Diplomatic Immigration Control. **Pacific Historical Review**. vol. 83. n. 1. University of California, 2014. p.24-56.

WILLIAMS, Raymond. Culture is ordinary. In: Gable, Robin (ed.). **Resources of hope**. London. Verso, 1989.

_____. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Cultura e Sociedade de Coleridge a Orwell**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011.

_____. **A política e as letras**. Entrevistas da *New Left Review*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

YAMAMURA, Roberto Jimmy Hideki. O estabelecimento das relações Brasil-Japão no século XIX. **Textos de História**. v.4, n.1. 1996. p.125-148.

YANG, Alexander Chung Yuan. O comércio dos “coolie” (1819-1920). **Revista de História**. São Paulo, v. 56, n. 112, 1977. p.419-28.

YUN, Lisa. **The Coolie Speaks**: Chinese Indentured Labourers and African Slaves in Cuba. Philadelphia: Temple University Press, 2008.